



ENTRE AS BASES E O GOVERNO

trajetória política de deputados estaduais da região dos Inhamuns

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Fortaleza, Ceará
Julho de 2011



Universidade Federal do Ceará
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia



JOSÉ RAULINO CHAVES PESSOA JÚNIOR

ENTRE AS BASES E O GOVERNO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE
DEPUTADOS ESTADUAIS DA REGIÃO DOS INHAMUNS-CE (1970-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

FORTALEZA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- P567e Pessoa Júnior, José Raulino Chaves.
Entre as bases e o governo : trajetória política de deputados estaduais da região dos Inhamuns (1970-2010) / José Raulino Chaves Pessoa Júnior. – 2011.
215 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2011.
Área de Concentração: Sociologia política.
Orientação: Profa. Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.
- 1.Rêgo,Júlio Gonçalves,1932-. 2.Câmara,Antonio Gomes da Silva,1938-. 3.Aguiar Filho, Domingos Gomes de,1963-. 4.Citó,Idemar Loiola,1949-. 5.Liderança política – Sertão de Inhamuns(CE: Microrregião) – 1970-2010. 6.Poder legislativo – Ceará. 7.Deputados estaduais – Ceará. 8.Governo representativo e representação – Sertão de Inhamuns(CE: Microrregião) – 1970-2010. 9.Sertão de Inhamuns(CE: Microrregião) – Política e governo – 1970-2010. I. Título.

JOSÉ RAULINO CHAVES PESSOA JÚNIOR

ENTRE AS BASES E O GOVERNO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DEPUTADOS
ESTADUAIS DA REGIÃO DOS INHAMUNS-CE (1970-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____/ ____/ ____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho
Universidade Federal do Ceará – UFC
Orientadora e Presidente da Banca

Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Lemenhe
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Valmir Lopes de Lima
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho não seria possível sem a ajuda e contribuição de muitas pessoas que ao longo da pesquisa me ajudaram. Assim, quero agradecer aos meus pais, José Raulino e Maria Mavinier, e aos meus irmãos, Roquelina e Lourival, que sempre me ajudaram e me deram carinho e amor.

Agradeço a minha turma de mestrado que com nossas cervejas e discussões contribuíram para a minha formação. Assim, me são gratos os amigos que eu tive o privilégio de conviver ao longo dessa jornada: Monalisa, Adriano, Márcia Paula, Marcos Paulo, Bruna, Eudênia, Beto, Alexandre.

Ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM) e também ao professor Jakson Aquino.

À Rejane Vasconcelos, minha orientadora, que contribuiu com suas conversas, leituras, revisões e esclarecimentos.

Aos professores Valmir Lopes e Auxiliadora Lemenhe que contribuíram durante todo o meu percurso acadêmico.

À professora Alba Pinho, por fazer parte da minha vida.

Ao Pedro Alves por ter me ajudado durante esse percurso.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq).

Ao professor Lindomar Albuquerque por participar da banca e contribuir com sua leitura.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*"A política é a arte de se cumprir
acordo sem se assinar papel".*
Aduino Bezerra

RESUMO

O objetivo central desse trabalho é reconstruir a trajetória política de quatro deputados estaduais que possuem a região dos Inhamuns como principal circunscrição eleitoral informal e o município de Tauá como principal colégio eleitoral. Foi analisada a trajetória política de Júlio Gonçalves Rêgo e Antonio Gomes da Silva Câmara no período em que eles foram hegemônicos, de 1975 a 1994, e de Domingos Gomes de Aguiar Filho e Idemar Loiola Citó no período de 1995 a 2010. A pesquisa teve por finalidade compreender como esses deputados são recrutados, como conquistam e mantêm o poder local em Tauá, como se relacionam com sua base eleitoral, como estabelecem relações com deputados federais, governadores, prefeitos e vereadores, quais suas estratégias de conquista de votos e quem são seus cabos eleitorais nos municípios. O recorte temporal da pesquisa é de quatro décadas. Para a realização desse estudo foram realizadas entrevistas formais e informais com atores políticos qualificados, pesquisas em jornais locais e em órgãos como IBGE, TRE-CE e IPECE, além de pesquisas bibliográficas.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Trajetória Política. Bases Eleitorais. Elites Políticas Cearenses.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to reconstruct the political trajectory of four state representatives who have the region of the Inhamuns as main informal electoral circumscription and the city of Tauá as main electoral college. We analyzed the political career of Julio Rêgo Gonçalves and Antonio Gomes da Silva Câmara in the period in which they were hegemonic, from 1975 to 1994, and Domingos Gomes de Aguiar Filho and Idemar Loyola Citó, from 1995 to 2010. The research was aimed at understanding how these members are recruited, how they win and keep local power in Tauá, how they relate to their electoral base and establish relations with congressmen, governors, mayors and councilors, what are their strategies for winning votes and who are their canvassers in the cities. The time frame of this research is four decades. To achieve this study, formal and informal interviews were conducted with qualified political actors as well as researches in local newspapers, institutions such as IBGE, TRE-CE and IPECE, and also literature searches.

Keywords: Legislature. Political Trajectory. Electoral Bases. Ceará's Political Elites.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Resultado das eleições de 1970 para os cargos de Deputado Estadual e Federal no município de Tauá	64
GRÁFICO 2 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Tauá (1974-1990)	76
GRÁFICO 3 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Parambu (1974-1990)	78
GRÁFICO 4 - Porcentagem de votos para Deputado Federal em Tauá (1974-1990)	105
GRÁFICO 5 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Tauá (1994-2006)	131
GRÁFICO 6 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Parambu (1994-2006)	133
GRÁFICO 7 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Quiterianópolis (1994-2006)	135
GRÁFICO 8 - Porcentagem de votos para Deputado Federal em Tauá (1994-2006) ..	154
GRÁFICO 9 - Gráfico demonstrativo dos votos obtidos por cada grupo político nas eleições de 2010	162

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Lista dos dez primeiros municípios onde Antônio Câmara foi mais votado nas eleições de 1978-1990	73
TABELA 2 - Lista dos dez primeiros municípios onde Júlio Rêgo foi mais votado nas eleições de 1978-1990	74
TABELA 3 - Lista dos dez primeiros municípios onde Domingos Filho foi mais votado nas eleições de 1994-2006	128
TABELA 4 - Lista dos dez primeiros municípios onde Idemar Citó foi mais votado nas eleições de 1994-2006	129
TABELA 5 - Número de Deputados Estaduais eleitos no Ceará pelo PMDB em 1986 e pelo PSDB de 1990 a 1998	147
TABELA 6 - Lista dos dez primeiros municípios onde Idemar Citó foi mais votado nas eleições de 2010	164
TABELA 7 - Lista dos dez primeiros municípios onde Ronaldo César foi mais votado nas eleições de 2010	166
TABELA 8 - Lista de municípios onde Domingos Neto apresentou um desempenho eleitoral acima de 1.000 votos	175

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – Mapa da região dos Inhamuns23
- FIGURA 2 – Charge satirizando Tasso por deixar-se ser guiado por Sérgio Machado .98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CCM - Conselho de Contas dos Municípios

CDS - Conselhos de Desenvolvimento Sustentável

CEGAS - Companhia de Gás do Ceará

CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola

CEPIMAR - Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

CIC - Centro Industrial do Ceará

CMPOF - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COELCE - Companhia Energética do Ceará

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPOE - Coordenação de Prevenção e Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e a Ordem Econômica

CPRV - Comando de Policiamento Rodoviário

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DEM – Democratas

DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações

DER - Departamento de Edificações e Rodovias

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará

EXPOCRATO - Exposição Agropecuária do Crato

FACIC - Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará

FCF - Federação Cearense de Futebol

FORRICÓ - Festival de Forró do Icó

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

FUSEC - Fundação de Saúde do Estado do Ceará

GAC – Grupo de Ação Comunitário

GESCAP - Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas

HGF - Hospital Geral de Fortaleza

HGPE - Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

IJF - Instituto José Frota

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEC - Instituto de Previdência do Estado do Ceará

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR - Imposto de Renda

ISSEC - Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará

ITERCE - Instituto de Terras do Ceará

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LEPEM - Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONG - Organização Não Governamental

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCO - Partido da Causa Operária

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal (redemocratização de 1985)

PMB - Partido Municipalista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República (redemocratização de 1985)

PR - Partido Republicano (redemocratização de 1946)

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRC - Partido Republicano Conservador

PRD - Partido Republicano Democrata

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSF - Programa Saúde da Família

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSP - Partido Social Progressista

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

REFESA - Rede Ferroviária Federal S/A

SETCARIRI - Sindicato das Empresas de Transportes Urbano de Passageiros da Região do Cariri

SINDIÔNIBUS - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará

SNI - Serviço Nacional de Informações

SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCM - Tribunal de Contas do Município

TELECEARÁ - Telecomunicações do Ceará - S/A

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UFC - Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1.1 Definição e problematização do objeto de pesquisa	17
1.2 Procedimentos metodológicos	22
1.Poder Local e Formas de Domínio Político.....	33
1.1 O município no período Colonial e Imperial: predomínio dos Feitosas	33
1.2 O poder local na Primeira República: declínio da hegemonia dos Feitosas	38
1.3 A Era Vargas e a Redemocratização: Hegemonia política de Joel Marques	43
1.4 O poder local durante a Ditadura Militar: Antônio Câmara x Júlio Rêgo	47
1.5 Redemocratização: Domingos Filho x Idemar Citó	50
2. O Tempo de Júlio Rêgo e Antônio Câmara: Análise de suas Trajetórias Políticas.....	53
2.1 Recrutamento político: atributos sócio-econômico dos deputados.....	53
2.2 Eleições em Tauá: a busca pelo controle do executivo municipal.....	59
2.3 A construção das bases eleitorais.....	72
2.4 O lugar da oposição	81
2.5 Governo estadual	91
2.6 Governo federal: relações com deputados federais.....	104
2.7 Saída da política.....	108

3. Análise da Trajetória Política de Idemar Citó e Domingos Filho	114
3.1 Recrutamento político: atributos sócio-econômico dos deputados.....	114
3.2 Eleições em Tauá: a busca pelo controle do executivo municipal.....	119
3.3 A construção das bases eleitorais.....	127
3.4 O lugar da oposição	140
3.5 Governo estadual	146
3.6 Governo federal: relações com deputados federais.....	152
3.7 Padrão de conquista de votos	156
4. ELEIÇÕES DE 2010: ASPECTOS ATUAIS DO DOMÍNIO POLÍTICO	160
4.1 Eleições em Tauá: surgimento da liderança de Ronaldo César	161
4.2 Atores e processos políticos: ascensão de Domingos Filho na política estadual.	166
4.3 O que pensa o eleitor.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	196
ANEXO	208

I - INTRODUÇÃO

1.1 Definição e problematização do objeto de pesquisa

Pesquisas variadas acerca do mandonismo familístico foram produzidas sobre famílias do sertão cearense, entre as quais as de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Costa Pinto (1980) e Billy Chandler (1980). Associados a esses estudos persistiram conceitos que procuravam explicar a razão do Ceará ser uma região resistente à mudança social e política, onde elites tradicionais mostravam-se antagônicas à adoção do capitalismo moderno. De modo geral, essas análises buscavam responder à seguinte questão: como lideranças políticas de feição tradicional conseguem se perpetuar por tanto tempo em um contexto de transformações sociais e econômicas que se registraram no país e na região, sobretudo a partir da década de 1950¹?

Esta concepção de um padrão tradicional das elites políticas cearense foi reforçada nas eleições de 1982, pois, ao indicar o candidato ao governo, os três chefes políticos à época no Ceará (Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) fizeram um acordo, formalmente registrado, de dividir os quadros da administração pública em três partes iguais. Assim, esse pacto político acabou por reforçar a imagem-marca do Ceará como uma região sob a égide de coronéis maquiavélicos², contrastada com o contexto nacional de redemocratização e de luta por maior participação política. Dessa forma, predominou a ideia de que o Ceará seria, entre todos os estados do Nordeste, o mais “encarniçadamente oligárquico”, como comentou Francisco de Oliveira (1985) em 1977.

O processo de abertura política nacional, em curso desde o final da década de 1970, parecia, assim, não afetar as eleições no Ceará, que em 1982, através da mobilização

¹ Nesse período, estava ocorrendo um fenômeno novo na política tradicional, a comercialização dos votos. Esse pode ser considerado o indício do enfraquecimento do controle oligárquico, na medida em que se configurava como um ato meramente contratual entre compradores e vendedores de mercadorias. Ou seja, tinha-se não mais um “patrimônio eleitoral”, mas um “capital eleitoral”, o que explica que mesmo sem tradição política se pudesse “comprar um mandato”, embora esse comércio eleitoral exigisse a mediação de “cabos eleitorais” locais, surgindo, assim, a figura do “político pára-queda”: deputado estadual ou federal que surge nos municípios apenas de quatro em quatro anos, apoiado por determinados grupos políticos locais, conseguindo os votos da população, e não mais retornam ao município.

² Produziu-se sobre a criminalização das elites nordestinas que se mantinham hegemônicas através da permanência do quadro de miséria da população. Ver produção sobre o conceito de “indústria da seca”, sobretudo a obra de Antônio Callado intitulada “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco”.

dos grupos políticos existentes no período da ditadura, garantiram a vitória de Gonzaga Mota ao governo do estado. Vitória fácil e conseguida nos moldes tradicionais de campanha em que os chefes políticos estaduais - através de uma rede capilarizada de deputados, prefeitos e vereadores - davam a conhecer a sua vontade aos eleitores (CARVALHO, 1999).

Esses grupos, alguns dos quais surgiram ou se fortaleceram no período da ditadura militar no Ceará, apesar de comporem sublegendas da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) funcionavam, na prática, como partidos políticos independentes e disputavam mais a hegemonia política entre si do que mesmo com o partido adversário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dessa forma, os três chefes políticos que governaram o Ceará no período militar procuraram construir e consolidar suas bases políticas nos municípios, formando grupos como “cesistas” (César Cals), “virgilistas” (Virgílio Távora³) e “adautistas” (Adauto Bezerra). Cabe ressaltar que, quando algum dos chefes políticos era indicado ao Executivo estadual, conseguia fortalecer e ampliar sua rede social no interior do estado, alimentando com verbas e empregos toda a sua clientela política.

Assim, a massiva vitória⁴ no Ceará do partido que agregava as lideranças da extinta ARENA, Partido Democrático Social (PDS), camuflava a erosão subterrânea do tempo da “arte da chefia”, o que pode ser observado ao se analisar os resultados das eleições de 1986, pois mesmo com a coligação de Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, chefes políticos que se fortaleceram com sólidas raízes políticas interioranas, não foi possível mobilizar as bases eleitorais para garantir a vitória do candidato pedessista. Assim, em 1986 tanto Adauto Bezerra, do Partido da Frente Liberal (PFL), não foi eleito governador do estado, quanto César Cals, do PDS, não foi eleito senador.

Dessa forma, quatro anos após as eleições de 1982, um candidato neófito na política e defensor de uma visão empresarial e racionalizada da gestão pública (eliminação do clientelismo e combate ao coronelismo) é eleito governador. Tasso Jereissati, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conseguiu 53,3% dos votos contra 30% de Adauto Bezerra (PFL). Nessas eleições, a novidade foi que a regra pragmática do acordo político não produziu os resultados esperados: a votação de Adauto Bezerra foi inferior a de

³ Virgílio Távora exercia liderança na política estadual desde as eleições de 1962 quando articulou a chamada “União pelo Ceará”, que unificava os principais partidos políticos da época que antes eram opostos, UDN e PSD, e barrava o avanço de novas forças sociais, como o PTB liderado por Carlos Jereissati e as correntes sindicalistas e da esquerda.

⁴ Gonzaga Mota obteve 63% do total dos votos. Além disso, o PDS conseguiu eleger 73,9% dos deputados estaduais, 89,4% dos deputados federais e 96,4% das prefeituras (CARVALHO, 1999, p. 81).

Tasso não apenas na capital, mas também no interior do estado, onde os “coronéis” supostamente tinham votos “cativos”.

Apesar dessa vitória não poder ser atribuída exclusivamente ao acúmulo de *forças mudancistas locais*, mas também a um contexto de mudança geral⁵ que estava ocorrendo em todo o país, percebemos que as bases políticas interioranas estavam desarticuladas, não sendo mais afiançadoras de “votos certos” para os chefes políticos. Assim, cabe um questionamento: como, em tão pouco tempo, as bases políticas do PDS, recrutadas e alimentadas durante todo o período da hegemonia dos três chefes políticos, foram desarticuladas?

Cabe observar que o contexto da década de 1970/1980 no Ceará é marcado por significativas mudanças no tecido social, como a desestruturação das formas tradicionais de economia (rendeiros/meeiros) e o surgimento de movimentos sociais liderados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pela Igreja Católica (Comunidade de Base). Como essas mudanças afetaram a estruturação dessas bases políticas interioranas no estado? A representação política foi alterada ou ainda continuou personalística e centrada na liderança de proprietários rurais? As práticas políticas de conquista de votos foram modificadas ou permaneceram ligadas à influência que os proprietários de terra possuíam com seus moradores? Ocorreu a ascensão de grupos políticos não vinculados aos grupos familiares locais?

Na literatura, existem poucos estudos sobre essas novas relações com as bases eleitorais no período de redemocratização, marcado por uma situação política de maior disputa eleitoral (elevado número de candidatos a prefeitos e vereadores e uma multiplicidade de coligações partidárias) e a emergência de novos atores políticos. Ao contrário do passado, nenhuma liderança política consegue mais “fechar completamente” sua área de influência política. Se antes a literatura fazia uso da categoria “currel eleitoral” para referir-se ao fato de que os eleitores seriam conduzidos como “animais” às urnas para votar no candidato indicado pelo chefe político, como ocorre essa relação atualmente?

Se anteriormente quem fazia a conexão entre os eleitores e os políticos, no âmbito estadual no sertão agropecuário era, sobretudo os chefes políticos de base rural, agora quem

⁵ O PMDB, nesta eleição, conseguiu eleger vinte e dois governadores, só sendo derrotado em Sergipe. Além disso, esse partido conseguiu eleger trinta e oito deputados das quarenta e nove vagas do Senado e da Câmara elegeu 53% dos deputados. Podemos, inclusive, falar de uma “onda do Plano Cruzado” do governo Sarney.

faz esse “meio-campo” para os deputados nos municípios: partidos políticos? Associações? Indivíduos? Famílias? Vereadores? Prefeitos? Grandes comerciantes? Médicos?

Estudos de caso sobre municípios são úteis para verificar como esses processos ocorrem no nível local. Pesquisas que procuram responder a seguinte questão: existem mudanças de atores políticos ou existem mudanças dos processos políticos? Mesmo que as lideranças políticas ou as famílias permaneçam as mesmas, suas práticas de conquista e manutenção do poder continuam iguais? Ou seja, mesmo que ocorra a emergência de políticos não vinculados aos grupos familiares locais, suas práticas políticas foram alteradas?

Barreira (1992, p. 45) atesta mudanças no poder político local com o surgimento de uma “nova ordem social”. Para o autor, o declínio da hegemonia das grandes famílias no sertão e do coronel (entendido como o grande proprietário rural) cede espaço para uma nova classe emergente, os profissionais liberais (médicos, advogados). Assim, em lugares onde ocorre a alteração do rural para o urbano e industrial a classe média assume o papel nessa transformação, influenciando o desenvolvimento econômico não apenas através da contribuição de suas habilidades específicas, mas também através de seu compromisso com os estilos de vida moderno.

A entrada desses profissionais na política representou o que Barreira (1992) considerou ser o último período de mando dos proprietários de terras. Segundo o autor, os proprietários de terra perdem o controle sobre sua “clientela eleitoral”, pois ocorre o rompimento com a dependência pessoal e os valores de lealdade, gratidão e favor passam a ser questionados. Nesse contexto, o poder torna-se complexo, não se restringindo apenas a figura do grande proprietário. O Estado é fortalecido pela estrutura jurídica e econômica. O coronel passa a fazer parte de uma estrutura mais complexa de poder no sertão, onde há uma nova composição de forças.

Abu-El-Haj (2003), em pesquisas realizadas em três municípios⁶ cearenses, aponta transformações nos grupos das elites dirigentes do poder local. Em Itapiúna foram registradas duas transformações: a primeira, nas décadas de 1960/70, com o esgotamento da grande propriedade rural como poder econômico e o enfraquecimento das elites tradicionais, surgiu uma classe média urbana como personagem política; a segunda, na década de 1990,

⁶ Os municípios pesquisados foram: Acarape, Icapuí e Itapiúna. No entanto, só foram publicados os resultados dos dois últimos municípios.

com a derrota desta classe média emergiram elites com inclinação modernizante e empresarial.

Em Icapuí, assinalam-se também duas transformações. A primeira, com o declínio das elites tradicionais que ocasionou a emancipação do município em 1982 e o surgimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT). A segunda, nas eleições de 2004, com o esgotamento das lideranças de esquerda as elites tradicionais retornaram metamorfoseadas de um discurso “empreendedor” (ABU-EL-HAJ, 2006).

Sousa (2007), em estudo monográfico sobre a política de Piquet Carneiro, atesta profundas transformações na política local, quer pelo colapso da agricultura tradicional, quer pelo aparecimento de uma pequena classe média, composta de profissionais liberais que se aliou ao governo de Tasso. Assim, nas eleições de 1988 a elite tradicional que era hegemônica no município, família Aires, entra em declínio, surgindo uma nova elite com feições modernas, defendendo a formação de uma infraestrutura pública e o desenvolvimento sustentável no sertão.

Segundo Montenegro (1980) e Parente (2000a), a base física e econômica do Ceará não criou condições para a fixação de oligarquias, dessa forma as elites políticas seriam frágeis por causa da base econômica sujeita a secas periódicas. Contudo, nos municípios que compõem os Inhamuns, as elites foram hegemônicas durante décadas.

Assim, busco analisar quais são os padrões da política municipal no período pós-ditatorial analisando a trajetória política de deputados estaduais, pois dessa forma será possível observar quais os constrangimentos institucionais que esses deputados sofreram e quais as estratégias utilizadas por estes para contornar essa nova realidade política.

Pretendo investigar os mecanismos de conquista e manutenção das bases políticas de deputados estaduais que possuem votação concentrada em circunscrições eleitorais informais localizadas no interior do estado do Ceará, especificamente na região dos Inhamuns.

Estes deputados possuem força própria? Ou eles precisam estar atrelados ao governo estadual para conquistar, consolidar e expandir suas bases políticas? Transformações e decisões tomadas pelos grupos políticos estaduais afetam as lideranças locais na estruturação de seu poder?

Busco analisar a dinâmica das relações políticas entre as bases municipais e a eleição de representantes na política estadual a partir das carreiras de seus representantes na Assembleia Estadual. Como eram essas relações em um padrão tradicional (“política dos currais”, “coronelismo”, “neo-coronelismo”, “familismo político”)? Como, após a redemocratização, essas relações são estabelecidas? Houve quebra nesse padrão tradicional? Mudaram as formas de vinculação desses deputados com os eleitores e com a máquina do estado? Estes deputados, quando são governistas, conseguem aumentar seu poder de influência na sua base política? Quando estes não são agraciados com as benesses do poder Executivo estadual, o que isso implica na manutenção de sua base eleitoral?

A pesquisa pretende investigar sujeitos específicos, buscando reconstruir suas trajetórias políticas para desvendar as estratégias de reprodução do poder em um período histórico. Assim, tornam-se relevante as seguintes questões: como deputados estaduais conseguem manter os seus domínios por tanto tempo? Como ocorre a ascensão de novas elites ou de novos indivíduos na política local em Tauá? A “nova classe empresarial” no comando do Executivo estadual em 1986 representou uma ameaça à continuidade do projeto político dos grupos político/familiares em Tauá? Esses empresários se aliaram aos grupos político/familiares estabelecidos na política de Tauá ou buscaram isolá-los e incentivar a organização de novos grupos?

1.2 Procedimentos metodológicos

Pretendemos analisar a composição e recomposição dessas elites políticas buscando investigar se existe uma nova dinâmica política na região dos Inhamuns. Atualmente, essa região⁷ é composta por seis municípios: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambu, Saboeiro e Tauá. Segue o mapa na página seguinte.

⁷ Utilizo a regionalização de microrregiões proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) preterindo a divisão sugerida pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 2006. A razão de tal escolha deve-se ao fato de que a região abarcada pelo IBGE abrange municípios que possuem ligações históricas no domínio de uma mesma família, os Feitosa.

FIGURA 1 – Mapa da região dos Inhamuns.



Fonte: <www.citybrazil.com.br/ce/regioes/sertao_inhamuns> Acesso em: 06/06/2009.

O interesse por tal região se justifica em quatro pontos principais. Primeiro, pelo fato desse território ser marcado historicamente por traços do mando de feição tradicional, onde famílias têm monopolizado o poder local durante décadas, tornando-se objeto de variados estudos sobre mandonismo político⁸.

Os Feitosas são citados em diversas obras do pensamento social brasileiro que analisaram o poder tradicional. Cabe ressaltar o estudo de Billy Chandler na década de 1960. Esse historiador americano comenta, no prefácio de seu livro, que queria realizar uma pesquisa, de cunho histórico, sobre uma comunidade rural “fiel às tradições, isolada e isenta dos avanços deste século, onde tudo fosse como antigamente” e que para tal foi aconselhado a escolher o Ceará, visto que seria “[...] dentre as regiões menos afetadas pelas mudanças, uma das mais importantes”. Assim, esse pesquisador escolheu o Ceará e mais especificamente os Inhamuns, “área rural, isolada e tradicional” (CHANDLER, 1980, p. 9-10). Seu estudo aborda a história da família Feitosa desde a colonização dos Inhamuns, no início do século XVII, até o ano de 1930.

Segundo, pelo fato dessa região localizar-se no sertão semi-árido onde predomina, no imaginário social, uma fusão de imagens do Nordeste da seca e da fome, da política dos coronéis que comandam “currais eleitorais” e são donos de “votos de cabresto”. Assim, ao

⁸ Os variados estudos genealógicos sobre famílias cearenses serviram como fundamento para obras clássicas que utilizavam em suas pesquisas conceitos como “oligarquia”, “mandonismo”, “familismo”, “patrimonialismo”. Genealogias de famílias como: Feitosa, Alencar, Acioli, Barreira etc. contribuíram para que os estudos sobre dominação tradicional tivessem o Ceará como referência. Ver, por exemplo Queiroz (1976), Pinto (1980) e Chandler (1980).

examinar a cristalização do quadro de análise sobre a política no sertão semi-árido, busco desconstruir a imagem atrelada aos políticos e aos eleitores “nordestinizados”, em que mesmo que as práticas políticas e as elites sejam modificadas, o quadro de categorias existentes para analisar essa realidade consagra que “nada mudou” e atualiza conceitos, como “neo-coronelismo”, “coronelismo midiático” entre outros.

Em terceiro lugar, porque suas elites políticas, ao longo do tempo, foram destaque no cenário político estadual. No período imperial, foi representada pelo líder do Partido Conservador no Ceará (Miguel Fernandes Vieira), e, em período recente, o prestígio de suas lideranças pode ser constatado tanto na ocupação da presidência da Assembleia Legislativa do estado, Antônio Câmara (1987-1988) e Júlio Rêgo (1991-1992), quanto pela posição de vice-governador do estado, Domingos Filho⁹ (2011-2014). Além disso, os Inhamuns apresentaram grande efervescência política na década de 1980, sendo palco de inúmeros conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras.

Por último, destaco a minha familiaridade com a temática, obtida com a realização de uma pesquisa monográfica sobre o município de Catarina, localizado na micro-região dos Inhamuns, no qual busquei compreender como o líder político local, Frutuoso Rodrigues Pereira, conseguiu manter-se hegemônico na política durante quatro décadas (1970-2000), passando por contextos sócio-políticos tão diversos.

A pesquisa mencionada, possuindo um recorte histórico de cinco décadas (1950-2004), chegou a conclusão de que esse chefe político conseguiu manter-se hegemônico por todo esse período devido a algumas estratégias políticas, como: monopólio na concessão de dádivas aos seus eleitores dificultando, assim, o surgimento de lideranças que poderiam por em cheque o seu domínio, cooptação de líderes políticos emergentes, forte tendência situacionista em que buscava o apoio do governador e dos deputados estaduais e federais da região que eram ligados ao governo, estabelecimento de um poder simbólico em que sua liderança era percebida como a-histórica e indestrutível. Porém, ao final do período analisado, verificou-se que esse domínio político mostrava-se fragilizado em decorrência da quebra de valores tradicionais, como lealdade e gratidão, que sustentavam esse poder¹⁰.

Concluída a pesquisa sobre a dinâmica política daquele município, passei a observar que outras cidades que compõem a região dos Inhamuns apresentavam algumas

⁹ Cabe ressaltar que Domingos Filho foi presidente da Assembleia Legislativa durante quatro anos (2006-2010)

¹⁰ Para maiores informações ver: Pessoa Jr. (2008).

similaridades quanto à política local. Em Arneiroz, predominou a família Petrola durante seis décadas (1950-2000); Em Aiuaba, foi hegemônica a família Arraes Feitosa durante três décadas (1950-1970), entrando em declínio apenas quando o líder dessa família, Armando Arrais Feitosa, que foi prefeito por dois mandatos (1959-1962; 1967-1970), foi morto em 1972 ¹¹ e o outro ramo da família Feitosa assumiu a liderança política no município.

As cidades que apresentavam maior rotatividade entre vários grupos da elite política local eram: Saboeiro, Parambu e Tauá. Em Saboeiro, a família Nocrato comandou três décadas (1950-1980), sendo desbancada por um integrante da família Diógenes, Perboyare Silva Diógenes, nas eleições de 1992. Em Parambu, prevalece a hegemonia política da família Noronha por volta de quatro décadas (1960-2000), no entanto essa família é dividida em duas facções: Mateus Noronha e Ferreira Noronha. Essas duas facções disputam entre si o poder local do município, coligando-se a outras famílias, não conseguindo predominar uma única facção durante muito tempo.

Na história política de Tauá, percebemos três ciclos de poder. O primeiro, iniciado pela família Feitosa, indo da colonização dessa região, no início do século XVIII, até a Primeira República (1889-1930). O segundo período foi centrado na liderança política de Joel Marques, abarcando todo o período da Era Vargas (1930-1945) e da Redemocratização de 1945. O terceiro período foi iniciado na Ditadura Militar (1964-1985), se prorrogou na Redemocratização de 1985, tendo como característica a disputa política de dois grupos, o grupo político familiar dos Gomes de Freitas e o grupo político centrado na liderança de Júlio Rêgo e Idemar Citó, pela hegemonia política no município.

Inicialmente, a pesquisa buscava analisar a composição e recomposição das elites políticas em todos os seis municípios da região dos Inhamuns. No entanto, devido a limitações como tempo de duração da pesquisa, limitada por meio de conclusão do mestrado, no caso 24 meses, e da escassez de recursos financeiros optou-se por analisar a política do município de Tauá.

A escolha de Tauá deve-se ao fato de que, dentre todos os municípios que compõem essa região, este é o mais dinâmico politicamente, não havendo a hegemonia política de uma única família, além dos grupos políticos apresentarem-se mais diversificados.

¹¹ Para maiores informações ver as seguintes matérias do O Povo: Confirmada (1974) e Júri (1975).

Tauá é a sede regional dos Inhamuns, exercendo sobre as demais cidades influência econômica e política, fornecendo lideranças políticas que a representam no âmbito estadual e federal. Como exemplos dessas lideranças há duas linhagens políticas: uma era representada por Júlio Rêgo e depois assumida por Idemar Citó; e a outra liderada por Antônio Câmara e posteriormente comandada por Domingos Filho.

Além disso, o domínio da política local de Tauá é estratégico para a conquista de votos nos Inhamuns, pois através do controle político da prefeitura e da câmara de vereadores o deputado estadual consegue estender sua base política para outras cidades que gravitam em torno de Tauá, como: Arneiroz, Aiuaba, Catarina, Saboeiro, Parambu, Quiterianópolis, Independência.

Dessa forma, tendo demarcado a região e o município para a realização do estudo sobre as elites políticas no período pós-redemocratização, restou definir como a pesquisa se realizaria. Optei por analisar a trajetória política de quatro deputados estaduais¹².

Essa escolha está respaldada no fato de que esses deputados representam duas linhagens políticas bem delimitadas na política local de Tauá. A primeira linhagem é composta pela família Gomes de Freitas, que obteve ascensão política no município na década de 1910 quando a família Feitosa entrou em declínio. Este grupo é representado pelos deputados Antônio Câmara, com cinco mandatos consecutivos (1975-1994), e atualmente pelo deputado Domingos Filho, que foi deputado durante quatro mandatos consecutivos (1995-2010) e atualmente é vice-governador (2011-2014). A segunda linhagem é composta pela liderança política de Júlio Rêgo, que foi deputado durante sete mandatos consecutivos (1967-1994), e atualmente é liderada por Idemar Citó, que nos dias atuais exerce o cargo de deputado pela quinta vez consecutiva (1995-2010)¹³.

A opção metodológica de acompanhar a trajetória política dos deputados estaduais deve-se ao fato de que estas lideranças são o elo entre o poder local (prefeitos e vereadores) e o poder estadual (governadores). Apesar dos deputados estaduais terem a atribuição formal de discutir e propor leis estaduais e de fiscalizar as ações do poder Executivo estadual, grande parte de suas ações está direcionada ao atendimento das bases eleitorais, sobretudo deputados

¹² Os deputados estaduais escolhidos são naturais de Tauá e possuem a região dos Inhamuns como principal circunscrição eleitoral informal.

¹³ Cabe ressaltar que Idemar Citó, nas eleições de 2006, ficou na suplência, mas assumiu o mandato em 2008.

que possuem votação concentrada em circunscrições eleitorais bem definidas (BEZERRA, 1999).

Ainda segundo Bezerra (1999), que realizou uma pesquisa com deputados federais e senadores no período pós-redemocratização, os prefeitos esperam que os parlamentares consigam verbas para a realização de obras nos municípios e os parlamentares esperam que os prefeitos consigam mobilizar suas bases eleitorais para garanti-lhes vitória eleitoral.

Ao examinar a relação dos deputados estaduais com suas bases políticas, analiso de que forma uma mudança na elite política centrada na máquina governamental afeta as lideranças locais na estruturação de seus grupos políticos. Para isso, foco minha análise nos laços complexos que são tecidos entre lideranças políticas no nível municipal (prefeitos, vereadores) e estadual (deputados e governador). Essa questão torna-se necessária porque os conflitos políticos no âmbito municipal estão apoiados em disputas no plano estadual, não sendo possível entender a dinâmica política de um município apenas no interior dele, mas sim em suas conexões com a política no âmbito estadual.

Assim, o objetivo central desse estudo é analisar a relação que os deputados estaduais, que possuem circunscrições eleitorais informais centradas na região dos Inhamuns, estabelecem com suas “bases eleitorais” e com o governo. Para alcançar esse objetivo procurei *reconstruir a trajetória política de quatro deputados estaduais que possuem votos concentrados na região dos Inhamuns, mais especificamente o município de Tauá. Busco compreender como esses deputados são recrutados, como conquistam e mantêm o poder local em Tauá, como se relacionam com sua “base eleitoral”, como estabelecem relações com deputados federais, governador, prefeitos e vereadores e como se dão as estratégias de conquista de votos.*

O estudo em questão pretende investigar algo que tem sido pouco tratado na literatura acadêmica que é a dinâmica das relações entre as bases municipais e o poder estadual. O estudo de caso de um município fornece dados que possibilitam perceber a tendência de algumas transformações, pois, ao analisar períodos eleitorais em uma temporalidade extensa, verificamos as relações que são estabelecidas entre os eleitores, as bases municipais e os políticos que representam o estado.

Cabe observar que um estudo de caso não permite generalizações do tipo estatístico, mas fornece pistas para compreender processos. Quando proponho a análise de um “estudo de caso” da política de Tauá busco padrões que não são exclusivos a um município apenas ou ao caso estudado, procuro padrões que possam lançar indicações para entender as mudanças nas relações entre os deputados estaduais e suas bases na política cearense.

Essa opção metodológica de verticalização da análise a partir de um estudo de caso na região dos Inhamuns viabiliza captar os processos de construção das bases eleitorais desses deputados e de suas relações com o governo estadual.

Procurei levantar dados que pudessem traçar a trajetória política dos quatro deputados estaduais que serão analisados nessa pesquisa: o médico Júlio Gonçalves Rêgo, o advogado Antonio Gomes da Silva Câmara, o empresário Idemar Loiola Citó e o advogado Domingos Gomes de Aguiar Filho, buscando acompanhar a trajetória política desses deputados estaduais na construção, manutenção e expansão das suas bases eleitorais.

A análise da trajetória dos referidos políticos é importante para compreender os mecanismos e as estratégias de manutenção do poder. Traço a origem social desses indivíduos, os caminhos para a hegemonia política, as formas e canais de recrutamento e ascensão social. Analiso, ainda, as relações políticas estabelecidas com suas bases e com o poder Executivo estadual. Assim, cabe o seguinte questionamento: quais estratégias são mobilizadas para ascender à posição de deputado estadual? Quais capitais sociais e políticos são acionados?

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, embora inicialmente tenha-se buscado focalizar a ascensão de novos grupos de elites no período pós-redemocratização, percebemos que a análise da trajetória dos quatro deputados teria que focalizar o período da Ditadura Militar (1964-1985), já que Júlio Rêgo iniciou sua carreira como deputado estadual em 1966 e Antônio Câmara em 1974. Faremos a análise de um processo histórico de quatro décadas (1970-2010).

Para analisar a trajetória política desses deputados, foram feitos levantamentos de dados junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado do Ceará relativos a todas as eleições disponibilizadas no sítio, de 1947 a 2010. Os resultados das eleições anteriores a 1947, referentes ao município de Tauá, foram coletados no livro de Mota (2002).

Os dados eleitorais possibilitaram uma análise dos grupos políticos de Tauá, configurando a força política, os partidos e seus redutos eleitorais. Além disso, amplia-se a compreensão das conexões desses grupos locais com deputados estaduais e federais e com o governo do estado. Com esses dados, foi possível analisar as mudanças nas condições de hegemonia na política local em Tauá, verificando qual grupo, partido, família ou indivíduo estava em evidência em determinado momento. Além de perceber como um grupo pode ser beneficiado dependendo do apoio do Executivo estadual.

A análise dos momentos eleitorais é importante para percebermos a “*ilusão*” (BOURDIEU, 1996), o sentido do jogo político, os jogos de interesses na obtenção de votos. Nas eleições, percebemos com clareza a estruturação dos grupos políticos, as teias de conexões que envolvem partidos, famílias, instituições (Sindicatos, Igreja) e indivíduos ocupantes de postos-chave na comunidade analisada (comerciantes, médicos, radialistas).

Os dados quantitativos servirão para traçar o perfil sócio-econômico de Tauá. Recorri, assim, a fontes como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). O quadro das finanças do município foi importante para que se pudesse verificar o peso que a máquina da prefeitura desempenha na economia local, pois na maioria dos municípios dos Inhamuns a quantidade de repasses que as prefeituras recebem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é superior à renda gerada pelas próprias atividades empresariais que são desenvolvidas nos municípios. Dessa forma, as elites locais dependem do controle da máquina pública municipal para a manutenção do seu *status quo*.

Os dados qualitativos que comporão a parte mais substancial da pesquisa foram coletados a partir de várias fontes. No primeiro momento, fiz uma revisão da literatura especializada sobre a temática da pesquisa, dando enfoque a algumas categorias centrais, como: chefia política, poder tradicional, elite política, poder local, mandonismo familístico, poder Legislativo e bases eleitorais.

Coletei documentos e livros sobre Tauá para compor sua história política. Nesse aspecto, tornou-se imprescindível a leitura de “livros de memória”, muito comuns na região, escritos por membros de famílias tradicionais que abordam a genealogia familiar e a bibliografia de “filhos ilustres da terra”. Outra fonte foram as atas da Câmara Municipal, pois na década de 1990 dois prefeitos, Castro Castelo e João da Luz, foram cassados pela Câmara acusados de improbidade administrativa. Essa leitura possibilitou uma análise das relações

entre o Legislativo e o Executivo e a dinâmica de alianças e conflitos entre grupos políticos do município.

A análise das matérias dos principais jornais do estado, Diário do Nordeste e, sobretudo, O Povo, mostrou-se essencial para a realização da pesquisa. Essas matérias, sobre a política em Tauá e sobre os quatro deputados, foram importantes tanto para compreender o pano de fundo da política cearense, quanto para embasar a entrevistas que foram realizadas.

Outra fonte de pesquisa que se mostrou útil foi a *internet*, sobretudo a rede social *twitter*¹⁴ e os *blogs*¹⁵ de política. O *twitter*, uma espécie de conversa com narrativas feitas na primeira pessoa, direcionadas para o outro supostamente interessado em saber o que lhe é dito. Assim, foi pesquisado o *twitter* de alguns políticos, como o governador Cid Gomes (@cidfgomes) e o então deputado federal Domingos Neto (@domingos_netto) para assim percebermos o cotidiano da política que eles expressavam nessa rede social, já que o gênero do discurso político é o da conversação. A pesquisa em *blogs* foi importante para a aquisição de informações sobre a política em alguns municípios, já que esta muitas vezes não é pauta na imprensa estadual.

Somando-se a isso, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foram entrevistados informantes qualificados para que se reconstruísse o campo das disputas políticas.

Foram realizadas, no total, seis entrevistas de longa duração com os principais atores sociais, como: Júlio Gonçalves Rêgo, deputado estadual (1967-1994), entrevista de 90 minutos realizada em janeiro de 2011; Antonio Gomes da Silva Câmara, deputado estadual (1975-1994), com duração de 190 minutos, realizada em janeiro de 2011; Mônica Aguiar,

¹⁴ No *twitter* o usuário publica e recebe atualizações de outros usuários em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “tweets”, por meio de um website. As atualizações são exibidas em tempo real no perfil do usuário, sendo visível ao público, e enviadas a outros usuários que tenham assinado para recebê-las. A ideia do *tweets* é fornecer informações rápidas e objetivas. Caso o leitor fique interessado em saber mais sobre o assunto, basta clicar em um endereço eletrônico, que usualmente é postado após as notícias que não conseguem ser reduzidas a 140 caracteres, e este será direcionado a um site que contém a matéria completa ou alguma imagem. No marketing político o *twitter* se tornou comum após o uso feito pelo então candidato a presidência dos Estados Unidos em 2008, Barack Obama, que usou esta e outras redes sociais para divulgar sua imagem, alcançando assim altos índices de popularidade e sendo então eleito presidente. Tanto @domingos_netto quanto @cidfgomes utilizam com frequência o *twitter*, o segundo emprega essa rede social para divulgar obras de sua gestão que estão em execução e os lugares por onde visita. Nesse sentido é interessante observar o *paper* de Marques (2011) que analisa o *twitter* do candidato a presidência José Serra nas eleições de 2010.

¹⁵ O *blog* permite ao usuário publicar artigos que combina texto, imagem ou o endereço eletrônico de outros sites. Esta rede social permite que o usuário publique notícias e faça comentários gerais. Estes sites são temáticos e foca assuntos como política, economia, arte, música, fotografia etc. No marketing político eles são utilizados para divulgar a campanha do candidato, publicando textos e postando fotos. Além são utilizados para noticiar o cotidiano de algum município.

mãe do ex-deputado (1995-2010) e atual vice-governador (2011-2014) Domingos Filho, com duração de 60 minutos, em dezembro de 2010; Walney Alencar, assessor político de Domingos Filho, com duração de 80 minutos, em fevereiro de 2011; João Antônio da Luz, ex-prefeito de Tauá (1997-2000), com duração de 60 minutos, em março de 2010; Antônio Rodrigues de Amorim, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Tauá (1986-1991), com duração de 95 minutos, em janeiro de 2011.

Não foi realizada nenhuma entrevista com o deputado Idemar Citó, embora inúmeras tentativas tenham sido feitas. Buscou-se entrevistar tanto o deputado quanto seus assessores, mas as tentativas não tiveram êxito.

Nessas entrevistas, foram priorizadas informações que possibilitassem compor os seguintes elementos sobre os quatro deputados estaduais: origem social, caráter local ou regional, caminhos de hegemonia política, formas e canais de recrutamento e de ascensão social e as relações estabelecidas nesse grupo (apadrinhamento, relações familiares etc.), relações com o governador e com os deputados federais,

Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com eleitores de Tauá, como: Joaquim Sousa, aposentado de 58 anos, em março de 2010; Isadora Mota, vendedora de 37 anos, em novembro de 2010. Alguns eleitores não quiseram se identificar. Além disso, foram aplicados questionários com os eleitores objetivando a análise de suas percepções sobre as eleições de 2010 em Tauá.

O texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo analisar o poder local e as formas de domínio político presente nessa esfera do poder. Assim, realizamos uma análise histórica da esfera municipal, abordando do período colonial à redemocratização de 1985. Paralelamente a essa análise, abordamos a história política de Tauá, configurando os grupos políticos que disputavam o poder local.

No segundo capítulo analisamos a trajetória política de Júlio Rêgo e de Antônio Câmara. Buscamos compreender como esses indivíduos foram recrutados, como eles construíram suas bases eleitorais, de que forma conquistavam a adesão de prefeitos e vereadores, como se relacionavam com o governador e com os deputados federais com os quais eles faziam “dobradinhas” eleitorais. Analisamos, também, como eles buscavam monopolizar o poder Executivo e Legislativo em Tauá e de que forma a oposição a esses deputados procurou se consolidar politicamente no município. Por fim, investigamos as

circunstâncias que levaram Antônio Câmara e Júlio Rêgo a não mais disputarem o cargo de deputado estadual nas eleições de 1994, transferindo sua base eleitoral, respectivamente, para Domingos Filho e Idemar Citó.

O terceiro capítulo, dando continuidade à metodologia e à forma de apresentação do capítulo anterior, busca analisar a trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, que iniciaram seus mandatos como deputado em 1995. Pretendemos investigar de que forma eles foram recrutados, como se relacionavam com suas bases eleitorais (prefeitos, vereadores), com o governo estadual e com os deputados federais. Além disso, analisaremos o padrão de disputa eleitoral e de conquista de votos que esses deputados estabeleciam.

No quarto e último capítulo focamos aspectos da trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, manifestados nas eleições de 2010. Investigam-se os resultados eleitorais de três candidatos que tem bases eleitorais em Tauá: Domingos Neto como deputado federal e Idemar Citó e Ronaldo César como deputado estadual. O capítulo ressalta a importância dessa eleição para reestruturação do poder político em Tauá: Domingos Filho ascende à política estadual, sendo eleito vice-governador e garante para seu filho, Domingos Neto, a posição de deputado federal mais votado do estado; Idemar Citó altera sua base eleitoral e entra em ostracismo político em Tauá; Ronaldo César, apesar de não ser eleito deputado estadual, consolida-se na política local em Tauá tornando-se o principal representante da oposição.

CAPÍTULO I: PODER LOCAL E FORMAS DE DOMÍNIO POLÍTICO

Esse capítulo tem por finalidade analisar a esfera municipal na política brasileira, fazendo uma análise das formas de domínio ali presentes, assim como transformações acontecidas ao longo da nossa história, como: mandonismo, coronelismo e clientelismo. Além disso, busca-se investigar a relação entre governo municipal, estadual e federal para que possamos entender a correlação de força entre essas esferas.

Analisaremos também a situação financeira do município, já que a relação com o governo estadual e federal passa pelo recebimento de verbas e diversos auxílios financeiros, determinando, assim, o tipo de política e troca de favores estabelecido com o poder estadual e o poder nacional. Cabe ressaltar que a dinâmica política municipal só é possível de ser compreendida se analisarmos as conexões que existem entre poder local, o estadual e o federal, já que muitas disputas no âmbito local (prefeitos e vereadores) estão apoiadas em relações de força com deputados, governadores e muitas vezes o presidente.

Paralelamente a essa análise, busca-se contextualizar a história política de Tauá, configurando a formação dos grupos políticos nesse município.

1.1 O município no período Colonial e Imperial: predomínio dos Feitosas

Durante o período colonial, a política se desenvolveu tendo o município por núcleo. A autonomia do poder local era percebida através da eleição dos seus representantes à Câmara Municipal, que eram recrutados entre os proprietários rurais, os chamados “homens bons”.

Predominou um poder centrífugo devido ao fato da metrópole Portuguesa não fazer-se presente no vasto território brasileiro face à impossibilidade técnica, econômica, militar e política. Assim, devido à ausência de um Estado central que impusesse uma ordem pública, o poder local possuía muito poder.

O Estado era representado no poder local apenas pela presença de um servidor do Estado português, o juiz-de-fora, que muitas vezes se submetia ao poderio dos mandões locais. É importante observar que a colonização foi iniciada não pela ação do Estado, mas pela iniciativa particular. Muitas famílias ocuparam e colonizaram os territórios, visto que esse era o método mais seguro para garantir a solidariedade de todos na defesa da terra contra os aborígenes. Como bem mostra Gilberto Freyre (1987, p. 18-19) na página seguinte.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.

A história da colonização dos Inhamuns confunde-se com a narrativa da família Feitosa. Assim, não tivemos a presença do Estado no sentido weberiano do termo¹⁶, passando a instituição familiar a preencher essa lacuna, dando brecha para a ocorrência de inúmeros conflitos.

Na historiografia brasileira existiu uma discussão se o país teria experimentado ou não o feudalismo. Entre a tradição “feudalista”, temos as interpretações de Nestor Duarte (1939), Oliveira Vianna (1955) e, posteriormente, Alberto Passos Guimarães (1968) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), que defendem a tese de que o Brasil teve um passado feudal, argumentação assentada no poder dos potentados rurais e sua parentela diante do Estado. Em contrapartida, Raymundo Faoro (1975) sustenta a hipótese de que uma organização patrimonial assentada em estamentos burocráticos empreendeu no Brasil uma colonização marcada por um capitalismo mercantilista.

Nos Inhamuns, a família Feitosa preencheu o vácuo da ausência do Estado. Queiroz (1976), ao abordar o mandonismo local na política brasileira, cita a família Feitosa como exemplo de poder privado que dificultou a penetração do Estado nessa região. Essa família ficou conhecida na historiografia brasileira, sobretudo após a guerra privada em que se envolveu com os Montes, descrita na obra de Costa Pinto (1980), que trata de lutas de famílias no Brasil. Nesse livro, o autor aborda dois estudos de caso sobre vingança privada, destacando o conflito entre as famílias Pires e Camargo, que habitavam o interior paulista, e as famílias Monte e Feitosa, que se localizavam no interior do Ceará. Esse segundo conflito¹⁷ durou apenas dois anos, mas teve um impacto grande no imaginário coletivo sertanejo, sendo o nome Feitosa sinônimo de valentia, poder e prestígio.

Os Feitosas, à semelhança dos Bezerra de Menezes descrito por Lemenhe (1996), dedicaram-se à produção e publicação de sua história como grupo familiar. Assim, o registro que se segue sobre essa família baseia-se nas seguintes obras: Leandro Feitosa (1952): “Tratado genealógico da família Feitosa”; Nertan Macêdo (1967): “O clã dos Inhamuns”;

¹⁶ Para Weber (2004, p. 60), o Estado é uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física, se transformando na única fonte legítima com “direito” à violência.

¹⁷ Para saber mais sobre esse conflito e sobre as diferentes versões de historiadores, ver: Macêdo (1967).

Gomes de Freitas (1972): “Inhamuns (terras e homens)” e Aécio Feitosa (2006): “Sesmarias dos Feitosas no Ceará”.

Segundo relatos históricos, os Feitosas dos Inhamuns descendem de João Alves Feitosa, português que no século XVII era sesmeiro no distrito de Penedo, próximo à foz do rio São Francisco, rio dos currais, como era conhecido. Em 1707, seus dois filhos, Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa, invadiram o planalto dos Inhamuns, solicitando a sesmaria do Jucá, um afluente do Rio Jaguaribe (FEITOSA, 1952).

Os Inhamuns (no tupi *inho*, *inham*: sertão, e *um*: alto)¹⁸ eram de excelência para a pecuária devido aos seus vastos planaltos com altitude média de 450 metros e de topografia mais ou menos uniforme, com solos secos e pedregosos, apropriados para a criação de animais. Dessa forma, foi colonizado para a criação extensiva de gado que abasteceria a zona açucareira de Pernambuco e Bahia, transformando os Inhamuns em um dos principais produtores de gado do Nordeste.

A primeira sesmaria nessa região foi doada a Lourenço Alves Feitosa, seu irmão Francisco Alves Feitosa e mais quatro companheiros em 26 de janeiro de 1707. Lourenço se tornou o maior latifundiário dos Inhamuns durante décadas, pois além de receber do Estado vinte sesmarias espalhadas ao longo do Jaguaribe, posteriormente herdou as terras seu irmão Francisco Alves Feitosa após sua morte em 1770 (CHANDLER, 1980).

Os Feitosas dos Inhamuns são descendentes de Francisco Alves Feitosa¹⁹, de suas três esposas e de seus filhos e enteados, além dos filhos dessas esposas e de seus cônjuges. Conforme a genealogia traçada por Leandro Feitosa, muitos descendentes de Francisco escolheram pessoas dentro da parentela ou do seu grupo familiar para se unirem, ocorrendo casamentos não só entre primos em primeiro grau como também entre tios e sobrinhos. Assim, das trinta e duas pessoas que casaram na primeira geração (filhos de Francisco e suas esposas) dessa família, vinte e quatro escolheram os membros do próprio grupo (CHANDLER, 1980).

Essa família utilizava de variados recursos para a manutenção de seu *status quo*, por exemplo: casamento entre membros do próprio grupo familiar para evitar as divisões de terra, alianças por meio de casamento ou parentesco ritualizado com famílias de igual prestígio político e econômico, ocupação de cargos-chave na burocracia municipal e, principalmente, a organização em rede de parentela.

¹⁸ Freitas (1972, p. 33).

¹⁹ Cabe ressaltar que Lourenço Feitosa não deixou nenhum descendente.

Conforme Dulci (2007), durante o período colonial tivemos, no Brasil, a existência de duas elites. O primeiro grupo de elite era formado pelas autoridades da coroa, que formava uma elite burocrática. A origem do poder dessa elite vinha da força e do prestígio da monarquia e da competência dos indivíduos desse grupo em lidar com assuntos burocráticos do governo.

O outro grupo de elite era formado pelas autoridades locais, uma elite de proprietários rurais. Seu poder provinha da posse de terras, da riqueza e do uso da violência. Compunha um poder intitulado por Queiroz (1976) como “mandonismo”. O mandão local ou chefe exerceu sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que impedia que seus subordinados tivessem livre acesso ao mercado e à sociedade política. Houve uma tendência à privatização do poder, antagônica e hostil ao Estado como poder público. O Estado, por sua vez, omitia reduzindo suas tarefas à mera coleta de impostos.

Conforme Chandler (1980), o principal elemento de controle social nesse período era o poder dos indivíduos. Os potentados rurais recebiam o beneplácito oficial para outorgar comissões na milícia e, em alguns casos, a patente de capitão-mor local. O autor ressalta que:

A relação coroa-fazendeiros ressentia-se do elemento necessário da reciprocidade. Enquanto a coroa precisava dos potentados e exigia muito deles, eles, em contrapartida, tinham poucos motivos para respeitar ou confiar na coroa (CHANDLER, 1980, p. 48)

Os Feitosas passaram a ocupar cargos importantes na hierarquia do governo português nos Inhamuns. Francisco Alves Feitosa, primeira autoridade portuguesa na região, foi nomeado coronel da cavalaria dos Inhamuns em 1719; seu neto, Eufrásio Alves Feitosa, nomeado Tenente-Coronel; seu bisneto, José Alves Feitosa, nomeado Capitão-mor dos Inhamuns (1791-1823). O último capitão-mor nos Inhamuns, pois este posto foi extinto em 1831, foi Antônio Martins Chaves, que embora não fosse Feitosa, era casado com uma prima de primeiro grau dos Feitosas.

Cabe ressaltar que o cargo de capitão-mor local era ocupado pela personalidade mais poderosa da área, numa tentativa da autoridade real utilizar os poderes dos potentados locais ao seu próprio favor. Esse capitão-mor local funcionava como um soberano absoluto.

Em 1802, os Inhamuns foi promovido à posição de vila, e Tauá, território dos Feitosas, escolhido para sediá-la. A vila foi batizada de São João do Príncipe e englobava os povoados de Arneiroz, Cruz (mais tarde intitulada Saboeiro), Flores e Maria Pereira

(atualmente Mombaça). Em 1823, a vila de São Mateus (atualmente Jucás) foi instalada e o povoado de Cruz foi anexado a essa vila.

Nesse período, o poderio dos Feitosas começa a ser ameaçado pela emergência de outra família influente na política da região dos Inhamuns, a Fernandes Vieira (Carcará), que tinha Cruz (Saboeiro) como zona de influência.

Chandler (1980), analisando o poder exercido pelos Feitosas, indaga se haveria nos Inhamuns o conceito de “governo” que funcionasse independente da família, ou seriam o poder da família e o poder público as mesmas coisas? Para responder a esse questionamento, o autor analisa as tentativas de impor um governo representativo nos Inhamuns no século XIX e percebe que as mesmas foram mal sucedidas, uma vez que os Feitosas, em São João do Príncipe, e os Fernandes Vieira, em Saboeiro, consideravam suas respectivas áreas como domínios pessoais e as instituições governamentais como agências de seu controle.

Durante o Império, o poder municipal continuou sendo o *locus* político mais importante, sendo o Estado privatizado e agindo em função dos interesses da classe proprietária rural. Nos fins do século XVII e XVIII, a coroa começou a afirmar sua autoridade pública contra a autoridade pessoal das elites locais, sobretudo depois da descoberta de ouro. A autoridade régia assume o papel de defender e povoar a terra, o que vinha sendo desempenhado pela “nobreza” rural. Assim, a coroa começou a fortalecer e prestigiar os seus agentes na colônia: juízes municipais, juízes de paz, ouvidores, governadores (LEAL, p. 1975).

Posteriormente, devidos aos constantes conflitos entre os mandões locais, proprietários rurais, e as autoridades do governo, a Coroa buscou uma conciliação. Assim, instituiu-se a Guarda Nacional em 1831, fornecendo aos chefes locais o seu posto mais alto, o de coronel, institucionalizando o poder privado, à medida que o chefe político passou a ser um chefe militar, não só de fato como de direito.

Carvalho (1997) comenta que a Guarda Nacional foi a instituição patrimonial que ligou proprietários rurais ao governo, transformando-se no grande mecanismo patrimonial de cooptação dos proprietários rurais. Mesmo que esses chefes locais servissem como oficiais da Guarda gratuitamente e pagassem pelas patentes, fardando inclusive as tropas com recursos próprios, essa instituição garantia a esses chefes o controle da população local.

No período Imperial, com o surgimento dos partidos políticos, as duas famílias mais influentes da região se posicionavam em lados opostos na política: Feitosas representando os liberais, tendo a vila de São João do Príncipe como zona de influência; e os Fernandes Vieira, representando os conservadores e dominando a vila de Saboeiro.

Os Fernandes Vieira passaram a acumular prestígio político quando Miguel Fernandes Vieira, graduado de Direito em Olinda, passou a ser chefe do Partido Conservador no Ceará, cargo que exerceu durante vinte anos. Esse partido surgiu no Ceará em oposição ao regime de José Martiniano de Alencar, presidente da província e membro do Partido Liberal, e foi fortalecido nos anos de 1838 e 1845 quando nacionalmente o Partido Conservador desbancou o poder dos Liberais. Miguel Fernandes Vieira ocupou, inclusive, o cargo de Senador e conseguiu para seu pai, Francisco Fernandes Vieira, o título de Visconde do Icó.

1.2 O poder local na Primeira República: declínio da hegemonia dos Feitosas

Dantas (1987) afirma que durante o Império a estabilidade política do país era mantida devido a uma estrutura de dominação na qual o Imperador era fiador da ordem escravocrata, obtendo, assim, o apoio dos proprietários rurais. Com a decretação da abolição, o compromisso dos senhores rurais se rompeu e estes passaram a apoiar o partido republicano. Na República, as relações de força foram alteradas, a burguesia cafeeira emergiu e buscou a hegemonia política, antes sob controle das oligarquias do açúcar e do gado. Inicia-se um período de instabilidade política.

Nesse período, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na tentativa de reduzir os resíduos patrimoniais da administração em favor da burocracia do Estado. Assim, os delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares. Além disso, a Igreja foi separada do Estado, instituindo-se o registro civil. Antes, o batistério era o documento mais importante de identificação dos indivíduos. Nesse período, o coronelismo surgiu com o recuo do patrimonialismo e o avanço da burocracia (CARVALHO, 1997).

Desde a publicação do livro “Coronelismo, Enxada e Voto” em 1949, por Nunes Leal, o coronelismo é percebido como integrante do sistema político brasileiro, passando essa categoria analítica a fazer parte do referencial teórico nas análises sobre poder local. O coronelismo é a forma assumida pelo mandonismo local. Para este autor, o coronelismo é percebido como um sistema datado historicamente, como afirma:

[...] o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município (LEAL, 1980, p. 13 *apud* CARVALHO, 1997, p. 1-2).

O coronelismo seria uma complexa teia de relações sociais que ia desde o coronel ao presidente da República, sendo um compromisso político, uma troca, entre o poder público cada vez mais fortalecido e a decadente influência do poder privado dos chefes locais, os senhores de terras.

O coronel participa desse sistema como elemento de fraqueza e não de força. Neste contexto, o coronel é aquele que, em grande parte, possui propriedade (mesmo tendo parte de seus bens penhorados) e algumas dificuldades financeiras, mas que, por assumir uma posição de chefe político, concedendo emprego/sustento à grande parte da população, lhe garante uma postura de homem de “valor”²⁰ (GOULART, 2004).

Através da relação estabelecida com o governo estadual, o coronel conseguia a nomeação para cargos públicos no seu município, como: delegados, subdelegados, juízes, coletor fiscal, médico (quando havia), professores e até mesmo vigários. Para Leal (1975, p. 43), o coronel se ocupava de garantir o voto da população e, para isto, precisava dos favores do governo regional até mesmo para se manter economicamente. Como reforça:

Coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

Segundo Carvalho (1997), na tese de Leal (1975) era de importância secundária que a contrapartida do coronel nesse sistema de reciprocidade se concretizasse exclusivamente em votos. Para o governo federal, bastava apenas o apoio tácito e a não rebelião para garantir a estabilidade do sistema político. Essa defesa de Carvalho, a tese de Leal deve-se às críticas feitas por Cammack (1979, 1982), que nega o valor do voto como mercadoria política. Segundo Carvalho (1997, p. 6):

[...] a votação pouco valia na época. Há amplas evidências sobre fraudes escandalosas que acompanhavam o processo eleitoral em todas as suas fases. O coronel podia controlar os votantes e manipular as atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era o próprio Congresso em acordo com o presidente da República.

²⁰ No Romance “O Coronel e o Lobisomem”, José Cândido de Carvalho expõe a história de um coronel que possui uma fazenda penhorada, mas que mesmo assim possui autoridade e mando, tendo um bom relacionamento com o governo. Na obra, percebemos o retrato do desgaste político da figura do coronel, antes homem temido e valente e que no período atual tem medo do lobisomem.

Dantas (1987) defende a mesma hipótese. Para ele, o coronel era legitimado pela oligarquia estadual, não pelo número de votantes, mas antes pela capacidade de controlar e impor a coerção à população.

Na constituição de 1891, a população votante deveria ser especificamente masculina, maior de 21 anos e alfabetizada. A participação popular era restrita, tornando o sufrágio universal irreal. Segundo dados apresentados por Raimundo Faoro (1975, p. 620-621 apud DANTAS, 1987), os votantes, entre 1898 e 1926, oscilaram entre 3,4% e 2,3%. Além disso, a média da população alfabetizada em 1890 era de 14,8% e em 1920 subiu para 24,5%. “Diante de dados dessa natureza, acreditamos que associar o coronelismo como prática eleitoral em todas as fases da história da República carece de fundamentação empírica” (DANTAS, 1987, p. 17.)

Além disso, nesse período o sistema eleitoral era marcado por fraudes, falsificações das atas eleitorais, predominando eleições de bico de pena. As eleições não passavam assim de um ritual para legitimar o poder exercido pelos coronéis que eram influentes em seus respectivos redutos.

Como foi exposto, os primeiros anos da República Velha foram caracterizados por uma onda de instabilidade política. A estabilidade só viria com a “política dos governadores”, que caracterizou o compromisso político coronelista: os coronéis apoiam o governador, que lhes dá carta branca em seus domínios; os governadores apoiam o presidente da República, este reconhece a soberania deles nos estados. Como ressalta Dantas (1987, p. 20):

Com a Política dos Governadores, estabeleceu-se um arranjo político acentuando a vinculação das políticas federais com as estaduais estimulando a expansão das oligarquias nos vários Estados, oligarquias essas que passaram a articular-se tanto no nível regional quanto no âmbito nacional, de forma escalonada, conforme sua capacidade de influência. Enquanto isso, na esfera municipal, desenvolvia-se o coronelismo como base de legitimação e poder das próprias oligarquias, fechando o circuito da estrutura de dominação.

Essa relação poder local-central é caracterizada por trocas recíprocas. A elite local, por ter perdido poder econômico, necessita do apoio do governo para manter sua posição de classe dominante e passa a apoiá-lo. O governo central, por sua vez, necessita do apoio desses chefes locais para legitimar a nova ordem política. “Os novos donos do poder só poderiam manter-se à testa do Estado por meio de alianças com os setores que controlavam a periferia” (ANDRADE, 2007, p. 247)

Na visão de Leal (1975), o coronelismo, no seu sentido sistêmico, surgiu na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o

federalismo em substituição ao centralismo no período imperial. Esse federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. Isso porque cabia aos estados assegurarem a autonomia dos municípios. A conjuntura econômica era de decadência dos fazendeiros que os faziam dependentes do Estado, cuja presença se expandia.

Segundo Chandler (1980, p. 15), a estrutura de poder nos Inhamuns não foi praticamente alterada durante o predomínio da República Velha, como ressalta:

Nos Inhamuns, na realidade, o coronelismo poderia ser interpretado como manifestação de uma sociedade construída em torno de um grupo de parentes, sendo o coronel e o chefe da família a mesma pessoa. Parece significativo o fato de o coronel dos Inhamuns da República Velha (1889-1930) ser o descendente direto do primeiro “patrão” da região nos primórdios do século dezoito; este dado não ilustra apenas o conteúdo relacionamento do poder com a ligação familiar, mas também que o coronelismo da República Velha era, pelo menos naquela zona, um novo nome para um antigo fenômeno.

No entanto, mesmo que os Feitosas tenham permanecido no poder durante esse período, percebemos que a hegemonia dessa família estava sofrendo desgastes com a emergência de outras famílias que passaram a se fortalecer. Esta família, diferente do que aconteceu no período Colonial e Imperial, permaneceu no poder durante a república Velha apenas quando tinha o apoio da autoridade estadual.

Os Feitosas representavam o Partido Republicano Conservador (PRC) em Tauá, liderado pelo Coronel e deputado Lourenço Alves Feitosa e Castro, neto do capitão-mor José Alves Feitosa. O outro grupo era filiado ao Partido Republicano Democrata (PRD) em Tauá, partido essencialmente anti-Feitosa. Conhecidos como Rabelistas²¹, eram compostos por dois grupos familiares: o Clã de Campo Preto, constituído por famílias da região do rio Favelas, no distrito de Marruás (Oliveira, Mota, Ferreira de Sousa, Teixeira e Cavalcante), e liderado por José de Oliveira d`Nascimento; e os Gomes dos distritos Trici-Flores, liderado por Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo).

De 1889 a 1912, quando o PRC, liderado por Nogueira Accioli, estava no comando da administração estadual, o deputado Lourenço Alves Feitosa conseguia silenciar a oposição e manter sua hegemonia política em Tauá indicando os interventores municipais. Quando o PRC não estava no poder do estado, a família Feitosa perdia o poder político no contexto local.

²¹ Eram intituladas de "rabelistas" as lideranças políticas que apoiavam o coronel Marcos Franco Rabelo.

Inicialmente, os Feitosas foram alijados do poder de 1912 a 1914²² quando, em razão da “Política dos Governadores”, o PRC liderado pela oligarquia acciolina foi substituído pelo PRD, liderado por Franco Rabelo. Os Feitosas perdem o controle político em Tauá e Eufrásio Alves de Oliveira é indicado ao cargo de intendente municipal. Este, pertencente ao clã de Campo Preto, fazia parte do grupo político que estava em ascensão no município, juntamente com a família Gomes, representada pelo coronel Domingos Gomes. Posteriormente, quando Franco Rabelo foi alijado do poder e os Accioli retomaram seu domínio político, os Feitosas puderam, enfim, restaurar o seu poderio político, indicando os interventores em Tauá de 1914 a 1919.

A derrocada final dos Feitosas aconteceu quando da desarticulação de uma coalizão dos partidos de todo estado do Ceará, em 1916, para eleger João Thomé de Sabóia e Silva. Os Feitosas apoiavam a candidatura de João Thomé pelo Partido Republicano Conservador. No entanto, um ano antes das eleições, o presidente do estado optou por apoiar os democratas. Estar em oposição ao governo estadual era um erro de cálculo por não prever com antecedência o resultado do jogo. Foi assim que José Alves de Araújo Feitosa, partidário dos conservadores, foi alijado do poder e em seu lugar assumiu o democrata Domingos Gomes de Freitas. Em 1920, este grupo conseguiu compor a grande maioria na Câmara Municipal, estabelecendo-se, assim, no poder local. Domingos Gomes foi intendente de 1919 a 1927.

O declínio político dos Feitosas resultou no rebaixamento do município de Arneiroz (território dessa família e liderado por Leandro Custódio de Oliveira Castro) ao *status* de distrito de Tauá, visto que haviam votado em Belisário da Silva Távora para governador, candidato que perdeu para Justiniano de Serpa nas eleições de 1920.

Chandler (1980) ressalta que grande parte do poder dos Feitosas nos Inhamuns estava sustentado na influência que o Coronel Lourenço Alves Feitosa, líder político da família, possuía com o governo estadual. O declínio político da família, segundo o autor, deu-se por dois fatores principais: o surgimento de grupos ligados a outras famílias e a crescente participação da autoridade externa. No período da República Velha, os Feitosas, que tiveram seu poder político por cerca de dois séculos baseado na posse de terra e no prestígio, passaram a depender da autoridade externa (poder central dos governadores) para a manutenção da sua base política em Tauá.

²² Nesse período, o intendente de Tauá foi Eufrásio Alves de Oliveira, integrante da família Mota.

Os Feitosas ainda conseguiram eleger o primeiro prefeito eleito em Tauá em 1926, Joaquim Alves Ferreira, pelo PRC. Este, com o apoio do novo presidente do estado, Desembargador José Moreira da Rocha, conseguiu derrotar Major Benevenuto de Oliveira Sousa (PRD), pertencente ao Clã do Campo Preto e que era apoiado pelos Gomes do distrito Trici-Flores. Depois dessa vitória, os Feitosas perderam a hegemonia política em Tauá e qualquer vitória que os membros dessa família tenham conquistado após 1930 foi mais resultado de alianças com outras famílias do que a demonstração de seu poder político absoluto.

Além disso, os Feitosas não conseguiram apresentar lideranças fortes que os representassem no âmbito político estadual, pois após a morte do Coronel Lourenço Alves Feitosa, em 1915, e do Padre Francisco Máximo Feitosa e Castro²³, em 1923, a família não conseguiu renovar-se politicamente. Esse esvaziamento do poder é percebido na eleição direta e majoritária em 1928, em Tauá, pois essa família não apresentou nenhum candidato, sendo eleito para o Executivo municipal, pelo PRD, o comerciante Joel Marques (MOTA, 2002).

1.3 A Era Vargas e a Redemocratização: Hegemonia política de Joel Marques

Com a revolução de 1930, tivemos um desmonte da máquina política da República Velha para a elaboração de uma nova forma de governar que incluía um melhor aparelhamento administrativo nos municípios, até então vistos como desorganizados, ineficientes e dispendiosos. Assim, desejava-se tutelar os municípios, criando o Departamento de Municipalidades.

Essa revolução, segundo Dantas (1987), afetou a relação de poder estabelecida na República Velha. A fração cafeeira perde a hegemonia política e novas forças surgem no cenário político: fração industrial e as massas urbanas. No plano político, temos a presença dos interventores nos estados, respaldados pelo Poder Central.

A revolução de 1930 procurou dar fim a essa descentralização, fortalecendo os sistemas administrativos e a burocracia federal. A modernização das instituições brasileiras no governo de Getúlio Vargas levou ao surgimento de um Estado autoritário que propunha ser hegemônico e integrado em detrimento do Estado dividido entre oligarquias durante a República Velha. Assim, para o Brasil chegar a um Estado moderno, como nos povos

²³ Filho do tenente-coronel Lourenço Alves de Castro, nasceu em Cococi e foi Deputado Provincial de 1888 a 1889. Com o advento da República, foi eleito Deputado Republicano em sete legislaturas, de 1897 a 1920.

“civilizados”, teríamos, obrigatoriamente, que nos tornarmos autoritários (WAHRLICH, 1983).

Após essa revolução, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo Interventor de cada estado, permitindo que alguns militares ocupassem a posição de líder político ao lado de civis sem tradição política ou familiar. Em Tauá, no período de quatro anos (1930-1935), foram indicados seis interventores²⁴.

Na constituição outorgada em 1937, percebemos uma posição totalmente antimunicipalista, pois, além de conservar os departamentos de municipalidades, reduziu-se a receita municipal e suprimiu-se a eletividade dos prefeitos. O município ficou completamente tutelado, pois além de não ter um órgão local representativo ou pseudo-representativo, ficava sujeito a um severo controle do poder central.

Com o golpe em 1937, Getúlio Vargas manteve o então governador do Ceará eleito em 1935, Francisco Menezes Pimentel, na interventoria do estado. Joel Marques, que havia sido eleito prefeito pelo Partido Republicano Progressista (PRP) em 1936²⁵, também permaneceu no poder.

Joel Marques tinha pouca formação escolar, era comerciante e sócio da primeira fábrica de beneficiamento de algodão dos Inhamuns. Foi casado por duas vezes com integrantes da família Alexandrino, mantendo com estes fortes laços políticos. Por conta de sua ligação política com o interventor do estado, Menezes Pimentel, exerceu o cargo de interventor em Tauá no período em que aquele foi interventor do Ceará (1937-1945).

Foi interventor de Tauá de 1935 a 1943, mas em 1942 passou a residir em Fortaleza, onde estabeleceu uma firma de venda em varejo com seu irmão, Sebastião Marques. Joel Marques exerceu cargos nas associações classistas, pertencendo ao quadro dirigente da Associação dos Merceeiros e da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará (FACIC), demonstrando, assim, sua capacidade de liderança (MOTA, 2002).

Mesmo dedicando-se à atividade comercial, ainda exerceu o domínio político em Tauá. Em 1943, passou a ocorrer uma divisão do trabalho político na família Marques. Joel Marques dedicou-se ao comércio e seu irmão, Sebastião Marques, exerceu o cargo político de interventor em Tauá, permanecendo nessa tarefa até 1945.

²⁴ Esses interventores foram: Aristides Cavalcante Freitas (1930), Francisco das Chagas Nogueira Caminha (1930-1931), Ózimo de Alencar Lima (1931-1933), José Jaime de Alencar (1933), Manoel Trajano Borges (1933-1935), Odilon Silveira Aguiar (1935-1936).

²⁵ Nessa eleição estavam disputando o executivo de Tauá Joel Marques e Cândido Alexandrino de Oliveira (MOTA, 2002).

Em 1945, após Menezes Pimentel ser substituído por Benedito Augusto Carvalho dos Santos (Beni Veras) como interventor do estado, tivemos, em Tauá, uma onda de instabilidade política. Assim, no ano de 1945 três pessoas foram interventoras no município: Cristóvão Peixoto de Holanda, Joaquim de Castro Feitosa e Antônio Jataí Sobrinho. Cabe ressaltar que este último ocupou o cargo pela influência política do Senador Olavo Oliveira, do Partido Social Progressista (PSP), durante dois anos, de 1945 a 1947.

Joel Marques, em 1945, residindo em Fortaleza, passou a atuar politicamente em âmbito regional e não mais local. Assim, nesse ano, foi eleito deputado estadual constituinte, assegurando sua eleição na região dos Inhamuns, onde contava com uma rede de chefes políticos locais que o apoiava.

Com a restauração democrática de 1945, houve a busca por novas fontes de poder, sobretudo porque nesse período o contingente eleitoral passou a ter peso político maior, principalmente com a instauração do voto secreto e da justiça eleitoral. Além disso, as massas populares ampliaram sua participação política num período de intenso processo de urbanização nacional. Nesse aspecto, o voto assume a forma de mercadoria, passando os cabos eleitorais a mercantilizar os votos com vereadores, prefeitos e deputados. “A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral, com o número de votos cativos” (DANTAS, 1987, p. 32).

Em 1946, foi criada uma nova constituição de cunho liberal buscando recuperar o espírito federalista, assegurando a descentralização político-administrativa. Nesta constituição, a atividade partidária voltou a fazer parte da agenda política do País, com os partidos políticos se arregimentando para eleger diretamente o Presidente da República. Assim, tivemos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado a partir dos sindicatos que Vargas controlava; Partido Social Democrático (PSD), composto pelos interventores nos estados; União Democrática Nacional (UDN), de cunho liberal e que representava a oposição a Vargas; Partido Comunista Brasileiro (PCB), ligado a Carlos Prestes.

No âmbito estadual, tivemos disputas políticas centradas em torno de dois grandes partidos: PSD, representado pelo ex-interventor Menezes Pimentel, e UDN, liderado por Fernandes Távora, José Sabóia e Paulo Sarasate.

Nesse período, o poder político da UDN e do PSD estava equilibrado, levando a uma constante alternância no poder. A vitória de um ou outro dependia da aliança com os partidos menores. Nessa disputa, existia um partido que era o fiel da balança, dando vitória à coligação a qual apoiava. Nas duas primeiras eleições, 1947 e 1950, quem representou o fiel da balança foi o PSP de Olavo Oliveira. Depois, o PTB, sob o comando de Carlos Jereissati,

passou a ter o poder de decisão, dando vitória às suas coligações nas eleições de 1954 e 1958. Dessa forma, em 1947, para governo do estado, ganha a coligação UDN/PSP, e em 1950 a coligação PSD/PSP. Já em 1954, é vitoriosa a coligação UDN, PTB e Partido Republicano (PR) e em 1958 PSD/PTB.

Como nesse período as disputas políticas estavam muito acirradas, o prefeito que tivesse o apoio do governador teria um grande aliado nas concessões de “dádivas” aos seus eleitores, aos seus clientes. Por conseguinte, o prefeito que fosse opositor ao governador não conseguiria facilmente as verbas para o município, gerando um desgaste de sua liderança, como na clássica frase de Faustino de Albuquerque, ex-governador do Ceará em 1947: “Aos amigos ‘carinho’ e aos adversários ‘justiça’” (MOTA, 1985, p. 29).

A disputa no âmbito estadual reverberou na formação de grupos no nível municipal. Assim, em Tauá existiam três grupos políticos que se filiaram em partidos diferentes. Joel Marques e membros da família Alexandrino ingressaram no PSD. Os Gomes de Freitas e o Clã de Campo Preto se filiaram na UDN, e os integrantes da família Castelo aderiram ao PSP. A família Feitosa não estava mais unida e acabou se dispersando politicamente (MOTA, 2002).

Nas eleições de 1947, o grupo político aglutinado no PSD lançou a candidatura do fazendeiro Marçal Alexandrino de Oliveira ao posto de prefeito e de Joel Marques ao de deputado estadual. Os outros dos grupos estavam unidos e lançaram pela UDN o membro do Clã de Campo Preto, Adalberto Bastos Cavalcante, para concorrer ao executivo e pelo PSP o filho de Domingos Gomes de Freitas, Manuel Gomes de Freitas (Nelo Gomes), para o cargo de deputado estadual. O resultado eleitoral foi favorável ao candidato do PSD à prefeitura, Marçal Alexandrino, e os dois deputados estaduais foram eleitos, Joel Marques (PSD) conseguindo um total em todo o estado de 3.809 votos e Nelo Gomes (PSP) com 3.004 votos.

Além da eleição de 1947, as disputas políticas ocorridas em 1950, 1954, 1958 e 1962 foram favoráveis aos candidatos do PSD²⁶, do grupo político de Joel Marques. Cabe ressaltar que em 1962 ocorreu uma coligação, liderada por Virgílio Távora, das principais forças políticas do PSD e da UDN. Esses partidos, até então adversários nas disputas eleitorais, passaram a compor a chamada “União pelo Ceará”. Como reflexo dessa coligação, em Tauá uma parte da UDN fez acordo com o PSD e apoiou como candidato a prefeito o médico Júlio Gonçalves Rêgo, do PSD, indicado por Joel Marques, e como vice o vereador

²⁶ Os prefeitos eleitos foram respectivamente: o fazendeiro Flávio Alexandrino Nogueira em 1950; O coronel da polícia Moacir Pereira Gondim em 1954; O coronel da polícia Geraldo Feitosa de Sousa; o médico Júlio Gonçalves Ledo em 1962.

Genésio Loiola, da UDN. Concorrendo com essa chapa estava o outro grupo da UDN, que tinha Alberto Feitosa Lima como prefeito e Júlio Gonçalves Sobrinho como vice.

Júlio Rêgo, natural de Tauá, formou-se em 1956 no curso de medicina em Recife. Em seguida, foi médico-chefe do posto de saúde de Tauá, onde atuou de 1958 a 1962. O exercício da profissão de médico, sobretudo os constantes atendimentos de “graça”, fez com que este acumulasse capital político suficiente para ganhar as eleições em 1962. Além do seu capital político, o candidato contava com o apoio de Joel Marques, chefe político da região. No entanto, apesar da união estadual entre PSD e UDN, essas eleições em Tauá foram competitivas. Júlio Rêgo foi eleito com um total de 3.549 votos contra 3.149 do seu adversário, Alberto Feitosa. O vice-prefeito eleito foi Genásio Rodrigues, da chapa de Júlio Rêgo, com 3.323 votos contra 3.198 de Júlio Gonçalves Sobrinho. Além disso, o PSD conseguiu eleger quatro vereadores, a UDN cinco e o PTB dois.

Posteriormente, ocorreu um rompimento do grupo de Joel Marques com o grupo do prefeito eleito Júlio Rêgo fazendo com que o PSD de Tauá se dividisse. Assim, em 1966, esse partido lançou dois candidatos a deputados estaduais: Júlio Rêgo (ARENA) e Joel Marques (ARENA), ambos eleitos. Cabe ressaltar que desde as eleições de 1947 até 1966, esse município conseguiu eleger dois candidatos ao Legislativo estadual²⁷.

A eleição de 1966 foi a última em que Joel Marques disputou cargos eletivos. Este que desde o Estado Novo, por proximidade com o interventor Menezes Pimentel, indicava os interventores em Tauá, foi eleito por seis vezes consecutivas deputado estadual (1948-1970). O declínio da influência política de Joel Marques em Tauá teve início quando Julio Rêgo se candidatou em 1966 ao posto de deputado estadual, pois Joel Marques conseguiu apenas um total de 23,03% dos votos em Tauá (1.796 votos), enquanto Júlio Rêgo alcançou um total de 59,85% dos votos (4.667 votos).

1.4 O poder local durante a Ditadura Militar: Antônio Câmara x Júlio Rêgo

O movimento de descentralização da Constituição de 1946 foi novamente detido pelo golpe de Estado promovido pelos militares em 1964. Esse golpe era guiado por uma ideologia técnico-militar que buscava “purificar” a política brasileira, tanto da esquerda,

²⁷ Em 1947, foi eleito Joel Marques do PSD e Manuel Gomes de Freitas do PSP. Em 1950, Joel Marques é novamente eleito pelo PSD e Antônio Gomes de Freitas, substituindo o irmão Manuel Gomes, é eleito pela UDN. Em 1954, Joel é eleito pelo PSD e Antônio Gomes pelo PTB, porém, em 1958 e 1962, Antônio Gomes, pelo PTB, ficou na suplência, permanecendo Joel Marques eleito pelo PSD.

mantendo assim o *statu-quo*, quanto dos “políticos tradicionais”, que dificultavam a ramificação do Estado nos rincões do país.

No entanto, nas eleições de 1965, os candidatos que representavam a esquerda tiveram uma vitória expressiva. Com isso, o governo militar endureceu o regime. Publicaram-se Atos Institucionais limitando a participação política da população e concentrando o poder nas mãos do presidente da República.

Em 1966, foram decretadas eleições indiretas para o executivo federal e destituídas as instituições partidárias, dando origem a dois partidos: ARENA e MDB. O primeiro partido era formado por políticos que apoiavam a ditadura, estes vinham da UDN e da ala conservadora do PSD; o segundo era composto pela oposição ao regime e era formado por líderes de partidos pequenos, do PTB e de uma parte do PSD. Posteriormente, foram estendidas eleições indiretas ao poder executivo dos estados, das prefeituras das capitais e de alguns municípios considerados estratégicos. O ápice do endurecimento do regime militar aconteceu em 1968 com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que destituiu o poder Legislativo.

No início da implantação da ditadura, quando foram mantidas as instituições democráticas, não ocorreu de imediato um desmonte dos grupos políticos tradicionais, uma vez que o governo militar queria um partido governista forte e uma oposição desarticulada.

No Ceará, o poder de Virgílio Távora, eleito governador em 1962, foi abalado pelo fato deste ter relações pessoais com João Goulart, tendo ocupado inclusive o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962). Apesar dessas ligações pessoais, Virgílio Távora permaneceu no cargo até o final do seu mandato.

Posteriormente, em 1966, os militares passaram a indicar os governadores, provocando a desagregação da “engenharia política” dos líderes tradicionais que possuíam o seu “ponto forte” na escolha dos nomes que iriam disputar o controle da máquina do Estado. Como explica Carvalho (2009, p. 104):

A revolução de 64 proclamava a subversão e a corrupção como chagas da política a serem extirpadas a qualquer custo. A imagem do político profissional carregava o estigma desses dois males e portanto constituía-se o alvo natural de execração pública naqueles tempos de “ardor revolucionário...”.

No Ceará, o MDB foi registrado em 1965, composto pela ala do PSD comandada por Martins Rodrigues, por líderes dos partidos pequenos, tendo a frente deputados como Álvaro Lins Cavalcante, Antônio Paes de Andrade e Francisco Castelo de Castro. Já o

“Partido da Revolução”, ARENA, foi registrado em 1966, composto por grupos que formavam a Aliança pelo Ceará, com exceção de uma parte do PSD. Esse partido era liderado por Paulo Sarasate e Virgílio Távora.

O cargo do executivo estadual, nas eleições de 1966, foi indicado pelo presidente da República Castelo Branco e “empossado” pela Assembleia Legislativa. Este, por ligações pessoais com Paulo Sarasate, indica Plácido Aderaldo Castelo, um desconhecido na política do Estado. O fortalecimento de Paulo Sarasate na ARENA coincidiu com o ostracismo de Virgílio Távora.

Nas eleições de 1970, para o executivo estadual, o comando militar de Recife impôs a candidatura do Coronel César Cals, um cearense portador da ideologia técnico-militar do governo. O objetivo dessa indicação era minar o poder dos políticos tradicionais. Virgílio Távora, exercendo o mandato de deputado federal e conquistando novamente prestígio junto aos militares após o governo de Castelo Branco (1964-1967), conseguiu reinstaurar a participação dos chefes políticos nas composições das chapas governamentais. Nessa eleição, foi estabelecido um acordo entre as três maiores lideranças estaduais (César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra) conhecido como “Política dos Coronéis”. Segundo Mota (1985, p. 178), este acordo tinha dois preceitos: “união na cúpula e divisão na base”. O objetivo era concentrar o poder nas mãos da ARENA, não deixando espaço para o surgimento de novas lideranças. Assim, a divisão da chapa governamental ficou composta por: César Cals como governador; Humberto Bezerra, irmão de Adauto Bezerra, como vice; Virgílio Távora como Senador.

Instalou-se, assim, uma situação de certa forma contraditória, pois embora o governo fosse uma ditadura, ele ainda conservava as instituições democráticas como as eleições para o parlamento e para as prefeituras das cidades interioranas. Dessa forma, o novo governo²⁸ carecia de votos como mecanismo de legitimação do poder.

Com isso, os donos de “currais eleitorais” viram seu prestígio novamente reforçado como estratégia de contrabalançar a tendência ao voto oposicionista dos centros urbanos. Assim, o governo federal fortaleceu as oligarquias nos Estados e estas fortalecem as oligarquias nos municípios²⁹.

Nesse período dos governos federais militares, a política local em Tauá era monopolizada por dois grupos políticos: o grupo familiar dos Gomes de Freitas, liderado pelo

²⁸ A ditadura implantada no Brasil tratava-se de uma modernização conservadora que procurava aprofundar o processo de expansão do capitalismo no campo e na cidade. Caracterizava-se também pela busca da implantação de uma administração burocrática e racional, perseguindo assim os “políticos profissionais”.

²⁹ Essa tese é inclusive defendida por Rolim (1979).

deputado estadual Antônio Câmara; e o grupo político liderado pelo deputado Júlio Rêgo. Estes dois deputados eram filiados a ARENA e disputavam entre si o apoio do governo estadual. O grupo político familiar dos Motas representava o MDB no município, porém possuíam pouca liderança política. A hegemonia política desses dois deputados será abordada no capítulo II.

1.5 Redemocratização: Domingos Filho x Idemar Citó

A luta contra o autoritarismo foi identificada com a luta pela descentralização do poder. Assim, com a queda do regime militar, a descentralização e a participação da sociedade civil foram recolocadas como princípios inerentes ao processo democrático.

Com a Constituição de 1988, o município torna-se ente federativo equiparado à União e aos estados, assumindo participação na carga tributária e passando a ser responsável pela prestação de alguns serviços de saúde e de parte das tarefas educacionais. Assim:

[...] a administração municipal passa a deter recursos e atribuições para a implementação de programas sociais que vão, em certo sentido, minar a base de sustentação das lideranças tradicionais (LOPES, 2005, p. 10).

De acordo com Amaral Filho (2000, p. 9), com essa Constituição as tributações assim ficaram divididas:

Governo federal fica responsável pela tributação sobre Produção Industrial, Operações Financeiras, Importação e Exportação, Propriedade Rural, Grandes Fortunas, Lucro (Contribuição Social) e Faturamento (Contribuição Social); ao *governo estadual* a tributação sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Transmissão de Propriedade Imobiliária causa mortis, Propriedade de Veículos – [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores] IPVA e Adicional de [Imposto de Renda] IR Federal; e ao *governo municipal* a tributação sobre Prestação de Serviços, Propriedade Imobiliária Urbana e Transmissão de Propriedade Imobiliária inter-vivos. (grifo meu)

Embora a nova Constituição consagre a autonomia política, esta descentralização ocorreu sem que os municípios tenham adquirido autonomia do ponto de vista orçamentário. Ou seja, com recursos orçamentários escassos, aos municípios não são dadas condições de atender às suas demandas. A maioria dos pequenos municípios não apresenta atividade econômica capaz de gerar uma arrecadação tributária suficiente e depende de repasses estaduais e federais, basicamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do FPM para custear suas atividades.

Em pesquisa sobre os municípios brasileiros realizada em 2004, o IBGE³⁰ constatou que 95% dos municípios brasileiros, um total de 5.307 municípios, possuem menos de 100 mil habitantes.

Esses municípios de pequeno porte dependem fortemente das transferências de impostos, especialmente dos impostos federais, via Fundo de Participação dos Municípios. Os impostos cuja tributação é de responsabilidade do município não são gerados nos municípios pequenos, mas, tipicamente, nos grandes (DOWELL; GOMES, 2000).

Gomes (2001), abordando a economia do semi-árido nordestino, caracteriza-a como “economia sem produção”, na qual a população sobrevive de aposentadorias rurais e outras transferências de renda que passam a constituir um dos mais importantes vetores de sustentação econômica, ultrapassando inclusive a agropecuária.

Nos municípios que compõem a região dos Inhamuns, apenas Tauá e Parambu são de médio porte³¹, o primeiro com 51.948 hab.³² e o segundo com 32.302 habitantes. Os demais municípios são de pequeno porte: Arneiroz (7.538 hab.), Aiuaba (14.452 hab.) e Catarina (15.547 hab.). Assim, percebemos a necessidade que esses municípios possuem do repasses de verbas da União e do estado para poderem fazer investimentos e até mesmo manter a máquina administrativa. Cabe ressaltar que a parcela maior das receitas municipais, no caso o orçamento para saúde e educação, são provenientes de transferências de impostos e esses recursos têm destinação legal predeterminada.

Em uma pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social³³ (BNDES) em 1999, com uma amostra de 1.404 municípios, constatou-se que dos 1.132 municípios (80,6% da amostra) que possuíam uma população inferior a 30 mil habitantes, em 608 municípios (54%) a receita tributária própria não chegava a representar 3% da receita disponível no município, e em 412 municípios (36%) a receita tributária própria oscilou entre 3 e 10%.

Essa dependência de municípios de pequeno e médio porte das transferências de recursos da União e do estado explica a tendência governista que marca esse período, pois as

³⁰ Esses dados constam na Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2004/default.shtm>. Acesso em: 15/03/2011.

³¹ Segundo o IBGE, são considerados municípios de pequeno porte aqueles com menos de 20 mil habitantes, de médio porte aqueles de 20 mil até 100 mil e de grande porte aqueles com mais de 100 mil habitantes.

³² Dados do censo demográfico de 2000, disponíveis no sitio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fonte: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2010>. Acesso em 19 de maio de 2011.

³³ Dados disponíveis no Informa-se nº. 28 de junho de 2001, pag. 3. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/inf_28.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2010.

lideranças locais elegem deputados que angariem recursos para seu município por meio de emendas parlamentares.

Embora os mandões locais tenham perdido seu poderio na política local, percebemos que nesse período ocorreu o desenvolvimento do clientelismo e da cooptação como forma de relacionamento político. Assim, predominam estratégias para ter acesso preferencial aos governos do Estado, como o apadrinhamento político e o tráfico de influências.

A política de Tauá no período da redemocratização é caracterizada pela disputa política de dois deputados estaduais: Domingos Filho, que sucedeu politicamente Antônio Câmara, e Idemar Citó, que sucedeu Júlio Rêgo. Estes deputados eram hegemônicos na política local elegendo prefeitos e vereadores. Outras lideranças locais buscaram sem sucesso formar seus grupos políticos independentes desses deputados. Esse período será analisado nos capítulos III e IV.

Percebemos, dessa forma, que o federalismo brasileiro é marcado por um movimento pendular que ora tenderia para o centralismo, ora para o descentralismo. Nos próximos capítulos, analisaremos a trajetória política dos deputados que possuem a região dos Inhamuns como principal reduto eleitoral. Analisaremos essas trajetórias políticas durante uma onda de centralismo político, a ditadura militar (1964-1985), e uma onda de “descentralismo”, que acompanhou a redemocratização. Esse recorte histórico de quatro décadas (1970-2010) é fundamental para que possamos compreender como se estruturou a trajetória política desses deputados, a relação com as bases e com o governo estadual.

CAPÍTULO II: O TEMPO DE JÚLIO RÊGO E ANTÔNIO CÂMARA: ANÁLISE DE SUAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

Nesse capítulo, pretendo analisar a trajetória política de dois deputados estaduais com bases políticas predominantemente sediadas no município de Tauá e que tiveram atuação política nas décadas de 1970 e 1980. Busco reconstruir aspectos da carreira política de Antônio Gomes da Silva Câmara e Júlio Gonçalves Rêgo, analisando como esses deputados ingressaram na vida pública, como estabeleceram relações com as bases políticas, com prefeitos e vereadores, para serem eleitos.

Além disso, pretendo investigar como eles se relacionavam com o governo estadual por meio do governador ou da burocracia estadual e com o governo federal por meio dos deputados federais e da burocracia federal.

Nesse sentido, reconstruo a história política de Tauá de 1970 a 1994 a partir da trajetória desses dois deputados, visto que eles interferiam diretamente nas eleições municipais elegendo prefeitos e vereadores. Investigo também como esses deputados se relacionavam com o grupo de oposição, representado nesse período pelos Sindicatos dos Trabalhadores e a Igreja Católica.

Outro aspecto analisado são as estratégias de produção de campanhas eleitorais que esses deputados utilizaram, examinando os mecanismos de conquista de suas bases políticas nos municípios como, por exemplo, a fundação do Sindicato dos Trabalhadores, a criação de rádios, as prestações de serviço aos eleitores (marcação de exames e operações médicas). Por fim, analiso as circunstâncias e condições nas quais esses deputados deixam de disputar cargos eletivos. Cabe ressaltar que os dois deputados elegeram sucessores na política de Tauá, o que permitirá a análise de como ocorreu essa transferência de prestígio político.

2.1 Recrutamento político: atributos sócio-econômico dos deputados

Nos estudos sobre elite política, um aspecto importante a ser analisado é a variável “recrutamento político”, pois ela orienta para a percepção sobre onde e como esses indivíduos são selecionados, quais os filtros sociais, os elementos que pesam para que esses indivíduos possam ser inseridos no campo político. Busca-se compreender os mecanismos que agem no processo seletivo dos candidatos, já que estes são bastante complexos e refletem a forma como a sociedade está estruturada.

Bilac (2001), investigando a forma de recrutamento e a trajetória das elites políticas de Rio Claro, interior de São Paulo, durante os anos de 1900 a 1964, aponta um padrão tradicional de formação política: passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército, título de bacharel em Direito, ligações familiares e posse de terra. Assim, a autora evidencia que os principais canais de recrutamento dessa elite são: nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes.

Perissinotto et al. (2007), analisando o perfil das elites políticas³⁴ do Paraná nos anos de 1995 a 2002, constata que esse grupo, no que diz respeito a atributos pessoais, é caracteristicamente homogêneo, sendo composto por homens brancos e católicos, recrutados nos estratos médios e altos da sociedade, que possuem um alto nível de escolaridade. A pesquisa revelou ainda que o pré-requisito mais importante para adentrar nessa elite seria a escolaridade alta, a obtenção de diploma de curso universitário e não o pertencimento a famílias tradicionais no âmbito da política.

Assim, analisando de que forma se dá o recrutamento político, percebemos como essa sociedade encontra-se estruturada, quais aspectos são valorizados para o ingresso e ascensão em carreiras políticas.

O município de Tauá, na década de 1960, era carente de infraestrutura, não possuindo hospital, rede de água e de eletrificação. Uma das principais carências era a questão hospitalar, fato que propiciava aos médicos locais condições favoráveis para o ingresso na política, tornando-se uma atividade não apenas profissional, mas, sobretudo, política. Nesse período, os líderes locais de maior envergadura política eram médicos.

Assim, destacaram-se: *Alberto Feitosa Lima*, formado pela Faculdade de Medicina do Recife, que passou a residir em Tauá por volta de 1957 e candidatou-se a prefeito em 1962 pela UDN, em 1966 pelo MDB e em 1970 foi eleito pela ARENA; *Domingos Gomes de Aguiar*, formado pela Universidade de Medicina de Fortaleza em 1960, passou a clinicar em Tauá, tornando-se chefe do posto da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) do município em 1967, elegendando-se prefeito pela ARENA em 1966 e em 1972.

Dessa geração de médicos, quem ocupou por mais tempo cargos políticos de destaque foi *Júlio Gonçalves Rêgo*. Filho do comerciante José Waldemar Rêgo e Elisabete Gonçalves Rêgo, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife em 1956.

³⁴ Foram analisados nessa pesquisa três setores de elite pertencentes a três tipos de “instituições”: Executivo estadual, a Assembléia Legislativa e os partidos políticos no estado.

Em 1958 foi admitido no Departamento Estadual de Saúde do Ceará e tornou-se médico-chefe do Posto de Saúde de Tauá.

Sem possuir uma família envolvida com a política local, já que nenhum parente próximo tinha exercido cargos eletivos, e sem ter participado de atividades políticas anteriormente, Júlio Rêgo foi eleito prefeito de Tauá em 1962³⁵ pelo PSD, como comenta:

Eu sou médico, como você sabe. Como médico, voltei à minha terra, Tauá, e depois de seis anos como médico em Tauá me fizeram prefeito. O povo entendeu que eu devia ser o prefeito. Eu dizia sempre que fui médico por vontade própria e fui político por vontade do povo [...] Na faculdade era só estudante, dedicado e plantonista, e só queria saber de medicina. Só depois que fui prefeito é que tive ligação com a política, só depois que fui escolhido prefeito, a partir daí é que me tornei político, antes não tinha nenhuma ligação política. Meu título de eleitor era de Pernambuco. Não tinha nenhuma ligação com liderança política em Tauá não. Era só médico (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nessa fala, percebemos que embora Júlio Rêgo não pertencesse a uma família envolvida com a política local e nem participasse de nenhum partido ou instituição política, o exercício da medicina o aproximou da população de Tauá credenciando-o para ser candidato a prefeito. Assim, foi estimulado pelo ex-prefeito Flávio Nogueira³⁶ a candidatar-se a prefeito com o objetivo de eclipsar a liderança política de Alberto Feitosa, que como médico do município estava construindo seu capital político na cidade e diminuindo o prestígio então hegemônico do deputado Joel Marques.

A inserção de Júlio Rêgo no campo político difere de Antônio Câmara, cuja família era envolvida na política local, como destacado no relato abaixo:

Em 74 ingressei na política, a convite de um primo e amigo e irmão, que à época era Prefeito de Tauá, Dr. Domingos Gomes Aguiar. Havia uma tradição na política de Tauá de o grupo Gomes, a família Gomes, que tinha uma liderança política, eleger um deputado estadual. Foi eleito o meu tio, Manuel Gomes de Freitas. Depois outro tio, Antônio Gomes de Freitas, e houve um interregno entre 62, 64, por aí, até 72, 73, quando apoiamos o deputado Júlio Rêgo. Ocorre que o deputado Júlio Rêgo era ligado a outro esquema político. Foi um apoio mais em função da amizade que tinha meu avô com a família Rêgo. Então, com a eleição do Dr. Domingos Aguiar o grupo resolveu ter candidatura própria a deputado. Restabelecer a tradição. Não só de que Tauá devia ter dois deputados, porque antes era Joel e Gomes de Freitas, depois passou Joel e Júlio. Então como Júlio ficou o acervo do deputado Joel Marques nós, da família Gomes de Freitas, principalmente a liderança política maior que era o prefeito Domingos Aguiar, resolveu lançar uma candidatura. E as sondagens com as lideranças políticas aliadas ao Dr. Domingos Gomes Aguiar: Joaquim de Sousa

³⁵ Em 1962, estavam disputando o Executivo em Tauá o médico Júlio Rêgo (PSD), que tinha como vice o fazendeiro e vereador do grupo político dos Gomes de Freitas, Genésio Rodrigues de Freitas; o outro grupo político era representado pelo também médico Alberto Feitosa (UDN), que tinha como vice Júlio Gonçalves Sobrinho.

³⁶ Flávio Nogueira foi prefeito de Tauá em 1950 pelo PSD. Genro do deputado Joel Marques, representava-o no município.

Bastos, Castro Castelo, Genésio Loiola e Zé Lins Castelo. Então eles formaram um grupo forte e veio o convite para eu disputar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Eu aceitei, pedi licença ao [Instituto Nacional de Previdência Social] (INPS), sem remuneração para me candidatar e disputei a eleição de 1974 (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

No depoimento de Antônio Câmara percebemos o peso que a família teve para sua inserção no campo político. Nesse discurso, observamos uma citação recorrente à tradição política da sua família, apontando esse fato como razão principal de sua primeira vitória, quando disputou na eleição de 1974 pela ARENA.

Os Gomes de Feitas formam um grupo político familiar³⁷ que costumeiramente exaltam o estandarte da tradição familiar como parte da retórica de construção da imagem política do grupo. O mito fundador do espírito político do grupo é encarnado na *persona* do comerciante e fazendeiro Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo), bisavô de Antônio Câmara, que foi intendente de Tauá de 1919 a 1926 pelo PRD. Esse grupo, aliado a outro grupo político familiar, Cavalcante Mota de Marruás, conseguiu desbancar a hegemonia política do Clã dos Feitosas em Tauá.

Como Antônio Câmara relata no trecho da entrevista acima citado, os Gomes de Freitas conseguiram eleger, de 1947 a 1962, um deputado estadual membro da família. Assim, os dois filhos de pai Mingo foram deputados estaduais: Manuel Gomes de Freitas (Nelo Gomes), eleito em 1947 pelo PSP, e Antônio Gomes de Freitas (Lisboa), eleito em 1950 pela UDN³⁸ e 1954 pelo PTB, ficando na suplência em 1958 e 1962 pelo PTB. Esse grupo historicamente competiu politicamente com Joel Marques do PSD.

Analisando a disputa política para o cargo de deputado estadual, percebe-se que o grupo político familiar dos Gomes de Freitas possuía votos e articulação política para eleger um candidato, embora nas eleições de 1958 e 1962 não tenha conseguido eleger seu candidato, que ficou na suplência. Nas eleições de 1966, o grupo político apoiou a candidatura do então prefeito de Tauá, Júlio Rêgo³⁹ (ARENA). Nessa eleição, Júlio Rêgo competia no “colégio eleitoral” dos Inhamuns com o então deputado estadual Joel Marques (ARENA).

³⁷ Por grupo político familiar entendo um conjunto de pessoas que possuem um projeto de poder comum e que agem de forma coesa e que, além disso, se consideram e constroem uma imagem de agrupamento familiar.

³⁸ No documento disponibilizado pela Assembléia Legislativa sobre o perfil dos Deputados Estaduais do Ceará eleitos, consta que Antônio Gomes Freitas pertencia ao PSD nas eleições de 1950, 1958 e 1962, porém o PSD em Tauá era representado por Joel Marques, opositor político dos Gomes de Freitas. Nos dados do TRE-CE constam os partidos citados no texto acima.

³⁹ Esse apoio a Júlio Rêgo contou com a articulação política do então governador Virgílio Távora (1963-1966), que indicou Lisboa, que então exercia o mandato de deputado estadual, para o Tribunal de Contas do Município (TCM). Essa indicação possibilitou que Júlio Rêgo conseguisse votos nos Inhamuns, já que os Gomes não lançariam nenhum membro de seu grupo político para o cargo de deputado estadual. Além disso, como o vice de

Nas eleições de 1970, o grupo político familiar dos Gomes de Freitas, novamente fortalecido por conta do mandato de Domingos Gomes de Aguiar como prefeito de Tauá (1967-1970), lançou a candidatura do odontólogo Bernardo Alves de Oliveira (ARENA). Porém, este obteve em Tauá apenas 2.781 votos e não foi eleito, enquanto Júlio Rêgo (ARENA) obteve 5.243 votos no município e foi eleito deputado.

Nas eleições de 1974, esse grupo, dando continuidade à estratégia política de eleger um deputado estadual, lançou o nome de Antônio Câmara pela ARENA. Este é filho do advogado José Ózimo da Silva Câmara e de Maria Gomes de Oliveira Câmara e é também advogado formado pela Universidade Federal do Ceará.

Cabe destacar que muitos dos integrantes do grupo político familiar Gomes de Freitas são formados em Direito e desenvolvem carreiras em instituições do Estado como funcionários públicos concursados ou indicados ou na ocupação de cargos eletivos. Antônio Câmara não fugiu a essa tradição. Inicia sua carreira profissional em 1957, com 19 anos, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas (IAPETEC), como artífice de manutenção, como ele comenta:

Quando eu ingressei o meu pai tinha uma amizade particular com o deputado Francisco Monte. Que conversando, nessa época nós éramos treze irmãos, e ele perguntou: 'Zé Ózimo, quantos filhos seus trabalham?' Aí ele 'nenhum!'. 'Pois me dê um nome de um aí pra eu dar uma ajudinha'. Aí meus pais deram o meu nome. Embora o cargo fosse muito modesto eu fiquei grato porque me deu oportunidade de eu ingressar na Previdência. O resto eu fiz (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Antônio Câmara, diferente de Júlio Rêgo, por pertencer a uma família de tradição política que possuía influência com o governo estadual, iniciou sua trajetória política no serviço público como funcionário, conseguindo estabelecer uma rede de contatos e uma articulação política que o credenciou posteriormente para ser candidato ao posto de deputado estadual. A capacidade de estabelecer acordos e relações políticas é reforçada em sua fala:

Naquela época da revolução, existiam uns tauaenses em funções de proeminência, como o general Clóvis Alexandrino, foi Secretário de Segurança, foi Diretor Presidente da Teleceará, e ele, quando a gente se encontrava, sempre aventava a hipótese de uma candidatura única em Tauá, uma candidatura que reduzisse os conflitos. Aí foi quando eu procurei o Domingos, procurei as lideranças e procurei o Júlio Rêgo. E eu e o General Clóvis conseguimos unir os Feitosas da Dona Dondon Feitosa, que era uma matriarca na política de Tauá com relação aos Feitosas, e surgiu a candidatura de Dr. Domingos Aguiar, candidatura única em 1972. Esse trabalho me deu uma certa visibilidade dentro do grupo político em Tauá e quando o

Júlio Rêgo era Genésio Loiola, político ligado aos Gomes de Freitas, esse grupo passaria a ter influência no Executivo de Tauá, cargo estratégico para o retorno da influência política desse grupo.

meu nome foi lançado eu já não era um estranho (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Antônio Câmara iniciou sua formação acadêmica no curso de Engenharia Química, mas, segundo ele, não se adaptou ao curso. Interessante observar que no período em que iniciou esse curso Antônio Câmara já trabalhava no IAPETEC e estava fazendo carreira na instituição, chegando inclusive a ocupar o cargo de Superintendente Adjunto, segundo maior cargo da instituição. Posteriormente, abandona o curso de Engenharia Química e inicia o curso de Direito, curso que o credenciava a ocupar cargos de liderança dentro da instituição. Antônio Câmara relata que a importância da profissão de advogado:

Ajudou em tudo. Ajudou na minha carreira funcional, na Previdência e ajudou também na política porque além de deputado eu fui Presidente de Comissão, Líder do Governo, Vice-líder, fui Presidente de Comissão de Inquérito, de [Comissão Parlamentar de Inquérito] CPI... (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, analisando as formas como Júlio Rêgo e Antônio Câmara foram recrutados, percebe-se padrões distintos. No caso de Antônio Câmara, o pertencimento a um grupo familiar específico o qualificou para o ingresso na política, já que sua família tinha uma tradição política consolidada. Como comenta Carvalho (1999, p. 75):

[...] em um meio social como o cearense, onde a família e os valores tradicionalmente a ela associados persistem como universo *sagrado* de referência, não se pode menosprezar seu significado na estruturação da ordem simbólica, na criação de valores e na própria reprodução do poder econômico e político (grifo do autor).

As ligações familiares representam um importante meio de socialização política, propiciando desde cedo o desenvolvimento de habilidades que credenciam seus membros para ocupar posições de elite. Desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder. Dessa forma, utilizando as categorias analíticas de Bourdieu (1994), podemos afirmar que a família, no caso de Antônio Câmara, em particular, atuou como instituição formadora de um “*habitus* político”, um *corpus* de saberes específicos e um saber fazer. Cria-se um *habitus* no sentido do jogo, de ter o jogo na pele, de perceber no estado prático o futuro do jogo, ter senso histórico do jogo. Nesse aspecto, a família, como estrutura social, desenvolve uma competência prática para a ação política.

Bourdieu (1983), na sua teoria dos campos, defende que para um indivíduo se inserir em um campo específico, este deve possuir determinado capital valorizado naquele

campo. No caso específico do campo político, a posse de capital econômico e cultural credencia os indivíduos a entrarem nesse campo, pois sem esses recursos ficaria difícil o acúmulo de capital político. No caso de Antônio Câmara, o seu capital social de membro de uma família tradicional e envolvida na política o credenciou para a inserção no campo político, pois desde o seu ingresso no primeiro emprego, o IAPETC, a família foi responsável pelo seu recrutamento.

Podemos, assim, falar de um “capital familístico” como um tipo específico de capital social, uma vez que o pertencimento a famílias tradicionais no município é acionado na aquisição de votos e no estabelecimento de acordos, credenciando esses indivíduos aos postos de líderes políticos. No caso de Júlio Rêgo, o que o credenciou ao posto de prefeito foi sua formação profissional, sua habilidade como médico. No estudo de Carvalho (1981, p. 74) sobre a elite política brasileira no Império, o autor observa a existência de uma elite caracteristicamente fechada, pois para os cargos políticos:

Restariam os advogados, juízes, procuradores, padres, médicos, cirurgiões, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos, além de parte reduzida de capitalistas e proprietários, isto é, um grupo que não deveria passar de 16.000 pessoas, ou seja, 0,3% da população ativa ou 0,1% da população total. Desse reduzidíssimo estoque sairia em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores, 100% dos conselheiros de Estado.

Em Tauá, nesse período, percebemos também a existência de um recrutamento fechado, pois quem governa é recrutado de um segmento muito específico da sociedade: homens com posse de título de curso superior ou com o acúmulo de capital econômico. Nos dois casos analisados, a profissão exerceu influência preponderante para a inserção no campo político, pois tanto a ocupação de médico quanto a de advogado permitem estabelecer vínculos próximos com o eleitorado carente de serviços de saúde e de conhecimentos jurídicos. Não havia um recrutamento aberto que envolvesse estratos diferenciados da sociedade, até porque a sociedade era pouco diferenciada, havendo uma separação entre a elite e a massa.

2.2 Eleições em Tauá: a busca pelo controle do Executivo municipal

Dentre os municípios dos Inhamuns, Tauá é o mais desenvolvido econômica e politicamente, fornecendo lideranças no âmbito estadual e até federal. Por possuir um comércio local desenvolvido, muitos municípios vizinhos estabelecem relações comerciais,

fazendo com que diariamente muitos habitantes de cidades como Arneiroz, Catarina, Aiuaba, Parambu e Saboeiro se desloquem para Tauá. Além disso, esse município é referência política nos Inhamuns, tanto que os deputados estaduais mais votados nessa região são naturais de Tauá.

Dessa forma, ter influência política no Executivo e Legislativo em Tauá abre oportunidade para conseguir adentrar o colégio eleitoral dos Inhamuns. Nesse sentido, para analisar a influência política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo nos Inhamuns, é necessário investigar as estratégias de conquista do poder Executivo e Legislativo em Tauá.

Um exemplo de conquista do colégio eleitoral dos Inhamuns através do controle do Executivo em Tauá pode ser observado nas eleições de 1962. Nesse período, Júlio Rêgo era prefeito de Tauá e, por ter feito uma boa gestão, conseguiu influência em outros municípios dos Inhamuns:

Tauá vivia meio acéfalo em termos de administração e eu entrei como prefeito mas não queria ser político não. [...] Coloquei telefone e linha telefônica na cidade e nos distritos vizinhos. Eu terminei e houve um entusiasmo tão grande do povo, modéstia parte pela administração que eu fiz, que me lançaram candidato a Deputado contra Joel e resultado, eu fui obrigado a ir e me tornei o terceiro Deputado mais votado do estado do Ceará. Sem ter conhecimento do estado, sem nada, só lá com os Inhamuns (Tauá, Parambu, Catarina...), só com a votação de lá pela administração que fiz e o reflexo nos municípios vizinhos me tornei o terceiro deputado mais votado do Estado do Ceará (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Antônio Câmara, que historicamente competiu politicamente com Júlio Rêgo, comentou a gestão deste na prefeitura de Tauá:

Havia uma cultura de roubo nas prefeituras que a população se habituou. Quando diziam ‘fulano é prefeito de um município’ já se sabia que ele estava rico. A prefeitura era um feudo particular do prefeito. O público e o privado era... E o Domingos, como o Júlio Rêgo, seu antecessor, mudou isso. O Júlio foi um grande prefeito de Tauá. O pouco que tinha era aplicado. E o Domingos continuou (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, por ter desenvolvido um mandato em que buscou racionalizar a administração de Tauá, Júlio Rêgo conseguiu se projetar na região, chegando inclusive a afirmar que nas eleições de 1966, quando se candidatou pela primeira vez ao posto de deputado estadual, os prefeitos dos municípios vizinhos, como Arneiroz, Saboeiro e Independência, procuraram-no para apoiá-los. É interessante observar a frase dita por Júlio Rêgo “não queria ser político não”, demonstrando que sua legitimidade parece advir a sua revelia, ainda que alegue competência administrativa.

Nessa eleição, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu ser o terceiro deputado estadual com maior quantidade de votos, 8.423 em todo o estado do Ceará. O deputado estadual mais votado foi Adauto Bezerra (ARENA), que conseguiu 13.483 votos. Esse político possuía sua base eleitoral na região do Cariri, sobretudo no município de Juazeiro do Norte, onde conseguiu 7.790 votos. O segundo deputado mais votado foi Manuel de Castro (ARENA), com 9.360 votos no total. Este possuía sua base eleitoral na região do Médio Jaguaribe, especificamente nos municípios de Morada Nova, no qual conseguiu 3.954 votos; Limoeiro do Norte, com 1.456 votos; e Jaguaruana, com 1.416 votos.

Joel Marques (ARENA), nessa eleição de 1966, com a entrada de Júlio Rêgo na disputa eleitoral, teve dificuldades de se eleger, pois perdeu o apoio de chefes políticos⁴⁰ de vários municípios dos Inhamuns, como Parambu, Saboeiro e Arneiroz. Conseguiu, no total, 5.415 votos, mas recorreu à estratégia de procurar outros colégios eleitorais, como o município de Itatira, onde obteve 161 votos, e Acopiara, onde conseguiu 159 votos. Essa foi a última eleição⁴¹ que Joel Marques disputou, já que em Tauá seu mediador político e cunhado Flávio Nogueira apoiou Júlio Rêgo. Posteriormente, conseguiu por intermédio do governador Plácido Castelo (1966-1971) um cargo no Tribunal de Contas do Município (TCM).

Com a saída de Joel Marques da arena política, o terreno ficou livre para Júlio Rêgo, que ingressou na disputa política representando o grupo antes liderado por Joel Marques. Dessa forma, herdou esse patrimônio político em Tauá e na região dos Inhamuns, assumindo inclusive a direção do PDS.

Nas eleições de 1966, outro candidato natural de Tauá, José Aroldo Cavalcante Mota, disputou as eleições. Aroldo Mota, filho de um líder político do distrito de Marruás, Ataciso Cavalcante Mota, disputou pelo MDB, ficando na suplência com 3.150 votos no total. Os seus votos foram concentrados nos municípios de Fortaleza (986 votos), Itatira (955 votos), Tauá (303 votos), Acopiara (282 votos) e Mombaça (201 votos). Percebe-se que ele não se articulou politicamente na região dos Inhamuns, já que nos outros municípios dessa região conseguiu menos de 4 votos. Cabe ressaltar que este já havia disputado eleições em 1962 pelo MDB, ficando também na suplência.

O grupo político dos Gomes de Freitas iniciou sua influência política no começo do século XX, quando Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo) foi intendente de Tauá

⁴⁰ A categoria “chefes políticos” faz referência ao predomínio de um poder tradicional. Para Queiroz (1976), o chefe político não ocupa necessariamente postos ou cargos no governo, seu poder provém do monopólio político em um domínio geográfico (distritos, municípios, regiões ou o Estado) em que possui controle dos votos.

⁴¹ Joel Marques, nesse período, já acumulava cinco mandatos consecutivos como deputado estadual, tendo sido eleito em 1947 (PSD), 1950 (PSD), 1954 (PSD), 1958 (PSD) e 1962 (PSD).

(1919-1926). Com a ascensão política de Joel Marques no fim da Primeira República, quando este exerceu o cargo de intendente de Tauá (1928-1930), e a consolidação dessa hegemonia política durante o Estado Novo (1937-1945), o poder dos Gomes de Freitas foi enfraquecido⁴². Nesse período (1936-1963), Joel Marques teve influência política para indicar ou eleger o Executivo de Tauá.

Nas eleições de 1958, os Gomes de Freitas, tendo como objetivo eleger o poder Executivo em Tauá, lançaram a candidatura de Odilon Aguiar (UDN). Competindo com Odilon Aguiar estava Geraldo Feitosa (PDS), que foi eleito. Em 1962, os Gomes de Freitas por conta de uma contenda⁴³ com a família Feitosa, uniu-se a Joel Marques para disputar a eleição contra o médico Alberto Feitosa. Nesse acordo político, Joel Marques indicou o médico Júlio Rêgo (PSD) para o cargo de prefeito e os Gomes de Freitas indicaram Genásio Loiola (UDN) para vice.

Cabe ressaltar que nas eleições de 1962, no plano estadual, aconteceu a coligação entre os rivais históricos, UDN e PSD, que recebeu o nome de União pelo Ceará, tendo Virgílio Távora como principal articulador. Carvalho (1998, p. 89), citando um depoimento de Manoel de Castro, afirma que essa união mudou a forma do governador tratar os chefes municipais, proporcionando que todos, udenistas e psdebistas, desfrutassem as delícias do situacionismo, como ilustrado em um depoimento transcrito:

No interior acontecia o seguinte, se o prefeito era da UDN o governador ajudaria na medida do possível e não permitia perseguições aos adversários. Quando era do PSD era a mesma coisa (Manuel de Castro, ex-deputado estadual).

Dessa forma, mesmo Júlio Rêgo sendo do PDS, agrupamento antes rival do partido do então governador Virgílio Távora (UDN), pôde governar sem sofrer retaliações nas verbas.

Os Gomes de Freitas, com a saída de Antônio Gomes (Lisboa) das disputas por cargos eletivos, tiveram que formar uma nova liderança no grupo político familiar. Por esse tempo, um membro da família, filho de Odilon Silveira Aguiar, que havia sido prefeito em 1935, e Maria Domingas Gomes Aguiar, filha de Pai Mingo, tinha a pouco se formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Ceará. Assim, os Gomes de Freitas passaram a construir a imagem política da nova liderança da família, o médico Domingos Gomes de Aguiar, que estava clinicando em Tauá.

⁴² Algumas lideranças locais ligadas aos Gomes de Freitas foram interventores em Tauá nesse período, como Ózimo de Alencar Lima (1931-1933) e Odilon Silveira Aguiar (1935-1936).

⁴³ Os Feitosas envolvidos nessa contenda eram aliados políticos dos Gomes de Freitas.

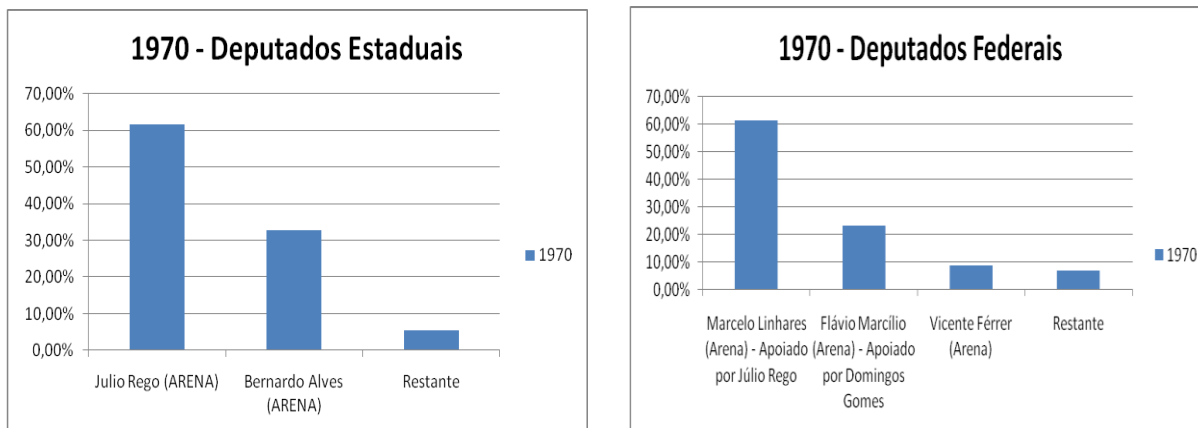
Na entrevista realizada com Mônica Aguiar, esposa de Domingos Aguiar, ela comenta como foi a indicação para que este assumisse cargos eletivos. No seu depoimento temos o discurso do sacrifício quando esta informa que seu esposo disputou o poder Executivo de Tauá em 1966 por imposição da família, que o pressionou para que este a representasse politicamente.

Nessa eleição municipal de 1966 Domingos Gomes se candidata pela ARENA, tendo como vice o então vereador do distrito de Marruá, Joaquim de Sousa Bastos (ARENA). Na chapa oposicionista estava Alberto Feitosa pelo MDB. Domingos Aguiar foi apoiado pelo então prefeito e candidato a deputado estadual Júlio Rêgo (ARENA); já Alberto Feitosa foi apoiado por Joel Marques (ARENA), também candidato ao posto de deputado estadual. O resultado foi favorável a Domingos Aguiar, que obteve 4.007 votos, enquanto Alberto Feitosa teve 3.655 votos. Cabe ressaltar que todos os dez vereadores eleitos em 1966 eram da ARENA.

Domingos Aguiar passou a atuar para recuperar o prestígio político dos Gomes de Freitas, disputando espaço político com Júlio Rêgo. Nesse sentido, lançou a candidatura do dentista Bernardo Alves de Oliveira ao posto de deputado estadual, buscando diminuir a votação de Júlio Rêgo em Tauá.

Mesmo assim, nas eleições de 1970, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu em Tauá 61,67% dos votos (5.243 votos), enquanto Bernardo Alves (ARENA) conseguiu apenas 32,80% (2.788 votos). Quanto ao resultado eleitoral dos deputados federais em Tauá, o deputado apoiado por Júlio Rêgo, Marcelo Linhares (ARENA), conseguiu 61,34% dos votos (4.710 votos) e o deputado apoiado por Domingos Gomes, Flávio Marcílio (ARENA), conseguiu 23,17% dos votos (1.779 votos). Outro deputado votado no município foi Vicente Ferrer (ARENA), que conseguiu 8,78% dos votos (674 votos). Esses dados podem ser observados no gráfico da página seguinte.

GRÁFICO 01: Resultado das eleições de 1970 para os cargos de Deputado Estadual e Federal no município de Tauá.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Nas eleições municipais de 1970 em Tauá, ocorreu uma pulverização de candidaturas, registrando-se quatro nomes na disputa do Executivo municipal. No entanto, apesar do maior número de candidaturas, é evidente a existência de dois grupos políticos bem definidos: o grupo liderado pelo então deputado Júlio Rêgo, que lançou o médico Alberto Feitosa Lima (ARENA) e conseguiu um total de 63,52% dos votos válidos (5.934 votos); e o outro grupo, liderado pelo então prefeito Domingos Gomes, que lançou como candidato o comerciante Apolônio Cavalcante Mota (MDB), que conseguiu um total de 34,57% dos votos válidos (3.230 votos). Os outros dois candidatos receberam uma quantidade irrisória de votos: Flávio Alexandrino Nogueira (ARENA), que buscava dar continuidade a liderança de Joel Marques em Tauá, com 1% dos votos válidos (92 votos); e Alcides Feitosa (ARENA), com 0,91% dos votos (85 votos).

Com a implantação da Ditadura em 1964, os militares queriam uma união de forças para que não houvesse disputa pelo poder. Nesse sentido, em 1972 houve uma candidatura única em Tauá e Domingos Gomes foi eleito prefeito, tendo como vice Francisco Misael Cavalcante, vereador pela ARENA em 1966 e 1970, com base política no distrito de Marruá. Essa chapa única foi articulada por Antônio Câmara, então funcionário da IAPETEC. Nesse mandato de Domingos Gomes (1973-1976), o seu grupo político pôde novamente se estruturar na política de Tauá, tanto que nas eleições de 1974 é lançado o nome de Antônio Câmara para deputado estadual, competindo com Júlio Rêgo.

Nas eleições estaduais de 1974 em Tauá, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu 4.005 votos e Antônio Câmara (ARENA) 5.167 votos. Júlio Rêgo, na época, tinha muita influência política no governo César Cals (1971-1975), tendo sido, inclusive, Secretário de Saúde

estadual (de abril de 1973 a maio de 1974). Essa foi a eleição em que Júlio Rêgo conseguiu menos votos em Tauá, fato ocasionado pelo seu distanciamento de Tauá no período em que ocupava a Secretaria, como comenta:

Tanto que na eleição seguinte foi a eleição que tive menos votos, sabia, para Deputado Estadual. Porque, como Secretário de Saúde, talvez eu tivesse menos tempo de visitar as bases. E quando eu não era Secretário, como Deputado, todas as sextas-feiras eu ia pra Tauá. Visitava e tava lá como médico. Receitando, sabe, e passando. Me afastei, não tinha tempo para me encontrar com os eleitores, com as bases, como tinha nos outros mandatos. Eu nunca fui a praia nem nada e todo fim de semana eu ia lá pra Tauá (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nessa passagem, percebemos que quando um deputado possui seus votos concentrados em circunscrições eleitorais informais necessita constantemente reforçar laços com os seus eleitores, pois, como esclarece Júlio Rêgo:

O caboco quer conversar com a gente, quer uma coisa. E não é dinheiro nem nada não, era um contratozinho, um favor, uma coisinha. Uma ajuda, de dar uma palavra por ele em uma repartição. Uma doença, era encaminhar um pra aqui, outro pra acolá (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Assim, quando Júlio Rêgo assumiu o posto de Secretário, teve que desempenhar um papel administrativo, não dispondo de tempo para acompanhar seus eleitores e visitar suas bases, como fazia antes. Deputados que apresentam votação concentrada em circunscrições eleitorais informais é cobrado por seus eleitores para que estejam com frequência disponível para atender as demandas exigidas pelas bases. Dessa forma, como existe um contato mais próximo e pessoal com o eleitorado, este exige que o deputado constantemente se desloque para suas bases.

Quando o deputado estadual permanece durante um longo período de tempo distante de sua base, é necessário que ele possua uma liderança da sua confiança para representá-lo no plano local. No caso dos Gomes de Freitas, o grupo estabeleceu uma divisão do trabalho político: Antônio Câmara atuaria no plano estadual, estabelecendo contatos com o governador e com as repartições estatais para a aquisição de obras e verbas para Tauá; Domingos Aguiar, por outro lado, atuaria no plano local, ocupando postos no Executivo municipal, tendo um contato mais próximo com os eleitores.

O grupo liderado por Júlio Rêgo não possuía uma divisão política tão demarcada como acontecia com os Gomes de Freitas. Júlio Rêgo possuía um contato mais próximo com os seus eleitores, sempre visitando o município de Tauá e os receitando. No âmbito local, Júlio Rêgo tinha o seu cunhado Lemos Dias, dono de uma farmácia no município, Farmácia

Moderna, que o representava. Assim, as demandas dos eleitores e das lideranças locais eram atendidas por este.

Percebendo que seu domínio estava sendo ameaçado pelo grupo Gomes de Freitas, que se dedicava à conquista e manutenção do Executivo em Tauá, Júlio Rêgo decidiu se candidatar a prefeito em 1976 pela ARENA, tendo como vice José da Costa Leitão Lima (Zé Lima). Na chapa oponente estava o fazendeiro Joaquim de Sousa Bastos, que havia sido vereador em 1962 pela UDN e vice-prefeito de Domingos Gomes em 1966 pela ARENA. Sousa Bastos (ARENA) era apoiado pelo então prefeito Domingos Aguiar e tinha como vice o fazendeiro Genésio Rodrigues Loiola.

Nessa disputa, Júlio Rêgo não foi eleito, conseguindo 45% dos votos válidos (6.511 votos), enquanto Sousa Bastos foi eleito com um total de 7.451 votos, correspondendo a 51,4% dos votos válidos. Como comenta Júlio Rêgo:

Acho que fui eu quem botei ele [Zé Lima] como vice. Eu botei porque eu era deputado e não queria deixar de ser deputado. Se eu tivesse me elegido teria deixado a prefeitura com ele. A turma percebeu e aí começaram a fazer a propaganda que se eu fosse eleito quem ficava prefeito era o vice. Aí dizem que isso prejudicou e eu perdi, dizem, foi por causa disso (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Essa candidatura de Júlio Rêgo ao Executivo em Tauá foi estratégica no sentido de “sustentar o partido”. O objetivo era que, tendo Júlio Rêgo como prefeito, o seu grupo político teria acesso a muitos benefícios: cargos, influência política etc. Além disso, a sua gestão se constituiria numa importante arena de publicização da capacidade do seu grupo executar uma boa administração, fazendo com que eleitores e líderes políticos da região se aproximassem dele. Os comentários de Júlio Rêgo sobre essa eleição são por si esclarecedores:

Domingos lançou Sousa Bastos, era um líder político amigo nosso. Eu era deputado, certo. Aí do lado ele ficou com o poder na mão, candidato único, manobrou tudo, aí não tinha quem fosse candidato pelo lado de cá. Tava todo mundo do lado dele. Aí eu fui candidato para segurar o partido. Não prejudicava, eu era deputado e continuei como o cargo de deputado. Nós tivemos dificuldade, ele absorveu tudo. Os Motas dando apoio a ele. Para segurar o partido o jeito que teve foi me candidatar para não perder o partido, sustentar o meu grupo. Achei que tivesse *me distraído* (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nesse depoimento, é interessante observar o emprego da expressão “me distraído”, já que se refere a eleições municipais em Tauá. Júlio Rêgo confessa que, ao não focar sua atuação política para a disputa pelo Executivo em Tauá, deixou em poder de seus

adversários essa importante fonte de prestígio político, já que o exercício da função de prefeito possibilita um contato mais próximo com os eleitores e com as lideranças políticas locais. Essa “distração” custou a Júlio Rêgo a diminuição de seu capital político.

O período da administração de Sousa Bastos (1977-1982) foi marcado por vários conflitos entre os dois grupos políticos dominantes no município. Na relação Executivo/Legislativo, o prefeito enfrentou a oposição de dois vereadores, os irmãos Pedro Pedrosa de Castro Castelo (ARENA), então presidente da Câmara Municipal, e José Lins Castelo (ARENA). Esses dois vereadores conseguiram, inclusive, barrar um projeto de lei que previa o aumento do salário dos servidores municipais⁴⁴.

Outro episódio abordado pela mídia⁴⁵ foi o afastamento de uma professora municipal que havia realizado uma reunião política com a oposição em uma escola do município. Posteriormente, devido à repercussão que esse afastamento causou, o prefeito Sousa Bastos anulou a demissão. Porém, a professora, em seguida, participou de um comício de Mauro Benevides (PMDB) e de Miguel Arraes (PMDB) no município, então opostos ao grupo político de Sousa Bastos e Antônio Câmara, o que foi considerado um comportamento de provocação política que justificou seu afastamento das funções docentes.

Naqueles tempos de extremismo político, eleitores de um grupo não podiam participar de atos políticos de grupos opositores, sob pena de não ser mais reconhecido como pertencente ao grupo. Em uma comunidade na qual os papéis políticos estão rigorosamente delimitados, não existe espaço para que um eleitor vinculado a um grupo participe de comícios e carreatas de outro grupo.

Nas eleições municipais seguintes, em 1982, houve o lançamento de três candidaturas ao Executivo, no qual cada grupo político apresentou um candidato.

Os Gomes de Freitas lançaram a candidatura de Domingos Gomes (PDS), que apesar de residir em Fortaleza, onde era Presidente da Fundação de Saúde do Estado do Ceará (FUSEC), estava sempre em Tauá consultando e atendendo a população em seu consultório médico. Domingos Gomes tinha como vice o comerciante Manuel Almeida Neto.

O grupo de Júlio Rêgo apoiou a candidatura de Castro Castelo (PDS), que tinha como vice o advogado Joaquim Alexandrino Feitosa Gonçalves. Nesse período, estava em ascensão a liderança política de Castro Castelo, que era fazendeiro e já havia sido vice-prefeito de Alberto Feitosa em 1970 (ARENA) e vereador em 1962 (UDN) e 1976 (ARENA).

⁴⁴ Prefeito (1981b).

⁴⁵ Prefeito (1981a).

O outro grupo, representado pelas lideranças locais que se opunham ao poder dos dois deputados estaduais, era composto pelas lideranças do PMDB local, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da ala progressista da Igreja Católica do município. Esse grupo lançou a candidatura do então vereador Francisco Teobaldo Girão Souto (PMDB), que tinha como vice Francisco das Chagas Loiola Maia (PMDB).

O resultado eleitoral foi favorável a Castro Castelo, que conseguiu 50% dos votos válidos (9.530), enquanto Domingos Gomes ficou com 44,57% (8.499 votos) e Teobaldo Cidrão com 5,43% (1.036 votos). Além disso, Júlio Rêgo conseguiu eleger a maioria na Câmara Municipal, derrocando a hegemonia de Antônio Câmara, instalada há quatro anos. Segundo uma reportagem⁴⁶, Júlio Rêgo teria obtido dois mil votos a mais que o deputado Antônio Câmara. Desses dois mil votos, 50% seriam resultantes da estratégia usada pelos eleitores de votarem em Domingos Gomes para prefeito e Júlio Rêgo para deputado.

A gestão de Castro Castelo (1982-1988) foi marcada por uma disputa intensa entre os dois grupos políticos. Antônio Câmara, que nesse período possuía influência no governo Gonzaga Mota (1983-1987), chegando a ser líder do governo, passou a usar a tribuna da Assembleia Legislativa para criticar a administração de Castro Castelo.

Antônio Câmara denunciou o desvio da merenda escolar para a fazenda de Castro Castelo e a redução de 40% do vencimento dos servidores da prefeitura municipal⁴⁷. Liderava também um movimento que elaborou um documento assinado por vinte e quatro pessoas da comunidade (vereadores, comerciantes e lideranças locais) denunciando o prefeito e o vice (Joaquim Alexandrino Feitosa), acusando-os de: enriquecimento ilícito, obras superfaturadas, desvio de merenda escolar, contrato de empréstimos sem autorização da Câmara etc. O documento, segundo a matéria⁴⁸, constava de vinte e seis denúncias direcionadas ao Conselho de Contas dos Municípios. Na Câmara Municipal, seis vereadores do PMDB denunciaram o Prefeito Castro Castelo (PFL), alegando a possibilidade da não aprovação das contas da prefeitura em 1988.

Mesmo não tendo o controle do Executivo em Tauá, Antônio Câmara, por ter trânsito livre no governo estadual, conseguiu por meio do vice-governador Aduino Bezerra interferir na política local de Tauá, chegando, inclusive, a afastar o delegado especial do município, Luiz Sousa e Oliveira, que, segundo denúncias, teria espancado o agricultor Assis

⁴⁶ Esquema (1982).

⁴⁷ Líder (1983).

⁴⁸ Comunidade (1987).

Araújo, “gente do Câmara”⁴⁹. Dessa forma, percebe-se a importância de contar com o apoio do governo estadual, pois mesmo se o deputado não conseguir eleger o prefeito do município ele pode, através de relações com o governo estadual, interferir na política local.

As disputas pela manutenção do poder local em Tauá resultavam em constantes conflitos entre esses dois grupos. Como exemplo, temos em 1985 o caso envolvendo o violeiro Jeovani Coelho e o deputado Antônio Câmara. Segundo matéria publicada no jornal⁵⁰, o violeiro teria feito versos contra Antônio Câmara na época da eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, tendo o deputado agredido fisicamente o violeiro autor dos versos. Segundo o então prefeito Castro Castelo, aliado a Júlio Rêgo, o violeiro teria depois recebido tiros de um motorista da família de Antônio Câmara.

Ainda na mesma versão, fornecida pelo prefeito do Município, Câmara estaria armado e não atirou no poeta porque houve interferência de amigos. O deputado disse ontem que não estava armado e não mandou ninguém atirar no rapaz, depois da briga. ‘Se tivesse esta intenção, teria feito, eu mesmo, afirmou’ (VIOLEIRO, 1985).

Antônio Câmara depois esclarece esse acontecimento:

Eu fui candidato a Presidente e desisti. Eu desisti de ser candidato porque empatou e o Castelin, Castelo de Castro, era mais velho que eu, então ele ganhava, né. Aí eu desisti e pedi o Gonzaga para escolher um nome mais velho do que eu e o Castelo pra num empate, né. Aí foi nisso que a turma de adversário reuniu-se lá e deram um mote pro cantador: ‘o deputado Antônio Câmara peidou na rabichola’. Aí ele passou a noite fazendo essas. Mas o cara que fez isso, quando eu cheguei em Tauá, desapareceu. Soube que eu estava atrás dele. Aí eu tava com um amigo meu, Tutu Alexandrino, aí eu digo: ‘Tutu eu não vou voltar sem fazer nada não. Eu não encontro o autor intelectual desse negócio’, que aliás era cunhado dele, Flavim Nogueira, metido a brabo. Eu vou, ‘cê sabe esse cantador onde ele faz ponto?’ ‘Sei. Ele só vive no café de não sei de quem’. ‘Onde é, vambora lá’. Aí quando nós chegamos ele disse: ‘é aquele que tá com uma capanga ali debaixo do braço’. Digo: ‘tá bom, como é o nome dele?’ Não sei, disse lá, não me lembro mais. Aí, cheguei e disse: ‘cê me conhece?’ Ele disse: ‘assim não sei não’. ‘Meu nome é Antônio Câmara... Como é que você fala mal de uma pessoa sem conhecer seu bosta!’ Aí ele: ‘eu sou um profissional, ganho meu dinheiro’. ‘pois cê vai levar porrada aqui pra aprender a trabalhar direito’. Desci a mão na cara dele. Rapaz esse cabra correu, eu com um revólver e a feira cheia de gente... A minha intenção era dá um tiro no joelho dele, pra ele passar assim um mês cachingando e a turma ‘o que foi isso fulano?’ Mas... São coisas que às vezes a gente faz sem... (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento de Antônio Câmara, percebemos o clima da disputa em Tauá, na qual o político precisa demonstrar coragem para conseguir manter-se no poder, pois tanto

⁴⁹ Adauto (1983).

⁵⁰ Violeiro (1985).

os eleitores quanto seus cabos eleitorais cobram dele uma postura firme contra os adversários. A utilização de nomeações jocosas na desqualificação do oponente político, como no emprego da expressão “peidou na rabichola⁵¹”, exige do atingido uma reação em que até o uso da violência física pode ser considerado legítimo.

Atos jocosos como esses são comuns na vida política de comunidades e colaboram para que facções políticas rivais afirmem sua força como grupo. Lanna (1995), em seu estudo sobre o município de São Bento do Norte, no interior do Rio Grande do Norte, afirma que as festas, os constantes atos de malandragens, fazem parte do que o autor chama de “complexo de relações jocosas” e são parte importante da socialização da comunidade.

Um caso semelhante já tinha acontecido antes, em 1981, quando dois violeiros foram ameaçados pelo então prefeito Sousa Bastos por prestarem homenagem ao Ministro César Cals, que era ligado politicamente a Júlio Rêgo. Esse acontecimento foi, inclusive, denunciado por Júlio Rêgo na Assembleia Legislativa⁵².

Nas eleições municipais de 1988, em Tauá, houve novamente três chapas na disputa. O grupo apoiado por Júlio Rêgo: Zé Lima, do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), que já havia sido candidato a vice-prefeito em 1976, tendo como vice Agildo Pereira Nogueira (PMB); O outro grupo, apoiado por Antônio Câmara: Joaquim Alexandrino Feitosa Gonçalves (PMDB), então vice-prefeito de Castro Castelo, e Domingos Gomes de Aguiar Filho (PTB), filho do ex-prefeito Domingos Gomes; e o grupo de oposição aos dois deputados e apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais: composto por duas mulheres, uma que era bancária do Banco do Brasil, Maria Genilda Dias Magalhães, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e a vice, professora Francisca Gonçalves Sobrinha (Chichica), pelo PT.

O resultado foi favorável a Zé Lima, que conseguiu 52,64% dos votos válidos (11.442 votos), além de eleger o maior número de vereadores, onze no total de dezenove. Joaquim Alexandrino conseguiu 44,68% dos votos (9.663) e elegeu sete vereadores. O outro grupo que disputava em uma coligação PT-PDT conseguiu apenas 2,69% dos votos válidos e elegeu apenas um vereador.

Antônio Câmara, que nesse período era Presidente da Assembleia (1987-1988), acusava o governador Tasso Jereissati de interferir diretamente nas eleições municipais de 1988, usando a máquina administrativa para favorecer seus candidatos. Tasso Jereissati retrucou afirmando que sua participação nas eleições tinha por objetivo aniquilar as estruturas de poder montadas sob a égide do regime ditatorial, período em que era possível encontrar os

⁵¹ Expressão usada para significar medo ou desistência de alguma atitude que seria tomada.

⁵² Júlio (1981).

verdadeiros responsáveis pelos problemas que afligiam a população, leia-se “políticos tradicionais”. Para o então governador, o único objetivo dos políticos tradicionais seria acumular riqueza para si próprios e para os seus correligionários, praticando o clientelismo, a malversação dos recursos públicos e o empreguismo (EPISÓDIOS, 1989).

Matéria do O Povo sobre as eleições municipais de 1992 em Tauá menciona:

Acordo parcial leva a disputa pela Prefeitura de Tauá o deputado Antônio Câmara, com o apoio dos ex-prefeitos Sousa Bastos, do PMDB, Domingos Aguiar, do PFL, e do médico João de Sousa, do [Partido Liberal] (PL). Câmara queria um acordo amplo envolvendo também o deputado Júlio Rêgo, cujos representantes em Tauá são figadais rivais do seu grupo, impossibilitando qualquer entendimento. Com uma bagagem política de 5 mandatos como deputado, ele realiza um velho sonho: ser prefeito de sua terra natal (INHAMUNS, 1992).

Porém, esses dois grupos políticos não se coligaram nas eleições municipais de 1992. Nessa disputa, tivemos o lançamento de três candidaturas: uma apoiada pelo grupo Gomes de Freitas, tendo Domingos Filho como articulador, que lançou o nome de Castro Castelo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), ex-aliado de Júlio Rêgo, e como vice o então vereador Marco Aurélio de Aguiar (PL), filho do ex-prefeito de Tauá Domingos Gomes (1967-1971 e 1973-1976).

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Tauá, liderado por Júlio Rêgo, num acordo costurado com a ajuda do deputado e então Secretário de Governo Artur Silva Filho (PSDB), estabeleceu uma aliança com o PMDB, o PDT e o PT e lançou a candidatura do então vice-prefeito de Zé Lima, Agildo Pereira Nogueira (PSDB), e que tinha como vice um ex-aliado de Antônio Câmara, Alaor Cavalcante Mota Filho (PMDB), do Clã do Campo Preto. A outra chapa era apoiada pelo então prefeito Zé Lima que tentava eleger seu sucessor e indicou o médico João Antônio da Luz (PFL) e como vice Luiz Freitas Cavalcante Júnior.

Essa disputa foi bastante competitiva e o resultado foi favorável a Castro Castelo, que conseguiu 42,59% dos votos válidos (10.852 votos), enquanto Agildo Pereira apresentou um percentual de 40,22% (10.248 votos) e João da Luz 17,19% (4.381 votos). No entanto, Castro Castelo, com apenas quatro vereadores eleitos, não conseguiu eleger a maioria na Câmara. Já o grupo apoiado por Júlio Rêgo elegeu dez vereadores, e o grupo do então prefeito Zé Lima elegeu sete vereadores. Cabe destacar que Castro Castelo enfrentou durante sua gestão (1993-1996) uma grande oposição dos vereadores ligados ao grupo de Júlio Rêgo.

2.3 A construção das bases eleitorais

Analisando a distribuição dos votos nos municípios do Ceará, percebe-se que tanto Antônio Câmara quanto Júlio Rêgo apresentavam votação concentrada em circunscrições eleitorais informais localizadas na região dos Inhamuns, ou seja, têm o perfil de deputados distritais.

Segundo Carvalho (2003), deputados com esse perfil de votação costumam alocar benefícios geograficamente desagregados, assegurando fundos de *pork-barrel* para projetos que beneficiem distritos específicos, para suas bases eleitorais, possuindo uma racionalidade do paroquialismo. *Pork-barrel* faz referência a projetos que possuem custos repartidos por todo o território, mas que os benefícios econômicos ou serviços são concentrados em uma área circunscrita geograficamente. Como comenta:

Uma base territorial de representação inevitavelmente introduz preocupações particularistas e paroquiais no processo de formulação de políticas. Um representante eleito com os votos, esforços e recursos de pessoas de uma área geográfica específica naturalmente atribui importância especial a suas visões e demandas, tanto por um senso de obrigação como de auto-interesse (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987, pag. 19 *apud* CARVALHO, 2003, pag. 20).

Carvalho (2003) afirma que deputados com uma base eleitoral, *constituencies* eleitorais, bem delimitada ao longo das eleições e com votação dominante desempenha o papel de “*casework*”. Ou seja, fornecem serviços de despachante para a resolução de problemas individuais das suas bases eleitorais com a burocracia governamental, resolvendo assim pendências de seus eleitores e das lideranças locais.

O fato de um deputado possuir votos concentrados em poucos municípios é interpretado como um dos elementos definidores de um político de perfil tradicional, que domina colégios eleitorais, pejorativamente chamados de “currais eleitorais”, exatamente pelo controle absoluto dos votos. Essa “distritalização informal” dos votos poderia ser interpretada como uma estratégia deliberada dos deputados voltada para a garantia de conquistas de um mandato parlamentar.

O objetivo dessa parte do capítulo é analisar em quais municípios os dois deputados foram mais votados em cada eleição e investigar quais as estratégias de conquista de votos foram utilizadas por estes. A metodologia utilizada foi a de selecionar os dez primeiros municípios em que o deputado foi mais votado em cada eleição. A opção por dez municípios se deve ao fato de que, somando os votos desses municípios, observamos que

totalizavam mais do que 80% dos votos recebidos em todo o Ceará pelo deputado. Assim, esse dez municípios forneceriam uma demonstração da base eleitoral dos deputados.

Nas duas tabelas que se seguem temos a lista dos dez primeiros municípios em que os deputados Antônio Câmara e Júlio Rêgo foram mais votados em cinco eleições (1974⁵³, 1978, 1982, 1986 e 1990). O objetivo das tabelas é acompanhar o histórico da votação dos deputados nos municípios e identificar qual o seu padrão de votação.

TABELA 1 - Lista dos dez primeiros municípios onde Antônio Câmara foi mais votado nas eleições de 1974-1990.

Município	1974	1978	1982	1986	1990
Acopiara	--	--	384	200	--
Aiuaba	--	1.525	1.422	1.398	617
Aracoiaba	--	79	--	--	--
Arneiroz	--	--	595	339	86
Baturité	--	--	--	577	--
Catarina	--	1.351	1.495	1.042	912
Crateús	--	80	--	--	109
Fortaleza	4.069	1.912	2.699	7.905	2.826
Ibiapina	--	213	--	--	--
Independência	1.456	3.192	1.492	2.063	130
Jaguaribara	--	--	--	1.148	--
Maranguape	--	69	--	--	405
Mauriti	--	--	707	--	--
Mombaça	--	--	242	220	--
Novo Oriente	--	259	--	--	--
Parambu	1.222	2.405	3.194	4.214	1.870
Quiterianópolis	--	--	--	--	1.619
Sobral	--	39	--	600	76
Tauá	5.167	6.520	7.074	7.989	5.346
Total dos votos nos dez municípios	11.914 (81,69%)	17.644 (93,76%)	18.920 (90,62%)	27.495 (85,94%)	13.996 (93,30%)
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	6.389 (43,80%)	11.801 (63,10%)	13.780 (64,68%)	14.982 (47,21%)	8.831 (59,19%)
Total de votos do deputado no estado	14.584	18.702	21.302	31.734	14.402

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

⁵³ No livro com os resultados eleitorais dessa eleição só constam em cada município os votos dos deputados mais votados. Assim não foi possível completar a lista dos dez municípios onde Antônio Câmara foi mais votado.

TABELA 2 - Lista dos dez primeiros municípios onde Júlio Rêgo foi mais votado nas eleições de 1974-1990.

Município	1974	1978	1982	1986	1990
Acopiara	355	--	--	--	--
Aiuaba	--	--	454	1.210	1.312
Aquiraz	--	--	992	--	388
Arneiroz	741	820	649	428	303
Barro	--	--	2.194	--	--
Canindé	--	--	--	107	--
Catarina	640	286	514	--	785
Crato	--	124	--	118	--
Euzébio	--	--	--	--	90
Fortaleza	2.657	2.180	3.966	1.894	2.280
Independência	--	279	--	102	1.466
Ipueiras	1.288	--	--	--	--
Maracanaú	--	--	--	81	--
Mombaça	--	569	--	--	--
Novo Oriente	763	1.942	379	--	--
Nova Russas	--	278	--	--	--
Parambu	2.187	2.673	4.294	2.029	1.763
Poranga	219	--	--	--	--
Quiterianópolis	--	--	--	--	979
Saboeiro	--	--	640	861	--
Tauá	4.005	6.111	9.281	9.287	6.584
Uruoca	923	--	--	--	--
Total de votos nos dez primeiros municípios	13.778 (87,05%)	15.262 (92,37%)	23.363 (88,70%)	16.117 (94,56%)	15.950 (94,04%)
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	7.573 (47,84%)	9.890 (59,86%)	15.192 (57,67%)	13.815 (81,05%)	10.747 (63,36%)
Total de votos do deputado no estado	15.827	16.521	23.339	17.043	16.960

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Na análise da distribuição dos votos de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, percebemos que esses deputados possuíam dois padrões de votação por município ao longo das eleições.

O primeiro padrão seria composto por municípios onde esses deputados seriam constantemente votados, como nos municípios da região dos Inhamuns (Tauá, Arneiroz,

Parambu, Aiuaba, Catarina) ou nos municípios adjacentes a esta (Independência, Crateús, Novo Oriente).

O segundo padrão seria os municípios nos quais eventualmente os deputados recebem votos, mas que não integram sua base eleitoral. Além disso, cabe notar que esses municípios são geralmente distantes geograficamente da base política dos deputados, o que exclui a hipótese de que correspondem à sua área de influência. No geral, a votação nesses municípios deve-se a alguma troca de colégio eleitoral com outro candidato a deputado federal ou a acordos com lideranças políticas, prefeitos ou vereadores para ser votado no município.

Observando a tabela dos votos dos dois deputados, percebemos que municípios como Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Fortaleza, Independência, Parambu e Tauá formavam o núcleo duro da base eleitoral desses deputados, onde em toda eleição eles eram votados. Esses municípios são geralmente os que demandam mais atenção dos deputados. Além disso, percebemos que ao longo das eleições a região dos Inhamuns representava um percentual significativo na votação total desses deputados, sendo o palco de conflito.

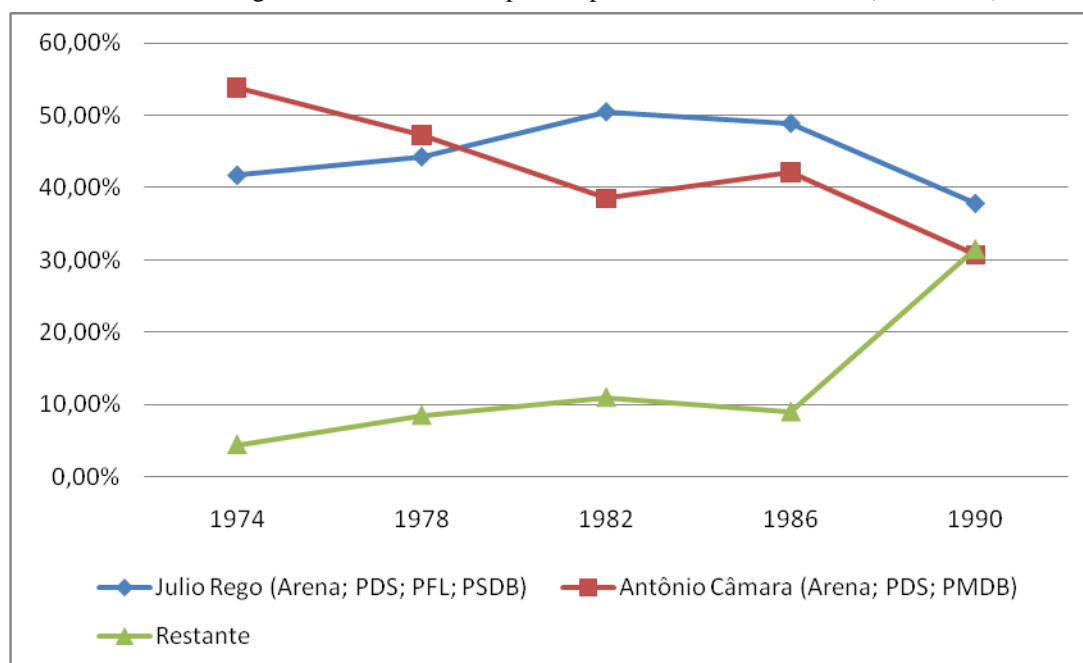
Percebe-se que o percentual de votos concentrados nos Inhamuns, que ao longo das eleições não apresentou um índice inferior a 80%, foi oscilando ao longo das eleições. Na eleição de 1974, Antônio Câmara e Júlio Rêgo apresentaram os menores índices de concentração de votos nessa região, respectivamente 81,69% e 87,05%. Posteriormente esse índice aumentou nas eleições de 1978 e a partir de então passou a declinar. Exceção na eleição de 1986 para Júlio Rêgo, que apresentou seu maior percentual de votos nessa eleição, 81,05%. Esse alto índice fazia parte de uma estratégia utilizada pelo candidato para se contrapor ao crescimento do capital político de Antônio Câmara, visto que este conseguiu muitos votos em Fortaleza e em alguns municípios específicos (Jaguaribara, Sobral e Baturité) devido à projeção que teve como Secretário de Governo de Gonzaga Mota (1986-1987). Nesse sentido, Júlio Rêgo focou sua atuação política na região dos Inhamuns para conseguir muito votos e se contrapor a Antônio Câmara.

Observamos que os municípios como Baturité, Ibiapina, Jaguaribara, Mauriti, Sobral, no caso de Antônio Câmara; e Aquiraz, Barro, Canindé, Crato, Mombaça e Nova Russas, no caso de Júlio Rêgo, formam um conjunto de municípios onde eventualmente esses deputados são votados. Analisando o núcleo duro da votação dos dois deputados, dois municípios merecem destaque por serem palco de constantes conflitos entre os dois deputados: Tauá e Parambu. O maior colégio eleitoral da região dos Inhamuns é Tauá,

fazendo assim do município o núcleo central da disputa política, tanto pela quantidade de votos quanto pela influência política que exerce na região.

No gráfico abaixo, acompanhamos a votação desses dois deputados em Tauá durante cinco eleições, de 1974 a 1990. Percebemos que essa votação é concentrada e que Antônio Câmara e Júlio Rêgo conseguiram a grande maioria dos votos, apresentando o ápice nas eleições de 1974, quando juntos somaram 95,57% dos votos nominais. Essa concentração dos votos foi decrescendo ao longo das eleições, em 1978 passou para 91,52% e em 1982 atingiu 89,05%, exceção apenas nas eleições de 1986 em que essa concentração subiu para 91,03% dos votos. Nas eleições de 1990 a concentração dos votos em torno desses dois deputados atingiu o menos índice, 68,55%, visto que outros deputados estaduais passaram a disputar votos com Antônio Câmara e Júlio Rêgo: Joviniano Carvalho (PFL), que foi apoiado pelas lideranças políticas da comunidade do distrito de Trici-Flores e pelas lideranças da família Carvalho Alexandrino; Antônio Amorim (PT), apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esses dois deputados somaram um total de 15,49% dos votos, sendo 11,12% de Joviniano Carvalho e 4,37% de Antônio Amorim.

GRÁFICO 2 - Porcentagem de votos nominais para Deputado Estadual em Tauá (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Analisando o gráfico 2, percebemos que a votação de Júlio Rêgo é um pouco superior a obtida por Antônio Câmara, apresentando o maior índice, 50,52% dos votos, nas eleições de 1982, quando conseguiu, inclusive, eleger o prefeito de Tauá, Castro Castelo. Os

menores índices foram em 1974 (41,73%) e em 1978 (44,28%), quando não era apoiado pelo então prefeito Domingos Aguiar (1973-1976) e tinha se distanciado de Tauá ao assumir o posto de Secretário de Saúde do Estado (1973-1974).

Nas eleições de 1986 e 1990, os índices de votação de Júlio Rêgo foram diminuindo, em 1986 atingiu 48,93% e em 1990 diminuiu para 37,83%. A votação de Antônio Câmara iniciou alta em 1974 (53,84% dos votos válidos) e 1978 (47,24%), superando Júlio Rêgo, mas em seguida apresentou um declínio em 1982 (38,52%) e um leve aumento em 1986 (42,10%), quando era apoiado pelo então prefeito Sousa Bastos (1976-1982), mas que declinou em 1990 (30,72%) com a entrada de mais candidatos na disputa eleitoral.

Assim, notamos que a concentração dos votos desses deputados estaduais em Tauá foi diminuindo com a entrada de novos atores e novas instituições no cenário político, como partidos políticos e sindicato. Ocorre, assim, uma maior complexidade da política municipal resultante do aumento dos segmentos da comunidade que dela participam. A família continua importante, mas novos elementos entram em cena.

Dessa forma, líderes políticos locais passaram a apoiar deputados estaduais fora do eixo Júlio-Câmara. Como exemplo, temos a candidatura do odontólogo e agropecuarista Joviniano Alexandrino, apoiado por seu grupo familiar, que possuía vários integrantes no Legislativo de Tauá: João Carvalho Alexandrino, eleito vereador em 1988 pelo PDT e 1992 pelo PSDB; Maria de Fátima Alexandrino Nogueira, eleita vereadora em 1988 pelo PMB e 1992 pelo PSDB; Antônio Carvalho Alexandrino (Tutu), eleito vereador em 1976 (MDB), 1982 (PDS) e 1988 (PMDB).

Outro município importante nos Inhamuns é Parambu. Júlio Rêgo comenta que os votos que Antônio Câmara conseguia nos outros municípios da região não o atrapalhavam, pois *“era outro lado, pegava os votos do outro lado. Sempre em toda parte tinha dois grupos”*. Considerando que a política em municípios de pequeno porte é geralmente dividida em dois grupos políticos, situação e oposição, quando Júlio Rêgo era apoiado pelo prefeito em um município, Antônio Câmara procurava o apoio da oposição e vice-versa.

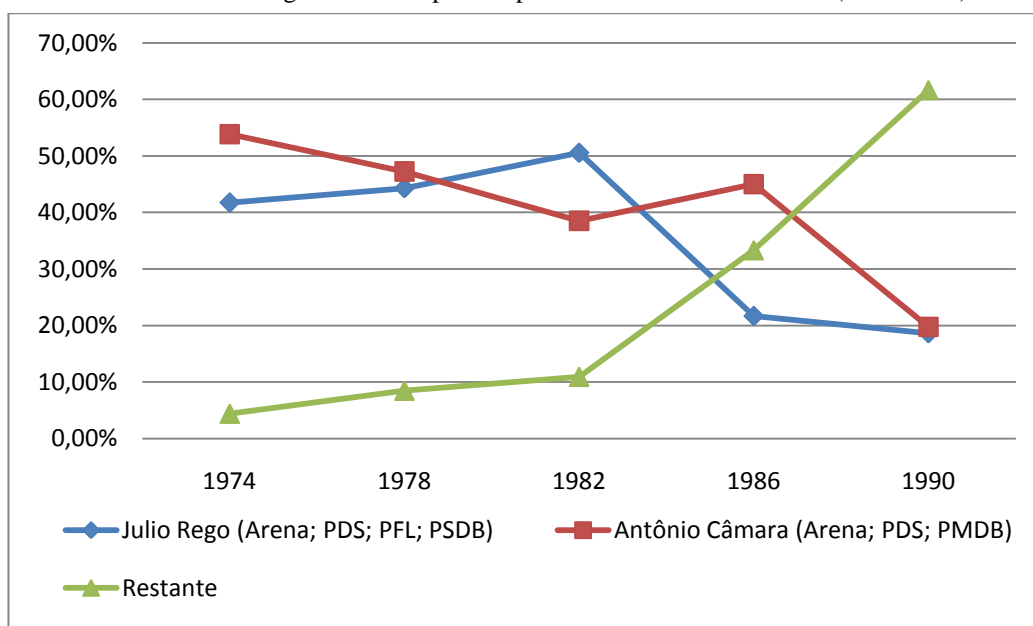
Assim, em Parambu, o segundo colégio eleitoral dos Inhamuns, a disputa entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo era acirrada. Como comenta Antônio Câmara sobre as estratégias de conquista de votos em sua primeira candidatura, em 1974:

Casa a casa. Sempre lembrando a atuação dos nossos antepassados. Houve momento de muitas dificuldades. Quando eu fui a Parambu a primeira vez, em companhia do médico e prefeito Domingos Aguiar, nós não tínhamos onde nos

hospedar, a não ser no hotel. Que aquela época um candidato se hospedar em hotel era uma sinal de fraqueza muito grande em termos de articulação e de apoio e fomos para casa de uma parenta nossa que era esposa de um vereador que seguia o prefeito que por sua vez, era o Chico Leandro, apoiava o Deputado Júlio Rêgo, mas como era uma parenta próxima e amiga nos recebeu muito bem e mais tarde quando o esposo chegou também nos festejou a presença mas nos deu um aviso: 'aqui vocês tem tudo, menos votos, porque eu sigo orientação do prefeito e o prefeito é comprometido com o deputado Júlio Rêgo.' Nós agradecemos e fizemos ali a base nos distritos onde o Domingos era muito conhecido porque médico, humanitário, nunca cobrou consulta. O meu pai era muito conhecido, advogado, era José Ózimo Câmara, tinha advogado por toda região. A essa altura ele era juiz de Santa Quitéria, já estava na magistratura como Juiz de Direito (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Pelo depoimento, percebemos que Antônio Câmara, quando decidiu direcionar sua campanha para Parambu, procurou lideranças já consolidadas, como vereadores. Porém, esses vereadores já eram vinculados ao chefe político do município, Chico Leandro, e este apoiava Júlio Rêgo. Assim, passou a trabalhar “de casa em casa”, pedindo voto diretamente aos eleitores. É interessante perceber a simbólica do poder presente no depoimento, pois o deputado não tinha aliança política no município e não tinha onde se hospedar, ficando claro para os eleitores a pouca articulação do candidato. No gráfico abaixo, temos o acompanhamento da votação dos dois deputados durante quatro eleições, de 1978 a 1990, em Parambu.

GRÁFICO 3 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Parambu (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

Observando o gráfico da página anterior percebemos que a eleição para deputado estadual em Parambu era menos concentrada do que em Tauá, porém Júlio Rêgo e Antônio Câmara lideraram a votação nas eleições de 1974 a 1982. Nas duas últimas eleições (1986 e 1990) o deputado Humberto Bezerra (ARENA), irmão do governador Aduino Bezerra (1975-1978) competia com os dois deputados nesse município.

Nas eleições de 1986, a hegemonia de Júlio Rêgo e Antônio Câmara diminuiu com a entrada de vários outros deputados apoiados por lideranças locais. Em 1990, o percentual de votação dos dois atingiu o menor índice, em torno de 19% dos votos nominais. O percentual de Antônio Câmara e Júlio Rêgo ficou próximo ao alcançado pelo candidato César Oliveira (PTB), que era Secretário de Saúde de Parambu. Cabe destacar que este não foi eleito, ficando na suplência.

Nesse município, a política local era liderada por Chico Leandro (Francisco Alves Teixeira), que foi vice-prefeito em 1962 (PTB) e prefeito em 1966 (ARENA), 1972 (ARENA), 1982 (ARENA) no município, além de eleger seus sucessores. Chico Leandro apoiava Júlio Rêgo e Antônio Câmara era apoiado pela oposição local, inicialmente por dois vereadores do MDB e depois por lideranças locais.

Nos outros municípios dos Inhamuns, a política local era liderada por um chefe político que elegia os prefeitos e a grande maioria na Câmara Municipal. Júlio Rêgo era apoiado pela maioria desses chefes, como no município de Arneiroz, que era liderado por Petrola; de Saboeiro, comandado por Filúvio; e Aiuaba, por Robésio Feitosa.

A única exceção era no município de Catarina, onde o chefe local, Frutuoso Rodrigues, apoiava Antônio Câmara. Júlio Rêgo era votado nesse município por segmentos da oposição, como vereadores e lideranças políticas.

Esses chefes, ou “chefetes”, como os deputados intitulavam, tinham o monopólio político nesses municípios. Possuíam o controle dos votos, seja pela coerção advinda da influência no aparato policial local, seja pelos constantes favores prestados à comunidade, como: emprego, serviços médicos, jurídicos etc.

Quanto aos municípios próximos aos Inhamuns, destaca-se Independência, que era liderado por Alceu Coutinho⁵⁴, que disputava com Aquiles Peres Mota⁵⁵ a hegemonia política no município. Existia outro grupo político, que era liderado por Jerson Alves de

⁵⁴ Eleito prefeito de Independência 1947, suplente deputado estadual nas eleições de 1962 (PTB), deputado estadual pela ARENA em 1966, 1970 e 1974, sendo inclusive presidente da Assembléia Legislativa no biênio 1975-1976, e deputado estadual pelo PMDB em 1986.

⁵⁵ Eleito suplente deputado estadual nas eleições de 1954 e 1962 pela UDN, deputado estadual UDN em 1958, pela ARENA em 1966, 1970, 1974 e 1978, sendo inclusive presidente da Assembléia Legislativa no biênio 1979-1980, e pelo PSD em 1983.

Oliveira, que havia sido prefeito e deputado estadual e apoiava Aquiles Peres. Nas eleições de 1974, Antônio Câmara obteve 1.456 votos e Alceu Coutinho 4.326 votos. A articulação política de Antônio Câmara nesse município deu-se por meio de membros da família Gomes que residem nesse município e da liderança política de Tércio. Júlio Rêgo teve o apoio de Alceu Coutinho depois que este deixou de candidatar-se para o Legislativo estadual.

O município de Fortaleza era responsável por uma quantidade segura de votos, tanto para Júlio Rêgo quanto para Antônio Câmara. Cabe ressaltar que esses votos eram dispersos e diziam respeito a uma relação de amizade ou de prestação de serviço que o deputado tinha realizado. Em média, Júlio Rêgo conseguia 2.000 votos, tendo praticamente dobrado esse valor nas eleições de 1982, devido ao exercício de cargos no governo estadual. Antônio Câmara obtinha em média também 2.000 na capital, tendo conseguido votação máxima em 1986 (7.905 votos) quando foi Líder do Governo (1983-1984) e quando tinha uma forte presença na imprensa.

Quanto aos municípios nos quais esses deputados conseguiam votos esporádicos, eles eram apoiados por lideranças locais, amigos ou familiares. No caso de Júlio Rêgo temos: em Mombaça era apoiado pela liderança local, José Jaime Benevides; Em Quiterianópolis pela vereadora Terezinha Lacerda e do líder político e atual prefeito do município Chico Vieira (PMDB); em Aquiraz este foi apoiado nas eleições de 1982 por um dentista amigo seu, Edson Furtado; em Crato recebeu o apoio de familiares, uma prima que era casada com Manuel Ferro Velho, dono de engenhos.

Em alguns casos, os deputados conseguem votos por meio de “dobradinhas” com um deputado federal. Assim, quando o deputado federal tem um colégio eleitoral, ele faz com que os eleitores votem no seu deputado estadual, então o deputado estadual, em retribuição, “doa” os votos para deputado federal de seu colégio eleitoral. Como comenta Júlio Rêgo:

Em Novo Oriente eu era apoiado por Claudino Sales, meu deputado federal. No tempo de César Cals para cá, eu votava nele na minha região e ele mandava votar em mim (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Em outros casos, o deputado estadual consegue votos em algum município através de favores ou apoio a algum político da região devido ao posto que está ocupando no governo estadual, como na votação que Júlio Rêgo teve em Barro nas eleições em 1982, na qual conseguiu 2.194 votos pelo apoio do chefe local, Januário Feitosa. Como vemos na próxima página.

Nessa época, eu tava na Assembleia, presidente, vice-presidente, e apoiiei, no Governo César Cals, o filho dele, o Marcelo, que ainda hoje está no Tribunal de

Contas, eu apoiei Marcelo pra ser Conselheiro de Contas do Município, César Cals pediu e eu apoiei na Assembleia, deu um trabalho para Marcelo ser Conselheiro, em compensação Januário mandou votar em mim no Barro, que ele era líder lá, me deu uns 2 mil votos, uma coisa assim. Foi só uma vez. Aí já era uma negociata política, uma troca de votos, né. (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Também Antônio Câmara, quando foi Secretário de Governo de Gonzaga Mota (1983-1987), conseguiu estabelecer vários acordos políticos com lideranças no interior, já que estava em um ponto estratégico na burocracia estatal, como ele comenta:

Eu fui Secretário de Governo. Por exemplo, Sobral, aquele distrito que tem um grande açude, tinha lá um líder comunitário, pode olhar Sobral [em 1986] que eu tive uma boa votação. Eu não fui nem a Sobral, eu fui a esse distrito, porque tinha um líder comunitário que pedia a Chico Figueredo, pedia a todo mundo, ao tio desses meninos [Ciro Gomes e Cid Gomes] que era o João Frederico Ferreira Gomes, um posto de saúde lá pra esse distrito, e ninguém arranjava e ele um dia chegou na Secretaria de Governo e tal, e vim aqui deputado tal, uma situação dessa. Aí eu liguei pro Secretário de Planejamento, que era o irmão do Gonzaga, o Zé Antônio: ‘Zé, não tem uma verbinha aí que dê pra fazer um posto de saúde não?’ ‘Tem’. Aí foi feito o posto de saúde (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Do mesmo modo, Antônio Câmara, por ocupar um cargo que lhe permitia o acesso a verbas, aumentou consideravelmente seu capital político, como na votação que teve em Jaguaribara em 1986 (1.148 votos), conseguida por intermédio do então prefeito Francini Guedes, a quem facilitou o trânsito com o governo estadual.

2.4 O lugar da oposição

Na análise da política local em Tauá, percebemos a estruturação de dois grupos políticos muito consolidados representados pelos dois deputados estaduais, Antônio Câmara e Júlio Rêgo. A oposição a esses grupos ou a tentativa de líderes políticos locais de se manterem independentes não funcionava eficazmente e as tentativas de se formar um terceiro grupo, uma terceira via, que fugisse à polarização Júlio-Câmara, não lograva êxito. Como comentou Antônio Câmara:

Lá sempre a política foi muito radical. O eleitorado não se diluía, ou votava em mim ou no Júlio. O candidato que surgisse, mesmo da região, não conseguia furar o bloqueio, certo (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Para Bourdieu (2002), o campo político é constituído pelos profissionais, os políticos que vendem produtos políticos, e pelos profanos, clientes dos vendedores de produtos políticos. Os últimos

[...] estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos político: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (Grifos do autor). (BOURDIEU, 2002, p.166).

Assim, a participação ativa na política exige uma “competência social”, e os cidadãos comuns, que estão desprovidos dessa competência, são condenados à fidelidade aos profissionais da política. O autor chega inclusive a diferenciar dois tipos de profanos: os *profanos das classes dominantes*, capazes de produzir seus atos e suas opiniões políticas, nunca se resignando à delegação sem resistência, podendo contar com associações, grupos de pressão ou partidos-associações; e os *profanos das classes dominadas*, predominando uma *fides implícita* por serem desprovidos culturalmente e presos a valores de fidelidade. Esses, em geral, são mais dados à delegação incondicional e duradoura.

Para Bourdieu, a divisão do trabalho político é caracterizada pela desigual distribuição de diferentes formas de capital entre os agentes. Assim, existiriam determinantes econômicos e sociais que atuam nessa divisão. Como comenta:

La gente se interesa tanto más en la política cuanto más instruidos están y sabemos que las abstenciones obedecen también a esta ley. La distribución, pues, del acceso a los medios de participar en la política es muy desigual. (BOURDIEU, 2000, p. 2)

O primeiro momento de construção de uma oposição, de uma terceira via ao eixo Júlio-Câmara em Tauá, foi costurado nos anos de 1980. Essa configuração diferenciada do poder se deu com o protagonismo de forças que até então não participavam da cena política, caso dos trabalhadores rurais.

Até então, esses atores políticos eram extremamente dependentes dos proprietários rurais que tinham controle inclusive dos seus votos. Mas, liderados pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contando com o apoio do vereador do MDB, Francisco Teobaldo, passaram a entrar em conflito com o poder político dos agropecuaristas.

Cabe ressaltar que os agropecuaristas tinham uma representatividade tanto no Executivo, elegendo vários prefeitos, como Sousa Bastos (1976-1983), Castro Castelo (1982-1988; 1993-1995), quanto no Legislativo⁵⁶.

Essa oposição, liderada pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, embora não tenha conseguido êxito quanto aos resultados eleitorais no município, obteve espaço na mídia projetando-se para fora do âmbito local, fazendo com que houvesse mudanças nas relações entre trabalhadores rurais e proprietários rurais, tornando os primeiros mais críticos e ativos na política local.

Esses trabalhadores passaram a ganhar visibilidade na mídia estadual através de denúncias sobre a estrutura de poder a qual eram submetidos, tal como no caso relatado em matéria do jornal O Povo em que o vereador Antônio Arnoldo (Arnou) Mota (PDS) é acusado de matar o agricultor Francisco Sobreira Lima em 31 de dezembro de 1980. A acusação feita por Manuel Marques da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá, foi assim relatada, como vemos:

Manuel afirmou que tudo começou por causa de uma dívida. O rurícola Pedro Bezerra da Costa, residente do distrito de Marroás, trabalhou para José Armando de Sousa Mota e este, apesar de ter recebido a verba do Plano de Emergência, não efetuou o pagamento, como deveria fazer. Como representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi procurado pela parte interessada e não teve outra alternativa: denunciou o fato ao Gescap [Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas]. Esta atitude não foi vista com bons olhos pelo proprietário da terra, José Armando, que no dia 9 de agosto, acompanhado de seu irmão Antônio Aldenor, foi a residência do queixoso, Pedro Costa, com o objetivo de matá-lo, chegando a efetuar vários disparos contra o casebre. Isso fez com que a vítima recorresse às autoridades ligadas ao setor. (PISTOLEIROS, 1981).

Ainda segundo a mesma matéria, devido ao fato do sindicalista Manuel Marques ter intercedido nesse caso, ele foi “marcado para morrer”. Desde então, dois homens, naturais de Mombaça, passaram a residir na casa do vereador do PSD Arnoldo Mota. O agricultor Francisco Sobreira teria tomado conhecimento de que esses dois “pistoleiros”, acompanhado do citado vereador, iriam matar o sindicalista. De posse dessa informação, o rurícola teria avisado ao sindicalista e por isso teria sido assassinado.

Percebermos na matéria variados aspectos dessa dinâmica social, como a ampliação do espaço de contestação camponesa frente ao poder dos proprietários de terra em que novos mediadores entram em cena, como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o próprio Estado por meio do Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas (Gescap), criado em

⁵⁶ Para mais informações sobre o perfil do poder Legislativo de Tauá, ver: Pessoa Jr (2009).

1971 com o objetivo de enfrentar as situações de seca no estado e de atuar como órgão de fiscalização dos Planos de Emergência nos municípios.

Nessa contestação, a ação política não pode ser mais atomizada, pois esta não é suficiente para resolver os problemas sociais, passando os conflitos a serem institucionalizados. Os camponeses passam, assim, a se organizar através do Sindicato e da Igreja Católica, exigindo novos direitos e cidadania (BARREIRA, 1992).

A década de 1980 foi marcada por momentos de reivindicações dos agricultores, sobretudo pelo agravamento causado por fenômenos naturais que tiveram forte impacto na esfera social e política. Uma longa seca, que durou de 1979 até 1983, associada à “praga do bicudo”⁵⁷ desestabilizou por completo a cotonicultura. O declínio da produção de algodão envolveu diferentes e numerosos segmentos (proprietários de terra, camponeses, beneficiadores, corretores, banqueiros e industriais) apresentando desdobramentos econômicos consideráveis: crescimento do desemprego rural e urbano interiorano, intensificação dos fluxos migratórios, a recorrência à agricultura de subsistência (milho e feijão) e à pecuária praticada em pequenas propriedades (LEMENHE, 1995, p. 216).

Além disso, em 1982 o programa de Bolsões da Seca, que compunha a política de combate aos efeitos da seca no Nordeste⁵⁸, foi desativado, gerando inúmeros protestos dos agricultores⁵⁹.

Em uma matéria do jornal O Povo⁶⁰, temos o depoimento de uma agricultora que trabalhava em uma frente de serviço em Tauá. Essa reportagem ressalta a miséria e a exploração as quais os agricultores do sertão estavam submetidos, agravadas pelo favorecimento político na distribuição desses bolsões, como vemos na próxima página.

⁵⁷ O “bicudo”, nome popular da praga cientificamente conhecida *Anthonomus Grandis*, oficialmente penetrou no Ceará somente no segundo semestre de 1985, quando foram registradas pela imprensa local notícias de seu surgimento, trazido do Rio Grande do Norte. O primeiro município cearense onde foi detectado essa praga foi em Pereiro, em julho de 1985 (BICUDO, 1986a). O “bicudo” acelerou a destruição do algodão no estado, que já vinha sofrendo com anos seguidos de seca. Em Junho de 1986, conforme matéria (BICUDO, 1986b) a praga já teria alcançado 90% da área de plantio, afetando tanto a produção do algodão herbáceo quanto do arbóreo.

⁵⁸ Essas políticas do Estado relativas à escassez de água no Nordeste foram intituladas de “solução hídrica”, pois se acreditava que a problemática da seca pudesse ser combatida mediante a construção de reservatórios de água, tendo sido o estado do Ceará o que mais construiu obras. No entanto, verificou-se que mesmo construído essas obras elas seriam insuficientes para combater os efeitos sociais. Nessas políticas, o que se busca, atualmente, são formas de convivência com a seca, buscando meios alternativos de armazenagem d’água, novas tecnologias de plantio e aproveitamento do solo etc.

⁵⁹ Na luta por Bolsões, os trabalhadores rurais e os políticos locais uniram-se em suas reivindicações, exigindo que o proprietário fosse reativado. Nas matérias dos jornais da época é recorrente matérias em que prefeitos, vereadores e proprietários rurais passam a criticar o governo e exigir que açudes e barragens fossem construídos para assim empregar os flagelados da seca. Estes políticos tinham interesses de que os agricultores recebessem essas bolsas, pois assim deixavam de depender de forma absoluta da máquina municipal, já que teriam o mínimo para sobreviver.

⁶⁰ Moraes Neto, 1987.

Maria do Socorro de Jesus trabalha nas Olarias. Tem 5 filhos e o marido, desde o dia 22 de junho último, foi para São Paulo, porque não conseguiu alistamento na Emergência. Maria do Socorro trabalha 9 horas por dia e se diz cansada, ‘porque o trabalho é muito pesado. “Depois do trabalho ainda vou cuidar dos malfeitos que encontro em casa”. O José (José Clementino da Silva) foi embora e até agora não mandou nada, só notícia de que estava trabalhando em uma chácara’, diz. Adianta que o marido quer tirá-la do serviço pesado das olarias, “mas eu não sei quando isso vai acontecer. Nunca havia trabalhado para Governo, fazia roça e era bem melhor. A mulher já é uma nação que não é sadia e ainda pega um trabalho no barro, que é mesmo que matar a gente”, declara.

Nesses planos de emergência, eram constantes as denúncias de irregularidades, tanto pelo emprego de critérios políticos no cadastro dos agricultores, quanto pela privatização dos açudes e barragens públicas construídos pelos agricultores. Era comum o conflito entre agricultores e donos de propriedades rurais por terras molhadas. Os proprietários rurais não permitiam que os agricultores plantassem suas lavouras nas áreas molhadas e nem que utilizassem as águas de açudes e barragens porque estes estavam em sua propriedade e também porque utilizavam as áreas úmidas para plantar o capim que alimentava seus rebanhos de gado. Em outros casos, quando os proprietários permitiam a utilização das áreas úmidas, cobravam uma taxa de 20% da produção em suas terras.

Nesse contexto de secas constantes e ausência do poder público para atuar como mediador, eram comuns saques⁶¹ aos armazéns da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), às escolas e ao comércio local. Cabe ressaltar que a região dos Inhamuns é caracterizada por abranger uma vasta área de desertificação, na qual as secas são mais frequentes e as chuvas são mais fracas e irregulares. Algumas vezes, mesmo quando chove na região a água não é suficiente para que a agricultura possa dar resultados, caracterizando a “seca verde”. Além disso, como a chuva é irregular no tempo/espaço, ocorrem períodos de enchentes⁶² agravadas pela enorme quantidade de açudes de pequeno porte que, sem estrutura para suportar uma quantidade grande de água, findam por serem “arrombados”.

Assim, podemos notar que pela configuração social do período os trabalhadores estavam propícios a se manifestarem, faltando apenas quem os organizasse. É nesse contexto que se estrutura o primeiro momento da oposição ao eixo Júlio-Câmara. Nesse aspecto, duas instituições foram centrais para organizar esses trabalhadores: a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁶¹ Nessas invasões, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era constantemente acusado pelos políticos locais de estimular os trabalhadores a realizar esses saques e a agir com violência. Entretanto, os saques muitas vezes eram estimulados pelos políticos locais como forma de pressionar o poder público na distribuição de bolsões da seca, que haviam sido desativados em 1982.

⁶² Em 1985 ocorreu uma enchente no município. Em uma matéria (CHUVAS, 1985) temos o relato de que no município de Tauá aproximadamente 40 casas ruíram, 40 açudes de pequenos e médios portes arrombaram e alguns distritos do município, como Marrecas, Trici e Inhamuns, encontravam-se isolados

A Igreja Católica em Tauá era liderada pelo padre irlandês Bernardo Holmes e pela auxiliar médica belga Maria Witvrowwen (adaptado na fala dos agricultores para Maria da Serra).

Em uma matéria do jornal O Povo de 17 de Março de 1981, o vigário Bernardo Holmes deu uma entrevista comentando sobre suas atividades em Tauá e sobre seus posicionamentos políticos. Esse Padre foi alvo da atenção da imprensa paulista e carioca depois do famoso “caso Miracapillo⁶³”. Nessa matéria, o vigário de Tauá afirma que a Igreja precisa conscientizar o homem para a realidade em que este vive, conscientização para a escolha livre dos partidos políticos. A Igreja precisa ligar “fé” e “vida”, distanciando-se de uma Igreja conservadora apenas preocupada com a salvação do homem no plano espiritual, contrapondo-se a uma religião alienada que adormeça o povo. Para ele, a evangelização⁶⁴ da Igreja precisa debater os problemas sociais que precisam de soluções imediatas, como vemos:

Hoje, a evangelização é feita dentro de uma realidade atual, pois estamos convencidos de que o povo deseja refletir conosco os problemas ligados à luta de terra e outras preocupações que precisam de soluções agora [...] É necessário apontar dificuldades na distribuição de terras, exigência de melhores condições de trabalho, falta de meios para comercialização dos produtos do agricultor, necessidade imperiosa de um Sindicato que exija respeito ao estatuto da Terra, decisões que, normalmente, são consideradas de ordem política (ALBUQUERQUE, 1981).

Nesse sentido, as Comunidades Eclesiais de Base exercem uma atividade central no processo conscientização política, pois, ao realizar encontros comunitários com os trabalhadores para discutir sobre os problemas sociais por estes vividos, conduziram-os a perceber que a raiz de todas essas questões era política:

O problema da seca é climático, mas antes de tudo se revela tanto político quanto econômico, pois, ano de seca ou de fartura, o pobre sempre passou fome. Com a seca é que aumenta a miséria (ALBUQUERQUE, 1981).

Com o trabalho desempenhado pelo Pe. Bernardo, os grupos que lideravam a política local passaram a se contrapor à Igreja. Os trabalhadores rurais foram pressionados por

⁶³ Vito Miracapillo era um padre italiano que foi expulso do Brasil no regime militar, em 1980, por ter se negado a celebrar uma missa de Ação e Graças pela Independência do Brasil – prevista para acontecer no dia 07 de setembro de 1980, às 10h00, na Matriz de Sant’Ana, em Ribeirão-Pe. O Padre escreveu uma carta ao poder Legislativo e Executivo municipal informando que não realizaria a missa na data e no horário previsto pelo fato da população não ser independente e estar reduzida à condição de pedintes sem direitos sociais.

⁶⁴ Essa concepção de evangelização está baseada na Teologia da Libertação. Esta é uma corrente teológica surgida na década de 1970 que percebe a pobreza como uma questão estrutural e o pobre não mais como objeto de caridade, mas sim como sujeito de sua própria libertação. Esse projeto se identifica com os ideais da esquerda e seus teólogos propõem uma pastoral baseada nas Comunidades Eclesiais de Base com forte vivência comunitária, solidária e participativa.

seus patrões a não mais participarem dos encontros da pastoral, sendo ameaçados de perderem seus empregos e de terem suas famílias expulsas das terras. A Igreja foi acusada de estar se aproveitando da situação de seca para agitar os trabalhadores, gesto considerado puramente demagógico.

Além disso, os políticos locais, sobretudo o então prefeito Sousa Bastos (1976-1983), contestavam a orientação dada pelo Pe. Bernardo aos agricultores para que estes não mais pedissem favores aos políticos para evitar, assim, a troca de votos por consultas médicas, empregos, feira de alimentos etc. O vigário buscava por “em xeque” a atuação de políticos que possuíam no “favor” a moeda de troca para a conquista de votos.

Este conflito com o poder local pode ser percebido no ofício encaminhado à Secretaria de Segurança Pública pelo delegado Edmilson Gomes da Silva. Este acusava o vigário e a auxiliar médica, Maria Witvrowwen, de idéias esquerdistas contra o regime⁶⁵. Apesar das constantes reclamações ao Bispo de Crateús, D. Antônio Fragoso, sobre as atitudes do Padre de colocar os agricultores contra os políticos locais, aquele apoiava o trabalho desenvolvido pelo vigário.

Outra instituição importante na organização da oposição em Tauá foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que começou efetivamente a atuar politicamente em 1980 quando a chapa oposicionista liderada por Manuel Marques venceu por “maioria absoluta de 555 votos”, desbancando a liderança até então hegemônica de Juvenal da Silva⁶⁶. Manuel Marques foi apoiado pelo Pe. Bernardo, que defendia a necessidade de um Sindicato Rural forte e independente para que pudesse lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Esta instituição era ligada a Júlio Rêgo, que articulou sua fundação em 1969, visto que muitos serviços de saúde eram fornecidos pelo Sindicato, tornando-se estratégica para a conquista de votos. Após a liderança de Manuel Marques, o Sindicato passou a desempenhar uma postura crítica quanto aos problemas sociais vividos pelos agricultores, promovendo uma série de atividades com estes para que juntos pudessem encontrar soluções para os anos seguidos de seca que a região dos Inhamuns vinha enfrentando. Como comenta:

A liderança [sindical] assinava uma guia lá no Sindicato de Tauá e valia para chegar aqui no [hospital] IJF [Instituto José Frota] ou no HGF [Hospital Geral de Fortaleza]. Isso era um poder. E nós foi quem passou esse processo transitório do Sindicato, de discussão, de propriedade e ampliação dos conhecimentos políticos, saindo desse amarradio que era o Sindicato com dentista, com médico, com enfermeiro, e era exatamente quem mandava no Sindicato naquela época era essas coisas assim (entrevista com Antônio Amorim em 20.01.2011).

⁶⁵ Documento, 1981.

⁶⁶ Oposição, 1981.

O Sindicato passou a ser acusado de incentivar as constantes invasões⁶⁷ ao armazém da Cibrazem e de incitar os agricultores a se posicionarem contra os políticos locais. Essa instituição passou a reivindicar espaço de atuação política na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, exigindo ser o elo entre o Estado e o trabalhador rural, eclipsando o papel antes desempenhado pelos proprietários rurais que eram eleitos vereadores e prefeitos. O Sindicato acusava esses políticos de favorecimento político na distribuição de sementes e nos cadastros das frentes de serviços, pois exigiam em troca que os trabalhadores votassem neles.

Essa instituição, com um acúmulo de capital político junto aos agricultores rurais, passou a atuar de forma ativa na política de Tauá. Nas eleições de 1982, o Sindicato, aliado à Igreja Católica, apoiou a candidatura a prefeito do então vereador Teobaldo Cidrão (PMDB), mas este não foi eleito, conseguindo apenas 5,44% dos votos válidos (1.036 votos). Foi lançada, também, a candidatura ao cargo de vereador do presidente da Associação de Moradores do Assentamento de Abóbora, Antônio Amorim (PMDB), mas este não foi eleito, conseguindo apenas 139 votos.

Em 1986, Antônio Amorim já eleito presidente do Sindicato de Tauá com o apoio da Igreja, candidata-se a deputado federal e, embora não tenha sido eleito, foi o candidato mais votado do PT, obtendo mais de 20.000 votos (CARVALHO, 2009). Cabe ressaltar que a votação de Antônio Amorim em Tauá não foi expressiva, conseguindo apenas 6,26% dos votos válidos (1.516 votos), enquanto que o deputado federal Luiz Marques (PFL), filho de Joel Marques e apoiado por Júlio Rêgo, conseguiu 34,74% dos votos (8.404 votos) e Expedito Ponte (PMDB), apoiado por Antônio Câmara, recebeu 22,90% dos votos válidos (5.542 votos).

Apesar da votação de Antônio Amorim em Tauá ter sido pequena numericamente, ela foi simbólica e contribuiu para a estruturação da oposição aos grupos dos dois deputados estaduais, como ressaltado por Antônio Amorim:

As comunidades se organizam, mas eles tem muito a visão local, ela não conseguia dimensionar as políticas estaduais e nacionais. Não tinha essa dimensão. Então tirar distante de votos em Tauá... Eu lembro que estava num debate com o Idalmir Feitosa, que foi para lá na época e ele considerava uma coisa perigosa distante de votos para um pobre pé na chinela. Ao mesmo tempo que ela foi pouco, ela foi muito para época (entrevista com Antônio Amorim em 20.01.2011).

⁶⁷ Na década de 1980 ocorreram inúmeras invasões no município. Os jornais registram invasões em 1982, 1987, 1988, 1990 e 1992.

Nas eleições de 1988, o Sindicato e a Igreja apoiaram uma coligação entre PT e PDT que tinha Genilda Magalhães (PT) como candidata ao Executivo. Essa coligação conseguiu apenas 2,69% dos votos válidos (580 votos) para prefeito e elegeu um vereador, o agricultor João Carvalho Alexandrino (PDT). Antônio Amorim posteriormente se candidata ao posto de deputado estadual em 1990 pelo PT, não sendo eleito e conseguindo apenas 4,37% dos votos válidos (761 votos) em Tauá.

Na gestão de Antônio Amorim na presidência do Sindicato de Tauá (1986-1991), este comenta que em média atendia cerca de quatro audiências por dia, enfrentado muitos stigmas por militar em partido de esquerda, no caso o PT, desde ser taxado de comunista a ser acusado de instigar a violência no campo e a praticar assassinatos. Antônio Amorim comenta, inclusive, um episódio que teve com um integrante da família Feitosa:

Eu mandei chamar dois moradores da fazenda dele que estavam com problemas [...] e de repente chegou um cara lá com uma faca aqui com o cabo pra frente e um revólver do outro lado. Aí perguntou porque que eu tinha chamado as pessoas. “Não, porque tem problema lá e eu chamei para gente ter o entendimento, pra conversar”. Ele olhou para mim e disse: “você sabe com que está falando?” Eu disse: “não”. “Você tá falando com um fulano de tal Feitosa” e colocou a faca aqui na minha garganta. [...] Eu disse: “e daí!”, mas só eu sei como eu disse isso, “porque eu conheço na Família Feitosa homens muito bons, honestos e trabalhadores e de muita capacidade política.” Só foi dizer isso, ele baixou as armas e sentou. Ele conversou mais de uma hora comigo. Tudo o contrário do que ele estava fazendo naquela hora ele conversou comigo depois daí. Ele foi tratar de Feitozinha, Joaquim Pimenta que para mim é um dos grandes exemplos que teve a coragem de atuar na imprensa alternativa do Rio de Janeiro naquela época. E quando eu passei a tratar disso esse homem tornou-se um dos meus maiores amigos, mas o medo foi tão grande que até hoje não sei o nome dele (entrevista com Antônio Amorim em 20.01.2011).

Antônio Amorim era constantemente ameaçado de morte⁶⁸. Um desses casos de ameaça aconteceu em 1986⁶⁹ pelo comerciante Francisco Lídio Sobreira Mota, colono da Várzea do Boi. Francisco Lídio acusava o sindicalista da perda de uma parcela de terra que tinha comprado na localidade de Abóbora, mas que segundo este, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tinha comprovado que essa terra tinha sido adquirida de forma ilegal. Antônio Amorim comenta que Francisco Lídio utilizou a influência política que o deputado Antônio Câmara possuía na época para solucionar esse conflito, mas que mesmo com essa interferência o Incra desapropriou a terra. Depois desse conflito, o Incra passou quatro anos sem fazer medições de terras em Tauá (Antônio Amorim em 20.01.2011).

⁶⁸ Antônio Amorim recebeu ameaças de morte também em 1988 e 1991.

⁶⁹ Líder, 1986.

O ponto máximo desses conflitos ocorreu em 1987⁷⁰ quando um incêndio destruiu a tesouraria do Sindicato. Antônio Amorim passou a denunciar a cooptação das lideranças comunitárias, tanto pelo poder municipal quanto pelo governo do estado. Alegava que o prefeito de Tauá, Castro Castelo (PFL), teria fundado em 1988, no período de apenas três meses, 27 associações comunitárias no município para obter o controle político destas instituições beneficiadas com verbas e projetos públicos.

Já o Cambeba, governo Tasso Jereissati (1987-1991), teria criado a figura do “agente rural⁷¹”, que, à semelhança dos “agentes das mudanças” existentes em áreas rurais, teria por objetivo aproximar-se dos sindicatos dos trabalhadores rurais e cooptar as suas principais lideranças. Os “agentes das mudanças”, segundo Antônio Amorim, eram contratados pelo governo do Estado para atuar junto às entidades de representação popular, como as associações de moradores, nas eleições municipais para garantir a vitória do candidato governista à prefeitura de Fortaleza, Ciro Gomes. Tasso Jereissati elegeu o Prefeito de Fortaleza nas eleições de 1988. Esses “agentes rurais” teriam também atuado nas eleições estaduais de 1990 para eleger o máximo de candidatos governistas, tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo.

Num segundo momento de estruturação da oposição podemos perceber que a classe média ligada ao exercício de profissões liberais tentou estruturar-se, sobretudo após o declínio dos movimentos dos agricultores rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais continuou sua atuação política atrelado ao PT, mas menos ambicioso, buscando eleger apenas um vereador. Nas eleições de 1996, conseguiu eleger Manoel Loiola de Sena (Nenzinho); em 2004, apoiou José Bartolomeu Cavalcante, que ficou na suplência; e em 2008, João Evonilson Alexandrino de Sousa, que também ficou na suplência.

Esse segundo momento teve início com o lançamento da candidatura a prefeito do médico João da Luz, apoiado pelo então prefeito Zé Lima (PFL), em 1992 e durou até as eleições de 2000. Nesse período, o prefeito de Tauá, na tentativa de consolidar seu capital político, buscava eleger o sucessor sem o apoio dos deputados estaduais. Porém essa estratégia política não obteve êxito. Como dito por Júlio Rêgo: “*os matutos queriam mandar*”.

Existiam em Tauá várias lideranças, mas elas estavam sempre competindo entre si na busca do apoio de algum dos dois deputados. Não conseguiam unir forças e consolidar um terceiro grupo político. Assim, gravitavam em torno da liderança política de Júlio Rêgo e

⁷⁰ Incêndio, 1987.

⁷¹ Araújo, 1989.

Antônio Câmara em Tauá os seguintes líderes políticos: Castro Castelo, Zé Lima e João da Luz. Outro líder político influente, Sousa Bastos, era ligado ao grupo dos Gomes de Freitas.

Nas eleições de 1988, Zé Lima (PMB), tendo como vice Agildo Nogueira (PMB), foi eleito prefeito apoiado por Júlio Rêgo. Nas eleições de 1992 o então prefeito Zé Lima tentou eleger seu sucessor, João da Luz (PFL), contra Agildo Nogueira (PSDB), então vice de Zé Lima e apoiado por Júlio Rêgo. Porém nessas eleições o prefeito eleito foi Castro Castelo (PRN), apoiado pelos Gomes de Freitas; o mesmo tinha sido prefeito em 1982, apoiado por Júlio Rêgo.

Para conseguir ser eleito prefeito em Tauá era necessário o apoio de um dos dois deputados estaduais. Castro Castelo, percebendo essa estrutura de força, incorporava a lógica do jogo e buscava ser eleito prefeito, ora com o apoio de Júlio Rêgo, ora com o apoio de Antônio Câmara.

2.5 Governo estadual

Na análise da trajetória desses deputados, é importante observar a relação destes com o governo estadual, visto que eles recebem a maior parte de seus votos de municípios de médio e pequeno porte, dependendo do suporte eleitoral de chefes políticos locais, prefeitos e proprietários rurais, que, por sua vez, precisam estar bem relacionados com o governo e com a burocracia estadual para conseguir recursos para a rede que os apoiam. Se o deputado não é governista, ele não tem acesso ou tem acesso limitado aos recursos estaduais.

Analisaremos aqui a relação que os deputados estabeleceram com o governador para assim investigar como eles construíram suas bases.

No governo César Cals (1971-1975), Júlio Rêgo passou a exercer cargos de liderança no âmbito estadual. Foi primeiro vice-presidente na Assembleia no biênio 1971-1972 e em 1973 foi Secretário de Saúde do Estado, permanecendo no cargo até 1974. Nos outros governos Júlio Rêgo possuía menor influência, mas nunca deixou de ser governista, como comenta:

Quando era César Cals era mais poder, Plácido aí eu apoiava ele. Adauto aí era rachado comigo porque Antônio Câmara apoiava ele e eu não era muito, mas eu era amigo do Humberto Bezerra. Ele dava 60% ao Antônio Câmara e 40% a mim, aí era o contrário. Virgílio era mais ou menos meio a meio, mas era mais Antônio Câmara que era mais udenista, eu era mais pcedista. Também puxava mais para o Antônio Câmara. Sabe, o Virgílio tinha um Secretário de Segurança, que era o Clóvis Alexandrino, que era do lado meu, era meu amigo, irmão do Flávio Alexandrino, e puxava muitas obras para Tauá: Centro Comunitário. Teve muitas obras para Tauá

arranjada por mim pelo Clóvis, que era Secretário. Virgílio me ajudou muito, talvez tenha me ajudado mais do que o outro, do que o Adauto. César era integral. E Gonzaga eu não tinha “porra” nenhuma, Gonzaga era Antônio Câmara. Gonzaga eu não tinha nada (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nesse depoimento de Júlio Rêgo percebemos a importância de ter o apoio do governo, que sem ele pouco se consegue de verbas e recursos para as bases eleitorais. Além do governador, nota-se a relevância de ter aproximação com os secretários do governo, sobretudo aqueles com mais recursos. Era o caso de Júlio Rêgo, que não tinha muita proximidade com Adauto Bezerra, mas que possuía relações de amizade com seu irmão, Humberto Bezerra, então Secretário de Governo do Interior, responsável por fazer a conexão entre os municípios e o governo estadual, portanto, ligado às prefeituras e às distribuições de cargos.

Em seu depoimento, Júlio Rêgo se refere a porcentagens nas divisões dos contratos de emprego do estado, que em um governo era 60% para ele e 40% para Antônio Câmara, em outro era dividido ou então ele era mais beneficiado. Esses contratos eram uma das principais moedas de troca do governo com os deputados, como comenta Antônio Câmara:

Naquela época não existiam concursos públicos. Então as vagas dos colégios, da Ematerce [Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará]. Isso, essas vagas eram todas, compunham um banco de dados que o governador tinha. No começo na Assessoria Especial, depois na Secretaria de Governo. Então colégio tal de Catarina são seis, dez vagas de professores, dez de merendeira, dez de vigia, isso aquilo outro. O que se exigia era: habilitação para os cargos. Professor: curso de pedagogia, curso normal. Escriturário: segundo grau. Desde que os candidatos preenchessem esses requisitos, vigia: curso primário, as vagas eram preenchidas, e de acordo com a votação dos deputados. Por exemplo, eu tive 30% dos votos de Catarina, o governador me dava 30 % das nomeações. Eu chegava lá em Catarina ‘Frutuoso, eu tenho tantas vagas, me dê os nomes das pessoas’, ele me dava (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse aspecto, corrobora a fala de uma eleitora do município de Catarina, à qual Antônio Câmara se refere:

Minha família sempre acompanhou o Frutuoso. Aí, minha tia foi de Tauá para Catarina e disse que o Frutuoso tinha recebido uns contratos do estado vindo por intermédio do Antônio Câmara. Aí ela foi no Frutuoso e disse que se ele não arranjasse um contrato para minha mãe ela iria levar toda a minha família para Tauá e que eles não iriam mais votar nele. Dessa forma, minha mãe conseguiu um contrato com o estado e hoje está aposentada (entrevista concedida ao autor em 14.02.11).⁷²

⁷² A pessoa entrevistada solicitou que sua identidade fosse mantida em sigilo pelo autor.

Dessa forma, era extremamente importante que o deputado fosse governista, estabelecendo contatos com o governador e com os secretários, já que as verbas, obras e contratos do estado eram essenciais para sua longevidade política, como comenta Júlio Rêgo:

Aí, se você hoje em Tauá tiver 500 professoras aposentadas, 450 foram contratadas por mim e estão aposentadas. Tanto é que até hoje muita amizade, empreguei em Catarina, toda parte (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

No governo Aduino Bezerra (1975-1978), o prestígio de Júlio Rêgo e Antônio Câmara era quase equivalente, pois, embora Antônio Câmara fosse próximo ao governador, Júlio Rêgo tinha acesso à principal secretaria do governo chefiado por Humberto Bezerra.

Já no governo Virgílio Távora (1979-1982), Antônio Câmara tinha mais acesso devido ao fato de seu grupo político familiar ser historicamente atrelado aos Távoras. Assim, em seu governo conseguiu verbas e obras⁷³ para Tauá. Além disso, possuía várias pessoas do seu grupo ocupando cargos no governo estadual: o superintendente da FUSEC, o médico e ex-prefeito Domingos Gomes de Aguiar, e o Procurador do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), seu sobrinho Odilon Aguiar Neto.

Também na administração de Virgílio Távora constavam outros membros do grupo Gomes de Freitas, irmãos de Domingos Aguiar, que não foram indicados por Antônio Câmara, mas que ocupavam postos no governo do estado, como: Odilon Aguiar Filho, que foi Ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e Geórgia Gomes de Aguiar, que foi Procuradora Geral da Justiça do Estado. Cabe observar que a indicação de Odilon Filho foi uma escolha do próprio Virgílio, que tinha amizades com Odilon Filho desde que este era Secretário de Educação do Estado em 1958, indicado pelo então deputado estadual Lisboa (PTB).

Júlio Rêgo também exercia influência no governo Virgílio Távora, ocupando tanto cargos na Assembleia, como primeiro vice-presidente no biênio 1981-1982, quanto indicando pessoas na burocracia estadual, como o Secretário de Obras, o filho de Joel Marques, Luiz Marques, que conseguiu o custeio de seis quilômetros para a adutora que liga o açude Brôco à sede do município.

No governo Virgílio Távora quando Júlio Rêgo ou Antônio Câmara conseguia verbas para os Inhamuns, tinha que deixar claro para os eleitores que a obra foi conseguida

⁷³ Como exemplo, temos o Açude Brôco, construído para facilitar o abastecimento de água para a sede do município, matadouro, escola de primeiro grau, delegacia regional do ensino, energia elétrica para vários distritos (Marruás, Santo Antônio de Carrapateiras), escritório do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), que era o órgão responsável por fornecer documentos de legislação da terra a posseiros e parceiros, trecho da BR-020 que liga Tauá a Cruzeta, estação rodoviária e uma torre de televisão.

através da sua influência política e não através do prestígio do seu oponente. Essa demarcação da paternidade das obras era enfatizada nas solenidades de inauguração.

Na leitura de matérias de jornais que descrevem o momento da entrega dessas obras, percebe-se que Virgílio Távora procurava manter uma postura mais imparcial, dialogando com os dois deputados da região. No entanto, Antônio Câmara buscava destacar que as obras conseguidas para Tauá através do governo do estado eram resultado da sua influência política junto ao governo. Isso pode ser percebido no trecho abaixo:

Ontem, o deputado Antônio Câmara lembrou que os melhoramentos a serem inaugurados em Tauá e Parambu resultam de reivindicações por ele encaminhadas ao governador Virgílio Távora. Aproveitou para destacar ‘o muito que o Governador tem feito em benefício da população daquela região do Estado (V T, 1981).

O deputado precisa ser conhecido e reconhecido como o intermediário de obras para a região, como aquele que traz obras e serviços. Em outra matéria⁷⁴, temos a citação da fala do prefeito de Tauá, Sousa Bastos, em um desfile de “7 de Setembro” no município, que “destacou que tudo aquilo que há conseguido realizar, tem contado com o respaldo financeiro dos governos estadual e federal, através do apoio do deputado Antônio Câmara e governador Virgílio Távora” (TAUÁ, 1981).

Cabe observar que ao mesmo tempo em que esses deputados dependiam do governo, o governo também dependia do suporte eleitoral de chefes políticos, prefeitos, proprietários rurais e notáveis políticos locais com os quais esses deputados tinham contato. Esse fato é percebido na visita do então governador Virgílio Távora ao município de Tauá em 1982⁷⁵. Nesse período, o PDS de Tauá, que tinha Júlio Rêgo e Antônio Câmara como líderes políticos, estava unido para eleger Gonzaga Mota a governador. O Governador, conhecedor das rivalidades entre os dois deputados, chamou os líderes tauaenses de "Júlio Rêgo e Antônio Câmara e Antônio Câmara e Júlio Rêgo". Assim, não correria o risco de ofender a algum dos grupos políticos.

É importante perceber esse cuidado que Virgílio Távora teve de chamar Júlio Rêgo e Antônio Câmara e depois Antônio Câmara e Júlio Rêgo, pois caso chamasse apenas em uma ordem, o deputado que fosse chamado por último poderia ficar ofendido por ter sido preterido na ordem de chamada. Essa atenção na ordem de chamada não é observada apenas pelos deputados, os cabos eleitorais e os eleitores mais próximos também cobram deles que

⁷⁴ Tauá, 1981.

⁷⁵ Lideranças, 1982.

sejam bem relacionados com o governo e, caso o nome do seu deputado fosse chamado por último, significaria que ele teria menos influência no governo que seu opositor.

Dessa forma, percebe-se que as eleições de 1982 foram caracterizadas por uma “união na cúpula e divisão na base” (MOTA, 1985), pois os dois deputados estavam unidos para eleger o governador e o senador, mas divididos quanto às eleições municipais. Assim, esses deputados, que necessitavam do governador para “alimentar” suas bases políticas, disputavam entre si para saber que daria mais apoio ao governador para assim receber os bônus de contrapartida.

No governo Gonzaga Mota (1983-1987), enquanto Júlio Rêgo não exerceu nenhuma influência política, seu opositor, Antônio Câmara, destacou-se na política estadual: foi Líder do governo na Assembleia (1983-1984), líder do PDS⁷⁶ e Secretário de Governo de Gonzaga Mota (1985-1987).

Em 1984, por possuir trânsito livre no governo estadual, Antônio Câmara foi o deputado mais cotado para assumir a presidência da Assembleia no biênio de 1985-1986. No entanto, como a disputa pela presidência estava acirrada, este foi orientado por Gonzaga Mota a renunciar em favor de Murilo Aguiar (PMDB), já que este era mais velho que o concorrente Castro Castelo. Se o critério de decisão em caso de empate favorecia o candidato mais velho, Murilo Aguiar seria a opção estratégica. Em troca dessa renúncia à presidência, Antônio Câmara foi nomeado pelo governador para ocupar o cargo de Secretário de Governo.

Na posição de Secretário do Governo, Antônio Câmara conseguiu fortalecer seu capital político, tanto que nas eleições de 1986 consegue 31.734 votos, cerca de 10 mil votos a mais do que em 1982. Desses 31 mil votos, quase 8 mil foram obtidos em Fortaleza, sendo o 8º deputado estadual mais votado. Enquanto isso, seu opositor político, Júlio Rêgo, foi eleito apenas com 17.043 votos.

Júlio Rêgo passou a se posicionar contra o governo, como percebido nas críticas às ações de combate à seca na região dos Inhamuns feita por ele e relatadas em matéria do jornal O Povo: dos 224 poços profundos perfurados pela Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC) não constavam nenhum na região dos Inhamuns (JÚLIO, 1984).

A gestão de Gonzaga Mota (1983-1987) foi caracterizada por divergências políticas do governador com o seu vice, Aduino Bezerra, que se desligou do PDS e filiou-se

⁷⁶ Na condição de líder do PDS, presidiu a sessão em que os deputados do partido majoritário na Assembleia, no caso do Ceará era o PDS, elegeram os seis delegados do Ceará com direito a voto no Colégio Eleitoral, que escolheria o Presidente da República em 15 de janeiro de 1985. A partir desse episódio, os dissidentes do PDS que votaram em Tancredo Neves (PMDB) para presidente, e não em Paulo Maluf (PDS), seguiram a orientação do governador Gonzaga Mota e migraram para o PMDB, entre eles estava Antônio Câmara.

ao PFL. Nesse período, ocorreu o rompimento político do governador com Virgílio Távora e César Cals. O deputado Júlio Rêgo, depois da retirada política de César Cals, acompanhou Adauto Bezerra, filiando-se também no PFL.

Antônio Câmara, à semelhança do prestígio político que possuía no governo Virgílio Távora, exerceu influência no governo Gonzaga Mota, conseguindo verbas e obras para Tauá. Nesse período, ocorreu também conflito entre os grupos políticos quanto à paternidade das obras. Como uma reportagem destaca:

O deputado Antônio Câmara (PMDB), ex-secretário de Governo, está estranhando a atitude do prefeito de Tauá, Castro Castelo, do PFL, e de outros políticos do município pertencentes ao mesmo partido, que assumiram a paternidade das obras instaladas no atual Governo na cidade. Câmara observou que o povo tauaense sabe que foi ele o responsável pelos benefícios levados pelo governador Gonzaga Mota (PATERNIDADE, 1986).

Em 1986 ocorrem as eleições estaduais e Antônio Câmara, seguindo a cartilha de Gonzaga Mota, apoiou o candidato a governo pelo PMDB, Tasso Jereissati. Analisando o resultado eleitoral em Tauá, percebemos que o grupo de Júlio Rêgo conseguiu angariar mais votos para seu candidato, Adauto Bezerra, que consegue 51,34% dos votos válidos (10.817), enquanto Tasso Jereissati ficou com 46,26% (9.747).

Nessas eleições de 1986, foram recorrentes as denúncias de Júlio Rêgo contra o governador Gonzaga Mota, de que este estaria utilizando a máquina pública para favorecer seu candidato, afirmando que, em Tauá, a caçamba do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER⁷⁷) estaria fazendo mudanças particulares de eleitores do deputado Antônio Câmara (MUDANÇAS, 1986).

Depois dessa campanha eleitoral, deu-se início a articulação por parte de Gonzaga Mota para a eleição do Presidente da Assembleia Legislativa, pois este pretendia empossar algum deputado de sua confiança. Gonzaga Mota articulou a candidatura de Antônio Câmara, porém esta indicação não era aceita pelo grupo do PMDB, liderado por Ciro Gomes, que apoiava o deputado Antônio Tavares (PMDB).

Em um acordo feito pelas lideranças do PMDB (Gonzaga Mota, Mauro Benevides e Castro Castelo), do PFL (Adauto Bezerra) e do PDS, ocorreu o lançamento do nome de Câmara para a presidência. O PMDB, sob liderança de Sérgio Machado, rompeu o

⁷⁷ Atualmente intitulado de Departamento de Edificações e Rodovias (DER).

acordo com o PFL/PDS e lançou uma chapa formada majoritariamente pelo PMDB, tendo Antônio Câmara como presidente, que ganhou a eleição com 28 votos⁷⁸.

No governo Tasso Jereissati (1987-1991), embora Antônio Câmara tenha sido Presidente da Assembleia (1987-1988), sua relação política com Tasso não foi amistosa, face à postura muito crítica com relação ao governo por ele assumida. Esse conflito entre o Legislativo, tendo a frente Antônio Câmara, e o Executivo teve início quando Tasso Jereissati enviou para Assembleia as “medidas moralizadoras”, como Antônio Câmara comenta:

Porque eu fiz uma oposição ao governador Tasso Jereissati, que era uma oposição em defesa do funcionalismo público, desse pessoal que a partir do governo Plácido Castelo, antes dele, ia sendo admitido sem concurso e que esse pessoal já tinha 20 anos de serviço, 15 anos de serviço, 10, mas continuavam sem estabilidade, qualquer governador podia demiti-los. [...] E eram milhares de servidores. Para você ter uma idéia, assim logo depois que assumiu o governo, o Dr. Tasso Jereissati, viu a possibilidade de reduzir a folha drasticamente fazendo um concurso e mandou uma mensagem para a Assembléia, ao invés de aumento para os servidores ele concedia um abono. [...] Criava 80 mil vagas para fazer concurso público e suspendia o décimo terceiro salário dos servidores alegando que o estado tava em situação difícil. [...] Eu era Presidente da Assembléia, achei uma injustiça porque um servidor com 15 anos, mesmo no cargo que estivesse, ele habituou-se com a rotina da burocratização e perdeu o contato com os livros. A professorinha sabia dar sua aula, sabia ensinar seus alunos, tinha capacidade para exercer, mas tava desligada das matérias, da matemática, da álgebra, daquilo. Então liderei dentro da Assembléia um movimento pra suprimir esses artigos, suprimir o artigo que suspendia o pagamento do décimo terceiro. Suprimimos o artigo que criava os 80 mil cargos, que sem cargo não podia haver concurso e transformamos o abono em aumento real. Isso foi o suficiente para que o governador rompesse comigo e com a Assembléia e passasse a denegrir violentamente a imagem da Assembléia e dos deputados. Clientelistas, força do atraso, tava impedindo que ele modernizasse o estado (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse período, a tônica do conflito entre a Assembleia e Tasso Jereissati era abordada em termos de discurso entre a “modernidade” e o “atraso”, no qual o Executivo buscava modernizar o Estado e torná-lo eficiente, e o Legislativo, na sua *rationale* do paroquialismo, exigia benefícios para sustentar suas bases. Essa ideia corrobora com a tese de Celso Furtado, dominante na década de 1960, que considerava que o Congresso seria vocalizador dos interesses atrasados do país, das oligarquias rurais, e o Executivo teria uma vocação moderna.

No período liderado pelos três chefes na política estadual, os cargos dos escalões inferiores da administração do estado eram nomeados pelas indicações dos deputados e de políticos ligados ao governo. No governo Jereissati, Sérgio Machado, empresário pertencente ao CIC (Centro Industrial do Ceará), passou a ocupar a Secretaria do Governo e exigir os

⁷⁸ PMDB, 1987.

currículos dos candidatos postulantes aos cargos. Os deputados, entregando os currículos, se aglomeraram na antessala do secretário Sérgio Machado para assim pressioná-lo para as contratações. No entanto, como o governo estava com uma política de corte de gastos, solucionou essa questão retirando as cadeiras dos gabinetes dos secretários, fato que foi percebido pelos deputados como ato autoritário, passando o governador a ser acusado de não convocar os políticos para governar (MOTA, 1992, p. 79-80). Como Virgílio Távora comentou em uma entrevista:

[...] as dificuldades existentes são sentidas pelo pessoal que o apoiou e que estava habituado a receber, durante quatro anos, os favores governamentais, para manter o seu cacife junto aos seus eleitores (VIRGÍLIO, 1987).

Na Assembleia Legislativa, Antônio Câmara, liderando os deputados descontentes com o governo, sobretudo os do partido do governador (PMDB), passou a desempenhar um papel crítico ao poder Executivo. Essas críticas eram respondidas pelo líder do governo, Ciro Gomes, que dividia as posições dos deputados em dois grupos: os clientelistas, ligados ao passado; e o novo, representado pelo governo das mudanças (MOTA, 1992, p. 87). Essa crise com os deputados do PMDB, que tinha com alvo Sérgio Machado, foi satirizada em uma charge do O Povo:

FIGURA 2 – Charge satirizando Tasso por deixar-se ser guiado por Sérgio Machado.



FONTE: O Povo, março de 1988.

Em abril de 1987, Antônio Câmara, em uma entrevista, comentou:

Tenho dito e repetido que o assistencialismo, como prática de se fazer política, deve ser erradicado. No entanto para que isso ocorra, é necessário que o governo crie mecanismos capazes de libertar o cidadão da necessidade de pedir favores aos políticos, em qualquer nível. Ocorre que esses políticos, ao invés de estarem sendo convocados para participar do poder estão mesmo sendo marginalizados e muitas

vezes execrados por terem tomado parte na prática assistencialista que até hoje domina a política do Nordeste. [...] para qualquer tipo de pedido que hoje se faz aos políticos, o governo deveria ter um mecanismo para substituir a prática clientelista (ANTÔNIO, 1987).

O PMDB, nesse período, estava dividido entre dois grupos políticos: o grupo do Cambeba, com o aval do Senador Mauro Benevides; e o grupo liderado por Antônio Câmara, que contava com o apoio do deputado federal Paes de Andrade.

Câmara, que recebia em seu gabinete centenas de pedidos dos mais variados tipos, “desde o emprego ao caixão de defunto”, passou a liderar “uma cruzada para defender e reconquistar o prestígio da Classe Política”, como afirmou em uma entrevista:

“[...] hoje tão desprezados, mas que preenchem a função essencial de ser o canal de comunicação entre o Zé Ninguém e o governo de Sua Majestade”, pois “enquanto não forem implantados os instrumentos para substituir o assistencialismo, é difícil deixar de ser clientelista numa região pobre como é o Nordeste. Nada mudou nesse sentido (O POLÊMICO, 1988).

O posicionamento crítico com relação ao governo, segundo Câmara, apenas se dirigia a Sérgio Machado. Nesse período, o deputado ainda mantinha relações com o Governo, já que estas eram fundamentais para a manutenção de sua base política. Essa relação entre o deputado e o governo do estado pode ser percebida em uma denúncia⁷⁹ do grupo da oposição à Antônio Câmara em Tauá. Este grupo alegou que Câmara estaria interferindo politicamente nos Serviços de Emergência do Governo.

O ápice desse conflito entre Antônio Câmara e Tasso Jereissati se deu em um comício em Tauá, em 1988, como relatado na próxima página.

Eu nunca gostei de covarde, nem nunca fui covarde, nem quando o governador Tasso foi a Tauá, no auge dessa confusão, a convite do Ministro Vicente Fialho, para inaugurar uma fábrica de doces na Várzea do Boi e eu fui porque era Presidente da Assembléia e fui porque o Ministro pediu que eu fosse, ajudasse que ele não tinha estrutura. Eu que preparei, mandei preparar palanque, mandei a minha rádio para lá transmitir, mandei locutor, tá certo. Levei os meus amigos, porque o prefeito era do PDS, nós éramos do PMDB, ainda, eu, ele o governador e Fialho. Então se não fosse o meu trabalho não teria ido ninguém, só os colonos mesmo, da Várzea do Boi. Pois ele achou pouco [voz trêmula] e deu a entrevista para a rádio do Júlio, e eu ouvi, e ele começou a entrevista, o jornalista incitou mesmo: ‘então governador, a Assembléia fez cortesia com o chapéu alheio?’ Essas questões que eu falei. Ele disse: ‘não, não foi cortesia com o chapéu alheio, a Assembléia foi irresponsável,

⁷⁹ O vereador Francisco Cidrão Bezerra (PDS) denunciou a contratação de duas empreiteiras que construíram grupos escolares no município. Segundo a denúncia, as empreiteiras eram: Procel (“recém fundada e pertencente a um grupo de engenheiros da Ematerce e pessoal do antigo Projeto Sertanejo”) e Mota Empreendedora Ltda (“propriedade de Alaor Cavalcante Mota Filho e Francisco Freitas Sobrinho, ambos ligados politicamente ao deputado estadual Antônio Câmara”). Estas empresas teriam sido contratadas pela indicação do presidente do Grupo de Ação Comunitário (GAC), Jorge Haus Sherlock, ligado a Câmara (MORAES NETO, 1987).

totalmente irresponsável. Eu não posso administrar um Estado com um grupo irresponsável desse'. Aí eu saí. E aí ele depois... Fomos pro palanque, quando eu subi o Radir, não sei se você conhece o Radir Rocha, tava sendo mestre de cerimônia, disse: 'Deputado, vai falar um representante dos colonos, o Ministro, o Senhor e o Governador.' Eu digo: 'eu não vou falar. Eu só vou falar se o Governador for deselegante comigo, aí eu dou um sinal e você pode me chamar'. Ele disse: 'tá certo!'. Aí eu para evitar me aproximei dele, do governador, eu digo: 'Governador eu ouvi um pouco da sua entrevista e achei ela muito agressiva para com o poder Legislativo.' Ele disse: 'Não vá censurar minha entrevista!', eu disse: 'não, você não deu para minha rádio, você deu pra do nosso adversário que lutou contra o Senhor e contra mim. Se fosse na minha rádio eu ia pra lá, botava toda sua entrevista e respondia na hora. Mas eu quero propor a gente dá uma parada nisso porque não adianta, o Senhor agride a Assembléia, eu revido e isso desgasta o poder Legislativo e o Executivo. Vamos dá uma parada e tal'. Isso no palanque, aí ele disse: 'eu não vou parar não [voz altiva, tom de autoridade]. Eu não vou parar não, eu vou dizer hoje aqui [batendo compulsivamente em um papel] que a Assembléia é composta de força do atraso. Vou dizer para aquela menina que', tinha uma menina com a mãe 'que não posso construir a escola dela agora como pretendia. Eu vou dizer pra população que não posso reformar o hospital porque a Assembléia não me deixa trabalhar'. Rapaz o sangue subiu, eu digo: 'Governador, o Senhor pode dizer o que quiser porque o Senhor vai ouvir o que não quer. Depois que o Senhor falar tudo isso eu vou falar e dizer que isso é demagogia, não se recupera o Estado do Ceará com a parcela do décimo terceiro dos funcionários, demitindo 20 ou 30 mil funcionários, isso tem que vir recurso do Governo Federal, nós já ajudamos a eleger o Sarney, nós não derrubamos os malufistas na Assembleia, eu não fui pra Brasília votar no Sarney, no Dr. Trancredo, porque que ele... ele tem obrigação de ajudar o Ceará.' Ele disse: 'você não pode falar depois de mim, eu sou a maior autoridade aqui e ninguém pode falar depois do Governador'. 'Depois eu vou falar Governador, eu vou falar porque esse povo eu trouxe, esse palanque eu trouxe, esse locutor é da minha rádio, ele tá sabendo que se eu der um sinal eu vou falar e o Senhor vai ouvir exatamente isso, porque isso é demagogia'. Nisso, o Fialho, que tava falando não sabia nem o que ele dizia. Aí o Radir: 'A palavra o Governador Tasso Jereissati.'. Chegou lá e não disse nada, 'parabéns Ministro Fialho, parabéns não sei o que, parabéns o povo de Tauá, os colonos e tal e tal...'. Desceu, um almoço preparado pra ele, pro Fialho e tal e pegou o helicóptero, ele, Sérgio Machado, o líder deles Ciro Gomes (tom de risada) foram pra Guaramiranga passar o fim de semana. Segunda feira ele demitiu Dr. Domingos Aguiar da Presidência do [Instituto de Previdência do Estado do Ceará] (IPEC), aí selou o rompimento (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento, podemos perceber a relação conflituosa entre Antônio Câmara e Tasso Jereissati, que resultou na exoneração do presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), Domingos Gomes Aguiar. Este que foi indicado ao cargo por Antônio Câmara desde o governo de Virgílio Távora e ocupou esse posto durante todo o governo de Gonzaga Mota.

Em matéria publicada em 17 de janeiro de 1988 no jornal O Povo, Antônio Câmara considerou definitivo o seu rompimento com o governo do estado, ao que Tasso Jereissati comentou:

Perdemos apoio político, mas de políticos sem-vergonha que sempre mamaram nas tetas do Governo. Perdemos parte da imprensa, e vamos perder ainda mais, mas a

imprensa que mamava no Governo. Eles que vão para o inferno, que não nos preocupamos com essas perdas (MORAES NETO; NOCRATO, 1988).

Tasso Jereissati passou a retirar o privilégio dos deputados de indicar funcionários para o segundo e terceiro escalão do governo. Nesse aspecto, fortaleceu o papel desempenhado pela Secretaria de Governo do Estado, que indicava os técnicos da Ematerce, do DAER, da Companhia Energética do Ceará (COELCE), da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), da empresa estatal de Telecomunicações do Ceará - S/A (TELECEARÁ) e de outros órgãos da burocracia estadual nos municípios. Posteriormente, os técnicos desses órgãos acumulavam capital político pelo papel que eles ocuparam na burocracia estatal (alistando homens, distribuindo tijolos, autorizando pequenas obras) e se candidataram ao cargo de vereador e prefeito. Como Antônio Câmara comenta:

São candidatos em potencial a prefeituras e à vereança porque faziam, fazem e continuam fazendo aquilo que era próprio do político que é trazer os pleitos de sua comunidade para o Governo e voltar com as obras ou recursos necessários para sua execução (MEIRELES, 1988)

Além disso, Tasso Jereissati, na sua primeira gestão (1987-1991), por meio de suas secretarias, passou a atuar diretamente nos municípios, chegando a distribuir verbas e obras do Estado diretamente no interior, eclipsando o papel do deputado estadual de mediador entre o governo estadual e sua base (prefeito, vereadores e lideranças locais), passando o governo estadual a atuar diretamente nos municípios.

Antônio Câmara passou a acusar Tasso de ser parte de uma “oligarquia empresarial” que utilizava a máquina do governo para beneficiar o seu grupo empresarial. É interessante observar que esses políticos utilizavam categorias analíticas das ciências sociais para denegrir a imagem do seu adversário político. Assim, enquanto Tasso acusava Antônio Câmara e outros deputados de “clientelistas” e “tradicionais”, este retrucava aquele o intitulado de “oligarca empresarial”.

Numa tentativa de enfraquecer Antônio Câmara, Tasso se aproximou de Júlio Rêgo e o lançou como candidato a presidente da Assembleia Constituinte em 1988, apesar deste pertencer ao partido que fazia oposição ao governo (PFL), em detrimento de Antônio Câmara, que era filiado ao partido governista, o PMDB. Antônio Câmara, chateado com a decisão de Tasso, desabafou dizendo: “Rêgo é o meu único adversário aqui dentro. O único que não me cumprimenta. E foi lá que o Cambéba foi buscar um candidato para se opor a

mim”⁸⁰. Nessa eleição, dois grupos estavam estruturados: a ala pró-Cambeba, que apoiou Júlio Rêgo; e a ala anti-Cambeba, vencedora da disputa e que tinha Antônio Câmara como candidato,

Júlio Rêgo, depois que aceitou o convite de disputar essa eleição, foi preterido por seu partido, que fazia oposição ao governo. Assim, resolveu filiar-se ao PSDB. Em uma entrevista, Júlio Rêgo comentou: “O PFL não foi leal comigo nessa oportunidade. Eu disputava a Presidência, mas o Partido achou melhor optar pelo maior adversário político [Antônio Câmara]”⁸¹.

Tasso Jereissati passou, então, a fortalecer os deputados ligados ao Cambeba, oportunidade a partir da qual Júlio Rêgo conseguiu ter acesso a variados convênios e projetos do estado, como o Projeto Padre Cícero, caracterizado pela construção de cisternas, açudes. Assim, Júlio Rêgo pôde manter sua base eleitoral, já que teria recursos do Estado para fornecer aos seus eleitores.

Essa utilização do patrimônio público pelo deputado para fortalecer seu grupo político pode ser percebida em matéria vinculada em jornal⁸², na qual o Secretário Geral da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) afirmou que nas eleições municipais de 1988 o técnico agrícola dessa entidade, Flávio Marques Nogueira⁸³, disse: “os projetos agora só vem se for para alguém do grupo do Júlio Rêgo”. Da matéria, ainda consta o depoimento de Antônio Venerando, agricultor de 59 anos:

“No tempo da política, ano passado, o Flavim [Flávio Nogueira] me perguntou o que eu mais precisava na minha parcela. Eu disse que quando pudesse, eu queria um açude, porque aqui a carência d’água é grande. Aí, em março, eu nem estava esperando, quando chegou dizendo que iam fazer o açude. Fiquei muito satisfeito”. Essa obra, segundo o projeto Padre Cícero é para servir a comunidade, então, segundo o depoimento do agricultor “trouxeram um papel para eu assinar, porque assim eles iam poder receber o resto do dinheiro da construção do açude. Disseram que o papel é para a comunidade se servir da água também

Assim, percebe-se que esses projetos conseguidos pelos deputados eram utilizados politicamente para fortalecer seus grupos. Além dessas influências nos projetos do governo do estado em Tauá, Júlio Rêgo indicava os funcionários dos cargos comissionados, como a Coordenadoria Regional da CEPA, ocupada por Maria Iran Citó Rêgo, e substituía os funcionários ligados a Antônio Câmara, como o engenheiro agrícola e Supervisor Regional da

⁸⁰ Presidente, 1988.

⁸¹ Júlio, 1989.

⁸² Araújo, 1989.

⁸³ Esposo da vereadora Maria de Fátima Alexandrino Nogueira (PMB), do grupo de Júlio Rêgo.

Ematerce, Francisco de Assis Barroso de Sousa, que foi transferido para outra cidade. Segundo Antônio Amorim:

Quando o secretário Sérgio Machado visitou o município de Tauá [...], ele aconselhou as ‘novas lideranças locais’ [grupo do deputado Júlio Rêgo] a impedir ‘que as velhas lideranças [grupo do deputado Antônio Câmara] voltem. (AGRÔNOMO, 1989).

Com essa investida do Cambeba para aniquilar o capital político de Antônio Câmara, este teve os votos reduzidos de 31.734 em 1986 para um total de 14.919 nas eleições de 1990. Já Júlio Rêgo conseguiu mais votos, um total de 16.960. Nas eleições estaduais de 1990 em Tauá, o candidato ao governo apoiado por Antônio Câmara, Paulo Lustosa (PMDB), obteve 37,80% dos votos (8.244), enquanto o candidato apoiado por Júlio Rêgo, Ciro Gomes (PSDB), obteve 50,08% dos votos (12.234).

Antônio Câmara, relatando a aflição da apuração dos votos nessa eleição, comenta:

Eu tinha um terreno aqui perto, São Gonçalo, mais próximo a Caucaia, e eu vim de Tauá e não fui para Fortaleza, fui pra lá, fiquei lá e tava ouvindo a rádio, uma rádio que durante 24 horas ficava dando os resultados da apuração, que era mais lenta na época, em 1990 era mais lenta que hoje. [...] E eu tava ouvindo o rádio e os ouvintes ligando e eu vi como tinha funcionado a máquina do governo contra os adversários. Um ouvinte, eu lembro bem, que ligou, ‘me diga aí qual é a situação do deputado Franzé Moraes?’ Aí ele disse ‘rodou!’, o locutor. ‘E o deputado Barros Pinto?’, ‘rodou!’. [voz trêmula]. ‘E do deputado Nilo Sérgio’, ‘rodou!’. ‘O deputado... é... [voz quase falhando e em seguida um silêncio] Cláudio Pinho?’, ‘rodou!’. ‘Geraldo Azevedo?’ ‘rodou’. Quer dizer: todos os deputados que faziam oposição... Aí... ‘E o deputado Antônio Câmara?’ Aí disse: ‘tá numa peinha de nada⁸⁴!’. Me lembro quando o cara disse isso. E eu digo: olha, o que quer adianta. Eu não tenho como comprar mandato. A partir da eleição do Tasso o dinheiro passou a valer nas eleições, os empresários entraram na política e eu então tomei essa decisão, de não mais me candidatar (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Esse trecho da entrevista com Antônio Câmara foi onde ele mais se emocionou, lembrando da aflição que passou nessa eleição, pois segundo ele o governo investiu na derrota dos deputados que faziam oposição na Assembleia. Antônio Câmara chegou a afirmar que errou de estratégia ao defender o funcionalismo público, pois teria se desgastado mais politicamente do que se fortalecido.

No governo Ciro Gomes (1991-1994), Antônio Câmara foi líder do PMDB na Assembleia Legislativa, passando inclusive a ser líder da oposição, enquanto Júlio Rêgo foi eleito presidente da Assembleia Legislativa (1991-1992) e primeiro vice-presidente do PSDB

⁸⁴ “Peinha de nada” significa dizer que o candidato estava muito próximo da derrota.

em 1993. Na entrevista feita com Júlio Rêgo, este comenta a sua relação política com Ciro Gomes, como vemos abaixo:

Ciro era meu amigo e irmão. Ciro chegou suplente na Assembléia, eu era deputado, 'e venha para cá e tal', e comecei a ajudar Ciro, sabe. Ciro era suplente. Eu e Ciro éramos muito ligados. Depois fui Presidente da Assembléia feito por ele. Depois ele foi Governador e eu era o líder do governo dele na Assembléia. E toda vida, até hoje ele é um grande amigo (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

2.6 Governo federal: relações com deputados federais e a máquina burocrática

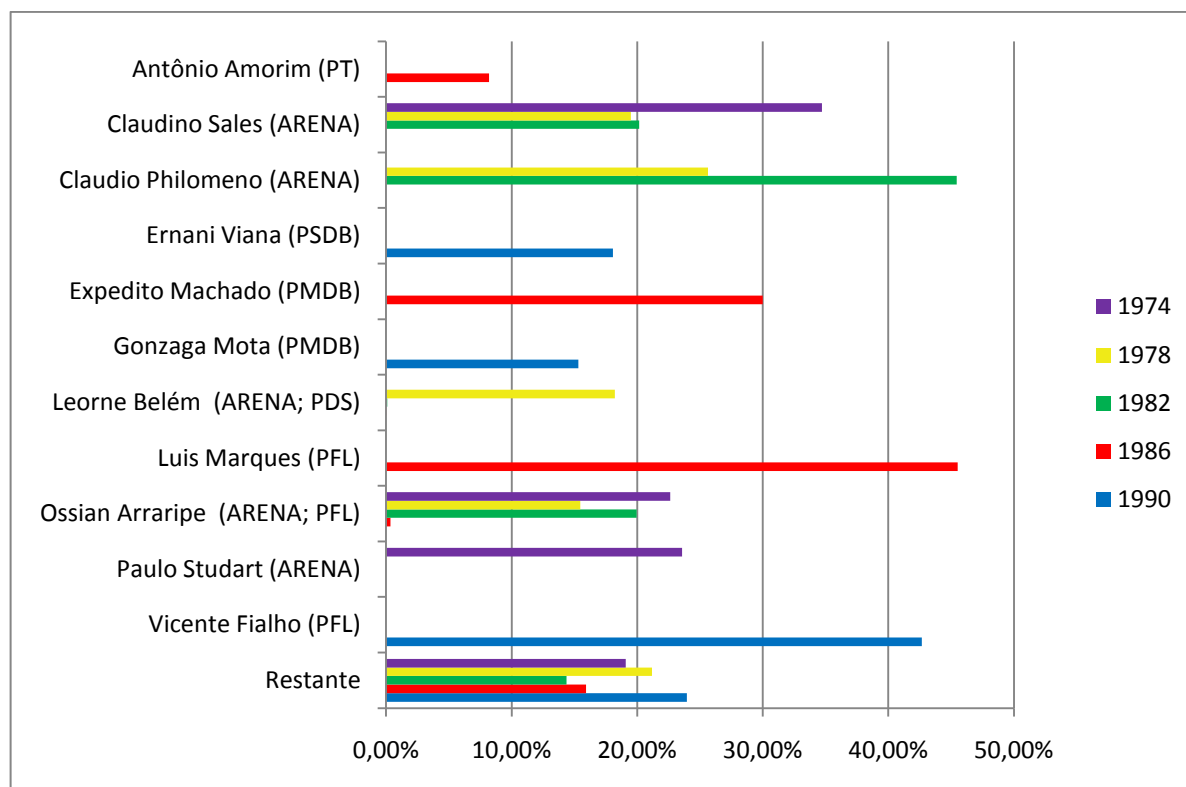
Aqui pretendemos analisar as relações políticas que esses deputados tinham com o governo federal, já que algumas obras, recursos, informações e, sobretudo, a licença para a instalação de rádios, eram obtidas apenas no governo federal.

Dessa forma, esses deputados precisavam se relacionar com deputados federais, ministros e os funcionários da burocracia para ter influência no governo federal. Embora este ente federativo tenha se fortalecido e concedido obras e verbas substanciais para os municípios apenas depois da constituição de 1988, pois esse papel cabia antes aos governos dos estados.

Quanto à elaboração da proposta orçamentária, cabe ressaltar que, durante a Ditadura Militar, o preparo dessa proposta era atribuição do Executivo, restando ao Congresso apenas a proposição de alterações na proposta. Mas, se nesse período os parlamentares detinham pouco poder para a elaboração do orçamento, estes encontravam outros mecanismos para conseguir recursos para suas bases eleitorais, seja por meio da Comissão de Orçamento do Congresso, destinada para atender os interesses regionais dos parlamentares, ou através da influência nos órgãos do poder Executivo (BEZERRA, 1999).

O principal elo entre o governo federal e o deputado estadual era o deputado federal que estabelecia relações políticas junto aos ministérios. Dessa forma, buscamos analisar a votação para deputado federal em Tauá. No gráfico da página seguinte temos a relação dos deputados federais votados em Tauá.

GRÁFICO 4 - Porcentagem de votos para Deputado Federal em Tauá (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

Observando o gráfico acima percebemos que a votação desses deputados apresenta uma descontinuidade do candidato ao longo das eleições. Apesar da descontinuidade de candidato, cabe ressaltar que os deputados estaduais apoiavam os deputados federais do mesmo partido. Assim, temos candidatos que conseguiram uma votação expressiva em uma eleição e na seguinte não conseguiram uma votação alta por não serem apoiados por nenhuma liderança local.

Cabe ressaltar que essa descontinuidade na votação dos deputados é causada em grande parte pela não candidatura do mesmo político ao posto de deputado federal ao longo das eleições de 1978 a 1990. Podemos citar como exemplo o candidato a deputado federal em 1986, Antônio Amorim (PT), que se candidatou em 1982 ao cargo de vereador em Tauá e em 1990 a deputado estadual.

Outro ponto a ser destacado é a variação da votação desses deputados federais em Tauá, variação essa que depende da intermediação do deputado estadual ou de alguma liderança política no município. Nesse sentido, o percentual de votos do deputado federal Ossian Araripe (ARENA; PFL) é emblemático. Nas eleições de 1974, 1978 e 1982, esse deputado, com o apoio de Dondon Feitosa, uma liderança política da família Feitosa, obteve respectivamente 22,63%, 15,47% e 19,95% dos votos nominais. Em 1986, sem contar com o

apoio de nenhuma liderança política no município, seu percentual baixou para 0,34%. Assim, percebemos que se o deputado federal não for apoiado por alguma liderança política local, conseguirá poucos votos no município.

Júlio Rêgo fez dobradinha em Tauá em 1974 a 1982 com Claudino Sales (ARENA; PSD), este que tinha sido Secretário de Administração no governo César Cals (1971-1975). Os dois deputados conseguiram, por intermédio de César Cals, então Ministro das Minas e Energia em 1979, a licença para instalar a primeira rádio em Tauá, rádio Cultura dos Inhamuns. Assim, era estratégico contar com o apoio de deputados federais e ministros para conseguir verbas e obras do governo federal. Cabe observar a presença do ministro César Cals na inauguração da rádio em 1980, agregando prestígio a Júlio Rêgo.

Cabe ressaltar a ação estratégica dessa rádio na manutenção e conquista da base política de Júlio Rêgo. Na região dos Inhamuns, a rádio Cultura era a única captada sem interferências pelos rádios, que antes recebiam a frequência da rádio de Quixeramobim, passando a monopolizar a informação em toda a região dos Inhamuns, abrangendo os municípios de Tauá, Parambu, Arneiroz, Catarina, Aiuaba e Saboeiro. Nesse período, os trabalhadores rurais recebiam os bolsões contra a seca e era através da rádio Cultura que eles eram informados sobre o dia do pagamento ou sobre alguma notícia da região. A rádio Cultura dos Inhamuns servia também para Júlio Rêgo demonstrar sua influência política, como em julho de 1981, quando o ministro César Cals foi a Tauá para uma reunião política e participou de uma mesa redonda na rádio, na qual os problemas sociais da região foram discutidos.

Nesse período, ocorreu inclusive um conflito envolvendo Júlio Rêgo e o então prefeito de Tauá, Sousa Bastos, pois este acusava o deputado de estar incentivando os agricultores rurais, através de programas na rádio, a procurarem a prefeitura para solucionar os problemas da seca.

O grupo Gomes de Freitas, percebendo que estava perdendo espaço político por não ter uma rádio que pudesse divulgar os feitos do seu grupo, passou a se articular para instalar outra rádio em Tauá.

Antônio Câmara articulou-se com o deputado federal Diógenes Nogueira, irmão do então Chefe do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), Coronel Idalécio Nogueira, para que este Coronel tivesse critérios técnicos, e não políticos, no julgamento dos projetos para a criação de uma nova rádio em Tauá. Júlio Rêgo, em parceria com Luis Marques e Armando Feitosa, estava lançando um edital para a criação de outra rádio para seu grupo político.

É interessante observar que, ao invés de Antônio Câmara solicitar ao Coronel Idalécio Nogueira, por intermédio de seu irmão Diógenes Nogueira, a aprovação de sua proposta de criação da rádio em Tauá, solicitava critérios técnicos no julgamento das propostas, partindo do pressuposto de que a instituição utilizaria critérios políticos, já com receio da interferência de César Cals.

Antônio Câmara inaugurou a Rádio Difusora dos Inhamuns em 1985 com a presença do então governador Gonzaga Mota e das lideranças do PMDB, como o deputado federal Paes de Andrade e do presidente da Assembleia, Castro Castelo.

Como foi abordado anteriormente, como Júlio Rêgo não tinha influência política no governo Gonzaga Mota (1983-1987), este passou a se articular com o governo federal, no qual César Cals e Vicente Fialho ocupavam ministérios. Assim, ao lado do prefeito de Tauá, Castro Castelo, buscava verbas diretamente com o governo federal, como segue na matéria abaixo:

Na rota de Brasília, o deputado estadual Júlio Rêgo, que estava acompanhado do ex-secretário Luiz Marques e do prefeito Castro Castelo, de Tauá, para uma audiência com o ministro Vicente Fialho, da irrigação, para tratar da implantação de mais um projeto de irrigação em Tauá: Favelas e Carrapateiras, confluência do Rio Jaguaribe. Lá já existe o perímetro da Várzea do Boi (MELO, 1986).

Nessa matéria, percebemos as relações que são estabelecidas entre Prefeito, Deputado Estadual e os setores burocráticos de Brasília. O deputado atuaria como um intermediário na conquista de verbas para o município, que tem no prefeito seu principal interessado.

Em 1986, Júlio Rêgo apoiou Luis Marques (PFL), este que é filho de Joel Marques, ao qual Júlio Rêgo era ligado anteriormente. Em 1990, Júlio Rêgo apoiou Vicente Fialho (PFL), também natural de Tauá e Ministro de Minas e Energia (1989-1990) no governo Sarney (1985-1990).

O apoio de Antônio Câmara aos deputados federais dava-se por variados. Em 1974, Antônio Câmara fez dobradinha com Paulo Studart (ARENA), empresário que fazia parte do grupo Terra, a então maior empresa de construção civil no Ceará. Segundo Antônio Câmara, seu apoio foi uma gratidão à ajuda recebida por Paulo Studart nos órgãos de informações do governo⁸⁵.

⁸⁵ O grupo Gomes de Freitas necessitava de uma pessoa que tivesse influência nos órgãos de informação do governo, pois Domingos Aguiar tinha sido denunciado no Serviço Nacional de Informações (SNI) e estava impossibilitado de ser candidato novamente. Além disso, o grupo de Júlio Rêgo tinha muita influência nos

Antônio Câmara apoiou, em 1978 e 1982, Claudino Filomeno (ARENA; PSD), que tinha estudado com ele no curso de direito na Universidade Federal do Ceará (UFC). Cláudio Filomeno era empresário, dono da franquía da Coca-cola e tinha um irmão, Sérgio Filomeno, que também foi deputado federal. O apoio de Antônio Câmara se deu em razão do aporte financeiro recebido de Claudio Filomeno, como comenta:

O Cláudio tinha apoio financeiro que era o que todo deputado federal oferecia, então eu não tinha dinheiro, vivia da minha remuneração como deputado. Eu não tinha comércio, eu não tinha indústria, tinha uma fazenda que dava era prejuízo (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Essa necessidade de aporte financeiro do deputado federal se dava porque em uma campanha eleitoral gastava-se com a emissão do título de eleitor e esse gasto feito por cada chefe político local era pago pelo deputado federal. Essa estrutura de alistamento eleitoral é abordada por Lopes (2005) quando este relata as formas de conquista de votos utilizadas por vereadores em Fortaleza nas décadas de 1950 e 1960.

Em 1986, Cláudio Filomeno apoiou Aduino Bezerra para governador; assim, Antônio Câmara apoiou Expedito Machado (PMDB). O apoio a Expedito Machado era estratégico, pois embora este não tivesse um aporte financeiro para custear as despesas da campanha, era pai do homem que seria o mais influente no governo Tasso Jereissati, o Secretário Sérgio Machado. Dessa forma, apoiar Expedito Machado era garantia de acesso aos recursos do governo estadual. Em 1990, Antônio Câmara faz dobradinha com Gonzaga Mota (PMDB).

2.7 Saída da política

A análise sobre a forma como esses dois deputados se retiraram da disputa eleitoral é interessante porque ambos saíram no mesmo período, antes que tivesse perigo de não serem eleitos, disputando a última eleição em 1990.

É interessante observar que tanto Antônio Câmara quanto Júlio Rêgo alegam ter se retirado da disputa política pelo fato do dinheiro ter se tornado essencial para a conquista do mandato. Como na fala de Júlio Rêgo:

órgãos de informação, o que dificultava o acesso a essas instituições. Assim, recorreram a Paulo Studart que havia sido comandante da Coordenação de Prevenção e Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e a Ordem Econômica (CPOE) e tinha a influência no meio militar.

Meu negócio era emprego. Eu não tinha dinheiro, não era dinheiro, não comprava ninguém. Meu pai era bem situado, mas tinha essa história de comprar voto não (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Ou na fala de Antônio Câmara se referindo à relação política que os deputados estaduais estabeleciam com os chefes políticos locais:

O que existia naquela época, a maioria dos chefes políticos do interior queriam prestígio, o dinheiro era secundário. Dinheiro pra despesas, que naquela época até o título de eleitor era oneroso, cê tinha que levar o fotógrafo, o cara do cartório, porque por incrível que pareça tinha gente que não tinha registro civil, e era pago. Você fazia um convênio com o cartório e com o fotógrafo, para não sair tão caro. Então a justiça eleitoral ia para o município, um distrito, Trici, Santa Tereza, a gente levava a pessoa do cartório e o fotógrafo, o lambe-lambe que batia o retrato e revelava. E cada chefe apresentava as contas que davam: tanto de cartório, tanto disso, aluguel de carro para deixar um doente, e você reembolsava aquele dinheiro. Isso era comum. Mas assim, não era como hoje que é: ‘olha eu lhe dou tantos votos e você me dá tanto’. Não tinha isso. Até porque os candidatos não dispunham desse. Alguns dispunham, a gente sabia quem era, o Zé Macedo, era o Bonaparte Maia, não sei quem, o Gentil. Mas a maioria ia buscar o voto no casa-a-casa. Eu visitei casa a casa, fazenda por fazenda. Toda a região dos Inhamuns. Eu reunia o povo, geralmente eu levava o carro de som, quando não levava o caro de som levava o mega fone, mas sempre falando com o “chefe de família”, parando nas fazendas. Geralmente nas visitas aos municípios os chefes políticos indicavam para gente ‘aqui mora fulando de tal, “chefe de família”’, a gente descia, conversava, tomava um café e seguia viagem (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Esse prestígio a que Antônio Câmara se refere eram os contratos com o estado que os deputados recebiam do governador. Cabe ressaltar que no governo de Tasso Jereissati (1987-1991) este passou a exigir concurso público nas repartições do estado, dificultando a indicação de funcionários por parte de deputados.

No período referido por Antônio Câmara, as formas de conquista de votos eram claramente marcadas por uma ordem tradicional, na qual o deputado visitava uma fazenda, conversando com o fazendeiro e recebendo sua “palavra de honra” já era o bastante para ser votado por todos os moradores do patrão. A dependência econômica desses agricultores, permeada por relações pessoais de dívida e gratidão, metamorfoseam-se imediatamente em dependência política. Nessa dominação, votar no candidato do proprietário de terra, para o trabalhador rural, representa fidelidade e gratidão para com o “homem bom” que deu proteção, casa e terra.

O voto representaria um bem de troca dos camponeses para com os proprietários de terra. É a matriz do “voto de cabresto”, que funciona como moeda de troca nessa relação de favor entre patrão/empregado. Como resalta Barreira (1992, p. 34): “A lógica é crua: maior grau de miséria e dependência dos camponeses, maior grau de certeza no número de

votos”. Nesse sentido, o voto não é inconsciente, ele resulta de um raciocínio do eleitor e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence (BARREIRA, 1999).

Leal (1975, p. 30), apesar de se referir a uma realidade anterior a 1930, resume bem a situação do agricultor rural nos Inhamuns:

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.” (grifos no original).

Na década de 1990, tanto Júlio Rêgo como Antônio Câmara enfrentaram uma estrutura social na qual o Estado dava mais proteção social e estava mais presente na comunidade, dificultando que a obtenção de votos fosse baseada apenas nessa lealdade aos patrões e aos chefes locais.

Antônio Câmara, percebendo que seria necessário bastante dinheiro para se eleger novamente deputado e ciente das dificuldades enfrentadas nas eleições de 1990 por ser contrário ao governo estadual, decidiu não ser mais candidato e “devolveu” o “posto de deputado estadual ao seu grupo político familiar”, como relata:

[...] logo depois que eu assumi o mandato em 91 eu fui a Tauá e conversei com o Dr. Domingos Aguiar: ‘você me lançou na política, eu estou lhe devolvendo agora a candidatura. Acho que você tem condições’. ‘Não, não vou não. Ora, você é mais novo do que eu tá correndo, avalie eu’. Eu digo: ‘mais vamos pensar num nome, que tem que pensar agora porque eu tenho quatro anos pra ajudar a trabalhar. Eu não posso chegar na hora da eleição’. Aí foi que ele sugeriu o filho, o Domingos. ‘Vamos trabalhar pelo Domiguinho?’ E digo: ‘vamos! Vamos começar logo conversando com os aliados’ (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento, percebemos vários elementos que constroem a identidade do grupo político familiar dos Gomes de Freitas. O primeiro aspecto são as trocas de cargos dentro do grupo, já que Domingos Aguiar indicou Antônio Câmara para ser deputado estadual. Este, quando de sua retirada da disputa eleitoral, devolveu o cargo a quem havia recebido em 1974, no caso Domingos Aguiar. Porém, como este não queria se candidatar, indicou seu filho para disputar as eleições de 1994.

Outro ponto interessante nesse discurso é que o posto de deputado estadual é tido como um cargo da família e um desafio a ser assumido por algum membro para que o *status*

quo do grupo seja mantido, sobretudo porque grande parte dos indivíduos desse grupo possui relações estreitas com o Estado, sendo ou funcionários públicos concursados ou ocupantes de postos nomeados na burocracia estatal.

Antônio Câmara, passando “o cetro e a coroa” para Domingos Filho, convida-o a trabalhar no seu gabinete como assessor parlamentar para que lá pudesse ter contato com a sua base eleitoral.

Em 1994, Antônio Câmara, a convite do candidato ao Executivo estadual, Juraci Magalhães, se candidata a vice-governador dele pelo PMDB contra Tasso Jereissati (PSDB), não sendo eleito. Antônio Câmara não conseguiu a maioria dos votos nem em Tauá, pois Tasso Jereissati, apoiado por Júlio Rêgo e Idemar Citó, conseguiu obter 50,46% dos votos (11.078 votos nominais) contra 44,46% (9.761) de Juraci Magalhães.

Apesar de não ser eleito, essa candidatura pôde auxiliar Domingos Filho com a estrutura da campanha do Executivo estadual, como comenta:

Por uma lado foi bom porque eu pude ajudar mais ao Domingos. Por exemplo, o Juraci tinha uma milhão de camisas, o Cambraia tinha conseguido um milhão de camisas, quer dizer, arranjar 20 mil camisas era fácil, pra dar pro Domingos. Aquilo era importante naquela época. Eu chegava num município ‘como é que tá a situação aqui, como é que tá a disputa de deputado, Juraci, rapaz vamos fazer aqui alguma acomodação que o Domingos entre aqui’, entrava. No Icó mesmo tinha lá... O candidato você sabe que tem uns que desistem logo e outros não, né! Tem uns que a esperança vai ate o fim (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, percebemos que o modo de se fazer uma campanha eleitoral para o Executivo é diferente do Legislativo, já que, ao visitar município a município, o candidato tem dimensão dos colégios eleitorais e consegue identificar onde existiria espaço para conseguir votos para um deputado. Nesse aspecto, Antônio Câmara costurou acordos políticos para Domingos Filho.

Em 1996, estimulado pelo então deputado estadual Domingos Filho (PMDB), Antônio Câmara candidata-se ao cargo de prefeito em Quiterianópolis pelo PMDB. Nessa eleição, conseguiu 44,64% dos votos nominais (3.745 votos), enquanto seu adversário, Francisco Vieira Costa (PSDB), foi eleito com 55,36% dos votos nominais (4.644 votos).

Júlio Rêgo, diferente de Antônio Câmara, quando não mais disputou cargos eletivos não indicou nenhum familiar para ocupar seu posto político. Assim, fez uma reunião com os empresários tauaenses, que o ajudavam nas campanhas eleitorais, para escolher o candidato que o grupo político apoiaria. Esses empresários eram ligados ao ramo de

transporte coletivo e tinha a frente Chiquinho Feitosa, que indicou seu primo Idemar Loiola Citó, também empresário, como candidato a deputado estadual.

Assim, em 1994, Júlio Rêgo não mais disputou cargos eletivos, sendo nomeado pelo então governador Ciro Gomes como conselheiro do TCE, chegando, inclusive, a ocupar a presidência dessa instituição no biênio 1996 a 1997. Como explana Nobre (2008, p. 193) sobre o fato de deputados estaduais serem convocados para o TCE ou o TCM:

Essa convocação – um atributo do governador, ainda que tenha que ser fortalecida pelo poder Legislativo – denota o reconhecimento pela fidelidade prestada ao longo dos mandatos. Na linguagem coloquial do meio político, tem o significado de “chegar ao céu”, pelas inúmeras vantagens que acarreta para o ex-deputado: salariais, de estabilidade, de prestígio na sociedade e de controle político de adversários. Neste último caso porque fica assegurada a essas lideranças políticas a condição de julgar as contas públicas de várias gestões administrativas, o que se reveste de enorme poder político.

Outra diferença entre os dois deputados é que Júlio Rêgo não passou integralmente seu colégio eleitoral para Idemar Citó, pois ainda tem o controle da Rádio Cultura dos Inhamuns. Júlio Rêgo ainda atua na política de Tauá, indicando e apoiando candidatos ao Executivo, como o atual vice-prefeito eleito em 2008, seu sobrinho Júlio César Costa Rêgo. Além disso, no governo Cid Gomes (2007-2010), indicou seu irmão, Zé Rêgo, que era o Superintendente da Rede Ferroviária Federal S/A (REFESA) e é atualmente Presidente da Companhia de Gás do Ceará (CEGAS). Como Júlio Rêgo comenta:

Olha, eu ainda mantenho muita gente [fazendo gesto de dinheiro com os dedos] com uma ajudazinha e tal, para uma coisa, para outra, para pagar um colégio, uma coisa. Tem muita gente que eu mantive, pagando até faculdade. Hoje já tá menos, mas até dois anos sim. E aí todo dia vem gente atrás de emprego, currículos. Alí [apontando para uma “pilha” de papel] tudo é currículos pedindo. E ainda tem muita atenção minha. O governo eu me dou bem. Domingos aí a Assembléia, ainda colocando lá dentro, pedindo. Eu não gosto de tá pedindo muito não. Mas quando eu peço sempre me tem muita atenção, ainda me dá muita consideração, empreguinho para um, para outro (entrevista com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Ao analisar a trajetória política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo percebemos marcas características de seu tempo político, de uma política tecida através da arte da chefia. Essa política tradicional descrita por Carvalho (1999b, p. 56), como vemos em seguida.

Em torno dos chefes se consolidam as redes de solidariedade que demarcam os grupos políticos; é o mando político personificado na chefia o marco das chapas majoritárias, o pulso firme na direção das campanhas, são produtos da engenhosidade artesanal das chefias.

Observando essas trajetórias políticas, percebemos as estratégias utilizadas pelos dois deputados para se manterem no poder. Essas estratégias praticamente não se alteravam de um deputado para outro, já que ambos estavam submetidos a um mesmo período temporal da política. Percebe-se que o campo político no qual ambos estavam inseridos exercia sobre eles uma coerção social sobre o *habitus* que esses deputados deveriam possuir, embora existissem diferenças entre a atuação política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, resultante da idiosincrasia de cada um ou do pertencimento a grupos políticos específicos.

Quanto aos traços divergentes, percebemos que Antônio Câmara possuía um perfil político mais ligado ao seu grupo político familiar, carregando a simbólica da tradição política dos Gomes de Freitas. Júlio Rêgo, por outro lado, representava a iniciativa do homem que vence por sua própria competência, não recorrendo à simbólica da tradição familiar. Este deputado sucede o grupo político de Joel Marques, um comerciante. Enquanto a lealdade política do grupo Gomes de Freitas é fundamentada nos laços de confiança e de compartilhamento dos valores familiares comuns, o grupo organizado por Júlio Rêgo tem uma relação de interesse entre seus membros.

Quanto ao recrutamento político, percebemos que Antônio Câmara pertencia a um grupo político familiar que o qualificou na sua inserção política, já Júlio Rêgo teve a influência de sua formação profissional, como médico, que o credenciou ao posto de candidato a prefeito de Tauá.

No capítulo seguinte temos a trajetória das carreiras políticas de Domingos Filho e Idemar Citó que se estabeleceram na política a partir do trabalho já desenvolvido por Antônio Câmara e Júlio Rêgo respectivamente. Poderemos perceber como se constrói uma carreira política nesse período, décadas de 1990 e 2000, e quais os mecanismos e constrangimentos esses atores políticos foram submetidos.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DA CARREIRA POLÍTICA DE IDEMAR CITÓ E DOMINGOS FILHO

Nesse capítulo, dando continuidade à metodologia e à forma de apresentação do capítulo anterior, pretendo analisar a trajetória política dos deputados estaduais Domingos Gomes de Aguiar Filho e Idemar Loiola Citó, que iniciaram sua trajetória política na década de 1990 e ainda estão em exercício.

Cabe ressaltar que tanto esse capítulo quanto o que se segue estão entrelaçados. Nesse capítulo analiso de forma comparativa a trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, acompanhando as eleições de 1994 a 2006. Busco reconstruir aspectos da história política de Tauá e do Ceará para analisar como esses deputados ingressaram na vida pública, como estabeleceram relações com as bases políticas e como se mantiveram na carreira política, seja se relacionando com o governo estadual, através do governador ou da burocracia estadual, ou com o governo federal, através dos deputados federais e da burocracia federal.

No capítulo seguinte abordo especificamente as eleições estaduais de 2010 no município de Tauá para compreender como essa disputa se caracterizou e de que forma os dois deputados estaduais atuaram politicamente para se manterem no poder.

3.1 Recrutamento político

Quanto mais moderna, complexa e desenvolvida uma sociedade, quanto mais a estrutura econômica é avançada e integrada, mais heterogênea serão as elites políticas (GIDDENS, 1974). Isso significa que as elites serão recrutadas em diferentes estratos da população, visto que o desenvolvimento econômico acarretaria um desenvolvimento na política.

Analisando dessa forma o perfil sócio-profissional dos vereadores de Tauá⁸⁶, percebemos que essa hipótese de Giddens se confirma. Nas décadas de 1970 e 1980, tínhamos em Tauá uma sociedade pouco diferenciada, apresentando uma economia ligada à agropecuária, sobretudo à cotonicultura. Nessa estrutura, percebemos a presença de vereadores com baixa escolaridade e ligados a profissões rurais.

Os proprietários rurais eram os principais cabos eleitorais dos deputados no município. Esses proprietários, em geral, compunham o quadro de vereadores e prefeitos,

⁸⁶ Para mais informações ver: PESSOA JR., José Raulino Chaves. Padrões de recrutamento das elites políticas nos Inhamuns. ANPOCS, 2009.

como Sousa Bastos, que era proprietário no distrito de Marruás e foi vereador e prefeito (1977-1982); Castro Castelo, na localidade de Carrapateiras, foi vereador e prefeito (1983-1988; 1992-1996).

Nas décadas seguintes, sobretudo nos anos 2000, essa sociedade se modificou entrando em cena novos elementos: economia mais moderna e baseada na prestação de serviços, presença maior do Estado na proteção social, existência de programas governamentais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, desenvolvimento do comércio local, aumento populacional, sociedade mais urbana e a própria aposentadoria rural implantada no período militar:

Assim, com o desenvolvimento econômico da cidade surge uma multiplicidade de grupos de interesse e grupos de pressão, originando novos estratos sociais importantes, tais como: moderno empresariado, nova classe média de nível universitário, operários especializados e qualificados. Esses grupos passaram a se organizar em grupos de interesse e grupos de pressão, ocupando cargos no Legislativo local (PESSOA JR., 2009, p. 16).

Dessa forma, seguindo essa mudança na sociedade, nas últimas legislaturas em Tauá verificamos uma maior escolarização e a predominância de empresários e funcionários públicos. Além disso, o perfil dos prefeitos também se modificou, pois se antes eram na sua grande maioria proprietários rurais com pouca escolarização, agora esse grupo é formado por profissionais liberais (médicos, advogados) com traços de socialização urbana.

Quanto ao perfil dos deputados, percebemos a entrada dos empresários na política, como o caso de Idemar Citó. É interessante observar o recrutamento de Idemar Citó, pois esse apresenta um perfil diferente da classe política de Tauá. Empresário do setor de transportes, sócio-proprietário das empresas Clotran Transportes (desde 1978), Auto Viação São José (desde 1991) e Expresso Canindé (desde 1994), nunca tinha disputado um mandato eletivo.

Idemar Citó, assim como Júlio Rêgo, não possuía família enraizada na política. Porém, diferente deste, Idemar Citó não possuía nível superior e não exercia uma profissão que acumulasse capital político em Tauá para ingressar na política local. Esse ingresso se deu pela indicação de seu primo, o também empresário Chiquinho Feitosa.

Como foi abordado no capítulo anterior, Júlio Rêgo, quando se retirou da disputa por cargos eletivos, organizou uma reunião com alguns empresários de Tauá que sempre o ajudavam no período das campanhas eleitorais. Esses empresários, ligados ao setor de

transportes coletivos, conduziam os eleitores de outros municípios para a região dos Inhamuns para votar.

Júlio Rêgo informa que não estava disposto a enfrentar disputas eleitorais mais competitivas e mais onerosas, as quais necessitavam de uma quantidade maior de investimento financeiro do que em campanhas anteriores. Dessa forma, organizou a reunião para que esses empresários indicassem um nome para ser seu sucessor político. No caso Chiquinho Feitosa indicou o nome de Idemar Citó.

Idemar Citó participava das entidades de representação dos empresários de empresas de transportes, como a Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMAR), na qual foi Membro Suplente da Diretoria Executiva (1993-1996) e posteriormente ocupou o cargo de segundo Diretor Financeiro (1999-2005); em seguida, participou do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará (SINDIÔNIBUS), assumindo vários cargos na mesa diretora, chegando a ocupar o cargo de vice-presidente (2005-2008); e o Sindicato das Empresas de Transportes Urbano de Passageiros da Região do Cariri (SETCARIRI), ocupando o cargo de delegado representante efetivo (1997-2003).

Já o ingresso de Domingos Filho na disputa eletiva teve influência do pertencimento de sua família na política local em Tauá. Este, assim como Antônio Câmara, é advogado formado pela Universidade Federal do Ceará. Seu pai, Domingos Gomes de Aguiar, foi prefeito por dois mandatos em Tauá (1967-1971; 1973-1976), e sua mãe, Mônica Aguiar, natural de Icó, possuía familiares envolvidos na política desse município. Domingos Filho, sucedendo o posto de deputado estadual antes ocupado por Antônio Câmara, deu continuidade à trajetória política do grupo político familiar Gomes de Freitas.

Cabe ressaltar que o nome “Domingos” é comum na família Gomes de Freitas. Esse nome rememora a figura mítica do patriarca da família e representa uma importante marca de distinção do poder e prestígio dessa família. Entre os “Domingos” que ocuparam cargos públicos e eletivos, podemos citar Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo), intendente em Tauá (1919-1927); Domingos Gomes de Aguiar, prefeito de Tauá (1967-1971; 1973-1976); e, atualmente, nos nomes de Domingos Gomes de Aguiar Filho, deputado estadual pelo PMDB durante quatro mandatos consecutivos (1995-2010) e atual vice-governador (2011-2014); e Domingos Gomes de Aguiar Neto, deputado federal, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), (2011-2014).

Outro nome corriqueiro nessa família é “Odilon”, homenagem a Odilon Silveira Aguiar, pai de Domingos Gomes de Aguiar e intendente de Tauá (1935). Em seguida, temos

Odilon Aguiar Filho, que foi Secretário de Educação do Estado e Ministro do Tribunal de Contas do Estado; Odilon Aguiar Neto, que foi Procurador do ITERCE; e, finalmente, Odilon Silveira Aguiar, atual prefeito de Tauá (2008-2012) e primo de Domingos Filho.

Percebemos que a escolha do nome de um integrante da elite política é estratégica, sobretudo de uma elite que faz tanta referência à tradição política do grupo familiar. O nome carrega uma importante marca de distinção e uma imagem instituída e consolidada da família, sendo recorrente a utilização de nomes como “Junior”, “Filho”, “Sobrinho” e “Neto” para fazer referência a algum político da família com uma carreira política consolidada. Além disso, cada família tem um arsenal de nomes que lhe é normalmente atrelada, esses nomes são quase sempre uma referência ao mito fundador do grupo familiar.

Essa construção do imaginário de tradição política do grupo Gomes de Freitas pode ser percebida em uma matéria⁸⁷ que relata o relançamento de um livro de autoria do ex-deputado Antônio Gomes de Freitas, “Inhamuns, terra e homens”. Nessa cerimônia, estavam presentes integrantes do grupo político familiar Gomes de Freitas, o então Presidente da Assembleia, Domingos Filho (PMDB), o ex-deputado Antônio Câmara e alguns intelectuais de Tauá, como a presidente da Fundação Bernardo Feitosa, Maria Dolores de Andrade Feitosa, e o presidente da Academia Tauaense de Letras, João Geneilson Gomes Araújo. Nessa cerimônia, Domingos Filho se pronunciou: “devo confessar a minha emoção por presidir esta solenidade em homenagem a este meu ancestral, um dos troncos de nossa família”.

Percebemos que os integrantes desse grupo político estão constantemente fazendo referência à tradição política da família, aos serviços prestados por esse grupo aos Inhamuns, seja na política, seja na produção intelectual. Outro ponto relevante na cerimônia mencionada é a não presença de lideranças políticas opostas ao grupo dos Gomes de Freitas, como o Júlio Rêgo e Idemar Citó, o que corrobora a leitura de que o lançamento desse livro seria menos uma reedição de uma obra que aborda aspectos da região dos Inhamuns e mais uma oportunidade para que esse grupo pudesse se reafirmar como discurso e simbólica de tradição política e familiar.

Cabe ressaltar que esse grupo faz referência constante ao carisma dos membros dessa família. Weber (apud BENDIX, 1986), analisando o carisma como princípio de dominação, afirma que este poder pode ser transmitido aos membros de uma família desde

⁸⁷ Matéria publicada em 26.03.2008: Assembléia promove lançamento de livro sobre região dos Inhamuns. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_busca.php?tabela=noticias&codigo=4933>. Acesso em 13 de janeiro de 2011.

que seja preservada a crença de que essa família possui qualidades extraordinárias e inacessíveis a todos. Dessa forma, esse grupo precisa produzir uma mitificação como se apenas os integrantes dessa família possuíssem determinadas qualidades que os qualificassem para o exercício da atividade política.

Essa recorrência ao carisma familiar é percebida na inserção de Domingos Filho na política, pois este faz referência constante ao carisma que seu pai possuía e que ele herdou. Esse discurso é atualizado na fala de um assessor de Domingos Filho quando faz referência a Domingos Neto, pois, segundo este: “Domingos Neto tem também um carisma muito grande, carisma este que vem desde seu avô e que passou para seu pai e agora para ele também” (entrevista com Walney Alencar em 04-02-2011).

Na análise de Weber (1999), o carisma familiar como princípio de dominação apresenta um problema quanto à sucessão, uma vez que esta desencadeia violentas intrigas no interior do grupo familiar, desembocando até em revoluções. Uma alternativa recorrente é a divisão do reino entre os descendentes ou a escolha de um sucessor entre a família.

No caso do grupo político familiar dos Gomes de Freitas, não ocorreu nenhum conflito quanto à sucessão do posto político, fazendo com que o grupo mitificasse a ideia de unidade e de consolidação na ocupação de cargos eletivos.

Um exemplo é a transmissão do posto político de Antônio Câmara para Domingos Filho, já que aquele convidou este para ser seu assessor parlamentar, o inseriu nas suas bases políticas e abdicou, inclusive, da porcentagem que tinha na Rádio Difusora para que assim não houvesse disputa de prestígio político entre os dois.

Cabe observar que essa transição tranquila de poder não aconteceu quando Idemar Citó sucedeu politicamente Júlio Rêgo. Este continuou a atuar na política local em Tauá, indicando prefeito, vice-prefeito e vereadores. Além disso, continuou a ter o controle da rádio Cultura dos Inhamuns, exigindo, inclusive, que qualquer programação na rádio tivesse sua autorização. Essa interferência política de Júlio Rêgo fez com que Idemar Citó fundasse a rádio Trici em 2002.

Domingo Filho iniciou sua trajetória política como assessor especial da presidência do IPEC, atual Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), aos 18 anos. Permaneceu nesse cargo até 1987, quando seu pai, Domingos Aguiar, foi exonerado do cargo.

Nas eleições de 1988 se candidatou pelo PTB a vice de Joaquim Alexandrino Feitosa, mas não foi eleito. Em 1990, após enfrentar uma eleição competitiva, Antônio

Câmara decidiu não mais disputar mandato eletivo e procurou Domingos Gomes para indicar um sucessor, oportunidade em que Domingos Filho foi escolhido para ocupar esse posto.

A partir da escolha de Domingo Filho como sucessor político de Antônio Câmara, aquele passou por um processo de inserção no campo político, tornando-se assessor parlamentar na Assembleia Legislativa. Esse contato mais próximo com Antônio Câmara foi uma oportunidade para que Domingos Filho pudesse desenvolver um *habitus* político, muito embora esse *habitus* tenha sido desenvolvido desde cedo na socialização política em sua casa quando seu pai era líder político em Tauá.

Segundo Bourdieu (2002, p. 169), o *habitus* do político:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a de *debater*, necessária nas relações entre os profissionais (grifos do autor).

Assim, Domingos Filho, em contato mais próximo com Antônio Câmara, pôde “inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político” (BOURDIEU, 2000, p. 169). Acompanhando Antônio Câmara na tribuna, onde este era líder da oposição ao governo Ciro Gomes (PSDB), pôde desenvolver habilidades do *tribuno*.

Visitando os municípios da base política de Antônio Câmara, pôde desenvolver habilidade do *debater*, necessária para a relação com as lideranças locais e com os eleitores. Essa socialização incorporou em Domingos Filho o *modus operandi* da política, submetendo-o a hábitos, hierarquias e valores indispensáveis para sua entrada e permanência no campo.

Esse *modus operandi* pode ser percebido nas eleições municipais de Tauá em 1992, na qual Domingos Filho articulou uma coligação com o então principal líder político de Tauá, Castro Castelo, e obteve êxito na campanha eleitoral. Nessa aliança, Castro Castelo (PRN) foi candidato a prefeito e teve como vice Marcos Aurélio (PL), irmão de Domingos Filho. Além disso, sua esposa, Patrícia Aguiar (PL), foi candidata a vereadora, tendo sido a mais votada, com 1.239 votos.

3.2 Eleições em Tauá: a busca pelo controle do Executivo municipal

Tauá, nesse período, ainda continuava sendo um município estratégico na região dos Inhamuns, já que exercia influência política e econômica sobre as demais cidades. O

desenvolvimento do setor terciário foi o fator determinante para que o município se transformasse num centro regional de relativa importância e consolidou sua função de lugar central como prestador de serviços urbanos aos núcleos vizinhos.

A região dos Inhamuns é formada por municípios de pequeno porte demográfico e predominantemente rural. Segundo o IBGE, censo de 2000, essa região é composta por 138.013 habitantes, residindo na sede 42,63% da população. O município mais rural é Parambu, com 61,14% da população habitando a zona rural; e o mais urbano é Tauá, com 51,43% da população residindo na cidade.

A principal fonte de renda desses municípios não é uma “atividade produtiva”, *strito sensu*, e sim os pagamentos feitos pelo governo, as aposentadorias rurais e os salários dos funcionários públicos em todos os níveis. Podemos incluir também o Programa Federal Bolsa Família. Trata-se de uma situação que Gomes (2001) caracteriza de “economia sem produção”, na qual a população sobrevive de transferências de renda que passam a constituir um dos mais importantes setores econômicos, ultrapassando inclusive a agropecuária.

Na maioria dos municípios dos Inhamuns, a quantidade de repasses que as prefeituras recebem do FPM é superior à renda gerada pelas próprias atividades empresariais que são desenvolvidas nos municípios. Percebe-se, assim, a importância do controle da prefeitura por parte das elites locais, tornando-se uma necessidade de sobrevivência.

No plano político, percebemos que em Tauá, de 1994 a 2008, existiam dois grupos políticos consolidados: o grupo Gomes de Freitas, que tinha o deputado Domingos Filho como principal liderança; e o grupo liderado pelo empresário Chiquinho Feitosa, que tinha Idemar Citó como deputado estadual. Gravitando em torno desses dois grupos existiam as lideranças locais, como os ex-prefeitos Sousa Bastos, Castro Castelo e Zé Lima, e atores políticos emergentes, como João da Luz e posteriormente Ronaldo César. Além disso, permanecia o grupo político de Júlio Rêgo.

Nas eleições municipais de 1996, existiam três candidaturas disputando o Executivo municipal: a coligação apoiada pelo deputado Idemar Citó e Júlio Rêgo, que tinha como candidato a prefeito o médico João da Luz (PDT) e Roney Gonçalves (PSDB), primo de Júlio Rêgo, como vice; a candidatura apoiada pelos Gomes de Freitas, que tinha Patrícia Aguiar (PMDB) como prefeita e Luis Quintino Lima (PFL) como vice; e a candidatura de Francisco Cidrão, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), tendo como vice Wilson, que era apoiado pelo então prefeito Castro Castelo.

Nessa disputa, foi eleito o médico João da Luz com o percentual de 41,21% dos votos válidos (10.800 votos), enquanto Patrícia Aguiar atingiu 33,23% dos votos válidos

(8.709 votos). Quanto à disputa para o Legislativo municipal, o grupo de Idemar Citó conseguiu eleger nove vereadores de vinte e uma vagas, a mesma quantidade que o grupo liderado por Domingos Filho conseguiu. A coligação de Castro Castelo elegeu apenas três vereadores.

A gestão de João da Luz (1997-2000) foi marcada por um período de instabilidade política, enfrentando a oposição da Câmara dos Vereadores. Este alega que buscou atuar na política de Tauá independente da liderança exercida pelos dois deputados estaduais do município, Idemar Citó e Domingos Filho. Porém, cabe ressaltar que os vereadores eram ligados politicamente aos deputados. Como comenta:

Em 1999 eu sofri uma perseguição política. Juntou Idemar Citó, Domingos Filho e os vereadores e assim eu fui afastado do cargo. Tanto que até as minhas contas eles [vereadores] desaprovaram. Depois eu me aliei com Domingos Filho e só assim pude voltar ao cargo (entrevista com João da Luz em março de 2010).

Pela entrevista dada por João da Luz, percebe-se que, embora os dois deputados estaduais, Domingos Filho e Idemar Citó, representassem grupos divergentes e estivessem constantemente em conflito, eles se uniam quando alguma liderança política local buscava se fortalecer e eclipsar o poder monopolizado pelos deputados. Assim, não basta que esses deputados sejam dominantes na região, é preciso também assegurar que não haja crescimento de poder das elites subordinadas. É preciso fazer com que elas não ultrapassem o nível aceitável de poder.

Em 1999, João da Luz teve suas contas reprovadas pelo TCM e foi afastado do cargo, assumindo assim seu vice, Roney Gonçalves, de outubro a novembro de 1999. Posteriormente, João da Luz, em uma articulação política, conseguiu aprovar suas contas e assumiu novamente o posto de prefeito.

Analisando as atas da Câmara Municipal de Tauá no período de 1992 a 2008, percebemos que poucos são os projetos apresentados pelo poder Executivo. A maioria das obras e verbas que o município recebe, seja do governo estadual, seja do governo federal, são conseguidas por intermédio dos deputados estaduais. Assim, as mensagens para a Câmara aprovar são: “aprovação de obra conseguida por intermédio do deputado Domingos Filho”, “aprovação de construção trazida pelo deputado Idemar Citó” e raramente alguma obra é conseguida pelo poder Executivo municipal.

No contexto geral, o Legislativo é refém do Executivo porque este tem o monopólio da execução orçamentária. No entanto, no contexto dos municípios de pequeno e

médio porte, tanto o Executivo e o Legislativo municipal são dependentes de verbas e recursos do governo estadual e federal e, nesse caso, como são os deputados que possuem maior articulação e influência no governo estadual e federal, o prefeito e os vereadores são dependentes dessas figuras política.

Dessa forma, concluímos que o poder exercido pelo Executivo em Tauá é pouco expressivo, pois as obras e recursos de maior importância para o município são conseguidos por influência dos deputados. Os vereadores se polarizam no apoio aos deputados estaduais e apenas alguns, por possuírem uma relação pessoal e próxima, apóiam o prefeito. Assim, os meios para assegurar o controle e manutenção do poder local passa pelo acesso ao poder estadual.

A influência política dos deputados estaduais nos níveis do governo estadual e até no federal explica porque as eleições para o Executivo em Tauá normalmente eram representadas por lideranças políticas locais que contavam com o apoio dos deputados estaduais. As lutas travadas no poder local eram apenas uma etapa das disputas pelo acesso ao poder estadual.

No tempo em que Domingos Filho não possuía o apoio do governo estadual⁸⁸, este passou a concentrar suas ações políticas para ter o controle do poder Executivo de Tauá, visto que seria essencial para a manutenção e ampliação de sua base política nos Inhamuns.

Como Patrícia Aguiar conseguiu um percentual significativo de votos quando disputou o Executivo em Tauá nas eleições de 1996, 33,23% dos votos válidos contra 41,21% de seu oponente, Domingos Filho passou a fortalecer a imagem de sua esposa. Assim, Patrícia Aguiar atuou diretamente com as associações, independente do trabalho desenvolvido pela Prefeitura, criando um contra poder. Como explica um assessor de Domingos Filho:

Ela foi trabalhar, fazer o dia a dia de Tauá com o Domingos Filho, com o Marcos Aurélio, com Dr. Domingos. Participando da vida ativa da cidade. Participando dos momentos, das necessidades, visitando os amigos, dando assistência aos seus amigos... que geralmente se você perde eleição os seus amigos ficam a ver navios, né... A Dra. Patrícia conhece o eleitor é nome por nome, sem distinção. Tanto faz ser pobre, ser rico, o tratamento é o mesmo (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Interessante observar que a estratégia adotada por Domingos Filho foi atuar diretamente nas associações de moradores, levando obras, projetos e recursos para estas instituições, sem passar por intermédio da prefeitura de Tauá, já que esta era governada pelo grupo opositor. Esses recursos eram obtidos por intermédio da burocracia estadual, na

⁸⁸ Período em que Tasso Jereissati foi governador (1995-2002) e, em seguida, Lúcio Alcântara (2003-2006).

influência política de algum aliado seu nos primeiros e segundos escalões ou de deputados federais. Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento do assessor político de Domingos Filho sobre essa estratégia: “*ele sempre procurou recursos para as associações quando não tinha a prefeitura*” (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Essa estratégia de atuar diretamente com as Associações já tinha sido adotada na gestão de Castro Castelo (1992-1996), como comenta Antônio Amorim:

Elas [Associações Comunitárias] viraram os novos currais eleitorais na época. As lideranças era que articulava os eleitores, era que ficava nas conversações com as lideranças políticas. Elas ficaram sendo uma massa de manobra. Elas não tinham outra função a não ser essa. Era quem apresentava as questões sociais, tipo era ali que o Castro mandava fazer as reuniões da Prefeitura, era ali que ele dizia o que ele ia fazer pela Prefeitura. Foi lá que ele conscientizou para dizer que o que ele estava fazendo tava certo. Até dizer que roubar era correto as pessoas acertarem que estava certo. Então não tinha nada haver. Não era uma associação pelas pessoas. É tanto que dessas associações hoje existem muito poucas. Porque era uma forma dele barganhar recursos com o nome de associações aqui [no estado], com recursos estaduais (entrevista com Antônio Amorim em 20.01.2011).

Dessa forma, essas Associações Comunitárias eram utilizadas como forma de levar recursos do governo estadual, através de alguma emenda parlamentar ou de influência política na burocracia, e do governo federal, através de deputados, diretamente para as comunidades.

No grupo político familiar dos Gomes de Freitas, ocorreu uma divisão do trabalho político. Enquanto Domingos Filho atuava diretamente com o governo estadual e federal, buscando recursos e obras para Tauá, sua esposa, Patrícia Aguiar, e seu irmão, o vereador Marcos Aurélio, passaram a atuar politicamente no município de Tauá, dando assistência diretamente aos eleitores, encaminhando doentes, conseguindo empregos, resolvendo alguma pendência junto à burocracia estadual etc. Lemenhe (1995), em sua pesquisa sobre os Bezerra de Menezes, afirma que os irmãos Bezerra recorriam à mesma estratégia de divisão do trabalho político.

Com essa estrutura política armada, os Gomes de Freitas disputaram as eleições municipais de 2000 em Tauá. Patrícia Aguiar foi novamente candidata à prefeita pelo PMDB, tendo como vice o médico Hildebrando Mota (PMDB). O grupo do deputado Idemar Citó apoiou a candidatura do ex-prefeito Castro Castelo (PPB), que tinha como vice o empresário Mario Feitoza (PSDB). O então prefeito João da Luz se candidatou à reeleição pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo como vice o então Secretário de Agricultura, Bartolomeu Dias (PT).

Patrícia Aguiar foi eleita com 53,75% dos votos válidos (13.536 votos), Castro Castelo conseguiu 37,11% dos votos (9.346) e João da Luz obteve apenas 9,12% (2.298). Além disso, o grupo de Domingos Filho conseguiu a maioria na Câmara Municipal, elegendo nove vereadores contra oito do grupo de Idemar Citó e quatro do grupo do então prefeito João da Luz.

Observando os resultados eleitorais em Tauá nas eleições de 2002, percebemos que o capital político de Idemar Citó e Domingos Filho estava equilibrado. Domingos Filho (PMDB), tendo o controle do Executivo de Tauá, obteve 43,38% dos votos válidos (9.566); e Idemar Citó (PSDB), tendo o apoio do governo estadual, atingiu o percentual de 41,36% (9.120), uma diferença apenas 446 votos.

Dessa forma, ter o controle do Executivo em Tauá é fundamental para a manutenção do poder político nesse município, pois com a máquina da prefeitura o grupo político tem acesso a inúmeros cargos nos quais pode acomodar as lideranças políticas locais. Além disso, facilita a manutenção da base política nos Inhamuns.

Essas vantagens podem ser percebidas analisando as eleições de 2004. Idemar Citó, à semelhança de Júlio Rêgo nas eleições de 1976, resolveu focar sua atuação política na disputa pelo Executivo de Tauá. Essa estratégia política teve por objetivo concentrar sua atuação política no poder local no município, visto que o mandato de Patrícia Aguiar, tendo sido bem avaliado pela população, fez com que Domingos Filho aumentasse sua influência política na região.

Assim, nas eleições de 2004, duas candidaturas disputavam em Tauá: Idemar Citó (PSDB) como prefeito, tendo Agildo Pereira como vice; e Patrícia Aguiar (PMDB), tendo como vice o médico Francisco Passos. Como podemos notar, houve apenas o lançamento de duas candidaturas apoiadas por cada um dos deputados estaduais. Uma terceira candidatura, que desde as eleições de 1988 vinha sendo constituída na disputa política em Tauá, não foi estabelecida nessa disputa devido ao fato da prefeita ser organicamente vinculada ao grupo Gomes de Freitas e das lideranças políticas locais estarem desmobilizadas para lançarem uma terceira via.

Nessa eleição, Idemar Citó conseguiu 45,50% dos votos válidos (13.795 votos), enquanto Patrícia Aguiar foi eleita com 54,49% dos votos (16.518 votos). Na disputa pelo Legislativo municipal, o grupo de Idemar Citó elegeu apenas três vereadores de um total de dez vagas, enquanto o grupo de Domingos Filho elegeu sete no total, sendo, inclusive, o seu irmão, Marco Aurélio de Aguiar (PMDB), o mais votado. Dessa forma, Domingos Filho reforçou seu domínio político em Tauá.

Esse fato pode ser constatado ao observarmos os resultados das eleições de 2006 em Tauá, pois enquanto Domingos Filho (PMDB) conseguiu obter um percentual de 72,96% dos votos válidos (20.159) para seu candidato a governador, Cid Gomes (PSB), 35,98% (10.026) para seu candidato a deputado federal, Eunício Oliveira (PMDB), e 58,23% (15.564) para si; Idemar Citó (PSDB) obteve apenas 26,21% dos votos válidos (7.243 votos) para seu candidato a governador, Lúcio Alcântara (PSDB), 13,88% (3.869) para seu deputado federal, Deladir Feitosa (PSDB), e 26,50% dos votos (7.077) para si.

Além disso, Domingos Filho foi eleito o terceiro deputado mais votado do estado, com 65.730 votos, o que o credenciou para eleger-se Presidente da Assembleia Legislativa, enquanto que Idemar Citó ficou na suplência, com o total de 35.603 votos.

Em 2008, um acordo político envolvendo Idemar Citó e Domingos Filho, então Presidente da Assembleia Legislativa, assegurou o retorno de Idemar Citó à Assembleia Legislativa. Esse acordo não foi seguido pelas bases eleitorais de Idemar Citó em Tauá, fazendo com que seu capital político fosse abalado.

Os eleitores de Idemar Citó, que historicamente seguiam o seu grupo político desde o período em que Joel Marques era deputado estadual (1947-1970) e em seguida foi sucedido por Júlio Rêgo (1970-1994), em sua maioria não o acompanharam nessa estratégia política. Sobretudo porque existia uma disputa acirrada entre os grupos políticos, encarnada anteriormente nas candidaturas de Antônio Câmara e Júlio Rêgo e atualmente por Domingos Filho e Idemar Citó, chegando a constituir-se uma identidade de grupo. Como percebido na fala de um eleitor:

Achei uma falta de vergonha essa aliança do Idemar com os Gomes. Eu é que não acompanho. Fiquei muito chateada, ainda mais os Gomes que a minha família sempre foi contra, sabe... a gente votava com o grupo desde o tempo de Joel Marques, Joel Marques [entonação da voz], passando por todo tipo de humilhação. Eu votei no Júlio Rêgo várias eleições e votei também no Idemar. Nunca votei nos Gomes e não vai ser agora que depois de velha eu vou votar! E não só é eu não vii, um monte de gente não vai votar (entrevista concedida ao autor em Março de 2010).⁸⁹

Nesse contexto de desgaste da imagem política de Idemar Citó, surge uma liderança política local, até então aliada de Domingos Filho. O então vereador Ronaldo César (PMDB) entra em ascensão e assume a liderança da oposição no município.

⁸⁹ A pessoa entrevistada solicitou que sua identidade fosse mantida em sigilo pelo autor.

Nas eleições de 2008, duas candidaturas foram estruturadas: uma tendo uma coligação envolvendo quatorze partidos⁹⁰ e que tinha como candidato a prefeito o primo de Domingos Filho, o advogado Odilon Aguiar (PMDB), e como vice o sobrinho de Júlio Rêgo, Júlio César Rêgo (PSB); a outra coligação envolvia quatro partidos⁹¹ e tinha como candidato a prefeito o médico oftalmologista Ronaldo César (PDT), vereador por quatro vezes consecutivas (1992-2008), e como vice o então vereador Josevaldo Alves, do Partido da República (PR).

Walney Alencar, comentando as eleições de 2008, informa que:

A oposição pintou aquela história de acordão. Primeiro não existe isso, até porque depois o Idemar é hoje deputado estadual. Na realidade foi uma união por Tauá, até porque como dizia o *slogan* da campanha Tauá não podia parar. Tauá vinha de uma grande gestão e Tauá não tinha como parar ou retroagir. Houve um entendimento com o Dr. Júlio Rêgo, ex-deputado, com o Antônio Câmara, com o Domingos Filho, com o João da Luz, com Sr. Castro, Sousa Bastos, o PT local, o Agenor Mota, presidente da Câmara e houve esse entendimento para formar uma união com esse objetivo, o objetivo de Tauá continuar avançando (entrevista com Walney Alencar em 14-02-2011).

Nessa fala acima, percebemos o discurso utilizado pelo grupo liderado por Domingos Filho para justificar a união com Idemar Citó, adversário histórico, e com tantas lideranças locais. A oposição, liderada por Ronaldo César, empregou termos como “acordão”, “comem tudo na mesma panelinha”, para se referir a essa coligação.

O resultado eleitoral foi favorável a Odilon Aguiar, que conseguiu 56% dos votos válidos (17.685) contra 44% de Ronaldo César (13.887), além de eleger toda a bancada da Câmara Municipal, dez no total.

Cabe ressaltar que muito dos votos obtidos por Ronaldo César foram mais em oposição a Domingos Filho do que mesmo com a intenção de votar naquele como candidato. Muitos grupos e famílias em Tauá faziam oposição aos Gomes e tinham no mandato de Idemar Citó uma oportunidade para expressar essa oposição. Após o término dessa eleição, o nome de Ronaldo César ficou consolidado como principal liderança oposta a Domingos Filho. Na fala de um eleitor, percebemos como essa estratégia utilizada por Ronaldo César foi percebida:

O Ronaldo pegou uma rabada [quantidade] de votos muito boa, pois esse povo todo não tava votando nele não, tava votando era contra os Gomes, contra Domingos

⁹⁰ Os partidos dessa coligação eram: PMDB, PSB, PSDB, PT, Partido Republicano Brasileiro (PRB), PCdoB, PSL, PMN, PTB, PHS, PSDC, PV, Partido Social Cristão (PSC) e PP.

⁹¹ Os partidos eram: Partido Popular Socialista (PPS), PDT, PR e DEM.

Filho, e até contra Idemar Citó. Só sei que ele [Ronaldo César] foi muito do sabido pois logo que viu que muita gente não ia acompanhar o Idemar Citó rompeu logo com Domingos Filho e se candidatou a prefeito (entrevista com Joaquim Sousa em Março de 2010).

3.3 A construção das bases eleitorais

Analisando a votação de Domingos Filho e Idemar Citó, percebemos que, ao longo das eleições, ambos possuíram votação concentrada em municípios da região dos Inhamuns. No entanto, essa votação apresenta-se menos centralizada nessa região do que os índices de votação⁹² apresentados por Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Observando esses índices, temos os seguintes dados: Antônio Câmara apresentou um índice de 58,54% e Júlio Rêgo de 65,48%, Domingos Filho ficou com 42,38% e Idemar Citó com 47,30%.

Depreende-se, assim, que a votação de Domingos Filho e Idemar Citó depende menos da região dos Inhamuns do que a votação apresentada por Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Além disso, percebemos que a votação encontra-se menos concentrada nessa região do que nos eleições de 1974 a 1990.

Apresentaremos uma tabela listando a votação obtida por Domingos Filho e Idemar Citó nas eleições de 1994 a 2008, enfocando os municípios onde estes foram mais votados. Posteriormente, faremos uma análise dos dados apresentados.

A metodologia utilizada foi selecionar os dez primeiros municípios em que o deputado foi mais votado em cada eleição. A opção por dez municípios se deve ao fato de que somando os votos desses municípios observamos que totalizavam em torno de 80% dos votos recebidos em todo o Ceará pelo deputado. Além disso, selecionar apenas os dez primeiros municípios nos permitirá uma comparação com a votação apresentada pelos dois deputados anteriores, Antônio Câmara e Júlio Rêgo.

A exposição será dividida em duas partes. Na primeira, analisaremos a votação dos dois deputados nos municípios dos Inhamuns. Na segunda parte, analisaremos a votação desses deputados nos demais municípios. Cabe observar que esses municípios são muitas vezes apresentados em apenas uma eleição em virtude do deputado possuir uma votação

⁹² Esse índice é calculado somando a média da porcentagem de votos que o deputado conseguiu em cada eleição nos municípios da região dos Inhamuns, municípios apenas inclusos caso tenham ficado na lista dos dez primeiros municípios onde o deputado foi mais votado. Essas porcentagens encontram-se no capítulo II, nas tabelas 1 e 2 e na linha “Total de votos nos municípios dos Inhamuns”. Esse índice apresentado não levou em consideração as eleições de 1974 pelo fato de não conter a lista dos dez primeiros municípios onde Antônio Câmara foi mais votado.

esporádica no município, obtida através de acordos com lideranças políticas locais (prefeitos e vereadores) ou pelo fato do deputado ter conseguido alguma verba ou obra para o município. Nas páginas que se seguem temos duas tabelas com a votação dos dois deputados, em seguida, faremos a análise tendo por base a votação nos dez municípios mais votados.

TABELA 3 - Lista dos dez primeiros municípios onde Domingos Filho foi mais votado nas eleições de 1994-2006

Município	1994	1998	2002	2006
Aiuaba	308	--	--	--
Ararendá	--	1.783	2.302	2.926
Arneiroz	192	872	--	--
Boa viagem	--	2.099	2.093	5.234
Crateús	--	--	--	2.102
Fortaleza	1.559	1.992	1.862	2.426
Icó	3.174	697	2.183	--
Independência	621	782	2.231	3.062
Lavras da Mangabeira	--	792	--	--
Novo Oriente	1.356	--	--	2.986
Parambu	1.024	4.340	4.623	7.463
Pedra Branca	--	--	2.524	3.947
Quiterianópolis	2.034	1.737	4.198	5.715
Tabuleiro do Norte	--	--	2.436	--
Tauá	9.627	6.850	9.566	15.564
Umari	180	--	--	--
Total de votos nos dez municípios	20.075 (96,38%)	21.944 (88,74%)	34.018 (77,15%)	51.425 (78,23%)
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	11.151 (53,54%)	12.062 (48,77%)	14.189 (32,18%)	23.027 (35,03%)
Total de votos do deputado no estado	20.827	24.728	44.089	65.730

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

TABELA 4 - Lista dos dez primeiros municípios onde Idemar Citó foi mais votado nas eleições de 1994-2006

Municípios	1994	1998	2002	2006
Aiuaba	1.697	3.099	2.896	2.952
Aratuba	--	1.074	--	--
Arneiroz	1.502	1.583	1.948	--
Cascavel	188	--	4.107	4.717
Catarina	505	2.452	2.229	--
Crateús	--	--	--	994
Eusébio	--	--	--	1.039
Fortaleza	4.458	2.562	2.670	5.786
Independência	--	808	1.177	1.733
Ipaporanga	--	--	2.806	--
Itapipoca	419	--	--	--
Maracanaú	--	--	--	1.489
Mombaça	--	3.668	--	--
Parambu	350	3.943	6.078	1.941
Paramoti	173	--	--	--
Quiterianópolis	1.497	4.147	--	1.999
Trairi	--	--	5.109	--
Tauá	7.070	5.937	9.120	7.077
Total de votos nos dez municípios	17.859 (90,53%)	29.273 (93,01%)	38.140 (80,40%)	29.727 (83,49%)
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	10.774 (54,61%)	17.014 (54,06%)	22.271 (46,94%)	11.970 (33,62%)
Total de votos do deputado no estado	19.726	31.470	47.436	35.603

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Analisando as duas tabelas, percebemos que os municípios como Fortaleza, Parambu, Quiterianópolis e Tauá formam o núcleo duro da base eleitoral dos dois deputados. Em toda eleição, eles recebem uma quantidade significativa de votos nesses municípios. Cabe ressaltar que os três últimos municípios citados formam os colégios eleitorais onde esses dois deputados mais disputam votos. Alguns municípios compõem com maior intensidade a base eleitoral desses deputados: Aiuaba, Arneiroz e Catarina compõem a base de Idemar Citó; Independência e Boa Viagem a de Domingos Filho.

Observando os votos obtidos nos dez primeiros municípios por esses deputados, percebemos que nas duas primeiras eleições, 1994 e 1998, os votos dos dois candidatos

apresentavam uma concentração alta⁹³. Domingos Filho apresentou na sua primeira votação a maior concentração de votos, pois nos dez primeiros em que obteve a maior quantidade de votos representou 96,38% do total de seus votos. Depois esse índice caiu e nas eleições de 1998 Domingos Filho apresentou uma concentração de votos menor do que a de Idemar Citó; enquanto este apresentou um percentual de 93,01%, aquele atingiu 88,74%.

Nas eleições seguintes, 2002 e 2006, as votações desses deputados apresentam uma concentração média, sendo que Domingos Filho constava os menores índices de concentração, 77,15% em 2002 e 78,23% em 2006, enquanto Idemar Citó em 2002 atingiu um índice de 80,40% e em 2006 83,49%.

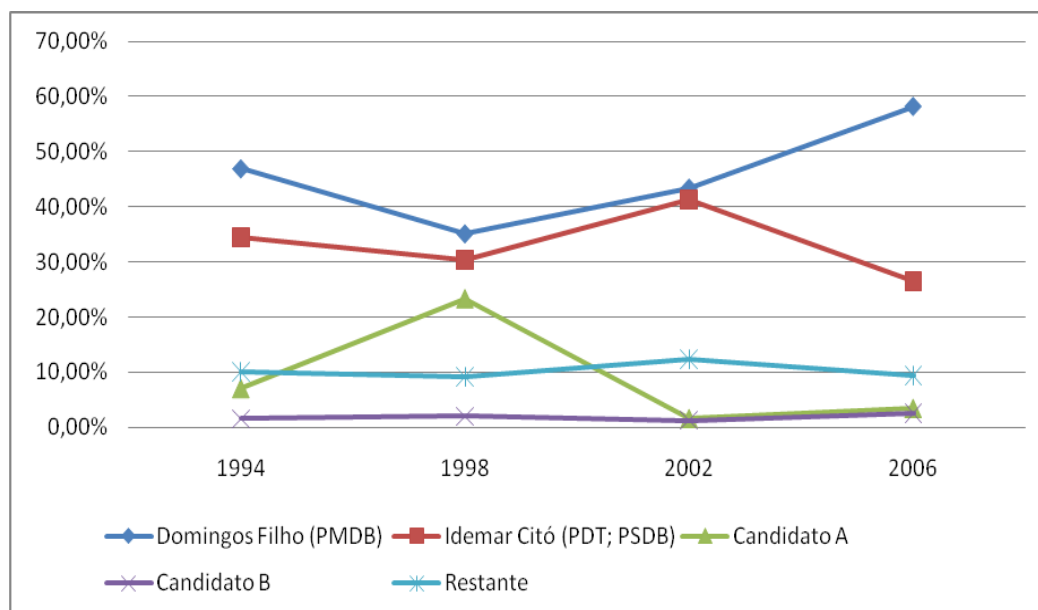
O percentual de votos concentrados nos Inhamuns foi ao longo das eleições diminuindo, exceção apenas em 2006 para Domingos Filho, que apresentou um pequeno aumento de sua votação, de 32,18% em 2002 para 35,03% em 2006. Percebemos que a votação de Domingos Filho ficou menos concentrada em poucos municípios, o percentual de votos concentrados nos dez primeiros municípios em que ele foi mais votado foi diminuindo ao longo das eleições, de 96,38% em 1994 para 78,23% em 2006. Além disso, a quantidade de votos que Domingos Filho recebeu foi aumentando consideravelmente a cada eleição, em 1994 ele recebeu 20.827 votos e em 2006 essa quantidade passou para 65.730, sendo o terceiro deputado mais votado nessa eleição.

A votação de Idemar Citó ficou também menos concentrada em poucos municípios, mas em proporção menor da apresentada por Domingos Filho. Nas eleições de 1994, Idemar Citó apresentou um percentual de 90,53% e em 2006 esse percentual diminuiu para 83,49%. A quantidade de votos de Idemar Citó também aumentou ao longo das eleições, de 19.726 em 1994 para 35.603 em 2006.

Nos Inhamuns, o município de Tauá, por ser área de influência e por ser o maior colégio eleitoral da região, é o foco de constantes conflitos entre Domingos Filho e Idemar Citó. No gráfico da página seguinte, temos o acompanhamento da votação desses dois deputados em Tauá durante quatro eleições, de 1994 a 2006.

⁹³ Na análise da geografia dos votos dos deputados utilizamos as categorias utilizadas por Carvalho (2003), que utiliza quatro tipos de concentração/dispersão dos votos dos deputados: Concentração Alta (alcançam um percentual da ordem de 85% de sua votação nos 10 primeiros municípios em que obtêm maior número dos votos); Concentração Média (75% nos 10 primeiros municípios); Dispersão Média (60% nos 10 primeiros municípios); Dispersão Alta (50% nos 10 primeiros municípios).

GRÁFICO 5 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Tauá (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Analisando o gráfico acima, percebemos que Domingos Filho e Idemar Citó concentram a votação para deputado estadual nesse município. Essa realidade só é modificada quando o ex-prefeito Castro Castelo (PPB) candidata-se ao posto de deputado estadual em 1998, conseguindo um percentual de 23,34% dos votos válidos. Nessa eleição, tanto o percentual de Idemar Citó caiu (de 34,43% em 1994 para 30,41% em 1998) quanto o de Domingos Filho (de 48,89% para 35,09%). No depoimento abaixo, temos o relato do assessor de Domingos Filho comentando as eleições de 1998 em Tauá:

Vitória mais surpreendente em Tauá. Foi vitória realmente de virada. Uma vitória comemorada como nunca teve uma comemoração de uma vitória em Tauá. Os votos que seu Castro tirou, obteve, saíram muito dele, do Domingos Filho. Por isso que se achava que o Domingos Filho seria o segundo ou terceiro mais votado. Mas não, o trabalho já da Patrícia que tinha sido candidata a prefeita de Tauá. O trabalho, a dedicação do seu grupo, dos vereadores, das lideranças, fez com que o Domingos fosse o deputado mais votado. (entrevista com Walney Alencar em 14-02-2011).

Os dois deputados hegemônicos em Tauá, Domingos Filho e Idemar Citó, apresentaram uma soma de seus percentuais de votos nominais em torno de 80%, caindo apenas em 1998. Assim, temos os seguintes percentuais: 1994 (81,32%), 1998 (65,50%), 2002 (84,75%) e 2006 (84,73%). Cabe ressaltar que esses percentuais, nas eleições de 1994 a 2006, são menores do que o apresentado nas eleições de 1978 a 1990, quando disputava Antônio Câmara e Júlio Rêgo, que era em torno de 90%.

Percebemos uma maior competitividade nas eleições para deputado estadual em Tauá, pois cada grupo político local, procurando se fortalecer na arena política, buscou se desvencilhar da dependência política dos dois deputados estaduais hegemônicos em Tauá e passaram a apoiar outros deputados estaduais. Essa manobra política era possível devido à menor dependência política desses grupos com os deputados hegemônicos do referido município. Como, por exemplo, podemos citar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que em toda eleição apoiava deputados estaduais do PT e que fugia ao padrão político Domingos-Idemar.

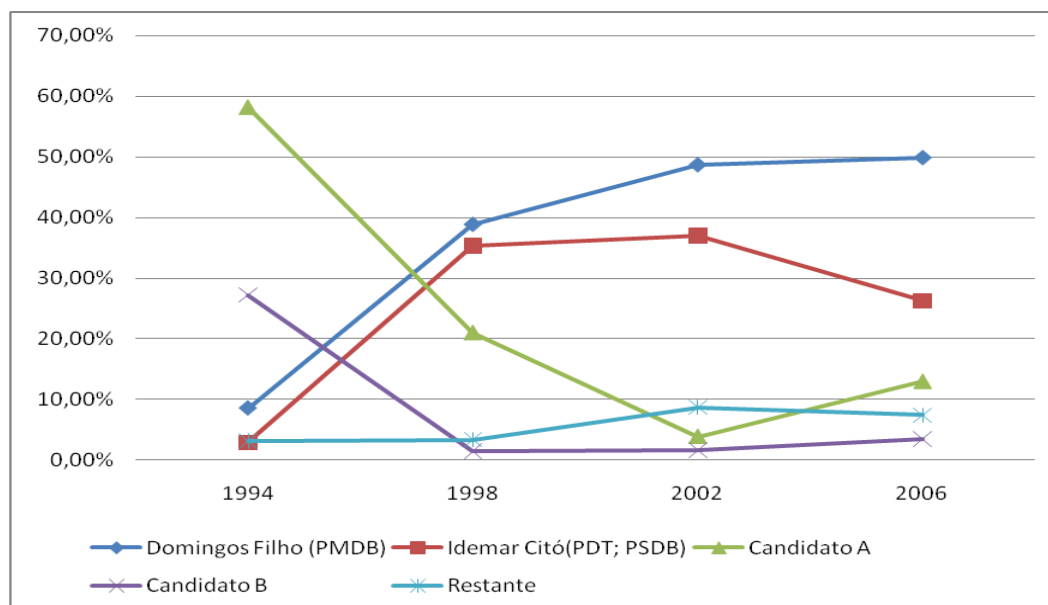
A votação de Domingos Filho ao longo dessas quatro eleições é um pouco superior à obtida por Idemar Citó, mesmo este muitas vezes contando com o apoio do governo estadual e do governo municipal. O percentual de votos nominais de Domingos Filho iniciou alto em 1994 (46,89%), em que contava com o apoio do então prefeito Castro Castelo (PRN). Nas eleições de 1998 apresentou uma queda (35,09%), quando não contava com o apoio do prefeito João da Luz (PDT) e tampouco com o apoio do governador Tasso Jereissati (PSDB). Nas eleições de 2002, apresentou um alto percentual (43,39%), quando então era apoiado pela prefeita Patrícia Aguiar (PMDB). Apresentou o percentual máximo de votação em Tauá nas eleições de 2006 (58,23%), quando tinha a seu favor a sua esposa e prefeita reeleita Patrícia Aguiar (PMDB) e uma conjuntura política favorável à vitória de seu candidato ao Executivo Estadual, Cid Gomes (PSB).

A votação de Idemar Citó iniciou mediana em 1994 (34,43% dos votos válidos) e, assim como Domingos Filho, apresentou uma queda na votação em 1998 (30,41%), mas em menor proporção que este, pois contava com o apoio do prefeito João da Luz (PDT). Nas eleições de 2002, Idemar Citó conseguiu seu maior percentual em Tauá, 41,36%, quando contava com uma conjuntura política favorável à vitória de seu candidato ao Executivo Estadual, Lúcio Alcântara (PSDB). Nas eleições de 2006, não possuía um cenário político favorável, pois não contava com o apoio do Executivo Municipal e seu candidato ao Executivo Estadual, Lúcio Alcântara (PSDB), estava sendo preterido em detrimento a Cid Gomes (PSB). Nessa eleição, apresentou seu pior índice (26,50%), ficando inclusive na suplência.

O segundo maior colégio eleitoral dos Inhamuns é Parambu. No entanto, esse município só passou a ser palco de disputa entre Domingos Filho e Idemar Citó a partir das eleições de 1998. Nas eleições de 1994, os dois deputados estaduais que disputaram a hegemonia política no município foram Joaquim Noronha (PL) e Irineu de Carvalho (PSDB), que juntos obtiveram um total de 85,38% dos votos válidos.

Abaixo, temos um gráfico demonstrando a votação de Domingos Filho e Idemar Citó em Parambu nas eleições de 1994 a 2006.

GRÁFICO 6 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Parambu (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Observando o gráfico, percebemos que a votação para deputado estadual apresenta-se concentrada em dois candidatos, um apoiado pelo grupo da situação, no caso os Noronha, e o outro pela oposição. Nas eleições de 1994, um integrante do grupo político familiar dos Noronha foi candidato a deputado estadual, concentrando 58,14% dos votos válidos. Nessa eleição, apoiado pelo grupo do PMDB histórico do município e Idemar Citó por eleitores isolados.

Nas eleições seguintes, as disputas entre oposição e situação ficaram representadas nas candidaturas de Domingos Filho, apoiado pela situação, e Idemar Citó, pela oposição. Domingos Filho conseguiu o apoio dos Noronhas, liderado por Neo Noronha e Genecias Noronha, a partir das eleições de 1998. Esse apoio foi costurado nas eleições de 1996 quando Domingos Filho apoiou a candidatura de Milene Freitas (PMDB), eleita prefeita de Parambu. Desde então, passou a receber a maior quantidade dos votos no município, passando de 1.024 nas eleições de 1994 para 4.340 em 1998, 4.623 em 2002 e 7.463 em 2006.

O grupo de oposição era liderado por Francisco José que se aliou a Idemar Citó depois que o grupo dos Noronhas passou a votar em Domingos Filho. É interessante observar a lógica política a que esses grupos estão submetidos: um grupo, ao apoiar o candidato, faz com que o grupo rival procure o candidato que represente a oposição “perfeita” a este. Assim, o fato da situação apoiar Domingos Filho fez com que a oposição procurasse Idemar Citó e

não outro deputado, visto que este grupo entende que Idemar Citó teria um duplo interesse nos votos desse município. Um interesse advindo pelo fato de querer votos e outro pelo fato de desejar eclipsar os votos de Domingos Filho no município. Idemar Citó, então, teve sua votação aumentada de 350 votos em 1994 para 3.943 votos em 1998 e 6.078 em 2002.

As disputas políticas entre Domingos Filho e Idemar Citó no município ficaram mais evidentes nas eleições de 1996 e 2002. Nas eleições de 2006, o grupo da oposição votou em Neurami Gomes, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Idemar Citó (PSDB) teve sua votação reduzida, conseguindo apenas 1.941 votos (26,26 %), enquanto Domingos Filho apresentou sua melhor votação, 7.463 votos (49,86 %)

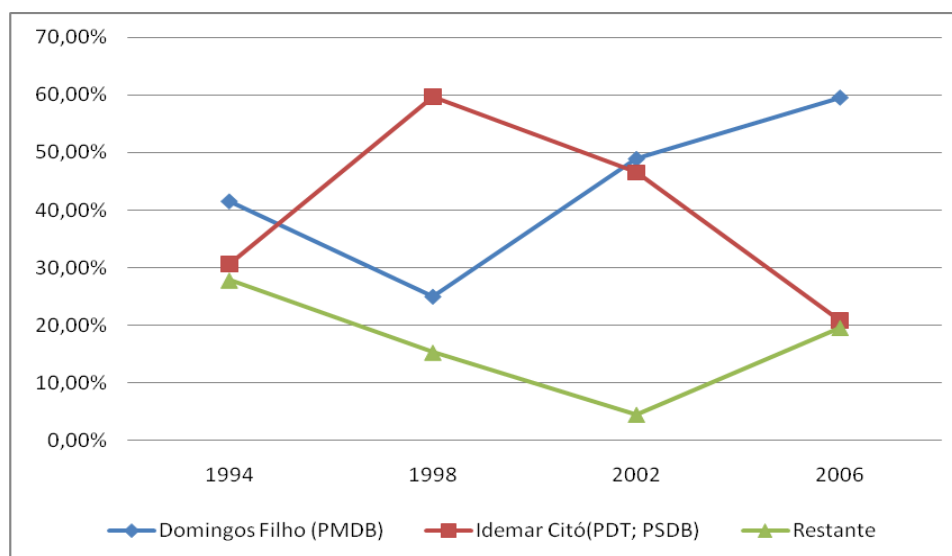
O terceiro município em que Domingos Filho e Idemar Citó mais disputavam votos era Quiterianópolis, disputa essa herdada desde os conflitos envolvendo Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Esse município foi desmembrado de Independência em 1987 e Antônio Câmara, que contribuiu para essa emancipação, passou a ter ali grande influência política.

Nas eleições de 1994, Domingos Filho, apoiado pelo então prefeito Domingos Pedrosa (PFL), conseguiu 41,56% dos votos válidos (2.034 votos) e Idemar Citó, apoiado pelo grupo de oposição, conseguiu 30,59% (1.497 votos). Nas eleições de 1996, estimulado por Domingos Filho e tendo o apoio do então prefeito Domingos Pedrosa, Antônio Câmara candidatou-se ao cargo de prefeito, disputando com Francisco Vieira Costa (PSDB), que contava com o apoio do governo estadual e de Idemar Citó. Antônio Câmara, comentando essa eleição, informa que:

Quando o governo sentiu que eu ia ganhar. Mandei fazer pesquisa eu tinha o dobro de todos os outros juntos. Aí doutor o Tasso governador caiu dentro. Você sabe o que é o Secretário dele de Governo Assis Machado passar dois dias de helicóptero pingando [referência a compra de votos] distrito por distrito. “Aqui não vai ter nada...” [imitando a voz de Assis Machado] Como a tática não deu certo começaram através de uns empreiteiros a campanha da compra de voto. Aí chegava numa casa e o cara: “não vendo meu voto. Pra votar contra o Dr. Câmara eu não vendo”. “Pois faça o seguinte: não vote! Se não vota contra mas também não vota”. Eles conseguiram mais de quinhentos títulos. “Me dê o título. Só sei que você não vota se me der o título. Depois devolve”. Quinhentos tira de um lado, não repõe. Eu perdi a eleição (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Depois dessa derrota de Antônio Câmara em Quiterianópolis, Domingos Filho teve seu patrimônio político reduzido. Nas eleições de 1998 teve apenas 25% dos votos válidos, enquanto Idemar Citó conseguiu 59,69%. No gráfico da página seguinte, temos um gráfico demonstrando a votação de Domingos Filho e Idemar Citó em Quiterianópolis nas eleições de 1994 a 2006. Como vemos no gráfico da página seguinte.

GRÁFICO 7 - Porcentagem de votos para Deputado Estadual em Quiterianópolis (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Analisando o gráfico acima, percebemos que a disputa para deputado estadual, assim como em Parambu, também é concentrada em dois candidatos, sendo o candidato apoiado pelo prefeito o mais votado. Domingos Filho, nesse município, excetuando as eleições de 1998 pela especificidade do prefeito ter apoiado Idemar Citó, sempre foi bem votado, conseguindo em 2002 48,93% (4.198 votos) de votos válidos e em 2006 atingindo o máximo com 59,57% (5.715 votos). Idemar Citó, no entanto, excetuando 1998, não conseguia muitos votos, apresentando um percentual em torno de 40,00%.

Nos outros municípios dos Inhamuns, Idemar Citó era mais votado do que Domingos Filho, sobretudo no período em que este contava com o apoio do governo estadual (1995-2006). No município de Arneiroz, era apoiado pelo grupo político dos Petrola, que continuava com a hegemonia política no município. Cabe ressaltar que esse grupo apoiava anteriormente Júlio Rêgo e que quando este passou a apoiar Idemar Citó o grupo político o acompanhou. No município de Aiuaba, Idemar Citó era apoiado por Robésio Feitosa, uma liderança local que conseguia em média 2.800 votos para este. Domingos Filho, mesmo apoiado pelo ex-prefeito Chico Nocrato, não conseguia muitos votos.

Em Catarina, o grupo de situação, que era liderado por Frutuoso Rodrigues, apoiava anteriormente Antônio Câmara. No entanto, a partir do momento em que Antônio Câmara passou a fazer oposição ao governo Tasso Jereissati (1987-1991) e ao Ciro Gomes (1991-1994), Frutuoso Rodrigues não mais acompanhou o grupo Gomes de Freitas.

Nas eleições de 1994, Frutuoso Rodrigues passou a apoiar um deputado governista, Gaspar do Vale (PSDB), do município de Acopiara. O grupo da oposição votou

no deputado que se contrapunha a Gaspar do Vale, no caso, o deputado Ricardo Almeida (PDT), também de Acopiara.

O grupo de situação do município de Catarina só votou em Idemar Citó quando o então prefeito Aduino Rodrigues (1993-1996) buscava recursos e verbas no governo estadual e foi orientado pelo Secretário de Governo a votar no deputado governista da região, no Caso Idemar Citó (PSDB). Como percebemos em depoimento:

Nós tivemos o apoio do governador [Tasso Jereissati] praticamente no mandato do Lamartine [sucessor de Aduino Rodrigues]. Eu lembro muito bem que o candidato da oposição era o Idemar Citó e quando a gente ia atrás de conseguir projetos lá no Cambé lá tinha um cidadão com o nome Machado e ele dizia: “Catarina... A gente tem que atender Catarina, mas tem o Citó, né”. Citó era o deputado na época muito forte (PESSOA JR., 2008).

Com esse “pedido”, na verdade ordem de adesão, os Rodrigues passaram a apoiar Idemar Citó (PSDB) nas eleições de 1998 e 2002. O grupo de oposição, liderado por vereadores, passaram a apoiar Domingos Filho (PMDB). Nas eleições de 1998, Idemar Citó conseguiu cerca de 52,5% dos votos válidos para deputado estadual no município de Catarina. Assim, Idemar Citó passou, em 1994, da cifra de 19.726 votos em todo o estado para 31.470 em 1998.

Como observado anteriormente, o percentual de votos de Domingos Filho e Idemar Citó concentrados nos municípios dos Inhamuns foi ao longo das eleições diminuindo. Isso mostra que, embora a região dos Inhamuns apresente-se como principal reduto eleitoral dos dois deputados, eles foram, ao longo das eleições, agregando mais circunscrições eleitorais. Assim, torna-se imprescindível a necessidade de acordos com lideranças de outros municípios e regiões para conseguir votos suficientes para ser eleito.

Observa-se que municípios como Lavras da Mangabeira, Tabuleiro do Norte e Umari, no caso de Domingos Filho, e Aratuba, Eusébio, Ipaporanga, Itapipoca, Maracanaú, Mombaça e Trairi, no caso de Idemar Citó, formam um conjunto de circunscrições eleitorais informais em que eventualmente esses deputados são votados. Porém, analisando esses municípios percebemos uma diferença entre o padrão de votação de Domingos Filho e Idemar Citó.

Domingos Filho consegue adentrar circunscrições eleitorais e aumentar seu grau de influência política nos municípios da região ao longo das eleições. Podemos citar o caso de Ararendá. Esse município, emancipado de Nova Russas em 1990, passou a ser liderado por Vicente Mourão, que foi eleito prefeito em 1992 pelo PDS. Domingos Filho, ao ser apoiado

por este nas eleições de 1998, conseguiu 1.783 votos em Ararendá e adentrou essa região, passando a ser votado nos municípios vizinhos. Dessa forma, nas eleições de 2002 conseguiu ser votado nos municípios de Ipueiras e Tamboril por influência política de Vicente Mourão. Da mesma forma aconteceu em Jaguaruana nas eleições de 2006, nas quais conseguiu 1.524 votos por influência política do então vice-prefeito de Tabuleiro do Norte, Bebeto Delfino (PMDB).

Domingos Filho consegue votos em uma região e passa a manter vínculos com os municípios por meio de obras, verbas e assistência aos eleitores e aos líderes políticos, chegando a aumentar seu raio de influência na região. Possui um perfil político que prioriza o atendimento às bases, conseguindo aumentar consecutivamente a quantidade de votos em cada eleição. Mesmo quando foi eleito Presidente da Assembleia Legislativa (2007-2010), não deixou de dar assistência à sua base política, como comenta Walney Alencar:

Mesmo ele sendo Presidente da Assembleia ele sempre arranjava tempo para visitar suas bases. Eu acho que quase todos os municípios, se não todos, o Domingos mesmo sendo Presidente da Assembleia ele visitou os municípios que ele representa, onde tinha prefeito, onde não tinha prefeito. Sempre ele foi presença marcante. Inaugurações de obras, o dia do município, ele recebeu título de cidadania aí no município de Tabuleiro, no município de Arneiroz, no município de Palhano. Vários municípios. Boa Viagem (entrevista com Walney Alencar, assessor de Domingos Filho, em 14.02.2011).

Apesar das funções de Presidente da Assembleia exigir do deputado um papel mais burocrático e sua presença para presidir as sessões, Domingos Filho poucas vezes exercia esse papel. Ele desempenhava seu trabalho nos bastidores políticos, tecendo acordos com os deputados, visitando os municípios de sua base política, acompanhando o governador em vários municípios.

Já o perfil da votação de Idemar Citó é diferente. Este apresenta uma grande quantidade de votos em municípios de regiões distantes e sem conexão de uma eleição para outra. Podemos citar alguns municípios como: Aratuba, localizado na microrregião de Baturité, que nas eleições de 1998, quando era apoiado pelo prefeito, conseguiu um total de 1.074 votos e nas eleições de 2002, quando não possuía nenhum apoiador, conseguiu apenas 1 voto; Mombaça, localizado no sertão de Senador Pompeu, que em 1998 conseguiu 3.668 votos e em 2002 apenas 32 votos; Ipaporanga, localizado no Sertão de Carteús, que em 2002 apresentou 2.806 votos e em 2006 apenas 5 votos; Trairi, localizado no litoral Oeste do estado, que em 2002 conseguiu 5.109 votos e em 2006 apenas 87 votos.

Nas eleições de 2006, Idemar Citó conseguiu uma quantidade significativa de votos em municípios da região metropolitana de Fortaleza, como Maracanaú, 1.489 votos, correspondendo a 4,18% dos votos obtidos pelo candidato nessa eleição; e Eusébio, 1.039 votos, correspondendo a 2,91%.

Esse perfil da votação de Idemar Citó é característico de candidatos que se articulam politicamente apenas no período eleitoral. Nesse sentido, é feito racionalmente um cálculo eleitoral e, quando o deputado percebe que falta uma quantidade específica de votos, ele se articula com lideranças locais, principalmente prefeitos, para ser votado no município. Essa articulação política apresenta-se mais racional e voltada especificamente para o período eleitoral, sem necessitar, assim, de ligações e contatos duradouros com lideranças locais.

Essa *rationale política* é diferente da apresentada por Domingos Filho, que possui um contato mais próximo e duradouro com as lideranças locais e com o município. Como comenta Walney Alencar:

O apoio do prefeito é importante, mas você tem que ter seu trabalho, se você não tiver o seu trabalho, a sua dedicação, visitar sempre o município. Você tem ir sempre no município. Sem esses elementos é difícil. Você vê as vezes que tem prefeito que vota num candidato e nem sempre ele obtêm sucesso. Se você não tiver um candidato que realmente vista a camisa e que trabalhe com dedicação é difícil. O que vence realmente a eleição é o trabalho (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

O trabalho que é feito pelos assessores de Domingos Filho é o de depender o menos possível da liderança exclusiva dos prefeitos. Assim, busca-se atender às lideranças locais e dar encaminhamento a suas demandas, seja de verbas ou de algum encaminhamento na burocracia do Estado. Procura-se realizar um trabalho com os eleitores e com as lideranças locais de forma que, mesmo o prefeito não apresentando uma popularidade alta ou não “vestindo a camisa do deputado”, este consiga uma votação significativa no município.

A assistência aos eleitores de Domingos Filho é percebida no depoimento de sua mãe, Mônica Aguiar, que desenvolve um trabalho de marcação de consultas médicas. Esse trabalho, intitulado de “Consultório da Amizade”, tem por objetivo marcar consultas médicas, cirurgias e outros atendimentos na área de saúde para os eleitores da base política de Domingos Filho. Isto é percebido no depoimento de Dona Mônica quando é questionada sobre o seu papel nas eleições de seu filho:

Procurando ajudar na saúde, encaminhando, arranjando consultas. Daí porquê chamam Consultório da Amizade. Porque vem uma pessoa pobre do sertão lá dos Inhamuns (de Tauá, Parambu, Arneiroz, Catarina) se me procurarem o que é que eu

vou fazer? Como eu convivi com o Domingos, com os amigos dele da FUSEC, do IPEC, eu ligo para os médicos amigos deles e digo: “eu quero que você me arranje ficha assim, assim para um eleitor que está vindo do sertão”, eu não digo nem eleitor “um amigo que vem do sertão e não tem condição de pagar um exame”. Porque hoje em dia é uma loucura. Você vai fazer uma tomografia, a pessoa vem, mais barata é seiscentos. E quem é que pode? Aí eu vou lá, vou ali e digo: “Amigo vamos fazer um menos, vamos ajeitar?” “Não, eu só tenho o [hospital] HGF!”. Vou para o HGF procurar um médico que esteja lá para me ajudar. Vou para o Hospital das Clínicas, sabe. Eu faço tudo isso via telefone, eu realmente não me desloco. Vou para lá aí pronto, falo com ele na ortopedia para me ajudar [...] É porque eu faço através dos amigos. Quando Domingos foi Presidente do IPEC, FUSEC, ele botou, empregou muita gente. Muita gente. Deu oportunidade de trabalho, fosse enfermeira, fosse auxiliar, essas coisas, esse trabalho de atendente. Então, esse pessoal me ajuda (entrevista com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Nesse depoimento, percebemos que Domingos Filho oferece uma estrutura política aos seus eleitores de forma a estabelecer vínculos que resultam em votos. Através da construção de uma rede social tecida no período em que seu pai, Domingos Gomes, foi superintendente da FUSEC e Presidente do IPEC, e que seu primo, Antônio Câmara, foi deputado estadual e empregou vários enfermeiros e médicos nos hospitais, Domingos Filho pode acionar essa rede e conseguir exames médicos e cirurgias para seus “amigos” de forma a conseguir votos no período eleitoral. Essa rede social, sobretudo no atendimento ao “Consultório da Amizade”, é extensa e envolve várias especialidades, como explicitado por Mônica Aguiar quando questionada se ela possuía muitos “amigos” que a ajudavam:

Tenho, eu tenho. Dr. Antônio⁹⁴ lá no Instituto Integrado de Saúde, que foi Presidente do IPEC também, se eu precisar dele posso mandar lá. Eu tenho Dr. José na ortopedia, tenho Dr. João na nefrologia. A cardiologia eu tenho Dr. Francisco, Dra. Maria. Um muito bom também, que é da região de vocês [Inhamuns], o Joaquim, Dr. Joaquim, e assim vai. Dra. Antônia como mastologista. Dra. Antônia, é neta do Tio Lisboa [ex-deputado estadual], como pediatra. Sabe, aí é assim... (entrevista com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Percebemos que a forma como Domingos Filho e Idemar Citó atuam nas suas bases eleitorais, ao longo das eleições, foram se diferenciando. Idemar Citó prestava uma assessoria maior às lideranças políticas de sua base quando era deputado governista e quando tinha a coordenação de projetos do governo do estado, como o Projeto São José, instalado em várias micro-regiões, inclusive nos Inhamuns. Domingos Filho, por outro lado, mesmo quando não era deputado governista procurava, por meio de outros mecanismos, seja encaminhado seus pedidos aos deputados federais, seja acionando redes sociais, conseguir recursos para sua base eleitoral.

⁹⁴ Os nomes foram alterados para que a identidade dos mesmos fosse mantida.

3.4 O lugar da oposição

O período que vai de 1992 a 2000 foi caracterizado, em Tauá, pela tentativa das lideranças locais se fortalecerem politicamente. Assim, ao ocupar o cargo de prefeito, essas lideranças procuravam eleger seu sucessor político sem buscar o apoio dos dois deputados estaduais. Essa estratégia, no entanto, não logrou êxito.

Se observarmos as chapas que disputaram o posto do Executivo municipal em Tauá, verificamos que de 1982 até 2000 foram apresentados três candidatos. Um candidato apoiado pelo deputado Antônio Câmara e depois por Domingos Filho, e o outro apoiado por Júlio Rêgo e depois por Idemar Citó. O terceiro candidato, buscando estruturar uma terceira força política no município, era formado pelo grupo da oposição.

Nas eleições de 1982 e 1988, esse terceiro candidato foi recrutado de partidos que em Tauá historicamente faziam oposição aos deputados estaduais. Em 1982, o candidato, Teobaldo Cidrão, era filiado ao PMDB desde quando ainda era MDB, no período da ditadura militar. Em 1988, a candidata, Maria Genilda, era filiada ao PDT, partido que no município era apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores e pelos funcionários do Banco do Brasil.

As eleições municipais de 1992 a 2000 foram caracterizadas pela tentativa de formação de um terceiro grupo político. Assim, todo prefeito que foi eleito nesse período, prefeito esse que possuía um capital político próprio, buscou eleger seu sucessor para que dessa forma pudesse consolidar um grupo político independente do eixo Domingos-Idemar.

Nesse período, de 1992 a 2000, existiam três líderes políticos que elegiam vereadores e que procuravam consolidar um grupo político. Essas lideranças orbitavam em torno da influência política dos deputados estaduais e procuravam em cada eleição uma manobra política eficiente que lhes garantisse a vaga de prefeito ou vice-prefeito para que, assumindo esse posto, conseguissem estruturar seu grupo. Assim, apresento a trajetória política dos três líderes locais e suas estratégias políticas em cada eleição.

O primeiro é Pedro Pedrosa de Castro Castelo. Com atuação política no distrito de Carrapateiras, não possuía uma família com tradição política no município. Proprietário rural, buscava, por meio dos deputados estaduais e do prefeito, recursos para seu distrito e para seus moradores. A partir desse trabalho, foi acumulando capital político que o credenciou ao ingresso na política.

Castro Castelo iniciou sua carreira política ligada ao grupo de Alberto Feitosa. Foi vereador em 1962 pela UDN. Nas eleições de 1966, foi candidato a vice-prefeito de Alberto Feitosa (ARENA), mas não foi eleito. Nas eleições de 1970, quando essa mesma chapa

disputou as eleições, foi eleito vice-prefeito. Elege-se vereador em 1972 e 1976 pela ARENA, ligado politicamente ao grupo de Júlio Rêgo. Nas eleições de 1982, apoiado por Júlio Rêgo, foi eleito prefeito pelo PDS. Nas eleições seguintes, em 1988, apoiou ao lado de Júlio Rêgo a candidatura do fazendeiro Zé Lima pelo PMB e indicou o vice-prefeito, Agildo Pereira (PDC). Nas eleições de 1992, em articulação política com Domingos Filho, foi candidato a prefeito pelo PRN, tendo como vice Marcos Aurélio (PL), irmão daquele.

Na gestão de Castro Castelo (1993-1996), houve uma série de denúncias contra sua administração na prefeitura. Em maio de 1994 foi afastado do cargo pela Câmara dos Vereadores, então articulada com o deputado Idemar Citó.

Em uma matéria do Diário do Nordeste intitulada "Corrupção, desvio de verbas, nepotismo, obras fantasmas ou superfaturadas: marcas da gestão Castro Castelo", temos um relato da disputa política que estava sendo travada entre os deputados estaduais para conseguir hegemonia na política local em Tauá:

Em 25 de maio de 1995 mediante uma denúncia formulada pelo empresário Joaquim de Sousa Bastos (ex-prefeito - PDSB) a Câmara Municipal, Castro Castelo foi finalmente afastado das funções, pelo voto da maioria absoluta dos vereadores com o apoio do deputado Idemar Citó, por causa da aplicação irregular dos recursos do Município em obras fantasmas, consumo excessivo de combustíveis, notas fiscais frias, etc. (Diário do Nordeste, 29 de maio de 1996, p. 12).

O acontecimento é revelador da articulação que esses deputados estaduais faziam com os líderes locais. Nesse período, Castro Castelo estava ligado politicamente ao grupo dos Gomes de Freitas, e o Deputado Idemar Citó, opositor desse grupo, se articulou com um ex-aliado dos Gomes de Freitas, Sousa Bastos, com os vereadores e com membros da burocracia do TCM e conseguiu afastar Castro Castelo. No ano de 1995, quem assumiu interinamente o cargo de prefeito foi o vice Marcos Aurélio. Posteriormente, em 1996, o Presidente da Câmara dos Vereadores, Luiz Tomaz Dino, assumiu o cargo.

Na matéria ainda citada, consta que em sua primeira administração (1982 a 1988) Castro Castelo teve suas contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, na época Conselho de Contas dos Municípios (CCM), por três anos consecutivos, o que já implicou em desgaste político.

Em uma matéria⁹⁵ paga publicada no O Povo em dezembro de 1994 temos uma mensagem de Castro Castelo aos tauaenses como forma de se defender das inúmeras críticas que sua administração vinha sofrendo, como vemos na próxima página.

⁹⁵ Tauá, 1994.

Nossa Administração nestes dois anos iniciais de um mandato livre e soberano que o povo nos confiou. Entendo que todos os tauaenses precisam tomar conhecimento dos atos de seu Gestor Municipal. Foram dois anos extremamente difíceis porque tivemos que enfrentar além dos problemas comuns a todos as administrações, como poucos recursos e falta de apoio dos governos federal, e estadual, a *teimosia de alguns políticos adversários em não se conterem com o resultado do último pleito municipal*, procuraram desvirtuar os rumos do nosso trabalho. Apesar disso, o nosso pensamento é continuar levando os benefícios a população, principalmente os mais humildes, os que não têm padrinho político, voz e vez. Até o último dia de mandato iremos continuar neste firme propósito (grifo nosso).

Nessa passagem, percebemos que Castro Castelo busca prestar contas à comunidade. Logo depois desse texto assinado pelo prefeito, consta uma tabela informando os nomes das pessoas que participam da administração, os nomes dos secretários e as obras realizadas pela prefeitura. É interessante observar a expressão “alguns políticos adversários em não se conterem com o resultado do último pleito municipal”, denúncia implícita à atuação de políticos que se articulava para afastar o prefeito da administração. Outro aspecto a destacar é a crítica que Castro Castelo fez a ideia de apadrinhamento político, colocando-se como um político que beneficia os pobres em detrimento dos acordos políticos.

Castro Castelo, após seu afastamento da prefeitura, passou então a estruturar seu próprio grupo político. Assim, instalou um diretório do PPB em Tauá, conseguindo a filiação de quatro vereadores, articulou-se politicamente com o deputado federal Edson Queiroz Filho, do Partido Progressista (PP). Nas eleições de 1996, Castro Castelo apoiou a candidatura para prefeito do ex-vereador Francisco Cidrão Bezerra (PPB), candidato que conseguiu apenas 25,56% dos votos válidos, ficando em último lugar na disputa pelo Executivo municipal.

Nas eleições de 1998, Castro Castelo candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo PPB, mas não foi eleito. No total, conseguiu 8.246 votos, sendo 55,26% desses votos em Tauá (4.557 votos) e 23,19% em Fortaleza (1.913 votos). Nos outros municípios da região dos Inhamuns, conseguiu poucos votos: 437 votos em Aiuaba, 195 votos em Arneiroz, 77 votos em Parambu, 33 votos em Catarina e 11 em Saboeiro, o que indica pouca articulação política.

Nas eleições de 2000, desta feita em articulação política com Idemar Citó (PSDB), Castro Castelo candidata-se ao posto de prefeito pelo PPB, tendo como vice o empresário Mário Feitoza (PSDB), que era ligado ao grupo de Idemar Citó e Chiquinho Feitosa. Novamente Castro Castelo não foi eleito e, após essa derrota, retira-se da política.

O segundo líder político a ser apresentado é José da Costa Leitão Lima, Zé Lima, técnico de contabilidade, proprietário rural e pertencente a uma família que não possuía envolvimento com a política local.

Ligado ao grupo de Júlio Rêgo, é por três eleições consecutivas (1966, 1970 e 1972) eleito vereador pela ARENA. Nas eleições de 1976, é candidato a vice-prefeito de Júlio Rêgo pela ARENA, mas não foi eleito. Nas eleições de 1982, é eleito vereador pelo PDS. Em 1988, apoiado por Júlio Rêgo, é eleito prefeito pelo PMB⁹⁶, tendo como vice o Secretário de Administração do então prefeito Castro Castelo, Agildo Pereira Nogueira (PDC). Nas eleições de 1992, buscando estruturar seu grupo político, apoiou o médico João da Luz para ser seu sucessor, mas este não é eleito. Em 1996, agora fazendo parte do grupo político dos Gomes de Freitas, candidatou seu filho, Luis Quintino Leitão (PFL), para ser vice-prefeito de Patrícia Aguiar (PMDB), mas não foi eleito. Depois dessa articulação política fracassada, Zé Lima deixa de candidatar-se a cargos eletivos e passou a não mais participar da política local.

Cabe ressaltar que Zé Lima, buscando estruturar seu grupo político, apoiava deputados estaduais que não tinham os Inhamuns como base política. O objetivo de Zé Lima era conseguir apoio com outros políticos para que assim conseguisse organizar seu próprio grupo, visto que os deputados hegemônicos em Tauá não o fortaleceriam ao ponto de torná-lo um chefe político independente. Zé Lima era ligado ao ex-governador Aduino Bezerra e votava nos deputados estaduais apoiado por este. Apoiou o deputado Roberto Pessoa (PFL) nas eleições de 1994 a 2002.

Por último, destaco a trajetória política de João Antônio da Luz. Este, natural do município de Picos, no estado do Piauí, estudou medicina na Universidade Federal do Ceará e, em seguida, atuou como médico residente em hospitais de Fortaleza. Em uma desses atendimentos médicos, conheceu Castro Castelo, então vereador de Tauá. Estabeleceu um contato mais próximo com a família de Castro Castelo, chegando a namorar sua filha, e foi convidado a trabalhar em Tauá.

Em 1979 passou a atuar como médico do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), oportunidade em que visitou todo o município. Nas eleições de 1982, atuou ao lado de Castro Castelo, então candidato a prefeito pelo PDS. A atuação política de João da Luz nessa campanha e, em seguida, sua promoção como Secretário de Saúde na administração de Castro Castelo (1982-1988) fez com que este se tornasse uma

⁹⁶ Com a crise política dentro do PMDB, como foi abordado no capítulo II, Tasso Jereissati fundou o PMB no Ceará para agregar seu grupo político que concorria às eleições municipais de 1988. O PMB funcionou como uma sublegenda do PMDB, utilizada como estratégia política para abrigar políticos do interior sem condições de ingressar no PMDB. O PMB conseguiu eleger 8,9% dos 178 prefeitos no Ceará e o PMDB elegeu 33,7%, inclusive a prefeitura de Fortaleza. O “governo das mudanças” conseguiu eleger Ciro Gomes, deputado estadual do PMDB e líder do governo na Assembleia, como prefeito de Fortaleza, substituindo Maria Luíza Fontenele do PT.

liderança política local. Nas eleições municipais de 1988, foi cotado para ser candidato a vice de Zé Lima (PMB), então apoiado por Castro Castelo, mas recusou o convite.

Nas eleições de 1992 é indicado pelo então prefeito Zé Lima para ser seu sucessor. Apesar de não ter sido eleito, sua candidatura o fortaleceu politicamente, fazendo com que seu nome ficasse conhecido em todo o município. Nas eleições de 1996, os deputados estaduais Júlio Rêgo e Domingos Filho o procuraram para que este fosse candidato dos seus respectivos grupos políticos. Domingos Filho ofereceu o cargo de vice prefeito e Júlio Rêgo o de prefeito. Assim, apoiado por Júlio Rêgo e Idemar Citó, João da Luz candidata-se a prefeito pelo PDT, tendo como vice o médico e primo de Júlio Rêgo, Roney Gonçalves.

A administração de João da Luz (1997-2000), assim como a do seu antecessor Castro Castelo, foi marcada por um período de instabilidade política. Novamente, os deputados estaduais, buscando poder e influência no Executivo em Tauá, passaram a recorrer a órgãos e instituições que desestabilizassem o prestígio político do prefeito que não os apoiasse.

Nas eleições de 2000, João da Luz tentou a sucessão pelo PMN, tendo como vice o seu Secretário da Agricultura, Bartolomeu (PT). Derrotado, não mais se candidatou a cargos eletivos, apenas apoiando a candidatura de sua esposa ao cargo de vereadora pelo PMN, Williana Bezerra, que foi eleita em 2004 e 2008.

Assim, percebemos que entre os anos de 1993 a 1999 temos em Tauá um período de instabilidade política em que os deputados estaduais, buscando controlar politicamente o poder Executivo do município, passaram a utilizar outras armas políticas. Houve, assim, um período de judicialização da política em Tauá em que os deputados estaduais, recorrendo a influências políticas no TCM, denunciavam o prefeito quando este não fazia parte do seu grupo político.

Além disso, percebemos que os três líderes políticos locais não conseguiram se projetar como lideranças autônomas do prestígio político dos deputados estaduais. Como foi ressaltado anteriormente, nas atas da Câmara Municipal de Tauá no período de 1992 a 2000, percebemos que o Executivo de Tauá não exercia um poder de agenda no Legislativo, pois poucas são as mensagens que o prefeito enviou para a Câmara. Na sua grande maioria, as mensagens à Câmara Municipal eram enviadas pelos deputados estaduais hegemônicos em Tauá, que solicitam aos vereadores a aprovação de alguma obra conseguida pelos deputados.

Assim, como o município possui pouco recurso financeiro e grande parte deste está comprometida com o pagamento da máquina administrativa que consome a maior parcela

do orçamento do município, resta apenas aos convênios e as transferências de recursos federais e estaduais a função de custear os investimentos no município. Considerando que esses convênios e recursos são obtidos através de articulação dos políticos, os deputados, que ocupam posições estratégicas na rede política, tornam um elo para que os prefeitos busquem esses recursos no Estado. Resta assim pouca margem de manobra para os prefeitos conseguirem recursos do governo por articulação própria e não por influência de algum deputado.

Percebe-se que ser prefeito de Tauá possibilita ao líder político local reduzido acúmulo de capital político próprio, pois as verbas e os recursos são obtidos por intermédio dos deputados. Dessa forma, sem o apoio de um dos deputados estaduais hegemônicos em Tauá não é fácil eleger-se prefeito e, mais ainda, fazer uma boa gestão.

Após a retirada política desses líderes locais, Idemar Citó se candidatou ao posto de prefeito em 2004, competindo com a então prefeita Patrícia Aguiar. Idemar Citó não foi eleito, implicando em redução do seu capital político no município.

Após o quase aniquilamento político de Idemar Citó em Tauá, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão assume a liderança da oposição no município. Ronaldo César, médico oftalmologista, possui uma família com tradição na política local. Acumulando prestígio pessoal ao oferecer serviços à comunidade, desde o atendimento gratuito em sua clínica ao fornecimento de carro para transporte de seus eleitores, Ronaldo César credencia-se para ingressar na política de Tauá

A trajetória de Ronaldo César é marcada pela passagem por vários partidos políticos, como veremos. Em 1992 apoiava a candidatura do sucessor do prefeito Zé Lima (PFL), o médico João da Luz (PDC), e foi eleito vereador pelo PFL. Durante o seu mandato passou a fazer parte do grupo político de Idemar Citó (PSDB), filiando-se ao PSDB, partido pelo qual foi eleito vereador em 1996, sendo inclusive indicado como Secretário de Saúde do município em 1999. Em 2000, filiado ao PL, partido liderado pelo grupo político dos Gomes de Freitas, elege-se novamente vereador. Sendo vereador governista, foi eleito Presidente da Câmara Municipal no biênio 2001-2002. Nas eleições de 2004, foi eleito novamente vereador pelo PMDB, partido da prefeita Patrícia Aguiar (PMDB). Posteriormente, após a união entre Idemar Citó e Domingos Filho, rompeu com o grupo dos Gomes de Freitas e se candidatou a prefeito em 2008 pelo PDT. Apesar de não ter sido eleito e de contar com uma aliança política

reduzida⁹⁷, Ronaldo César conseguiu no total 13.887 votos (48,98% dos votos válidos) contra 17.685 de seu oponente.

Dessa forma, a oposição ao poder político dos deputados estaduais hegemônicos em Tauá no período que vai de 1992 a 2000 é caracterizada pela representação política de lideranças locais que, ao assumirem o poder Executivo em Tauá, buscaram estrategicamente consolidar seu grupo político, tentando, inclusive, eleger o sucessor sem o apoio político dos deputados estaduais. Porém, pelo fato dessas lideranças locais não possuírem capital político externo ao município e por estarem divididas na busca de prestígio político, não conseguiram consolidar uma terceira via na política local em Tauá.

No período posterior ao ingresso dessas lideranças locais na disputa por cargos eletivos, Idemar Citó, que estava perdendo espaço político para Domingos Filho, buscou retomar seu prestígio político e se candidatou a prefeito em 2004. A derrota nessa eleição e o seu afastamento do “dia a dia do município” fez com que seu capital político se reduzisse ainda mais, sobretudo após o acordo político que estabeleceu com Domingos Filho em 2008. Posteriormente, quem assumiu o espaço vazio deixado por Idemar Citó foi Ronaldo César, vereador que anteriormente era ligado a Domingos Filho.

3.5 Governo estadual

Procuramos analisar de que forma Domingos Filho e Idemar Citó se relacionavam com o poder estadual e de que maneira essa relação política era contabilizada em votos para esses deputados.

O período estudado, de 1994 a 2010, é caracterizado pela consolidação e posterior declínio do que se intitulou de “Era Tasso”⁹⁸ (1986-2002). Em seguida temos a gestão de Lúcio Alcântara (2003-2006), entendida como etapa de transição que culminou com a vitória de Cid Gomes (PSB), eleito governador em 2006 e re-eleito em 2010.

⁹⁷ A coligação de Ronaldo César contava com quatro partidos: PPS/PDT/PR/DEM; enquanto a do seu oponente, Odilon Aguiar, contava com quatorze partidos: PMDB/PSB/PSDB/PT/PRB/PCdoB/PSL/PMN/PTB/PHS/PSDC/PV/PSC/PP.

⁹⁸ Existem inúmeras análises teóricas sobre a “Era Tasso”, entre elas citamos: Lemenhe (1995), Parente (1989/1990, 1992, 1998, 2000a, 2000b, 2001 e 2002) e Abu-El-Haj (2002, 2003, 2005) que abordaram o processo histórico de declínio da hegemonia dos três coronéis do exército (Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) e a ascensão dos empresários no poder; Carvalho (1998, 2001, 2003 e 2004), Barreira (1992, 1998 e 2002) e Diógenes (2002) que analisam o uso do marketing nas campanhas eleitorais e os recursos simbólicos acionados para a construção do capital político desse grupo; Braga (1991), Barreira (1991), Beserra (1994), Martins (2002) e Carleial (2000) que investigaram a relação desse grupo com os movimentos sociais; Gondim (1994, 1998 e 2000), Costa (2003 e 2005) e Nobre (1999) que analisaram as mudanças na condução da máquina burocrática do Estado (NOBRE, 2008).

Tasso Jereissati, que governou o Ceará de 1987 a 1990, foi eleito novamente governador em 1994 e re-eleito em 1998. Nos dois últimos mandatos, o partido do governador, no caso o PSDB, conseguiu eleger as maiores bancadas de deputados estaduais. Na tabela da página seguinte, temos o número de parlamentares eleitos pelo partido do governador, no período de 1986 a 1998, indicando, assim, a hegemonia eleitoral do grupo governista conquistada nos dois últimos mandatos.

TABELA 5 - Número de Deputados Estaduais eleitos no Ceará pelo PMDB em 1986 e pelo PSDB de 1990 a 1998

Ano da eleição	Partido	Deputados Estaduais eleitos
1986	PMDB	24 - 52,2%
1990	PSDB	18 - 39,1%
1994	PSDB	20 - 43,5%
1998	PSDB	21 - 45,7%

Fonte: TRE-CE apud Nobre (2008).

Analisando a tabela da página acima, percebemos que o partido que abrigava o governador, seja Tasso Jereissati (1986-1990/1995-1998/1999-2000) ou Ciro Gomes (1991-1994), este conseguiu eleger as maiores bancadas na Assembléia Legislativa. Na eleição de 1986, o PMDB conseguiu sozinho mais de 50% da bancada estadual. No entanto, como foi abordado no capítulo anterior, devido ao conflito dentro do PMDB, Tasso Jereissati não contou com a maioria da bancada, pois nesse período vários políticos do PMDB, inclusive Antônio Câmara, passaram a fazer oposição a Tasso. Vale ressaltar que o maior número de deputados do PMDB em 1986 explica-se pela força deste partido na fase de transição democrática.

Nas eleições seguintes, o PSDB conseguiu eleger a maior parte da bancada. Em 1994, o PSDB, como vemos na tabela, conseguiu eleger 20 deputados estaduais. Posteriormente, esse partido aumentou sua bancada com a adesão de dois deputados: Idemar Citó, que era filiado ao PDT há um ano, e Tomaz Rocha, que era do PMDB. Assim, a bancada do PSDB foi ampliada para 47,8%. Em matéria do O Povo⁹⁹, “Idemar Citó aponta a ligação com Lúcio Alcântara para explicar” sua filiação ao PSDB.

Com essa filiação ao PSDB, Idemar Citó passou efetivamente a compor o grupo político de Tasso Jereissati. Assim, foi beneficiado por variados projetos e convênios do Estado, oportunidade em que consolidou e ampliou sua base política. Idemar Citó ocupou, inclusive, cargos na Assembleia Legislativa, como: segunda secretaria na Mesa Diretora

⁹⁹ Rocha, 1995.

(1995-1996), vice-líder do PSDB (1997-1998); vice-líder do Governo (1999-2000; 2001-2002).

No segundo governo Tasso Jereissati (1995-1998), de acordo com Bonfim (2002), buscava-se no âmbito econômico desenvolver projetos estruturantes, como a integração do desenvolvimento industrial com o objetivo de levar indústrias para mais de quarenta municípios do interior. O objetivo era desenvolver uma gestão econômica, com políticas modernas e racionais e investimento na economia do Estado, uma modernização via mercado. No âmbito político, tentou-se implantar uma administração pública aberta à penetração de mecanismos de participação popular, por intermédio dos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável (CDS)¹⁰⁰.

Segundo Nobre (2008), nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, o grupo tassista apoiou-se cada vez mais nos segmentos oligárquicos e nos clãs políticos familiares. Na perspectiva de Bonfim (2002, p. 57), com a derrota eleitoral em Fortaleza nas eleições de 1992 e 1996¹⁰¹, setores mais conservadores do governo, localizados na Secretaria de Governo, ocupado pelo empresário Assis Machado Neto, e no gabinete do Governador, reorientam as suas ações no sentido de consolidar o grupo tendo como base o interior do estado, com vistas à eleição estadual de 1998.

À época, estava em vigor um programa regional de combate à pobreza rural no Nordeste, caracterizado por implantar obras de infraestrutura (eletrificação rural, construção de pequenos açudes, compras de tratores etc.). Como o autor comenta:

Assim, pelo volume de recursos envolvidos e a posição estratégica do programa no contexto da intervenção do governo estadual no interior, o Projeto São José deveria a partir dali construir-se em instrumento político de construção e consolidação de apoios das lideranças interioranas. (BONFIM, 2002, p. 58)

Dessa forma, com um projeto como o São José, que envolvia recursos em uma área com bastante liquidez na transformação em votos, tornou-se fácil cooptar lideranças interioranas. Nos Inhamuns, esse projeto foi liderado por Idemar Citó. Em matéria do Diário

¹⁰⁰ Essa busca pela participação popular era uma exigência do Banco Mundial.

¹⁰¹ O candidato do PSDB à prefeitura de Fortaleza em 1992, Assis Machado Neto, conseguiu apenas 26,22% dos votos nominais (177.443 votos), enquanto seu oponente, Antônio Cambraia (PMDB) foi eleito com 55,37% dos votos nominais (374.600 votos). Nas eleições de 1996, a candidata do PSDB, Maria do Perpetuo Socorro, foi apenas a terceira mais votada com um percentual de 10,37% dos votos nominais (85.293 votos), enquanto Juraci Magalhães (PMDB) foi eleito com 63,25% dos votos nominais (520.074 votos). Além disso, o PSDB elegeu apenas 4% dos vereadores, enquanto o PMDB elegeu 30%.

do Nordeste¹⁰², temos uma ideia da dimensão dos recursos que esse programa movimentava, como vemos abaixo:

Aconteceu, ontem, em Tauá, a liberação de recursos do Projeto São José, que serão aplicados em fábrica de queijo, indústria de doces, rede de abastecimento d'água, num total de R\$: 103.448,00. (Diário do Nordeste, Projeto São José).

Dessa forma, Idemar Citó (PSDB) pôde consolidar seu grupo político nos Inhamuns. O mesmo não aconteceu com Domingos Filho (PMDB), que não era deputado da base governista. Como comentou seu assessor:

Uma coisa é ser deputado da oposição, outra coisa é ser deputado da situação. Enquanto ele esteve na oposição ele tinha um relacionamento muito bom com os deputados estaduais, mas era difícil conseguir projetos, Projeto São José, recursos para aqueles municípios. Depois que ele passou para o governo, passou para o governo não, foi junto com Cid Gomes desde o primeiro mandato, é que ele teve mais condições de trabalho, condições de levar recursos, condições de angariar projetos para os seus municípios (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Domingos Filho tinha uma boa relação política com seus pares, sempre ocupando cargos na mesa diretora do parlamento estadual: foi duas vezes segundo vice-presidente, uma vez terceiro secretário e duas vezes quarto-secretário. No entanto, a obtenção de verbas estaduais através de projetos e emendas parlamentares era mais difícil. Por conta disso, Domingos Filho focou sua atuação política para conseguir eleger o Executivo de Tauá, como foi abordado anteriormente.

Na gestão de Lúcio Alcântara (2002-2006), Idemar Citó, pela proximidade com o governador, pôde angariar recursos para sua base eleitoral, realidade não acessível a Domingos Filho. Este só pode contar com a obtenção de recursos estaduais na gestão Cid Gomes (2005-2008). Nesse período, a atuação política de Domingos Filho se modificou, como explica seu assessor:

Trabalho bem diversificado, desde atender as lideranças que votam e que também não votam com ele, daquele trabalho hoje. Porque antes ele era oposição ao governo, sempre foi oposição. Depois da eleição de Cid Gomes aí passou um novo estilo de trabalho, como: levando os pleitos, as solicitações dos prefeitos, das lideranças, das associações comunitárias, procurando angariar recursos para aqueles municípios em que ele representava como deputado estadual, acompanhando os prefeitos em audiências com o Governador. Foi um trabalho bem diversificado (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

¹⁰² No jornal, a data da matéria não vinha especificada.

Nas eleições em Tauá, o candidato apoiado por Idemar Citó para o cargo de governador, que era candidato governista, sempre conseguia mais votos que o apoiado por Domingos Filho. Nas eleições de 1994, Tasso Jereissati (PSDB), apoiado por Idemar Citó (PDT), conseguiu um total de 50,45% (11.078 votos) dos votos válidos, enquanto Juraci Magalhães (PMDB), tendo como vice um político da região, Antônio Câmara (PMDB), e sendo apoiado por Domingos Filho (PMDB), obteve apenas 44,45% (9.761 votos). Em 1998, Tasso Jereissati sendo candidato a reeleição conseguiu 46,27% dos votos (7.553 votos), percentual aproximado do atingido pelo candidato apoiado por Domingos Filho, Gonzaga Mota (PMDB), que conseguiu 45,10% (7.362 votos).

Em 2002, o candidato a governador apoiado por Idemar Citó (PSDB), Lúcio Alcântara (PSDB), conseguiu 54,69% dos votos (12.449 votos), percentual bem superior ao obtido pelo candidato apoiado por Domingos Filho, Wellington Landim (PSB), que conseguiu apenas 25,23% dos votos válidos (5.742 votos).

A escolha do nome de Lúcio Alcântara pode ser um indicativo do esgotamento do ciclo de poder da Era Tasso, pois esse, apesar de não ser inteiramente afinado ao projeto do CIC, era o mais viável eleitoralmente (CARVALHO, 2004).

Nas eleições de 2006, esse padrão foi modificado. Os dois candidatos mais fortes ao governo do estado eram: Lúcio Alcântara (PSDB), então governador, e Cid Gomes (PSB), ex-deputado estadual (1991-1994; 1995-1996) e ex-prefeito de Sobral por dois mandatos consecutivos (1997-2004), elegendo, inclusive, o seu sucessor, Leônidas Cristino (PPS), em 2004. Nessa disputa, Tasso Jereissati, então senador pelo PSDB, apoiou informalmente Cid Gomes, contribuindo assim para a ascensão eleitoral deste. Além disso, Cid Gomes contava com uma coligação partidária vasta, com nove partidos ao todo¹⁰³ e com o apoio do presidente Lula (PT), o que lhe rendeu êxito nessa campanha.

Domingos Filho, percebendo a possibilidade de ser eleito deputado governista, apoiou Cid Gomes, sendo seu principal cabo eleitoral na região dos Inhamuns. Além disso, trabalhando pela eleição de Cid Gomes, Domingos Filho estaria pondo fim à influência política de Idemar Citó no governo estadual. Nessa eleição, Cid Gomes conseguiu em Tauá 72,95% dos votos nominais (20.159 votos), enquanto Lúcio Alcântara apenas 26,21% (7.243 votos).

Domingos Filho, apresentando uma excelente votação (65.370 votos), foi o terceiro deputado estadual mais votado em todo o estado. Desempenhou um importante papel

¹⁰³ Os partidos eram: PSB, PT, PCdoB, PMDB, PRB, PP, Partido Humanista da Solidariedade (PHS), PMN e PV.

de angariar votos para Cid Gomes nas eleições, sendo eleito Presidente da Assembleia para o biênio 2007-2008.

No cargo de Presidente da Assembleia, Domingos Filho cumpriu um importante papel de articulador político de Cid Gomes no Legislativo. Domingos Filho acompanhava constantemente o governador em visitas aos municípios. Por esse papel de articulação política, Domingos Filho permaneceu no cargo no biênio seguinte (2009-2010).

O apoio político de Cid Gomes rendeu a Domingos Filho verbas e projetos para Tauá, tais como: agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), usina solar, agência do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), aeroporto, construção de uma policlínica e de um laboratório central, posto do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), sede do Comando de Policiamento Rodoviário (CPRV) e a construção de uma pista de “Skate” na praça principal do município.

Em matéria¹⁰⁴ publicada no Diário do Nordeste, temos a informação que das cidades do interior do Ceará, Tauá foi o município que firmou maior número de convênios federais em 2009, no total de 256 convênios. Esse dado demonstra o poder de barganha dos gestores e lideranças municipais na disputa por recursos e investimentos federais. Domingos Filho também conseguiu verbas e convênios com o governo estadual.

Domingos Filho, aliado do presidente estadual do PMDB no Ceará, deputado federal Eunício Oliveira, capitalizou a indicação de sua esposa, Patrícia Gomes de Aguiar, Secretária de Turismo na prefeitura de Fortaleza. Esse acordo foi costurado em uma coligação envolvendo PT-PMDB-PCB e outros partidos nas eleições municipais em Fortaleza para reeleger Luiziane Lins (PT) em 2008.

Na gestão Cid Gomes (2007-2010), Idemar Citó não teve acesso às verbas e recursos estaduais, sobretudo porque na condição de suplente assumiu o cargo de deputado apenas em 2008, restando para ele pouco espaço de atuação política. Em 2009, Idemar Citó se candidata à presidência da Federação Cearense de Futebol (FCF).

Cabe ressaltar que o interesse em disputar esse cargo não se refere apenas à influência política e à visibilidade no futebol cearense, mas ao grande volume de verbas que a entidade movimentará, sobretudo depois que Fortaleza foi anunciada entre as sedes dos jogos da Copa de 2014.

¹⁰⁴ Para mais informações ver matéria do Diário do Nordeste: Sobral (2010).

3.6 Governo federal: relações com deputados federais e a máquina burocrática

A relação que foi estabelecida entre deputados estaduais e deputados federais no período pós-redemocratização foi modificada, sobretudo após a constituição de 1988, que permitia a participação do poder Legislativo na elaboração do orçamento da União.

Ao analisamos as constituições brasileiras, percebemos que a participação do Legislativo na elaboração do orçamento apresenta um movimento cíclico, como comenta Bezerra (1999, p. 51):

Os parlamentares ora têm assegurado o direito de participar efetivamente de sua discussão e elaboração, isto é, definir onde e de que modo deverá ser aplicada parcela dos recursos públicos, ora são destituídos dessa prerrogativa.

Na Constituição de 1988, o Congresso galgou poderes na elaboração do orçamento. Criou-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os parlamentares puderam, a partir do exame da proposta orçamentária do Executivo, apresentar emendas para o orçamento da União. Os recursos utilizados para a elaboração das emendas parlamentares são oriundos de uma parcela do recurso do orçamento da União, que corresponde a uma média de 2% do total.

A partir desses 2%, os parlamentares têm direito para propor suas emendas individuais e coletivas, envolvendo negociações entre os parlamentares e suas bases eleitorais. Bezerra (1999), em estudo sobre a atuação dos parlamentares orientada para a liberação de recursos federais, informa que, embora os parlamentares desempenhem uma atribuição formal - como discutir e propor leis e controlar o poder Executivo -, muitos parlamentares orientam suas ações para o atendimento de pedidos de caráter particularista (solicitação de emprego, internações hospitalares) de suas bases eleitorais.

Como foi observado no capítulo anterior, o candidato a deputado federal se articula com um grupo de candidatos a deputado estadual pertencentes a diversas regiões do estado, estabelecendo com eles acordos políticos. Esses acordos, conhecidos no meio político como “dobradinhas”, permitem o compartilhamento entre eles dos votos obtidos na região. Assim, forma-se uma teia em que o deputado federal consegue votos através da articulação com os deputados estaduais, estes por sua vez angariam votos através de prefeitos, vereadores ou lideranças das oposições em âmbito municipal. Como ressalta Ames (2003, p. 64):

[...] formam-se “dobradinhas” nas quais o candidato a deputado federal paga o material de campanha de candidatos a deputados estaduais cujas bases estão em

regiões distantes. Em retribuição, o candidato à assembleia estadual pede aos eleitores que votem no seu benfeitor para Câmara Federal.

Essa relação entre deputado federal e deputado estadual pode ser estritamente momentânea e mercadológica, com o deputado federal financiando a campanha do deputado estadual em troca da “dobradinha” no período eleitoral, sem que sejam mantidos contatos com a região ou com o deputado.

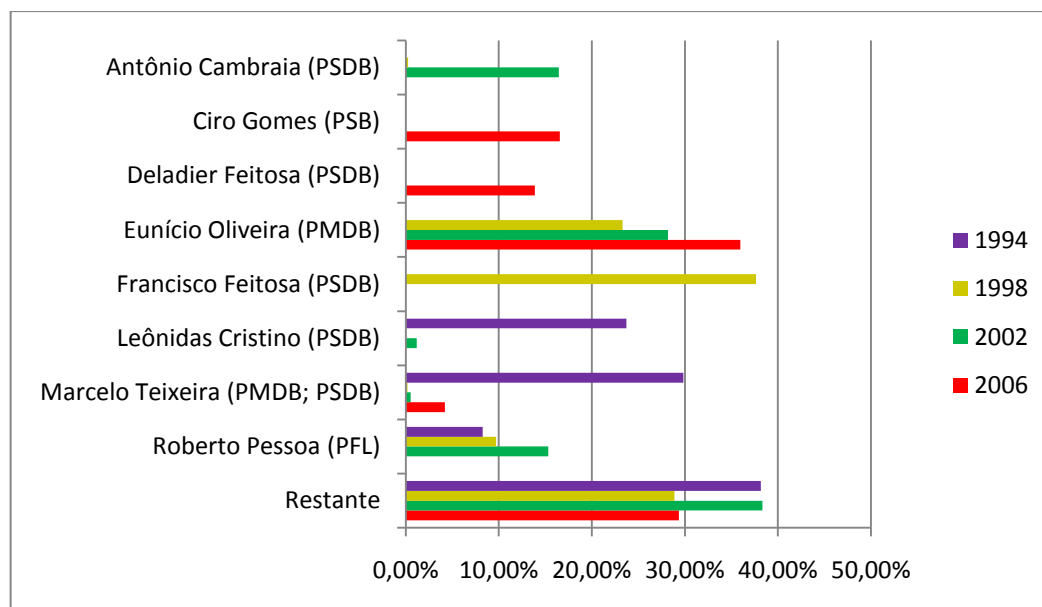
Em outros casos, o deputado federal pode ter uma relação mais estreita e duradoura com os deputados estaduais, favorecendo à região e aos seus deputados emendas parlamentares. Essa rede de apoio mútuo pode, inclusive, se sobrepor a própria organização partidária, pois muitas vezes essas “dobradinha” acontecem entre deputados que possuem partidos diferentes e até de coligações diferentes.

Na região dos Inhamuns, durante o período de 1994 a 2006, apenas um integrante da elite política da região foi eleito deputado federal, o empresário Francisco Feitosa (Chiquinho Feitosa), eleito em 1998.

Quanto à eleição para deputado federal, durante as quatro eleições de 1994 a 2006, assim como de 1974 a 1990, não tivemos uma continuidade na votação desses candidatos em Tauá. Apenas dois deputados federais foram votados em três eleições: Eunício Oliveira (PMDB), que foi apoiado por Domingos Filho em 1998, 2002 e 2006; e Roberto Pessoa (PFL), que foi apoiado pelo ex-prefeito Zé Lima em 1994, 1998 e 2002.

Os candidatos a deputado federal de Idemar Citó foram sempre diferentes ao longo dessas eleições, mas sempre filiados ao PSDB, mesmo quando este era ligado ao PDT: em 1994 apoiou Leônidas Cristino (PSDB); em 1998, Chiquinho Feitosa (PSDB); em 2002, Antônio Cambraia (PSDB); e em 2006, Deladier Feitosa (PSDB), como veremos no gráfico localizado na página seguinte.

GRÁFICO 8 - Porcentagem de votos para Deputado Federal em Tauá (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

Observando o gráfico, percebemos que a eleição para deputado federal concentra menos votos do que a eleição para deputado estadual, isso pelo fato dos deputados estaduais serem mais próximos à população local e exercerem uma hegemonia política na região. Os deputados federais que mais concentraram votos foram Francisco Feitosa (PSDB) em 1998, pelo fato de ser natural de Tauá, conseguindo 37,66% dos votos nominais; e Eunício Oliveira (PMDB) em 2006, apoiado por Domingos Filho (PMDB), apresentando um total de 35,97% dos votos nominais. Enquanto os dois deputados federais mais votados em cada eleição apresentaram uma média de totalização de votos em torno de 52,00%, os deputados estaduais Domingos Filho e Idemar Citó, nesse período, apresentaram uma média de 80,00%.

Nesse gráfico, ao analisar a votação desses deputados federais ao longo das eleições de 1994 a 2006, percebemos que quando esses candidatos não recebem o apoio de alguma liderança política local, eles conseguem poucos votos no município. Nesse caso, temos a votação obtida por Leônidas Cristino: em 1994, quando era apoiado por Idemar Citó, conseguiu em Tauá 23,72% dos votos válidos; nas eleições de 2002, quando não foi apoiado por nenhuma liderança política, obteve apenas 1,18% dos votos nominais. Um caso que foge à regra é a votação obtida por Roberto Pessoa (PFL) em 2006 em Tauá, pois, sem contar com o apoio de nenhum político local, conseguiu 16,56% dos votos nominais no município. Cabe ressaltar que a candidatura de Roberto Pessoa segue um padrão de disputa majoritária na qual os votos são angariados em todas as regiões.

Essa votação obtida por Ciro Gomes em Tauá é atribuída pelo fato desse candidato apresentar um capital político consolidado¹⁰⁵. Além disso, Ciro Gomes é conhecido pela população local, o que faz com que consiga obter votos sem necessitar da intermediação de deputados estaduais ou lideranças locais. Cabe ressaltar que Ciro Gomes foi o segundo deputado federal com maior votação no Brasil, 667.830 votos, 17,81% dos votos nominais no estado do Ceará, perdendo apenas para Paulo Maluf (PP), que obteve um total de 739.827 votos, 4,10% dos votos nominais no estado de São Paulo.

As relações estabelecidas entre os deputados estaduais e os deputados federais nesse período de 1994 a 2006 estavam baseadas nas trocas de emendas parlamentares, acordos e convênios do governo federal, via deputado federal, por votos. Matéria do Diário do Nordeste registra essa relação:

O deputado federal Roberto Pessoa participou recentemente da convenção do Partido da Frente Liberal (PFL) em Tauá. Ele anunciou a vinda de uma escola profissionalizante para o município via Governo Federal.¹⁰⁶

Roberto Pessoa (PFL) foi votado no município em todas as eleições que se candidatou à Câmara dos Deputados, sempre apoiado pelo ex-prefeito Zé Lima (PFL). Na matéria, percebemos que, ao participar da convenção do seu partido em Tauá, o deputado anunciou obras e recursos que conseguiu para o município. É como se disse: “recebo votos desse município porque consigo angariar obras e recursos para ele”.

Assim, esses deputados federais costumam retribuir aquelas lideranças locais e suas bases pelos votos obtidos, apresentando emendas parlamentares dirigidas àquelas áreas em que obtiveram resposta eleitoral.

Bezerra (1999, p. 70) observa que se essa prática é qualificada por setores intelectuais e das classes médias como tradicional e atrasada, mas do ponto de vista dos eleitores e das lideranças locais, ela é associada à competência do parlamentar:

E se a aprovação de emendas é uma demonstração do poder do parlamentar, a incapacidade para obter os recursos é, ao contrário, interpretados pelos prefeitos como falta de poder e “ineficiência”. A ineficiência política coincide, desse modo, com uma ineficiência em matéria orçamentária, isto é, para obter os recursos federais.

¹⁰⁵ Ciro Gomes foi deputado estadual (1983-1986; 1986-1989), prefeito de Fortaleza (1989-1990), governador do Ceará (1991-1994), Ministro da Fazenda (1994-1995), candidato a presidência da República em 1998 e 2002 pelo PPS, Ministro da Integração Nacional (2003-2006) e deputado federal (2007-2010).

¹⁰⁶ No jornal Diário do Nordeste pesquisado não constava a data dessa matéria.

3.7 Padrão de conquista de votos

Um dos aspectos a destacar na análise da trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó é o peso do contexto de transição política vigentes no âmbito federal e estadual. Antigos dirigentes sofreram constrangimentos no cenário de redemocratização e novos sujeitos despontam e concorrem para ocupar espaço na política cearense.

Embora o processo de redemocratização tenha se iniciado na década de 1980, somente na década de 1990, e, sobretudo, após Domingos Filho e Idemar Citó assumirem o posto de deputados estaduais, é que percebemos os reflexos da redemocratização na política em Tauá. Isso ocorre pelo fato desses deputados, por serem neófitos na vida pública, apreendem e sentem com mais força as novas regras para a entrada do campo político.

Antônio Câmara e Júlio Rêgo, por serem socializados em outro processo histórico-político, tendem a aplicar as mesmas regras “tradicionalistas” na condução da política, que já não têm a mesma eficácia. Essa desconexão de tempo/espaço pode ser percebida no argumento utilizado pelos dois deputados para justificarem suas desistências de disputarem cargos eletivos. O argumento utilizado é, sobretudo, a entrada de dinheiro nas campanhas eleitorais, o que encareceria a obtenção do mandato. Como comenta Antônio Câmara sobre a sua derrota nas eleições de 1996 para prefeito de Quiterianópolis:

Perdi primeiro que não ia botar meu patrimônio numa campanha. Reuni os vereadores. Eu vi que a coisa tava... Dinheiro do governo, dinheiro de empreiteiro. Eu reuni os vereadores e os candidatos aí digo: “o que vocês acham disso?” “Doutor a situação não tá boa não. Eu não tenho nada para dar e o adversário tem tudo: tem bola de arame, tem tijolo, tem tudo. Eu não tenho”. Eu digo: “o que vocês acham que a gente deve fazer? O que você calculam que precisa para a gente enfrentar isso?” “Aí cada um disse abertamente: olha eu preciso de tanto, preciso de tanto, de tanto, de tanto...”. Aí eu somei e tinha que vender ou um apartamento ou uma fazenda. Eu digo, quer saber de uma coisa: “vocês procurem outro candidato que eu tô fora”. Aí saí. Fui para minha fazenda lá no Parambu. Eles foram bater lá, dois dias, três dias depois, dizendo que era um clamor geral no município e eu peguei a corda e voltei, mas não gastei. Eu gastava o que ganhava, eu ganhava bem, como ganho bem, tenho um salário de Procurador Federal, tenho 80% o que ganha um deputado, então com esse dinheiro eu tinha carro de som, tinha estrutura, tinha uma rádio, botei um estúdio lá em Quiterianópolis que transmitia... mas pegar o meu dinheiro, meu patrimônio que eu passei quatro anos ajeitando. Digo “eu vou perder”. Perdi. Para você ter uma idéia eu perdi em outubro e novembro fui para os Estados Unidos, levei ela [sua companheira] e passamos dois meses lá rodando para cima e para baixo. Ela, uma filha, um genro, alugamos carro, onde era mais longe a gente ia de avião... (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Analisando esse depoimento de Antônio Câmara, percebemos alguns dos novos elementos presentes nas campanhas eleitorais. Um deles é a presença de produtos e serviços que são trocados por votos. Assim, os votos apresentam-se mais “soltos” e podem ser

trocados por mercadorias ou dinheiro. Outro ponto é a predominância do poder econômico nas campanhas, pois para “comprar” uma quantidade significativa de votos é necessário dinheiro, geralmente obtido de empreiteiros ou de forma ilícita com desvios de recursos públicos.

O predomínio do poder econômico é explicitado por Idemar Citó em 2008 quando assume o posto de deputado estadual, visto que estava como suplente. No seu discurso inaugural, Idemar Citó denunciou a compra de votos por parte de deputados estaduais. Como exemplo desse fato, mencionou o município de Catarina. O chefe político desse município, Frutuoso Rodrigues, tinha um acordo político com Idemar Citó, que tinha sido votado nessa cidade nas eleições de 1998 e 2002, e esse pacto foi quebrado com a inserção do deputado e ex-prefeito de Saboeiro, Perboyre Diógenes, do Partido Social Liberal (PSL), nesse colégio eleitoral. Essa “quebra no trato”, denunciada por Idemar Citó, é relatada em matéria do Diário do Nordeste:

[...] o envolvimento do ex-prefeito de Saboeiro, Perboyre Diógenes (PSL), com aliciamento eleitoral voltou a ser sugerido na Assembleia Legislativa, numa manifestação de Idemar Citó. O primeiro vice-presidente da Assembleia relatou que Diógenes desembolsou R\$ 180 mil para obter o domínio do colégio eleitoral de Catarina (região dos Inhamuns), onde o deputado atua. “Ele (Perboyre) me botou para fora de lá, chegando com R\$ 180 mil, segundo corre à boca pequena. Os líderes políticos de lá me disseram que não queriam mais papo comigo. Não tenho esse dinheiro, mas fiz muito pelo município e continuarei andando lá”, desabafou o deputado. Diógenes foi representado no Ministério Público pelo deputado Marcelo Sobreira (PSB) como responsável por abuso de poder econômico (DEPUTADOS, 2008).

Nessa matéria, percebemos que com a entrada de Perboyre Diógenes no colégio eleitoral de Idemar Citó, obtida através da oferta de dinheiro em troca de apoio político, fez com que este deputado perdesse o apoio das lideranças locais. Assim, percebemos que o dinheiro passou a contar mais do que os constantes favores e serviços que Idemar Citó prestava a esses líderes políticos.

Com a redemocratização, houve mudanças na legislação eleitoral, como a inclusão dos votos dos analfabetos e de jovens menores de 18 anos. Por outro lado, ocorreu o predomínio de setores urbanos advindos pela reconfiguração espacial da população brasileira. O processo eleitoral se voltou para as grandes massas urbanas, que estão mais numerosas e alfabetizadas. Como comenta um assessor político na página seguinte.

O eleitor hoje está se tornando mais independente. O eleitor hoje ele tá procurando ver as propostas do candidato. O eleitor hoje na região é um eleitor que tem uma certa formação, na região dos Inhamuns, devido a chegada da Universidade, o esclarecimento através da internet, dos meios da mídia. Então ele não tem mais aquele

negócio do ‘eu só vou votar porque o meu pai vai votar, o meu avô’. Ele vota porque ele procura verificar qual a postura do candidato através da mídia, através da internet. Então ele procura na sua própria consciência valorizar o seu voto. Não é um voto ‘eu vou votar porque fulano mandou’. O eleitor hoje está percebendo aquilo que é melhor para sua cidade (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

As lideranças com bases políticas nos espaços rurais se fragilizam ao perderem o controle do eleitorado que, até pouco tempo, mantinha-se cativo por relações pessoais e de lealdade. Tornaram-se necessárias, a partir dessa nova realidade, outras estratégias políticas para se obter o apoio eleitoral das grandes massas.

Dentre essas novas estratégias de produção de campanhas no interior, temos a intensificação do uso do *marketing* político e a recorrência constante a pesquisas de opinião pública. A produção da campanha eleitoral passa, assim, por uma racionalidade, como comenta o assessor de campanha, Walney Alencar:

Montar estrutura, estrutura de comício, estrutura jurídica, montar estrutura de mobilização. Campanha tornou-se muito árdua. Campanha do dia-a-dia. Campanhas acirradas. Campanha de monitoramento, de muito trabalho. É muito difícil fazer campanha. Reunião com a equipe de trabalho. Temos equipe que cuida da parte de transportes, outra equipe que cuida da parte de mobilização, outra equipe que cuida da parte jurídica da campanha. São várias equipes que trabalham no dia a dia de uma campanha política (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Como observamos no depoimento do assessor de Domingos Filho, mesmo em um município de 50 mil habitantes, a “engenharia” de organização de uma campanha eleitoral envolve uma extensa quantidade de pessoas, uma racionalização do trabalho, com divisão de tarefas, e uma soma alta de recursos financeiros.

O *marketing* político tornou-se estratégico para captar os votos das grandes massas urbanas. Atrelado a isso, temos as pesquisas eleitorais que proporcionam um cuidadoso planejamento de toda a campanha:

Ah, o *marketing* hoje é importantíssimo em uma campanha política. O *marketing* é quem dá... O bom marqueteiro é quem dá o pontapé na campanha política. É muito importante. Antigamente não existia essa questão do marqueteiro, essa questão do marketing, hoje em dia até as cores tem que ser padronizadas, os adesivos dos carros, tem que ser uma campanha realmente feita com o pensamento do marqueteiro para que a gente possa galgar um sucesso [...] Não existe uma campanha hoje sem pesquisa política, você só pode trabalhar em uma campanha se tiver uma pesquisa política para você ter um norte daquilo que você vai trabalhar [...] Campanhas mais caras. Por mais que tenha tirado a propaganda do showmício, das camisetas, as campanhas ainda são muito caras. (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Assim, no tempo da hegemonia política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo (1974-1994) as principais características de um líder político eram a coragem, o realismo político, o pulso forte e o cálculo pragmático. No período em que Domingos Filho e Idemar Citó (1995-2010) atuam politicamente o *marketing* político, a utilização de estratégias racionais nas disputas eleitorais (construção do discurso do candidato, criação de sua imagem política, utilização de pesquisas de opinião pública), a atuação na mídia e a recorrência a discursos performáticos fazem parte do *habitus* político.

A política já não era mais tecida artesanalmente por chefes políticos, mas submetida às regras de novos profissionais da arte de produção e circulação de imagens políticas (CARVALHO, 1999).

CAPÍTULO IV - ELEIÇÕES DE 2010: ASPECTOS ATUAIS DO DOMÍNIO POLÍTICO

Este capítulo está dividido em três partes. Inicialmente apresentamos uma análise geral das eleições de 2010 em Tauá, buscando investigar a composição dos grupos políticos e o desempenho eleitoral dos candidatos apoiados pelos políticos locais. A análise das eleições em Tauá destacará a ascensão política de Ronaldo César e a mudança na base eleitoral de Idemar Citó, com nítida redução de votos obtidos nesse município.

Na segunda parte analisaremos as eleições de 2010 como um momento privilegiado para a ascensão política de Domingos Filho que além de ser eleito vice-governador do estado, fez com que o seu filho, Domingos Neto, fosse eleito o deputado federal mais votado do estado, demonstrando força eleitoral.

Na terceira procuramos compreender como o eleitor interpreta a política municipal e justifica o seu voto. Essa análise é importante para que possamos identificar alguns parâmetros que orientam o comportamento político do eleitor, informando sobre possíveis mudanças. Esta análise será feita com base em quarenta questionários aplicados com os eleitores de Tauá na quarta semana após a divulgação dos resultados eleitorais.

Esses questionários fazem parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM), vinculado à Universidade Federal do Ceará¹⁰⁷. O objetivo dessa pesquisa era investigar a opinião dos eleitores sobre as eleições de 2010. Na região dos Inhamuns, foram aplicados questionários nos municípios de Tauá e Parambu pelo fato destes municípios apresentarem votos concentrados em determinados candidatos a deputado federal. O município de Parambu apresentou o maior índice de concentração de votos para este cargo, 75,95% dos votos nominais (13.916 votos) foram para Genecias (PMDB); em seguida veio Tauá, com uma concentração de 57,74% (17.648 votos) para Domingos Neto (PSB).

Não foram estabelecidos critérios estatísticos na composição da amostra, não podendo assim seus resultados serem generalizados. No entanto, os dados colhidos pela amostra se apontam reveladores de aspectos importantes do comportamento dos eleitores.

¹⁰⁷ A pesquisa intitulada "Desenvolvimento socioeconômico do Ceará: implicações relativas aos discursos e práticas sobre o desenvolvimento socioeconômico estadual" teve o Banco do Nordeste do Brasil como instituição financiadora e contou com a coordenação dos seguintes Professores Doutores: Rejane Carvalho, Auxiliadora Lemenhe e Jakson Aquino. Foram aplicados ao total 809 questionários nos seguintes municípios: Camocim (40 questionários), Canindé (34), Caucaia (40), Crato (39), Fortaleza (282), Granja (40), Juazeiro do Norte (41), Maracanaú (49), Morrinhos (40), Parambu (40), Santana do Acaraú (44), Sobral (40), Tauá (40) e Viçosa do Ceará (40).

Os quarenta questionários de Tauá foram aplicados entre os dias 22 e 23 de novembro de 2010. Metade foi aplicada em fluxo¹⁰⁸ e a outra nas casas dos eleitores. O questionário só seria aplicado se o eleitor votasse no município e tivesse comparecido às eleições em 2010. No geral, a aplicação dos questionários ocorreu sem interrupções ou com interrupções curtas. O tempo médio de duração da entrevista foi de 27 minutos.

Entre os quarenta eleitores entrevistados em Tauá, 11 tinham entre 17 e 24 anos, 17 entre 25 e 45 anos, 7 entre 46 e 60 anos e 05 com idade superior a 60 anos. Quanto ao sexo, 21 eleitores eram mulheres e 19 eram homens. Quanto ao grau de escolaridade, 1 era analfabeto, 20 possuíam até o ensino fundamental, 16 possuíam até o ensino médio, 2 possuíam até o nível superior e 1 não informado. No que se refere à renda, 05 eleitores tinha renda familiar declarada inferior a 1 salário, 8 eleitores renda de 1 salário mínimo, 17 eleitores situavam-se na faixa de 1 e 3 salários, 4 entrevistados renda entre 3 e 6 salários, apenas 1 com renda superior a 6 salários e 4 não informaram.

4.1 Eleições em Tauá: surgimento da liderança de Ronaldo César

Procuramos analisar os resultados eleitorais das eleições de 2010 em Tauá, investigando o estabelecimento de acordos e a composição dos grupos políticos. Além disso, busca-se investigar a ascensão política de Ronaldo César em Tauá e o ostracismo de Idemar Citó.

Nessa eleição de 2010 em Tauá, três grupos políticos se formaram: o primeiro era composto pelos Gomes de Freitas, que contava com o apoio do prefeito Odilon Aguiar (PMDB) e de toda a Câmara Municipal, no total de 10 vereadores. Todos os candidatos apoiados por este grupo foram eleitos e conseguiram o maior número de votos em Tauá. O segundo grupo era composto pela liderança política de Ronaldo César (PR) e de lideranças políticas da oposição ao grupo político familiar dos Gomes de Freitas. O terceiro grupo era composto pela liderança do deputado Idemar Citó (DEM) e do empresário Chiquinho Feitosa.

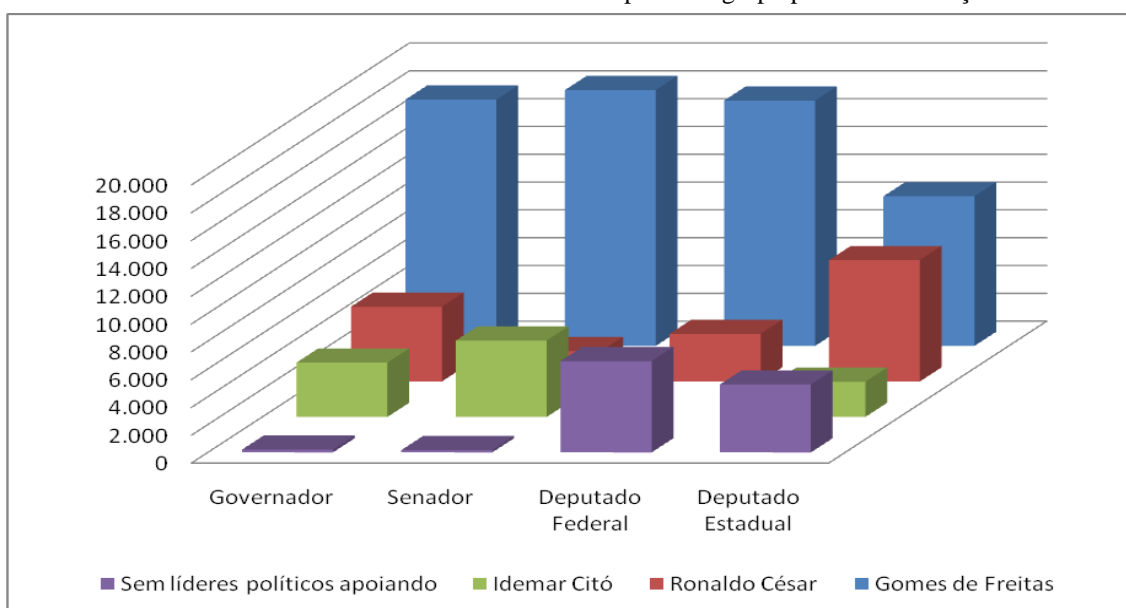
No gráfico da página seguinte, temos a distribuição dos votos nessa eleição entre os grupos políticos. Incluiu-se a distribuição dos votos entre os grupos políticos para os cargos eletivos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Não foram incluídos os votos para presidente pelo fato dessa disputa não ter envolvido as divisões políticas entre os grupos locais, pois nenhum candidato ou líder político militou a favor de

¹⁰⁸ Questionários aplicados em ponto de fluxo de pessoas são aqueles realizados em locais de passagem de pessoas na cidade. Esses pontos, como praças públicas, ruas movimentadas etc. foram escolhidos pelos entrevistadores para abordar os eleitores.

outro candidato que não fosse o governista indicado pelo então presidente Lula. Os votos para esse cargo eletivo serão tratados posteriormente, quando abordarmos como os eleitores de Tauá avaliavam o governo Lula (2003-2010) no momento pós-eleitoral. Outra ressalva a ser feita refere-se à disputa para o Senado Federal, pois nessa eleição existiam duas vagas para o senado, no entanto, apenas uma coligação, das que as lideranças políticas de Tauá faziam parte, apresentou dois candidatos para disputar as duas vagas.

A coligação¹⁰⁹ apoiada pelos Gomes de Freitas apresentou os nomes de Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT); a coligação (PR/PPS), apoiada por Ronaldo César (PR), apresentou apenas o nome de Alexandre Pereira (PPS); e coligação (DEM/PSDB), de Idemar Citó (DEM), apresentou o nome de Tasso Jereissati (PSDB)¹¹⁰. Dessa forma, incluímos os votos de apenas uma vaga para o senado. Conforme vemos abaixo:

GRÁFICO 9 - Gráfico demonstrativo dos votos obtidos por cada grupo político nas eleições de 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Ao analisar os dados do gráfico acima, percebemos que o grupo dos Gomes de Freitas conseguiu concentrar o maior número de votos para seus candidatos, sobretudo os candidatos ao senado e ao governo estadual.

¹⁰⁹ Essa coligação envolvia sete partidos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB.

¹¹⁰ Outros partidos de esquerda apresentaram candidatos ao senado, no entanto nenhum deles foi apoiado por lideranças locais. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) apresentou a candidatura de Raquel Dias e de Reginaldo Ferreira, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a de Marilene Torres e o PCB a de Benedito Oliveira.

O candidato apoiado por este grupo que menos concentrou votos foi o de deputado estadual. Já o grupo liderado por Ronaldo César, tendo este como candidato, conseguiu concentrar mais votos na disputa de deputado estadual.

O grupo de Idemar Citó obteve um percentual de votos muito baixo, sobretudo se compararmos com períodos anteriores. O cargo para o qual este grupo conseguiu obter mais votos foi o de senador, mas esse valor apresentado deve-se mais à liderança política de Tasso Jereissati do que o trabalho político desempenhado por Idemar Citó nessas eleições.

Além disso, percebemos que os candidatos que não possuíam apoio de lideranças locais no município conseguiam obter poucos votos. Nesses resultados eleitorais de Tauá um fato merece destaque: os votos obtidos pelo deputado federal Genecias Noronha (PMDB). Este foi prefeito do município de Parambu e era politicamente ligado a Domingos Filho. Genecias Noronha conseguiu se inserir Tauá, colégio eleitoral onde Domingos Filho tem a maior concentração de votos, conseguindo 3.652 votos (11,95% dos votos nominais).

Em depoimento dado por um eleitor do município, percebemos como foi compreendida essa inserção de Genecias Noronha em Tauá:

Achei tão agressiva a forma como Genecias Noronha conseguiu votos aqui. Primeiro ninguém nem ouvia falar dele, apenas do Domingos Neto, aí depois começou a aparecer cartazes de Genecias. Era até engraçado por que a cidade tava cheia de foto de Domingos Neto e depois ao lado de cada foto dele tinha uma maior de Genecias. Soube até que ele tava pagando R\$: 50,00 só para que a pessoa deixasse pregar a foto dele na parede da casa, ele nem queria o voto não, era só pregar a foto. Acho que deu certo, ele tirou tanto voto né! (entrevista com Isadora Mota em Novembro de 2010).

Assim, inserindo-se no município sem o apoio direto de nenhuma liderança política local, a sua campanha em Tauá foi organizada por um parente seu que pagava militantes para distribuir e colar cartazes, balançar bandeiras nas ruas e participar de carreatas na cidade.

No grupo político familiar dos Gomes de Freitas, o seu candidato a governador, Cid Gomes (PSB), que tinha Domingos Filho (PMDB) como vice, conseguiu 17.718 votos (65,15% dos votos nominais); os senadores Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) alcançaram um percentual de votos aproximado, o primeiro com 18.966 votos (36,15%) e o segundo com 18.395 (35,06%); o deputado federal Domingos Neto (PSB) conseguiu 17.648

votos (57,74%) e a deputada estadual Patrícia Saboya (PDT) conseguiu 10.761 votos (40%¹¹¹).

O grupo liderado por Ronaldo César tinha como candidato a governador Lúcio Alcântara (PR), que conseguiu 5.372 votos (19,75%); o senador Alexandre Pereira (PR), que obteve 4.364 votos (8,32%); o deputado federal Mário Feitoza (PMDB), que foi candidato a vice-prefeito em Tauá nas eleições de 2000, conseguiu 3.419 votos (11,19%). Ronaldo César (PR), candidato a deputado estadual, obteve 8.721 votos (32,43%). Apesar da candidatura deste ter sido indeferida¹¹², Ronaldo César conseguiu obter uma quantidade de votos expressiva em Tauá, firmando-se como líder político de destaque no município.

Idemar Citó, liderando um grupo político, conseguiu um percentual de votos bem menor do que o obtido historicamente no município. O seu candidato a governador, Marcos Cals (PSDB), conseguiu 3.905 votos (14,36% dos votos válidos); o senador Tasso Jereissati (PSDB), que tinha o empresário Chiquinho Feitosa (DEM) como primeiro suplente, conseguiu 10.574 votos (20,16%); E o líder do grupo, o candidato a deputado estadual Idemar Citó (DEM), conseguiu apenas 2.527 votos (9,4%). Cabe ressaltar que este grupo não tinha candidato a deputado federal definido. Nessas eleições, percebemos uma mudança na base eleitoral de Idemar Citó, como vemos na tabela abaixo:

TABELA 6 - Lista dos dez primeiros municípios onde Idemar Citó foi mais votado nas eleições de 2010

Município	Votos nominais	% Votos obtidos
Pedra Branca	6.474	18,01%
Aracati	4.127	11,48%
Fortaleza	3.121	8,68%
Itatira	2.667	7,42%
Trairi	2.535	7,05%
Tauá	2.527	7,03%
Jucás	1.837	5,11%
Fortim	1.591	4,43%
Acopiara	1.233	3,43%
Granjeiro	1.220	3,39%
Total de votos nos dez municípios	27.332	76,03%
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	2.527	7,03%
Total de votos do deputado no estado	35.951	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

¹¹¹ Nos dados oficiais do TRE não consta os votos obtidos por Ronaldo César, isso porque este teve sua candidatura indeferida. Esse candidato obteve em Tauá 8.721 votos e esse percentual foi contabilizado como votos de legenda. Assim, nos dados do TRE consta 12.787 votos de legenda e 18.169 votos nominais, no entanto o valor real é 4.066 votos de legenda e 26.890 votos nominais.

¹¹² A sua candidatura foi indeferida, pelo TRE em 05 de agosto de 2010 e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dois dias depois, por ter contas desaprovadas pelo TCM quando foi Secretário de Saúde de Tauá em 1999.

Nessa tabela listamos os primeiros dez municípios em que ele foi mais votado nas eleições de 2010, informamos a quantidade de votos obtidos no município e o percentual que esses votos representam na totalização dos seus votos no estado.

Analisando a tabela 6 e comparando com a tabela 4 do capítulo III, que lista os dez municípios em que Idemar Citó conseguiu mais votos nas eleições de 1994 a 2006, percebemos alterações em sua base eleitoral. Dentre os dez municípios listados acima, apenas dois, Tauá e Trairi, faziam parte da lista da tabela 4 Além disso, percebemos o excelente desempenho eleitoral obtido em Pedra Branca. Idemar Citó nunca conseguira uma quantidade de votos tão significativa neste município, que faz parte da base eleitoral de Domingos Filho. Em 2010, os votos obtidos em Pedra Branca, 6.474 votos, foram responsáveis por 18,01% de sua votação.

Em Tauá, município que historicamente foi responsável por uma média de 23% de sua votação, nessa eleição representou apenas 7,03%. Outro dado, a região dos Inhamuns, que ao longo das eleições anteriores foi responsável por uma média de 47,00% dos seus votos, em 2010 representou apenas 13,21%.

A mudança de base política deve-se ao fato de Idemar Citó estar desgastado politicamente depois do acordo político estabelecido com Domingos Filho em 2008. O lugar antes ocupado por Idemar Citó, como liderança que se opunha ao grupo dos Gomes de Freitas, foi assumido por Ronaldo César. Este assumiu o posto de oposição desde as eleições municipais de 2008 quando se candidatou a prefeito e se confirmou nas eleições de 2010 quando se candidatou a deputado estadual.

Ronaldo César, que nas eleições de 2008 era do PDT, filia-se ao PR para disputar as eleições de 2010. A escolha do PR deveu-se à sua estratégia de opor-se a Domingos Filho, visto que este era ligado ao então governador Cid Gomes (PSB). O PR era liderado no Ceará pelo ex-governador Lúcio Alcântara, opositor de Cid Gomes.

A candidatura de Ronaldo César foi impugnada por ter contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Município quando foi Secretário de Saúde do Município (1999) e Presidente da Câmara Municipal de Tauá (2001-2002). Na tabela da página seguinte, temos a lista dos dez primeiros municípios em que este foi mais votado, a maioria deles situados na região dos Inhamuns.

TABELA 7 - Lista dos dez primeiros municípios onde Ronaldo César foi mais votado nas eleições de 2010

Município	Votos Nominais	% Votos obtidos
Tauá	8.721	66,10%
Parambu	1.606	12,17%
Quiterianópolis	731	5,54%
Aiuaba	534	4,04%
Fortaleza	483	3,66%
Novo oriente	195	1,47%
Arneiroz	144	1,09%
Independência	126	0,95%
Mombaça	87	0,64%
Canindé	72	0,54%
Total de votos nos dez municípios	12.699	96,20%
Total de votos nos municípios dos Inhamuns	11736	88,95%
Total de votos do deputado no estado	13.193	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE.

Percebe-se que Ronaldo César conseguiu excelente desempenho eleitoral em Tauá, 8.721 votos, representando 66,10% dos seus votos. No município de Parambu, onde estava em “dobradinha” com o deputado federal Mário Feitoza (PMDB), conseguiu 1.606, percentual abaixo dos 3.000 que esperava obter. Observa-se que a região dos Inhamuns foi responsável por 88,95% dos seus votos, sobretudo os municípios de Tauá e Parambu.

Embora Ronaldo César tenha se constituído como a principal liderança da oposição em Tauá, não conseguiu se projetar como político de amplitude regional, não sendo eleito deputado estadual. Nas eleições de 2010, não conseguiu estabelecer acordos com nenhum prefeito ou lideranças locais nos demais municípios dos Inhamuns, mostrando, assim, os limites de seu capital político.

4.2 Atores e processos políticos: ascensão de Domingos Filho na política estadual

Qual a conjuntura política que tornou possível a Domingos Filho ascender na política cearense nas eleições de 2010, passando do cargo de deputado estadual com amplitude regional, para o cargo de vice-governador, com destaque estadual? Que fatores permitiram a Domingos Filho eleger para deputado federal seu filho, Domingos Neto, estudante de direito com 22 anos de idade, que nunca tinha ocupado ou disputado cargos eletivos, como o candidato que obteve a maior votação do estado do Ceará, 246.591 no total (6,39% dos votos nominiais em todo o estado)?

Para responder a esses questionamentos precisamos inicialmente analisar os acordos estabelecidos por Domingos Filho, na época Presidente da Assembléia Legislativa, nas eleições municipais de 2008. Como foi explicitado no capítulo anterior, os candidatos a deputado federal se articulam antes do período eleitoral com deputados estaduais de várias regiões, que por sua vez estabelecem acordos com prefeitos, vereadores e lideranças políticas locais para angariar votos através de “dobradinhas” que ampliam sua votação em muitos municípios.

As funções desempenhadas por Domingos Filho na Assembléia Legislativa, sobretudo a partir da eleição em 2008, foram estratégicas para que ele se articulasse com lideranças políticas de vários municípios.

Nesse sentido, é interessante mencionar uma matéria¹¹³ do jornal O Povo que abordou os resultados das eleições municipais de 2008 sob a ótica dos deputados estaduais. Segundo a matéria, logo após o término das eleições municipais, os deputados estaduais comentavam o que tinham ganhando ou perdido nos apoios políticos. Os deputados Domingos Filho (PMDB), Perboyre Diógenes (PSL), José Albuquerque (PSB) e Welington Landim (PSB) foram apontados como os maiores felizardos:

É difícil encontrar um deputado estadual que reclame abertamente de ter perdido bases eleitorais. Quem não se saiu tão bem prefere calar. Já quem ganhou faz questão de citar prefeitura por prefeitura. Na Assembleia Legislativa, o presidente Domingos Filho (PMDB) foi quem mais informou cidades onde saiu vitorioso: 11 ao todo. Isso sem contar as outras cinco em que ele não conseguiu eleger seus candidatos, mas que ficou ali um trabalho feito com a oposição. O peemedebista *lembrou de memória todas as prefeituras aliadas*. “São todos municípios em que eu já estava bem. Não há intenção de invadir os espaços dos companheiros”, garantiu. (Grifos nosso).

Na matéria, Domingos Filho citou cidades nas quais teve o prefeito como aliado: Acarape, Ararendá, Baturité, Independência, Jaguaruana, Madalena, Nova Russas, Parambu, Quiterianópolis, Tauá e Tabuleiro do Norte; e outras onde, apesar de não possuir o apoio do gestor, alcançou boa votação, como: Arneiroz, Boa Viagem, Pedra Branca e Novo Oriente.

Nessa matéria, é importante observar o emprego de duas expressões: “lembrou de memória todas as prefeituras aliadas” e “não há intenção de invadir os espaços dos companheiros” atribuídos a Domingos Filho. Quanto à primeira frase, percebemos que Domingos Filho mantém um contato próximo com esses municípios, que compõem, assim, a sua base eleitoral, pois “lembrar todas as prefeituras aliadas” significa que o contato é

¹¹³ Deputados, 2008.

próximo e rotineiro. Contato estabelecido até mesmo em cidades onde o gestor municipal não é seu aliado político.

Na segunda frase destaca-se o cuidado com a não invasão dos colégios eleitorais de outros deputados estaduais, comportamento que se reporta a um tópico importante da ética entre os candidatos ao Legislativo. Domingos Filho, ao não invadir nenhum colégio eleitoral de seus pares, conseguiu consolidar seu poder político e demonstrar habilidade política para angariar novas adesões de prefeitos e vereadores sem que para isso desarticule os acordos de outros políticos. Cabe ressaltar que essa habilidade tornou-se de fundamental importância para Domingos Filho pelo fato deste ser Presidente da Assembleia Legislativa e necessitar manter uma relação de cordialidade com seus pares.

Embora no Brasil prevaleça o sistema proporcional de lista aberta nas eleições para a Câmara dos Deputados, tal como acontece nos Legislativos das esferas estaduais e municipais, a votação é caracterizada por circunscrições eleitorais informais em que cada deputado tem uma votação concentrada em determinados municípios ou microrregiões com as quais mantêm vínculos políticos¹¹⁴. O mercado político no Brasil, no que se refere aos municípios, é de configuração restrita, ou seja, na maioria das circunscrições a competição se vê reduzida a alguns poucos candidatos (CARVALHO, 2003).

Dessa forma, embora o deputado possa legalmente atuar politicamente em qualquer região do estado, na prática política o deputado delimita um espaço definido para atuar e estabelecer acordos para a disputa eleitoral. Percebe-se, assim, um mercado político relativamente fechado e pouco competitivo em que candidatos possuem votos dominantes em determinadas regiões. A “invasão de colégios eleitorais” é mal vista pelos deputados e frequentemente torna-se motivo de conflitos políticos. Domingos Filho ocupava uma posição que demandava uma postura de conciliação, ou seja, este não poderia aumentar sua votação à custa de incursões políticas em regiões consideradas de outros políticos.

Observa-se que Domingos Filho, como Presidente da Assembleia, pode consolidar e multiplicar seu capital político. Além de conseguir ampliar sua base eleitoral, nas eleições municipais de 2008 conseguiu eleger onze prefeituras, esse cargo possibilitou um acúmulo de prestígio com os deputados estaduais, fato primordial para um pretendente ao cargo de deputado federal.

Domingos Filho, ao assumir um posto que lhe permitiu conceder favores e serviços aos parlamentares (indicação para comissões, passagens aéreas etc.), pode ter uma

¹¹⁴ Para maiores informações sobre a geografia dos votos dos deputados estaduais de Ceará durante as eleições de 2008, ver: Vieira (2011).

boa articulação com seus pares. Durante sua atuação como Presidente da Assembleia (2007-2010), exerceu um papel menos burocrático e mais de articulação política. Passou a atuar, de modo especial, nos bastidores políticos, nas negociações e acordos com deputados, prefeitos e vereadores. Como comenta seu assessor:

A atuação do Domingos sempre foi uma política muito presente, por mais que as funções e os deveres de presidente da Assembléia ela é muito grande, ela tem um poder para comandar a mesa diretora, mas ele teve a presença marcante em vários municípios, ele sempre foi muito presente (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Estabelecendo uma rede de prefeitos, vereadores e lideranças municipais, Domingos Filho passou a articular sua candidatura à Câmara Federal e a de seu filho ao posto de deputado estadual. Porém, devido à articulação atuante de Domingos Filho no governo do estado, suas bases reivindicaram que este permanecesse com atuação política no estado, visto que poderia, assim, angariar mais recursos para os municípios. Essa rede de lideranças políticas municipais solicitou que Domingos Filho se candidatasse ao posto de deputado estadual e seu filho, Domingos Neto, ao posto de deputado federal, como comenta seu assessor:

No início ele [Domingos Filho] teve essa pretensão de ser candidato a deputado federal, mas a pedido das bases ele preferiu ser candidato a deputado estadual e lançar a candidatura de Domingos Neto a deputado federal. O Domingos Neto já vinha sendo trabalhado o nome dele para ser candidato a deputado federal (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

Percebemos que Domingos Filho, desde as eleições de 2008, preparava todos os colégios eleitorais para que pudesse ser candidato a deputado federal. Cabe ressaltar que sua base eleitoral, percebendo que a atuação de Domingos Filho na Câmara Federal iria inseri-lo em uma rede de relações de poder mais distante na qual seu prestígio poderia ser reduzido, optou e pressionar para que este fosse candidato a deputado estadual.

Importante observar que na Câmara Federal, para que um deputado possa exercer domínio político e garantir que suas emendas parlamentares sejam inseridas no projeto de lei orçamentária é importante que ele seja membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), ou seja, influente nos órgãos governamentais ou com os demais congressistas, como comenta Bezerra (1999, p. 83).

Entre os parlamentares que não são membros da CMPOF e têm interesse na elaboração do orçamento, as chances de sucesso concentram-se naqueles que

ocupam posições institucionais no Congresso. Neste caso, destacam-se o presidente e os membros das mesas do Senado e da Câmara, os presidentes e relatores das comissões parlamentares e os líderes dos partidos.

Assim, para um deputado federal neófito que não absorveu as regras do campo político estabelecidas nesse âmbito, seria mais difícil conseguir aprovar suas emendas parlamentares. Nesse caso, a ação mais corriqueira é agregar-se a um “padrinho” político que possua influência junto ao Congresso e ao poder Executivo para que consiga aprovar suas emendas.

Na Câmara Federal, o partido possui muita influência na atuação política do parlamentar, exercendo poder sobre as nomeações nas relatorias que aprovam o orçamento¹¹⁵. O deputado que não possui articulação política no seu partido consegue aprovar poucas emendas. Nos Inhamuns, temos o caso de Chiquinho Feitosa, que em 1998 foi eleito deputado federal e, por possuir pouca articulação política em seu mandato e por achar que o cargo de deputado federal lhe dava pouca visibilidade, desistiu do cargo em 2002.

Diante do receio de que sua atuação como deputado federal lhe rendesse pouco prestígio político, visto que seria mais difícil alimentar com recursos de emendas orçamentárias sua base eleitoral, Domingos Filho desistiu de ser candidato e passou a divulgar o nome de seu filho Domingos Neto para o cargo de deputado federal, como comenta sua mãe, Mônica Aguiar:

Domingos Filho visitava os municípios, aí devido o trabalho na Assembléia ele não podia ir e mandava o Domingos Neto, para as reuniões, para os colégios dele. Domingos [Filho] ia colocar Domingos Neto para estadual, pelo menos Domingos Neto novo, fazendo Direito. Aí o povo: *‘Não, os colégios são seus. Colégio não se volta e você assuma como Deputado Federal’* Aí as pessoas vão dizer: *‘Não, esse é o colégio do Domingos Filho’*. Não vai né. Aí razão que o Domingos Neto foi. Foi por isso (entrevista com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Interessante observar a expressão utilizada por Mônica Aguiar referindo-se às bases eleitorais de Domingos Filho: “os colégios são seus” e “você assuma como deputado federal”. Essas frases indicam um caráter privado dos votos, ao implicar que o candidato, pela sua atuação parlamentar de alocar recursos as suas bases eleitorais, é “dono” desses votos. Outro ponto a ser destacado é a ênfase na ideia de “assumir” o posto de deputado federal. Domingos Filho assumiria esse posto indicado seu filho Domingos Neto, pois como “colégio não se volta” aquele deveria ocupar este posto, já que suas bases eleitorais estavam montadas.

¹¹⁵ Para maiores informações sobre a aprovação das emendas parlamentares no Congresso, ver: Bezerra (1999), especificamente o capítulo IV da parte I.

O fato de Domingos Filho indicar seu filho como sucessor ressalta um aspecto familiar da transição de legados políticos.

A partir de então, Domingos Filho passou a divulgar a candidatura de seu filho como deputado federal. Em matéria publicada no *blog* Meu Ceará, em setembro de 2009, constata-se que Domingos Filho passou a trabalhar a candidatura do seu filho:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho, participa [de] mais uma inaugura[ção] no município de Quiterianópolis, nos Inhamuns. No último dia 4 ele esteve no distrito de Baixio, inaugurando uma escola. No próximo sábado o deputado vai ao distrito de Cruz, onde inaugura um posto de saúde. A assessoria de comunicação da prefeitura daquele município, um dos principais redutos eleitorais de Domingos Filho, informou que o deputado vai à cidade a convite do prefeito, Chico Vieira. As informações dão conta que mais uma vez o parlamentar vai acompanhado do filho Domingos Neto. O presidente da Assembleia já anda por todo o Ceará em clima de campanha. Ele pretende lançar o filho como candidato a deputado federal no próximo ano. Segundo fontes daquela prefeitura, Domingos Neto foi muito bem recepcionado pelo povo de Quiterianópolis, após discurso que fez por ocasião da inauguração no último dia 4 (Blog Meu Ceará, 23 de Setembro de 2009. Presidente da Assembleia Domingos Filho já anda em clima de campanha com o filho Domingos Neto)¹¹⁶.

Percebemos, assim, a estratégia política utilizada para a divulgação de Domingos Neto como candidato a deputado federal. Este passou a acompanhar seu pai, Presidente da Assembleia, e o governador Cid Gomes em inaugurações de obras e no lançamento de projetos do governo estadual. Essas visitas lhe possibilitavam visibilidade política e, principalmente, a possibilidade de associação de sua imagem a do governador Cid Gomes.

Em seu *twitter*, criado em junho de 2009, Domingos Neto citava a lista de municípios que visitava e as lideranças políticas que o acompanhavam. Assim, percebemos com clareza como ocorreu a sua inserção na base eleitoral do seu pai, Domingos Filho, e as estratégias utilizadas para que seu nome fosse divulgado, como vemos em uma postagem feita no mês de julho de 2009:

Cheguei, enfim, a Fortaleza depois de 15 dias ininterruptos viajando pelo interior do Ceará. Um breve histórico: fui para abertura do forricó dia 8 com o *deputado Neto Nunes e o Prefeito Marcos Nunes* para o renascimento do forricó. Dia 9: Fui para *Várzea Alegre* com o *prefeito Zé Hélder e o Governador Cid Gomes* para a inauguração da Urbanização da Lagoa de São Raimundo. Dia 10: Voltei para o Icó, visitei minha família, minha mãe é natural de Icó e minha avó paterna também. Dia 12: fui para *Ararendá* com *meu pai* visitando o *prefeito Zé Adriano, a Ex-prefeita Tânia e o líder maior Vicente Mourão*. Dia 13: Fui para *Crato*, reunião com *os taxistas e topiqueiros* com O *Superintendente do Detran* para uma explanação sobre a nova lei. Dia 14: Fui para o *Crato*, sou criador de Santa Inês e na quarta de manhã as ovelhas já estavam em pista. Fiquei até quinta. Dia 17: Fui para *Tauá*,

¹¹⁶ Disponível em: <<http://meuceara.blogspot.com/2009/09/domingos-filho-ja-anda-em-clima-de.html>>. Acesso em 05 de junho de 2011.

inauguração do Parque da Cidade, homenageando a tauaenses como a mãe do meu amigo Quintino do DER. Dia 17: nesse dia uma grande homenagem a *minha mãe*, ex-prefeita que iniciou a obra foi feita. Até *meu pai* chorou! Dia 18: Passei rapidamente por Fortaleza onde fui padrinho do casamento da minha prima Fabíola e fui para *Boa Viagem* com o amigo *Argeu Vieira*. Dia 19: Fui para a tradicional missa no *distrito de Flores* em Tauá, almocei em Boa Viagem e voltei para o show do "O Rappa" em Tauá. Dia 19: o show do "O Rappa" em Tauá foi parte do festival de Férias no Ceará do Governo do Estado. Agradeço ao governador Cid e ao Bismarck. Dia 20: Fui ao *Ipu* encontrar o *prefeito Sávio Pontes* numa reunião com o pessoal da Secretaria de Saúde do município. Conseguimos um PSF¹¹⁷. Dia 20: No mesmo dia fui a *Santana do Acaraú* com o *Dep Rogério Aguiar e o prefeito Sabino*. A prefeitura realiza 10 dias de festa. Parabéns! Dia 21: Cheguei em casa finalmente... Deu pra cansar só de saber? Esse fim de semana tem de novo... Ainda fui pro estádio hoje. Sofrer (Domingos Neto, 22 de junho de 2009) (grifo nosso)¹¹⁸

Por esse depoimento, percebemos a articulação política que Domingos Neto possuía, tanto por seu pai ser deputado estadual e presidente da Assembleia, o que facilitava sua inserção no cenário político, quanto por ser governista e ter acesso direto ao governador Cid Gomes, acompanhando-o em inaugurações de obras e em lançamento de projetos. No texto acima, grifamos os nomes dos municípios e as lideranças políticas com as quais ele se encontrou, para ressaltar a articulação política com o governador, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e lideranças políticas. Além disso, percebemos a importância da participação em eventos sociais nos municípios como o Festival de Forró do Icó (FORRICÓ), e a Exposição Agropecuária do Crato (EXPOCRATO). A presença nesses eventos é garantia de palanques privilegiados para candidatos a deputado.

Nesse mesmo dia, 22 de setembro de 2009, Domingos Filho escreveu no *twitter* de seu filho Domingos Neto o seguinte comentário: “*a vida pública é feita por pessoas que tenham vocação de servir, atributo que você tem de sobra. Sucesso na empreitada*”. Notamos, assim, o ritual de iniciação na política expresso no seu *twitter*, onde seu pai confirma que o filho possui o atributo ou a “vocação de servir”, considerado necessário para o ingresso e permanência na vida pública. Assim, com as articulações políticas costuradas por Domingos Filho nas eleições municipais de 2008 e com as constantes visitas às bases políticas, Domingos Neto foi inserido no campo político, filiando-se ao PSB¹¹⁹.

¹¹⁷ Na linguagem coloquial, essa expressão faz referência à construção de um posto de saúde do Programa Saúde da Família (PSF).

¹¹⁸ Disponível em <http://twitter.com/#!/Domingos_Neto>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011

¹¹⁹ A filiação a este partido e não ao PMDB é compreendida pelo fato de Domingos Filho (PMDB) estar próximo a Cid Gomes (PSB) e também porque no PMDB o então deputado federal Eunício Oliveira era hegemônico, podendo eclipsar o poder de Domingos Neto. Assim, Domingos Filho, prevendo seu crescimento dentro do partido, preferiu não filiar seu filho para que não houvesse conflito com Eunício Oliveira.

Em julho de 2010, na convenção para o lançamento das candidaturas para as eleições do mesmo ano, Cid Gomes anuncia em seu *twitter* que Domingos Filho será o candidato a vice-governador.

A escolha de Domingos Filho é ainda reconhecimento que faço à inestimável colaboração que a Assembléia Legislativa cearense vem fazendo ao *momento de paz política*, diálogo plural e ampla participação de todas as forças cearenses em meu governo. É a esta articulação que atribuo os grandes avanços que nosso Estado vem experimentando ao longo dos últimos anos (Cid Gomes, 27 de junho de 2010)¹²⁰.

A escolha de Domingos Filho ao posto de vice-governador feita por Cid Gomes deve-se ao fato daquele ter possibilitado ao governador articulação e estabilidade política na Assembleia Legislativa. Durante sua gestão (2007-2010), Cid Gomes enfrentou algumas tentativas de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o governo por parte de alguns deputados, sobretudo de Heitor Férrer (PDT), mas estas não foram instaladas¹²¹.

Dessa forma, Domingos Filho pode ascender na política cearense, sendo candidato a vice-governador e tendo seu filho como candidato a deputado federal. Cabe ressaltar que muito de seus apoiadores no âmbito municipal não sabiam que ele seria candidato a vice-governador, como ressalta seu assessor:

As caravanas que vinham do interior ainda achavam que ele era candidato a deputado estadual, mas foi escolha surpreendente, uma escolha que foi recebida com muita alegria por todas as suas bases (entrevista com Walney Alencar em 14.02.2011).

A partir de então, deu-se início à campanha eleitoral. No grupo Gomes de Feitas ocorreu uma divisão do trabalho político baseada no parentesco, tendo Domingos Filho como referência: Domingos Filho passou a fazer campanha majoritária, acompanhando Cid Gomes e visitando todos os municípios cearenses; Domingos Neto (filho), em articulação com os deputados estaduais com os quais fazia “dobradinha” e com lideranças municipais, passou a visitar suas bases eleitorais; Patrícia Aguiar (esposa) coordenava a campanha eleitoral em Tauá e na região dos Inhamuns; vereador Marcos Aurélio (irmão) organizava as bases eleitorais em Tauá e dialogava com os vereadores; Mônica Aguiar (mãe) articulava consultas

¹²⁰ Disponível em <<http://twitter.com/#!/cidfgomes>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011

¹²¹ O caso com maior repercussão foi o escândalo em 2008 em que Cid Gomes foi acusado de ter feito uma viagem durante o carnaval com jatinho fretado pelo governo, levando sua sogra de carona. Esse frete custou R\$ 388 mil aos cofres públicos do estado.

médicas nos hospitais de Fortaleza; Walney Alencar (assessor parlamentar) desempenhava um papel de técnico, organizando a estrutura da campanha em Tauá.

Lemenhe (1996), em pesquisa sobre o declínio do poder dos coronéis na política estadual do Ceará, expõe o poder exercido pelos “Irmãos Bezerra”, ou os “Bezerra”, e a divisão do poder no interior desse grupo político familiar. A autora informa que essa família dividia o trabalho político tendo por base o parentesco e segundo a capacidade de liderança política e empresarial, além das diferenças de gênero, de cada irmão.

Em depoimento abaixo, temos a fala de Mônica Aguiar, mãe de Domingos Filho, sobre o seu trabalho nas eleições de 2010:

“Eita este ano foi mais pesado”. Este ano em 2010 eu vou com 305 atendimentos, cada um eu faço uma ficha. Eu tenho a ficha de cada um, para onde estou mandando, qual o médico que foi feito pedido, como eu pude ajudar, sabe (entrevista com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Percebemos, assim, uma racionalidade e um cálculo na condução da campanha política, em que cada integrante do grupo tem um papel delimitado. Mônica Aguiar tinha um controle das consultas médicas que conseguiu marcar, usando, inclusive, uma ficha com dados de cada paciente.

Com uma estrutura bem equipada, contando com uma equipe de marqueteiros, publicitários, jornalistas, advogados, organizadores de eventos etc., este grupo político pôde consolidar e ampliar seu patrimônio político, fazendo com que Domingos Neto fosse o deputado federal mais votado no estado. Além de Domingos Filho ser eleito vice-governador.

Na tabela da abaixo, temos a lista de municípios onde Domingos Neto recebeu mais de 1.000 votos. Essa delimitação da quantidade de votos é importante para que possamos perceber quais municípios integraram a base política deste deputado. Além disso, consta o nome da liderança política que o apoiou no município, a profissão e o partido ao qual é filiado. Também temos a lista dos deputados estaduais com os quais fez “dobradinha”.

Nessa tabela, temos um total de cinquenta e um municípios que totaliza 228.075 votos, representando 92,49% do total de votos obtidos pelo deputado no estado. Nesses municípios, Domingos Neto concentrou uma maior porcentagem dos votos nominais nos municípios de Aiuaba (69,82%), Tauá (57,74%), Quiterianópolis (56,77) e Ararendá (51,44%). Em média, apresentou uma concentração dos votos nominais em torno de 26,20%.

TABELA 8: Lista de municípios onde Domingos Neto apresentou um desempenho eleitoral acima de 1.000 votos

Município	Votos Nominais	% votos nominais	Apoio no município: cargo, nome e partido	Deputado estadual que fez “dobradinha”
Fortaleza	26.572	2,49%	Dep. Fernando Hugo (PSDB); Dep. Stanley Leão (PTC); Ver. Ant. Henrique (PTN);	Fernando Hugo (PSDB); Stanley Leão (PTC);
Tauá	17.648	57,74%	Dep. Domingos Filho (PMDB)	Patrícia Saboya (PDT)
Camocim	11.114	35,04%	Dep. Sérgio Aguiar (PSB)	Sérgio Aguiar (PSB)
Icó	9.902	33,21%	Pref. Marcos Nunes (PMDB); Dep. Neto Nunes (PMDB);	Neto Nunes (PMDB)
Morada Nova	9.319	26,26%	Pref. Gláuber Castro (PMDB); Dep. Manuel de Castro (PMDB);	-
Crateús	7.707	24,30%	Ex-Pref. José Almir (PMDB); Dep. Nenen Coelho (PSDB); Antônio dos Santos; Grupo de Moacir Soares; Vereadores do DEM	Nenen Coelho (PSDB)
Aquiraz	7.609	25,33%	Pref. Edson Sá (PMDB)	Mauro Filho (PSB)
Várzea Alegre	7.479	39,64%	Pref. José Helder (PMDB)	Jose Sarto (PSB)
Ipu	6.707	28,88%	Pref. Sávio Pontes (PMDB)	Sérgio Aguiar (PSB)
Boa Viagem	6.651	28,25%	Grupo de Ageu Vieira	Osmar Baquit (PSDB)
Aracati	6.584	19,76%	Pref. Expedito Ferreira (PMDB)	Idemar Citó (DEM)
Pedra Branca	6.563	34,47%	Ex-Pref. Chico Ernesto; Pedro Paraibano	Patrícia Saboya (PDT); Roberto Cláudio (PSB)
Independência	5.620	43,83%	Pref. Valdi Coutinho (PMDB)	Tim Gomes (PHS)
Mombaça	5.447	29,63%	Ex-Pref. Valdomiro Távora; Ex-Pref. Nelson Benevides	Teo Menezes (PSDB); Zezinho Albuquerque (PSB)
Quiterianópolis	5.293	56,77%	Pref. Chico Vieira (PMDB); Vice Domingos Pedrosa (PSB)	Wellington Landim (PSB)
Quixadá	5.167	14,92%	Dep. Osmar Baquit (PSDB)	Osmar Baquite (PSDB)
Aiuaba	4.539	69,82%	Pref. Ramilson Araujo (PSDB)	Cineval Roque (PSB)
Orós	4.387	38,79%	Moreira	Neto Nunes (PMDB)
Canindé	3.958	11,83%	Empresário Zé Neto	<i>Nenhum definido</i>
Nova Russas	3.408	26,39%	Pref. Marcos Alberto (PSC)	Vanderley Pedrosa (PTB)
Ocara	3.345	23,41%	Amir	Julio César Filho (PTN)
Morrinhos	3.332	32,46%	Ex-Pref. Airton Bruno	Rogério Aguiar (PSDB)
Trairi	3.140	12,99%	Ex-Pref. Henrique Mauro	Idemar Citó (DEM)
Novo Oriente	2.928	26,11%	Grupo Neto Vidal	Tim Gomes (PHS)
Maracanaú	2.885	3,03%	Ex-dep. Julio César	Julio César Filho (PTN)
Chaval	2.860	45,88%	Prefª. Janina Pacheco (PDT)	Osmar Baquite (PSDB)
Jaguaribe	2.752	15,92%	Franklin; Ex-Pref. José Távora	Mauro Filho (PSB)
Aracoiaba	2.712	18,19%	Sérgio Silvestre	Mauro Filho (PSB)
Ararendá	2.659	51,44%	Ex-Pref. Vicente Mourão; Ex-Pref. Tânia Mourão; Pref. José Adriano (PSB)	Patrícia Saboya (PDT)
Tejuçuoca	2.585	26,99%	Ex-Pref. João Mota	João Jaime (PSDB)
Baturité	2.505	15,00%	Pref. Silvana Vasconcelos (PSDB)	Osmar Baquit (PSDB)
Barroquinha	2.423	33,34%	Ex-Pref. Jaime Veras	Sérgio Aguiar (PSB)

Município	Votos Nominais	% votos nominais	Apoio no município: cargo, nome e partido	Deputado estadual que fez “dobradinha”
Tamboril	2.392	19,15%	Ex-Pref. Chico Timbó	Teo Menezes (PSDB)
Madalena	2.172	26,04%	Pref. Wilson de Pinho (PMDB)	Camilo Santana (PT)
Amontada	2.160	11,42%	Ex-Pref.	Zezinho Albuquerque (PSB)
Acarape	2.030	28,03%	Pref. Acélio Paulino (PMDB)	Roberto Cláudio (PSB)
Pereiro	2.027	26,44%	Ex-Pref. Antônio Ney	Paulo Duarte (DEM)
Quixeré	1.898	18,00%	Empresário Bessa	Mauro Filho (PSB)
Russas	1.897	5,78%	Ex-Pref. Weber Araújo	-
São Luís do Curu	1.796	24,75%	Pref. Josélia Moura (PSDB)	José Sarto (PSB)
Palhano	1.779	32,29%	Pref. Nilson Freitas (PSDB)	Osmar Baquit (PSDB)
Santana do Acaraú	1.738	10,98%	Parte do Grupo do Prof. José Maria Sabino (PMDB)	Rogério Aguiar (PSDB)
Guaraciaba do Norte	1.736	10,92%	Cefas Melo (filho do ex-dep. José Maria Melo Sefes)	Vanderley Pedrosa (PTB)
Eusébio	1.693	8,75%	Médico e candidato a Dep. Eugênio Ferreira (PSDC); Ex-Pref. Edson Sá; Acilon Gonçalves (PSB)	Eugênio Ferreira (PSDC)
Arneiroz	1.570	38,04%	Ex-Pref. Ney Petrola; Dr. Acácio	Sineval Roque (PSB); Patrícia Saboya (PDT)
Pacatuba	1.519	5,38%	Dep. Staney Leão (PTC)	Staney Leão (PTC)
Catarina	1.508	29,91%	Ver. Lourival Chaves (PRB); Ver. Evandro Pedrosa (PRB); Ver. Reginaldo Gomes (PV);	Perboayre Diógenes (PSL)
Ererê	1.122	35,61%	Ex-Pref. Zé Ranildo	Osmar Baquit (PSDB)
Moraújo	1.111	25,80%	Pref. Jurandi Fonteles (PSB)	Osmar Baquit (PSDB)
Choró	1.076	15,81%	Ex-Pref. Otácio Dantas; Iraci Dantas	Teo Menezes (PSDB)
Caridade	1.051	11,01%	Empresário Carlão	-
Total de votos nos 51 municípios	228.075	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE e de entrevista com Walney Alencar.

Observando a tabela, percebemos que, entre os deputados estaduais com os quais Domingos Neto fez dobradinha, constam 12 partidos, muitos dos quais não faziam parte da coligação majoritária¹²². O PSB, partido ao qual é filiado, foi aquele com o qual mais estabeleceu dobradinha com deputados estaduais, sete no total. Da coligação, temos ainda o PDT, PMDB, PT, PHS, PTB, PSL e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), cada partido com um deputado. Dentre os partidos que não faziam parte da coligação, temos o PSDB com seis

¹²² A coligação majoritária era composta dos seguintes partidos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB. Na coligação proporcional para deputados federais foram compostos dois blocos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB; PP, PTB, PSL, PTN, PHS, PMN, Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Na coligação proporcional para deputados estaduais seis blocos foram formados: PRB, PT, PMDB, PSB; PP, PTB, PSL e PHS; PTN, PRTB, PTdoB; PSC e PCdoB; PMN; PDT.

deputados, DEM com dois deputados, PTC e Partido Social Democrata Cristão (PSDC), os dois com um deputado.

Segundo Carvalho (2003), nos acordos estabelecidos entre deputados federais e seus apoiadores (deputados estaduais, prefeitos, vereadores e lideranças locais) prevalecem as redes de patronagem e clientela para forjar alianças políticas. O que explica a razão do apoio de tantos deputados estaduais e prefeitos de partidos que não compunham a coligação a qual Domingos Neto fazia parte.

Dentre a lista de apoiadores de Domingos Neto nos municípios, incluíam-se muitos prefeitos e ex-prefeitos, além dos deputados e ex-deputados estaduais. No seu *twitter*, Domingos Neto fazia constantes referências a essas lideranças, o que indica uma proximidade com elas. Diante do desempenho eleitoral de Domingos Neto nas eleições de 2010, em sua primeira experiência como candidato, gerou-se uma série de questionamentos sobre sua capacidade política pessoal. Um caso é citado por sua avó, Mônica Aguiar:

Eu fui à Jerusalém para uma excursão religiosa. E quando eu tava no vôo internacional dois senhores conversando, conversando e eu na minha. Quando a gente vai em excursão todos vão de crachá, depois o Senhor olhou para mim e disse: 'Mônica Aguiar'. 'Exatamente.' 'Aguiar de onde?' Eu disse: 'De Tauá'. Aí ele disse assim: 'Ah! Eu tenho um comércio em Tauá', aí disse o nome. E aí eu fiquei na minha. Aí ele disse assim: 'A Senhora é Aguiar?' Eu disse: 'Sou Aguiar porque sou casada com Domingos Aguiar, sou Moreira de Icó'. Aí ele disse: 'E o Domingos Filho? Como a Senhora explica esse fenômeno 4040 [número do Domingos Neto na urna]?' Eu disse: 'O Senhor é o que mesmo?' Aí ele disse: 'Eu sou administrador'. 'Seu filho é o quê?' 'Fazendo administração'. Eu disse: 'pois você chegou ao ponto. *Quando o negócio é sério o filho sempre segue as pegadas do pai.* Foi o que aconteceu. Domingos Neto foi criado dentro da política. Morou comigo porque o pai viajava e a Patrícia em Tauá e os filhos deles comigo[...] Domingos Neto foi aluno do colégio militar, logo tem disciplina. Domingos Neto quando aluno do colégio militar [...] foi olhar a seca dos Inhamuns, foi com a equipe do colégio. Aí tem a entrevista com os agricultores lá do Carrapateira, que onde tem a seca maior. Tem Domingos Neto entrevistando o Secretário, ele tinha doze anos na época. Então ele sempre viveu cada etapa da cidade que a mãe era Prefeita e que o pai era Deputado. A vida toda. Então Domingos Neto não caiu de pára-quedas não. É um fenômeno é, mas é de trabalho.' (entrevista com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Nessa passagem, percebemos como foi avaliado o desempenho eleitoral de Domingos Neto. Cabe ressaltar que, ao referir-se à quantidade de votos de Domingos Neto, o interlocutor de Mônica Aguiar questionou sobre o desempenho eleitoral de Domingos Filho e não de Domingos Neto. Percebe-se que esta, ao responder o questionamento, evoca a tradição política da família e a transmissão da "vocação" política de pai para filho, afirmando que "quando o negócio é sério o filho segue as pegadas do pai".

4.3 O que pensa o eleitor

Procuramos analisar os quarenta questionários aplicados no município de Tauá. O questionário, em anexo, tinha por objetivo investigar a opinião dos eleitores quanto à política: quais os ideais de democracia, qual seu comportamento real no momento das eleições. Além disso, analisava qual o nível de informação que esses eleitores sabiam sobre a política, como avaliavam a gestão de Cid Gomes (2007-2010) e de Lula (2003-2010) e o grau de participação desses eleitores na campanha eleitoral e suas estratégias de decisão do voto.

No que se refere ao horário eleitoral do rádio e da televisão cabe destacar que 27 eleitores (67,5%) o consideravam importante para conhecer os candidatos e as suas propostas. Cabe destacar que estes eleitores consideravam o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) exibido na televisão responsável pelas informações sobre os candidatos a presidência, sendo muito desses programas discutidos entre amigos e parentes. O HGPE exibido nas rádios, atrelado as informações sobre a política local divulgadas por esse meio de comunicação e os debates com amigos e parentes, eram as principais fontes de acesso as informações sobre os candidatos ao governo do estado e a Assembléia Legislativa.

Cabe destacar a importância do rádio como fonte de informação para essa comunidade. Através dele a população tem conhecimento dos assuntos mais variados, desde ao assalto a informações sobre o clima. Esse meio de comunicação goza de confiança e prestígio, sendo palco de disputas entre os grupos políticos. Em Tauá, nas eleições de 2010, existiam três rádios, cada uma aliada a lideranças políticas: Rádio Cultura dos Inhamuns, pertencente ao ex-deputado Júlio Rêgo; Rádio Difusora dos Inhamuns, ligada ao grupo Gomes de Freitas; Rádio Trici FM, pertencente ao deputado Idemar Citó.

Quanto à percepção da importância do voto, a quase absoluta maioria dos entrevistados afirmaram que o voto é importante, apenas 1 eleitor (2,5%) afirmou o contrário. Os 33 eleitores (82,5%) ao afirmarem que o voto é importante associaram essa importância à diferença que um voto pode fazer na contabilização das eleições, sendo responsável muitas vezes pela vitória ou derrota de algum candidato. Apenas 5 eleitores (12,5%) tiveram uma postura legalista, afirmando que seu voto é importante pelo fato do eleitor estar cumprindo o seu dever de cidadão.

Essa importância do voto, atrelada à diferença que um voto faz na vitória ou derrota de um candidato, deve-se ao fato de que em colégios eleitorais que possuem poucos votantes o voto é conquistado muitas vezes “casa a casa” e não de forma massificada, fazendo

com que o voto individual seja valorizado. É o que acontece em Tauá que nas eleições de 2010 contava apenas com 42.364 eleitores aptos a votar.

No que se refere à preferência por algum partido político específico, do total de entrevistados, 29 eleitores (72,5%) afirmaram que não possuem preferência alguma. Dentre os 11 eleitores (27,5%) que afirmaram possuir preferência ou “simpatia” por algum partido, 7 (17,5%) citaram o PT, partido do então presidente Lula, e 3 eleitores (7,5%) o PMDB, partido do principal líder político do município, Domingos Filho.

Quanto ao conhecimento de nome de partidos políticos, a maioria dos eleitores entrevistados citou mais de três partidos políticos, sendo o PT por 31 eleitores (77,5%), em seguida o PSDB por 27 (67,5%), o PMDB por 24 referências (60%) e o PV por 10 (25%).

Percebemos que de modo geral os eleitores não possuem preferência por partidos políticos, fazendo com que o voto seja pessoalizado e centrado na figura da liderança política ou, no máximo, no seu grupo político.

Quanto a informação desses eleitores sobre a política, percebemos que grande parte dos eleitores sabia para quais cargos os políticos estavam disputando. 38 eleitores (95%) fizeram referência a essa disputa pelo cargo de deputado estadual e de presidente. A referência à disputa dos deputados federais ficou em terceiro lugar, com 37 eleitores (92,5%).

A maior referência a esses três cargos se deve ao fato do eleitor perceber estes postos como os mais importantes. A disputa para o Legislativo estadual é a que mais movimenta os ânimos nas eleições estaduais pelo fato de estar mais próxima do eleitor e de sua realidade local. Percebe-se então que os eleitores estão muito mais ligados e interessados na disputa pelo cargo de deputado estadual.

A referência à disputa para o posto de deputado federal se deve ao fato da campanha eleitoral desses candidatos estar atrelada à disputa para o Legislativo estadual, já que os votos para deputado estadual, na maioria das vezes, são “casados” com os votos para deputado federal. A disputa para o Executivo federal é a que concentra a maior soma de recursos e patrimônio político, fazendo com que o eleitor acompanhe os debates pela televisão e se interesse para saber que vai ocupar esse posto.

A referência à disputa pelo senado federal foi a menos citada, com 30 referências (75%), isso porque as decisões que são tomadas nessa arena do poder são de âmbito nacional e distante da realidade local desses eleitores, fazendo com o trabalho desempenhado por esses atores sejam desconhecidos.

Quanto à opinião dos eleitores sobre a contribuição das eleições para a vida da população, 21 eleitores (52,5%) informaram que nada muda e entre os principais motivos

apontados é que nas campanhas eleitorais “as pessoas ganham coisas em troca do voto no período eleitoral”, fato ressaltado por 06 eleitores (15% do total e 28,57% dos que afirmaram que não muda). Outro motivo, o de que “os políticos são todos iguais”, foi salientado por 5 eleitores (12,5% ou 23,80%). Percebemos, assim, uma posição de crítica ao clientelismo e a classe política.

No entanto, 16 eleitores (40%) afirmaram que suas vidas melhoravam no período eleitoral porque os “políticos trabalharem mais a favor do povo nesse período” durante as campanhas. Esses eleitores possuem uma percepção positiva sobre o clientelismo, considerando que é dever do político “ajudar” os eleitores no período eleitoral.

No que tange à memória dos eleitores sobre os nomes dos candidatos que disputavam a Presidência, 21 eleitores (52,5%) informaram nomes de mais de dois candidatos à presidência¹²³, fazendo referência aos candidatos que estavam melhores posicionados nas pesquisas eleitorais, como Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva do Partido Verde (PV). A memória dos eleitores para o nome dos políticos que disputavam o cargo de governador também foi alta, 22 eleitores (55%) informaram o nome de um ou dois candidatos¹²⁴. Cabe ressaltar que a grande maioria dos eleitores, 30 no total (75%), citou o nome do então governador e candidato a reeleição, Cid Gomes (PSB). Esse *recall* de Cid Gomes deve-se ao fato deste disputar a reeleição, pois como comenta Almeida (2008, p. 56):

A reeleição favorece o ocupante do cargo público muito menos porque ele tem o controle da máquina e muito mais porque ele tem uma enorme vantagem na lembrança do eleitorado em face do candidato de oposição.

Os nomes dos candidatos que disputavam o cargo de Senador foram os menos lembrados, apenas 16 eleitores (40%) citaram o nome de três ou mais candidatos. O nome do então senador Tasso Jereissati (PSDB) foi o mais citado por 26 eleitores (65%), isso pelo fato deste ter sido governador do Ceará por três mandatos (1987-1991; 1995-2002). Cabe ressaltar que lembrar o nome do candidato não significa votar no candidato, pois embora Tasso Jereissati tenha sido o mais citado, este obteve no município 10.574 votos (20,16% dos votos nominais), sendo menos votado do que Eunício Oliveira com 18.966 votos (36,15%) e Pimentel que obteve 18.395 votos (35,06%).

¹²³ Nas eleições de 2010 tivemos um total de 10 candidatos à presidência da República: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Plínio Arruda (PSOL), Eymael (PSDC), Zé Maria de Almeida (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Ivan Pinheiro (PCB) e Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO).

¹²⁴ Os candidatos que disputavam esse cargo eram: Cid Gomes (PSB), Marcos Cals (PSDB), Lucio Alcântara (PR), Marcelo Silva (PV), Soraya Tupinambá (PSOL) e Gonzaga (PSTU).

No que se refere à busca de informações sobre política, 28 eleitores (70%) informaram que raramente ou nunca acompanham as notícias e quando isso ocorre 7 eleitores (17,5%) informaram que é através da televisão e 5 eleitores (12,5%) através do rádio. Importante destacar o rádio como instrumento político, pois divulga as ações políticas de um determinado grupo e constrói a imagem de determinados candidatos nos municípios onde disputam votos. Em relação aos 12 eleitores (30%) que informaram buscar todos os dias ou às vezes informações sobre a política, as fontes citadas foram os amigos e os parentes ou a *Internet*.

Quanto a avaliação do governo, 34 eleitores (85%) avaliaram o governo Lula (2003-2010) como ótimo e bom, ressaltando a atuação da sua gestão em projetos sociais (implantação do programa Bolsa Família, redução da pobreza). Essa excelente avaliação do governo Lula e sua popularidade com o eleitorado fez com que todos os candidatos e líderes políticos locais militassem a favor da candidata indicada pelo então presidente Lula nas eleições de 2010, Dilma Rousseff (PT), para que esta desse continuidade ao “governo Lula”.

Cabe destacar o posicionamento de Idemar Citó (DEM) nessa eleição, pois mesmo fazendo parte da coligação do então candidato a presidência José Serra (PSDB), aquele fez campanha para Dilma Rousseff (PT), tendo em vista a alta popularidade e prestígio de Lula. Dilma Rousseff conseguiu nas eleições de 2010, em Tauá, 20.451 votos (72,66%), José Serra obteve 5.714 (20,3%) e Marina Silva (PV) 1.840 votos (6,54%). Assim, tendo o presidente Lula como principal cabo eleitoral, Dilma Rousseff conseguiu obter um percentual elevado de votos.

Entre os eleitores entrevistados, 21 (52,5%) não são beneficiários de programas do governo, apenas 18 eleitores (45%) são beneficiários de programa como bolsa família, seguro safra ou projuvem.

A avaliação do governo Cid Gomes (2007-2010) foi ótima e boa para 14 eleitores (35%) e regular para 16 eleitores (40%). No entanto, 15 eleitores (60%) não conseguiram lembrar-se de algo ou afirmaram que não havia nada a ser classificado como bom no seu governo. Os eleitores que lembravam algo positivo de sua gestão, no total 10 eleitores (25%), faziam referência a alguma obra do governo estadual em Tauá, como aeroporto, policlínica, pista de *skate*, ronda do quarteirão. Cid Gomes obteve nessa eleição 61,27% dos votos válidos (2.436.940 votos).

Quanto o nível de participação dos eleitores na campanha, a grande maioria, 26 no total (65%), informou não ter apoiado nenhum candidato ou partido político no período eleitoral. 13 eleitores (32,5%) informaram que apoiaram algum partido, dentre estes 4

eleitores (10%) afirmaram que frequentaram eventos e divulgaram os nomes dos candidatos do PT de forma voluntária.

Poucos eleitores disseram que apoiaram determinados candidatos, pois em uma comunidade pequena em que “todos se conhecem”, expor a um desconhecido, no caso o pesquisador, para quem se votou nas eleições e se recebeu algo em troca desse voto, como dinheiro ou a prestação de algum serviço, é um perigo, pois o entrevistado não sabe o que será feito com essa informação. Mesmo com esses riscos, 3 eleitores (7,25%) afirmaram que apoiaram o deputado estadual Ronaldo César (PR) e Idemar Citó (DEM), por terem recebido algo em troca, como ajuda de custo ou “agrado”.

Quanto aos critérios de decisão do voto, 22 eleitores (55%) informaram que a honestidade é a qualidade mais importante que um político deve possuir; 19 (47,5%) eleitores fizeram referências à capacidade dos políticos cumprirem suas promessas feitas durante o período eleitoral e 15 eleitores (60%) fizeram referência a importância dos políticos conhecerem os problemas do povo.

27 eleitores (67,5%) afirmaram não votar em candidatos que consideravam possuir algum defeito, tais como falta de caráter ou de compromisso político. Os 11 eleitores (27,5%) que disseram votar nesses políticos o fizeram por julgar que os outros candidatos seriam piores ou iguais. Nesse aspecto, percebe-se no senso comum uma descrença da classe política, com a desclassificação de todos os políticos como corruptos, sem identificar diferenças entre eles, afirmando que “apenas o discurso que muda e não as suas ações”.

No que se refere a pesquisas eleitorais divulgadas na mídia, 28 eleitores (70%) informaram que tinham conhecimento delas no período eleitoral, com destaque sobre as posições dos candidatos nas disputas para cargos majoritários. Dentre estes 28 eleitores, apenas 07 (17,5%) afirmaram que o conhecimento das pesquisas alterou a decisão dos seus votos e as motivações foram divididas: 3 leitores (7,5%) informaram ter votado no candidato que estava ganhando e outros 3 afirmaram que tinham votado no candidato que podia derrotar o político que ele gostaria que não fosse eleito.

Embora poucos eleitores, no caso apenas 07 (17,5%), tenham afirmado que os resultados das pesquisas eleitorais não afetavam a decisão de seus votos, sabemos que, nas campanhas eleitorais em municípios de pequeno e médio porte, as pesquisas de opinião pública estão fazendo cada vez mais parte do trabalho político nas campanhas de candidatos a deputado estadual, como evidenciamos no capítulo III. Os resultados dessas pesquisas são usados tanto para consumo interno dos profissionais da campanha política, quanto para divulgação aos eleitores dos candidatos que estão sendo mais cotados. Essa estratégia busca

conseguir mais adesão dos eleitores, pois muitos “não votam em candidatos derrotados”, pois não querem “perder” o voto.

No que se refere a comparações entre as gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), apenas 1 eleitor (2,5%) afirmou que o governo de Fernando Henrique foi melhor do que o governo Lula em relação a emprego, salário, saúde, moradia e educação. O restante dos 39 eleitores (97,5%) afirmaram que o governo Lula foi melhor em relação a todos esses aspectos mencionados ou em relação a maioria destes. O quesito emprego foi o mais bem avaliado no governo Lula, com 37 (92,5%) referências.

Assim, percebe-se que a popularidade e a aceitação do governo Lula em Tauá estava alta. O fato de o presidente Lula ser o principal cabo eleitoral da então candidata Dilma Rousseff (PT) e dos também candidatos Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) fez com que esses candidatos conseguissem um alto percentual de votos nesse município: Dilma, por exemplo, ficou com 72,66% dos votos validos em Tauá, enquanto Eunício e Pimentel alcançaram, respectivamente, 36,1% e 35,1% dos votos validos para senador. Podemos perceber que a diferença de votos de Eunício Oliveira e Pimentel em Tauá é muito baixa, surgindo a hipótese de “voto casado” na campanha de 2010 para os dois cargos, Presidência e Senado.

Em uma campanha publicitária¹²⁵ exibida no HGPE, o presidente Lula aparece ao lado do governador Cid Gomes, então candidato a reeleição, ambos apresentando Eunício Oliveira e Jose Pimentel como seus candidatos para o Senado Federal. A ideia da campanha era tentar vincular os votos de Eunício e Pimentel, mostrando que os dois são os candidatos preferidos de Lula e Cid. Nesse vídeo, os quatro políticos aparecem vestidos de paletó e grava, para reforçar uma imagem de administradores sérios e compromissados. Em sua fala, Lula declara a importância do voto nos seus dois candidatos ao Senado:

Mas muito importante é a eleição pro Senado. Eu peço ao povo do Ceará, com o respeito e o carinho que eu tenho pelo povo do Ceará, que não permitam que a Dilma passe no Senado o que eu passei. Senadores com ódio, senadores trabalhando pra tudo dar errado, senadores trabalhando contra o governo quando na verdade estava trabalhando contra o Brasil, senadores que derrotaram a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira], tirando 40 bilhões da saúde desse país

¹²⁵ Esse programa foi gravado em 14 de setembro de 2010 e buscava demonstrar para os eleitores que Eunício e Pimentel estavam unidos e eram os “senadores do Lula”. Isso fazia parte da estratégia do PT nacional de derrotar o candidato a senador Tasso Jereissati (PSDB), que segundo pesquisa datafolha/OPOVO, liderava com 48%, seguido de Eunício com 34% e Pimentel com 31%. Essa ideia de unidade do grupo e de “voto casado” para o Senado foi montada, sobretudo, após matéria publicada no O Povo em 22 de agosto de 2010 em que se constatou que os militantes do PMDB, em comício realizado no município de Iguatu para a recepção do vice-presidente de Dilma, Michel Temer (PMDB), estavam pedindo votos para Eunício e Tasso e não Eunício e Pimentel, conforme o acordo.

pensando que iam prejudicar o Lula quando na verdade prejudicaram foi o povo mais pobre do Ceará, o povo mais pobre do Brasil. Por isso é muito importante votar no Eunício pro Senado e votar no Pimentel pro Senado. Quem votar no Pimentel vota Eunício, quem votar no Eunício vota no Pimentel. Vote nos dois que são os melhores pra ajudar a companheira Dilma a governar esse país e para ajudar o Cid a melhor governar o estado do Ceará (Lula, HGPE exibido em 17 de Setembro de 2010)¹²⁶.

Nesse depoimento de Lula, temos uma referência implícita ao Senador Tasso (PSDB), que representou a oposição ao governo Lula no Senado. Assim, quando Lula falava de “senadores com ódio”, “senadores trabalhando pra tudo dar errado”, “senadores trabalhando contra o governo”, todos sabiam que ele estava se referindo a Tasso Jereissati. Reforçava-se assim a missão de derrotar Tasso, identificado como grande inimigo. Em seguida à fala de Lula, Cid Gomes reforça a necessidade de votar nos dois candidatos do “mesmo time”:

A eleição do Eunício e do Pimentel, do Pimentel e do Eunício tem que ser casadinha, tem que ser uma eleição votando nos dois, porque os dois tão afinados com o projeto no Ceará, os dois estão afinados com o projeto de Brasil e os dois jogam no mesmo time e jogam na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro (Cid Gomes, HGPE exibido em 17 de Setembro de 2010).

Essa necessidade do “voto casadinho” foi novamente reforçada nessa campanha quando, ao final do vídeo, Lula afirma: “*e lembre-se, você pode dar dois votos para o Senado. Quem votar num vota no outro e não precisa votar em mais ninguém, só nos dois nós já agradecemos*” (Lula, HGPE exibido em 17 de Setembro de 2010).

A gravação do áudio desse vídeo, sobretudo a última parte, era utilizada nos carros de som e durante os comícios no período eleitoral, fazendo com que os eleitores constantemente repetissem: “*quem votar num vota no outro*”.

A campanha de Cid Gomes para o governo, embora estivesse associada à popularidade de seu governo e do governo Lula, em Tauá teve como principal cabo eleitoral Domingos Filho, sobretudo porque este era o seu candidato a vice. Assim, o capital político do grupo político familiar Gomes de Freitas possibilitou que Cid Gomes conseguisse 65,15% dos votos válidos em Tauá.

No que se refere à percepção de corrupção no governo de Fernando Henrique e no governo Lula, 22 eleitores (55%) afirmaram que nos dois governos houve corrupção, mas que esta foi maior na gestão de Fernando Henrique, na opinião de 14 eleitores (35%)

¹²⁶ Programa disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=47VUeu9zR6g>>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

Quando os eleitores foram questionados se algum candidato ou alguém ligado a algum político já tinha resolvido algum problema seu, 35 eleitores (87,5%) responderam negativamente. Muito embora a forma de angariar votos em comunidades pequenas seja o clientelismo e a prestação de serviços políticos aos eleitores gerando vínculos para que depois possa ser “trocados” por votos, os eleitores parecem se sentir constrangidos em afirmar que receberam algo de políticos.

Quando os eleitores foram questionados se algum candidato tinha lhe pedido o voto, 18 eleitores (45%) afirmaram que não e 20 eleitores informaram que sim. Entre estes 20 eleitores, 14 (35%) afirmaram que o candidato não havia lhes oferecido ou prometido nada em troca do voto. Apenas 06 eleitores (15%) disseram que o candidato tinha oferecido algo em troca do seu voto e que a sua reação foi a de não aceitar e não votar no candidato.

É interessante observar que o eleitor procurar construir uma imagem de si para o entrevistado, uma imagem positiva e atrelada a valores democráticos. Basta observarmos que 33 (82,5%) dos entrevistados disseram não votar em candidato “ficha suja”, porém 9 destes eleitores, quando questionados em quem tinham votado para deputado estadual, afirmaram que optaram por Ronaldo César (PR), candidato considerado “ficha suja” pelo Tribunal Eleitoral. Outro aspecto interessante é que 37 eleitores (92,5%) afirmaram que na decisão do seu voto, não levaram em consideração se o candidato é homem ou mulher. Cabe ressaltar que no município tivemos a presença de lideranças femininas, como: Dondon Feitosa que embora nunca tenha ocupado posto eletivo era líder política da família Feitosa; Maria Luiza Uchoa Castelo, ex-vereadora (1971-1972) pela ARENA; Patrícia Aguiar, ex-vereadora (1993-1996) pelo PL e ex-prefeita (2001-2008) pelo PMDB.

30 eleitores (75%) entrevistados afirmaram que votaram na Dilma Rousseff (PT) para presidente no primeiro turno. No segundo turno, essa adesão à candidata aumentou para 32 eleitores (80%). Estes lembraram que ela era candidata do PT e que seu número na urna eletrônica era o 13. Os motivos ressaltados pelos eleitores para votar em Dilma deveram-se ao fato da candidata representar a continuidade das políticas do governo Lula e ao reconhecimento de sua competência pessoal, seja como gestora ou como portadora de uma trajetória política identificada com lutas sociais.

Quanto a votação dos eleitores para o governo, 26 (65%) afirmaram ter votado em Cid Gomes (PSB). No entanto, estes não lembravam seu partido, chegando a assegurar que este era do PMDB ou do PSDB. Quanto aos motivos dessa escolha, os entrevistados ressaltaram o fato de Cid Gomes ter realizado uma boa gestão, opinião de 11 eleitores

(27,5%), e de contar com apoio de Domingos Filho (PMDB), que sendo seu vice levaria recursos e obras para Tauá, opinião de 4 eleitores (10%).

No que se refere à votação para as duas vagas no Senado, 17 eleitores (42,5%) não lembravam ou não tinham votado em senador. 9 eleitores (22,5%) afirmaram ter votado em branco ou nulo e 7 eleitores (17,5%), ao serem questionados, davam respostas imprecisas ou mencionavam nomes de políticos que não estavam disputando este cargo.

Quando observamos os resultados eleitorais em Tauá, verificamos que os votos válidos para o cargo de senador foi o menor do que seria possível. Se os 32.620 eleitores que comparecem às urnas tivessem votado em dois candidatos o total seria de 65.240 votos válidos. Entretanto foram contabilizados apenas 52.460 (80,41%) votos válidos para esse cargo, o restante dos 12.780 votos foram ou brancos, 3.955 votos (6,06%), ou nulos, 8.825 (13,53%). Percebe-se, assim, que os eleitores dão pouca importância ao voto para o cargo de senador.

Dentre os eleitores entrevistados que disseram ter votado em senador, 15 (37,5%) informaram que votaram em Eunício Oliveira (PMDB) pelo fato deste político ser conhecido e por já ter “prestado serviços” para Tauá. Cabe ressaltar que este candidato foi votado em Tauá, apoiado por Domingos Filho, durante três eleições consecutivas (1998, 2002 e 2006) para deputado federal. Assim, a adesão a este candidato torna-se mais fácil pelo fato dele já ser conhecido no município.

Já os 19 eleitores (47,5%) que disseram ter votado em Pimentel (PT), fizeram essa escolha pelo fato desse candidato ser apoiado por Lula e por ser do PT. Tasso Jereissati (PSDB) foi citado por 13 eleitores (32,5%) que votaram nele por ser um político experiente e competente. Apenas 2 eleitores (5%) afirmaram ter votado em Alexandre Pereira (PR) para senador.

Na disputa pela vaga de deputado federal, 10 eleitores (25%) afirmaram não lembrar em quem votou ou que teriam votado em branco. Dentre os que votaram, 20 (50%) informaram ter votado em Domingos Neto (PSB). 6 eleitores (15%) disseram votar em Domingos Neto por este ser natural de Tauá; outros 6 eleitores (15%) ressaltaram o fato de ter afinidade com o grupo político a que este pertence, seja por gostar da sua mãe, Patrícia Aguiar, ex-prefeita de Tauá por dois mandatos consecutivos (2001-2008), ou por ter simpatia por seu pai, Domingos Gomes, deputado estadual durante cinco mandatos (1995-2010)

Entre os motivos dos 07 eleitores (17,5%) que afirmaram ter votado em Genecias Noronha (PMDB) vale destacar um: “não querer votar em Domingos Neto”. Muitos eleitores, por se oporem ao grupo dos Gomes de Freitas, votaram em Genecias (PMDB), que obteve

11,95% dos votos nominais, e em Mário Feitoza (PMDB), 11,19%, candidato apoiado por Ronaldo César, como forma de enfraquecer Domingos Filho, cujo filho, Domingos Neto, conseguiu 57,74% dos votos nominais.

Quanto à votação para deputado estadual, 11 eleitores (27,5%) afirmaram não lembrar ou que teriam votado em branco ou nulo. Cabe ressaltar que muitos eleitores têm medo ou receio de informar em quem votaram para deputado estadual, pois isso poderia lhes comprometer.

Palmeira (2006, p. 138), em pesquisa sobre as eleições municipais, informou que o período eleitoral, compreendido pela população local como “o tempo da política”, é decisivo no realinhamento social da população e dos grupos sociais, e que “as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades”.

Quanto aos entrevistados que informaram em quem tinha votado para deputado estadual, 12 eleitores (30%) informaram ter votado em Ronaldo César (PR) porque este era a melhor opção ou porque lhe deviam favores. 11 eleitores (27,5%) afirmaram ter votado em Patrícia Saboya (PDT) e os motivos citados foram os apoios que a candidata tinha recebido, seja de Lula ou de Domingos Filho, e sua experiência política. Idemar Citó (DEM) foi citado por apenas 04 eleitores (10%) que afirmam ter votado neste candidato por ele ser de Tauá e por ter realizado muitas coisas para o município.

Quando buscamos observar nas informações dos questionários se os votos para deputado federal e deputado estadual foram “casados”, verificamos que dos 20 eleitores (50%) que disseram ter votado em Domingos Neto para deputado federal, 10 (25%) disseram que votaram na candidata que fazia “dobradinha” com ele, no caso, Patrícia Saboya (PDT). Os dois deputados estaduais que faziam oposição a Domingos Neto, Idemar Citó (DEM) e Ronaldo César (PR), foram votados por 3 eleitores (7,5%) cada um. Assim, a “dobradinha” que ocorreu em Tauá entre Domingos Neto e Patrícia Saboya foi parcialmente bem sucedida. Observando os dados eleitorais gerais em Tauá, verificamos que Domingos Neto obteve 17.648 votos e Patrícia Saboya 10.761 votos. Os 6.887 votos restantes de Domingos Neto foram compartilhados ou com Ronaldo César, que obteve 8.721 votos, ou com Idemar Citó, que apresentou 2.527 votos.

Percebemos com mais evidência essa ideia de “dobradinha” entre os 7 eleitores que disseram ter votado em Genecias Noronha (PMDB), pois destes eleitores 5 votaram em Ronaldo César. Cabe ressaltar que Ronaldo César não estava fazendo formalmente “dobradinha” com Genecias, e sim com Mário Feitoza.

Quando os entrevistados foram questionados se haviam acompanhado os debates entre os candidatos que disputavam a presidência ou o governo do estado, 16 eleitores (40%) informaram que não. Entre os 24 eleitores (60%) que disseram ter acompanhado o debate, 18 (45%) afirmaram que esses debates não ajudaram para que se decidisse em quem iria votar.

Por fim, quando questionados se em algum momento durante a campanha eleitoral eles tinham decidido mudar de candidato, apenas 1 eleitor (0,25%) afirmou que mudou a sua decisão de votar em um candidato a governador. Como a pesquisa de campo foi realizada no período pós-eleitoral, é possível que as respostas tenham sido afetadas pela memória recente dos votos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a trajetória política dos quatro deputados estaduais, percebemos que as estratégias políticas utilizadas pelos deputados que atuaram no mesmo período histórico praticamente não se alteravam de um deputado para outro. O diferente modo de atuação política se dava mais em razão da temporalidade política do que pelo pertencimento a grupos políticos diferentes. Assim, a estratégia de conquista e manutenção do poder assumida pelo deputado em um determinado tempo era logo “copiada” pelo deputado adversário.

Embora existissem diferenças entre a atuação política de cada deputado, resultante de idiossincrasias ou do pertencimento a grupos políticos específicos, as estratégias políticas eram semelhantes.

Percebemos diferenças marcantes no campo político entre o primeiro período, em que Antônio Câmara e Júlio Rêgo eram líderes políticos (1974-1995), e o segundo período, no qual Domingos Filho e Idemar Citó (1995-2010) eram as referências políticas. Nesse sentido, analisaremos alguns aspectos desses dois períodos históricos.

Quanto ao *recrutamento político* desses deputados, percebemos que o ensino superior, atrelado ao exercício profissional, aparece como requisito decisivo para o ingresso na política. No primeiro momento predominava a profissão de médico, no caso de Júlio Rêgo. Essa atividade não era apenas profissional, mas, sobretudo, política, já que a atuação em hospitais públicos e outras instituições de saúde funcionava como um trampolim para o ingresso na vida pública. Posteriormente, com o predomínio de programas sociais¹²⁷ que ampliaram o número de médicos para o município de Tauá e a rotatividade entre eles, essa atividade teve o seu potencial político reduzido.

No segundo momento, a atividade empresarial, no caso de Idemar Citó, passou a desempenhar um papel importante no recrutamento político. Sobretudo porque, desde as eleições de 1986, com a vitória de Tasso Jereissati, esse segmento de classe assumiu protagonismo na condução do governo estadual.

No caso da análise do recrutamento de Antônio Câmara e Domingos Filho, embora a profissão de advogado tenha contribuído para o acesso ao poder, foram, sobretudo, os vínculos familiares que permitiram esse acesso. A família desses deputados atuou como instituição formadora de um “*habitus político*”, de um *corpus* de saberes específicos, de uma socialização política informal iniciada desde muito cedo. Assim, o pertencimento a famílias

¹²⁷ Cabe ressaltar a atuação do Programa Saúde da Família (PSF), implantado em 1994. Esse programa é composto por variados profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas).

tradicionais no município é acionado na conquistas de votos e no estabelecimento de acordos políticos, credenciando esses indivíduos aos postos de líderes políticos.

Quando analisamos a disputa pelo *controle do poder Executivo em Tauá* durante esses dois períodos, observamos que o poder local desse município é esvaziado de autoridade própria e que os recursos, meios e mecanismos para assegurar a conquista e reprodução do poder local são subordinados às instâncias de poder estadual e federal. Os recursos locais conquistados perdem sua eficácia, pois os mecanismos para assegurar a conquista e manutenção do poder local exigem o acesso ao poder estadual. As lutas locais são apenas uma parte da disputa que se trava na esfera estadual para assegurar o controle local.

O exercício da função de prefeito possibilita ao líder político local reduzido acúmulo de capital político próprio, pois as verbas e os recursos que são primordiais para que a prefeitura invista no município são obtidos por intermédio dos deputados. As obras e verbas que o município recebe, seja do governo estadual ou do governo federal, são obtidas por intermédio dos deputados estaduais, que possuem poder e influência política.

Assim, resta a essas lideranças locais que assumem o posto de prefeito, o reduzido capital político para manter-se no poder sem contar com o apoio dos deputados. O poder Executivo em Tauá face ao Legislativo é restrito, pois os vereadores dependem dos recursos e verbas trazidos pelos deputados estaduais. Dessa forma, os vereadores também são tributários dos deputados estaduais.

No primeiro momento, o Executivo em Tauá era exercido por lideranças, apoiadas por deputados, que os representavam na política local. No segundo momento, percebemos a configuração de dois períodos distintos. O primeiro, abrangendo as eleições de 1992 a 2000, em que os prefeitos, ao assumirem seus mandatos, ganhando as eleições pelo fato de serem apoiados por algum deputado, buscavam formar seu grupo político e, para isso, trabalhavam para eleger seus sucessores políticos. O segundo momento se dá a partir das eleições de 2000 e ainda permanece como padrão político, é aquele em que o poder Executivo em Tauá é exercido por uma liderança política pertencente ao grupo político familiar dos Gomes de Freitas, tendo Domingos Filho como o principal representante.

Mesmo com a fragilidade do poder próprio da municipalidade, para os grupos políticos é importante manter o acesso e o controle completo das prefeituras. Há algo no poder local que interessa ao poder estadual: os votos e a legitimidade obtida pelas urnas. Assim, cabe responder uma pergunta: para que o deputado estadual consiga obter mais votos em Tauá do que seu oponente, é mais importante contar com o apoio do prefeito ou do governador? Observando o desempenho eleitoral desses deputados estaduais durante as quatro

décadas analisadas, percebemos que para o deputado é melhor, nesse caso, contar com o *apoio do prefeito*.

O *apoio do governador* faz diferença para que o deputado estadual amplie sua base eleitoral, obtendo votos em outras regiões do estado. Observando a trajetória dos quatro deputados, percebemos que quando o deputado tem o apoio do governador ele consegue se fortalecer politicamente em determinada região por ter influência no governo do estado e por conseguir verbas e obras.

Quanto à *conquista e manutenção das bases eleitorais*, percebemos a configuração de dois períodos. O primeiro período (1970-1986) é compreendido pela liderança política dos três chefes políticos, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, em que estes, buscando fortalecer seus grupos políticos, distribuíam os cargos do segundo e terceiro escalão do governo para os deputados estaduais. Como não existia concurso público, as vagas nos órgãos do estado compunham um banco de dados que o governador tinha para distribuir com os deputados estaduais, e estes distribuíam para os chefes políticos locais e prefeitos. Assim, esses deputados estaduais possuíam circunscrição eleitoral informal bem definida que era alimentada com empregos, verbas e obras.

No segundo momento, iniciado a partir da gestão de Tasso Jereissati em 1987, o governador centralizou a distribuição de recursos e verbas nas secretarias do estado, criando a Secretaria de Governo do Estado. Assim, retirou o privilégio dos deputados de indicar funcionários, instalando concurso público. Além disso, passou a atuar diretamente nos municípios, diminuindo o papel do deputado estadual de distribuir verbas e obras do Estado.

Nesse período, percebemos que os votos, apesar de ainda estarem concentrados em circunscrições eleitorais informais, eram menos concentrados do que no período anterior. A base eleitoral dos deputados era, assim, formada por um conjunto maior de municípios. Ocorrem com mais frequência votações esporádicas em municípios, obtidas a partir de acordos com deputados federais por meio de “dobradinhas” ou com o apoio de prefeitos e vereadores em retribuição a alguma obra ou encaminhamento de demandas na burocracia do Estado intermediadas pelo deputado.

Além disso, percebemos o predomínio de articulações políticas apenas no período eleitoral em que os deputados, a partir de um cálculo pragmático dos seus votos e das possibilidades do mercado eleitoral, estabelecem acordos com prefeitos para votações pontuais.

No que tange à relação com o *governo estadual*, percebemos dois períodos. O primeiro, no regime militar, era marcado pela necessidade dos deputados serem da ARENA e

ligados ao governador para que pudessem conquistar e manter bases eleitorais. Com o apoio do governador, além de obter verbas esses deputados teriam influência nos contratos de emprego do governo do estado. No segundo momento, durante a redemocratização, percebemos que permanece a tendência governista como forma de consolidar e ampliar bases eleitorais. Os prefeitos, que buscam verbas do Estado para manter as prefeituras, procuram apoiar deputados governistas, fazendo com que estes sejam eleitos. O deputado, assim, só seria contra ao governo nos casos em que incompatibilidades nas suas bases eleitorais forçassem a se posicionar contra ele.

No que se refere à relação desses deputados estaduais com os *deputados federais*, observamos também dois períodos distintos. O primeiro período vai até a constituição de 1988, quando o poder Legislativo não participava na elaboração do orçamento da União.

Assim, no período de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, a relação com os deputados federais se dava, sobretudo, pela influência que estes políticos tinham na burocracia federal, sobretudo nas licenças para a instalação de rádios. Ocorre também o predomínio de relações estritamente momentâneas e mercadológicas, com deputado federal financiando a campanha do deputado estadual em troca da “dobradinha” no período eleitoral.

No segundo momento, no período de Domingos Filho e Idemar Citó, a relação com os deputados federais era pautada objetivando emendas parlamentares, acordos e convênios do governo federal para suas bases eleitorais. São estabelecidas, assim, relações estreitas e duradouras em que o deputado federal favorece a região e os deputados estaduais. Ocorrem, nesse período, as redes de patronagem e clientela que forjam alianças políticas.

As *disputas eleitorais* também são distintas em dois períodos. No primeiro período as eleitorais entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo estavam submetidas a uma ordem tradicional, em que a conquista de votos era baseada em valores como lealdade e gratidão. O voto era apenas um dos aspectos trocados entre patrão e empregado. Prevalencia o voto familiar nas decisões do voto, em que o chefe da casa informava a sua decisão política à esposa e aos filhos. Os acordos políticos eram tecidos artesanalmente pelos chefes políticos, prevalecendo entre eles relações de confiança.

No segundo momento, quando Domingos Filho e Idemar Citó se candidataram em 1994, as eleições eram mais competitivas e existiam maiores oportunidades de acesso ao poder. O poder econômico prevalecia nas disputas eleitorais em que as campanhas se tornaram mais onerosas, prevalecendo o voto como uma mercadoria.

A “compra de voto” apresenta-se como um elemento de quebra da dominação tradicional, pois os eleitores deixaram de conceder seus votos como “gratidão” ao político por

algum favor recebido. A lógica do mercado perpassa, assim, a estratégia política de conquista de votos. Por outro lado, permanece ainda o clientelismo político nas relações políticas. Uma vez que o político atende a alguma necessidade do eleitor, gera-se um vínculo que é retribuído pelo eleitor na hora do voto.

Além disso, as eleições ficaram submetidas às regras de novos profissionais da arte de produção e circulação de imagens políticas. O *marketing* político e as pesquisas de opinião pública fazem parte da produção da campanha, prevalecendo uma preocupação com o discurso político. Os acordos políticos são constantemente rompidos pelos políticos. Nesse sentido, são emblemáticos os motivos elencados por Antônio Câmara e Júlio Rêgo para não mais disputar cargos eletivos. Os dois deputados afirmaram que o dinheiro, e não mais o “trabalho político”, teria se tornado essencial para a conquista do mandato.

Outra característica de distinção desses dois momentos das disputas eleitorais se refere aos *cabos eleitorais* desses deputados nos municípios. Antes, os proprietários rurais eram os principais cabos eleitores dos deputados, pois, tendo o controle político de uma “clientela eleitoral”, que eram seus “moradores de favor”, estes se tornavam importantes para o domínio de um poder político tradicional. Prevalencia também a liderança de chefes políticos, que muitas vezes não ocupavam postos eletivos, mas tinham o controle dos votos no município. Posteriormente, quem assumiu o posto de cabo eleitoral desses deputados nos municípios foram os prefeitos, vereadores e, muitas vezes, empresários locais. Houve, assim, a fragilização de lideranças com bases políticas nos espaços rurais.

A *oposição à hegemonia desses deputados* em Tauá apresentou também uma transformação. Na década de 1980, essa oposição era formada por um grupo de esquerda liderado pelo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por uma ala progressista da Igreja Católica no município. Acontecia certo protagonismo dos trabalhadores rurais na cena política. Esse grupo buscou estruturar uma terceira força de poder no município. Embora não tenha obtido êxito quanto aos resultados eleitorais, sua atuação política foi importante no incremento da politização dos trabalhadores rurais e na visibilidade dos movimentos sociais na mídia.

A partir das eleições de 1992, como abordado anteriormente, a oposição aos deputados ocorreu com a tentativa dos prefeitos de eleger seu sucessor político. Esses líderes locais buscaram formar um terceiro grupo, porém competiam entre si pelo apoio político de algum dos deputados.

Observamos que para esses deputados não bastava apenas serem hegemônicos na região, era necessário assegurar que não houvesse a ascensão de lideranças locais que

ameaçassem seu domínio político, ultrapassando o nível aceitável de oposição. Esses deputados faziam com que líderes emergentes fossem a eles subordinados e, para isso, os cooptavam oferecendo o cargo de prefeito ou de vice.

Esses líderes locais não se fortaleciam e orbitavam em torno da influência política desses deputados estaduais. A partir de um cálculo pragmático, oscilavam no apoio de um ou outro deputado. Posteriormente, quando essas lideranças locais foram cooptadas ou não participaram das disputas eletivas, Ronaldo César assumiu o comando da oposição aos deputados estaduais. Essa liderança assumiu esse posto a partir da sua candidatura a prefeito nas eleições de 2008 e foi consolidada nas eleições de 2010 quando se candidatou a deputado estadual.

Embora a mudança política em Tauá tenha se dado mais em função da temporalidade política do que pela alternância dos grupos políticos, pois durante as quatro décadas analisadas os dois grupos políticos permaneceram os mesmos, percebemos diferenças marcantes entre o perfil político desses dois grupos consolidados em Tauá.

Analisando as *diferenças dos dois grupos políticos*, percebemos que o grupo político familiar dos Gomes de Freitas é constituído por indivíduos que majoritariamente possuem formação acadêmica em direito ou medicina e que seguem carreiras em instituições do Estado como funcionários públicos ou ocupando cargos eletivos. Esse grupo faz constantes referências à sua tradição política, tradição essa iniciada em 1919 quando Domingos Gomes de Freitas assumiu o posto como intendente de Tauá (1919-1927).

A socialização política dos Gomes de Freitas ocorre na instituição familiar, desenvolvendo nesses indivíduos a “vocação” para a política. Prevalece o *ethos* de grupo, e a transição de legados políticos ocorre através das relações de parentesco e de forma absoluta. Os cargos eletivos não pertencem ao indivíduo e sim ao grupo político familiar.

O grupo político liderado por Júlio Rêgo e, posteriormente, por Idemar Citó foi originado a partir da liderança exercida por Joel Marques (1928-1966). O poder econômico desse grupo é originário do comércio local e da atividade empresarial, como transporte coletivo. A socialização política ocorre por meio da atividade profissional. A transição política não acontece através de uma linhagem interna de reprodução familiar e sim através da liderança centrada na *persona* política. A transferência de patrimônio político não se dá de forma integral, prevalecendo defecção e disputa interna entre lideranças políticas. Não há divisão clara do trabalho político, o próprio deputado é quem atua no plano estadual e no plano local em Tauá. Além disso, a lealdade política é fundamentada na relação de interesse entre seus membros.

Por fim, a eleição de 2010 tende a apresentar-se como um encerramento do ciclo de disputa entre dois grupos políticos em Tauá. Essa disputa era corporificada na candidatura de dois deputados estaduais. A estruturação de dois grupos políticos que disputavam a hegemonia política em Tauá e nos Inhamuns, elegendo cada grupo um deputado estadual, só foi efetivamente acontecer a partir das eleições de 1974, quando Antônio Câmara e Júlio Rêgo foram eleitos deputados. A disputa entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo durou até as eleições de 1990. Nas eleições de 1994, os dois deputados transmitiram seu legado político, respectivamente, para Domingos Filho e Idemar Citó. Estes disputaram a hegemonia política até as eleições de 2010.

Nas eleições de 2010, Domingos Filho ascende à política estadual, sendo eleito vice-governador, e seu filho, Domingos Neto, foi o deputado federal mais votado do estado. Idemar Citó, nessa eleição, altera sua base eleitoral e obtém poucos votos em Tauá. Assim, Domingos Filho torna-se hegemônico no município, tendo o controle do Legislativo e do Executivo municipal, o cargo de deputado federal e o de vice-governador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat & SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. . In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas – SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 255-290.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 83-106.

_____. Os tempos de rebeldia: Icapuí na berlinda do modo petista de governar. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *Política, cultura e processos eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 79-112.

_____. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 36, número 1/2. 2005. Economia e política. Fortaleza/ CE, UFC. p.33-51.

_____. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. In: *Políticas Públicas e Sociedade*. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. p. 11-22.

ADAUTO afasta delegado de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 21 de outubro de 1983.

AGRÔNOMO da Ematerce afastado em Tauá por divergir do Cambéba. *O Povo*, Fortaleza, Política p. 02, 06 de junho de 1989.

ALBUQUERQUE, Nonato. Tauá: padre Bernardes quer uma Igreja mais consciente. *O Povo*, Fortaleza, p. 07, 17 de março de 1981.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do eleitor: estratégias de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

AMARAL FILHO, Jair. *Do Federalismo brasileiro e sua nova tendência de recentralização*. Fortaleza, setembro de 2004. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_urbano/gerados/fltexto.pdf>. Acesso em: 16/05/2009.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução/organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 243 - 256.

ANTÔNIO Câmara. *O Povo*, 24 de abril de 1987.

ARAÚJO, Ana Paula. Projeto Padre Cícero: Irregularidades também em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política Local. p. 05-A, 04 de junho de 1989.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Notícias sobre o perfil dos deputados. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br>. Acesso em: 19 de julho de 2010.

ASSEMBLÉIA promove lançamento de livro sobre região dos Inhamuns. *Assembléia Legislativa do Estado do Ceará*, Fortaleza, 26 de março de 2008. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_busca.php?tabela=noticias&codigo=4933>. Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

ASSEMBLEIA: Deputados contabilizam ganhos e perdas. *O Povo*, Fortaleza, Política, 22 de novembro de 2008.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. Velhas e novas práticas do mandonismo local. In: *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 30, número ½, 1999. p 37-43.

BARREIRA, Irllys A. F. *Sob o signo da contramão: a esquerda e o feminino na experiência de administração municipal*. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

_____. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 63-82.

BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

BARREIRA, Maria do Socorro C. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991. P. 77-110.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: EdUNB, 1986. Pág.: 243. Capítulo X: Liderança carismática e dominação.

BESERRA, Bernadete R. *Clientelismo e modernidade: o caso do programa de reforma agrária no Governo Tasso Jereissati*. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994. (Série Estudos e Pesquisas, 28).

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.

BICUDO já atinge 42 municípios cearenses. *O Povo*, Fortaleza, p. 12, 08 de abril de 1986a.

BICUDO vai reduzir em 30% a safra do Ceará. *O Povo*, Fortaleza, 14 de junho de 1986b.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas do Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba: Unimep, 2001.

BLOG MEU CEARÁ. Blog com notícias sobre a política do Ceará. Disponível em: <<http://meuceara.blogspot.com/2009/09/domingos-filho-ja-anda-em-clima-de.html>>. Acesso em 05 de junho de 2011.

BNDES. Informativos do banco. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/inf_28.pdf>. Acesso em: 12/12/2010.

BONFIM, Washington L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 35-62.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

_____. Algumas propriedades dos campos. In.: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

_____. Cultura política. In.: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 183-194. 12

_____. É possível um ato desinteressado. In.: _____. *Razões práticas*. Papirus, 1994. p. 137-161.

_____. *Propôs sur Le Champ politique*. Presses Universitaires de Lyon. Tradução Cristina Chávez Morales, 2000. Disponível em: <http://mt.educarchile.cl/MT/jjbrunner/archives/BOURDIEU_campo-politico.pdf> Acesso em 23/09/2009.

BRAGA, Elza Maria Franco e LIMA, Maria Cláudia N. Compassos e descompassos da participação e do conflito. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991.

CAIN, Bruce; FERREJOHN, Jonh; FIORINA, Morris. *The Personal Vote. Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Harvard University Press, 1987. *apud* CARVALHO (2003).

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1960.

CAMBEBA acusado de criar o “Agente Rural”. *O Povo*, Fortaleza, Política, p.04-A, 04 de junho de 1989.

CAMMACK, Paul. (1979), *O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica*. Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 5, Belo Horizonte, 1979. pág. 1-20. *apud* CARVALHO (1997).

_____. Clientelism and Military Government in Brazil, in C. Clapham (ed.), *Private Patronage and Public Power. Political Clientelism in the Modern State*. London: Frances Pinter Publ, 1982. *apud* CARVALHO (1997).

CARLEIAL, Adelita Neto. *Cultura e cotidiano sindical no setor público*. Fortaleza: Edições Mova-se, 2000.

CARVALHO, Benedito. “De que família você é?” A “família cearense”: distinção, símbolos e poder. In.: *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. ½, 1999a. Pág.: 75-85.

CARVALHO, José Cândido de. *O coronel e o lobisomem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Vol. 40, nº 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Capinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999b.

_____. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 193-219.

_____. *O Ceará na década de 1980: Atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.

_____. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 35, número 1. 2004. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC. P. 73-99.

_____. Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas – SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 91-126. 299

CHANDLER, Billy Jay. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns*. Fortaleza: EdUFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHUVAS ampliam total de vítimas: 211 mil. *O Povo*, Fortaleza, p. 06, 16 de abril de 1985.

COMUNIDADE de Tauá quer providências do CCM. *O Povo*, Fortaleza, p. 12. 12 de fevereiro de 1987.

CONFIRMADA a pronuncia dos matadores de Armando Feitosa. *O Povo*, Fortaleza, Cidade, p. 7, 25 de setembro de 1974.

CORIOLOANO, Ítalo. Em Iguatu, peemedebistas pedem voto para Eunício e Tasso. *O Povo*, Fortaleza, Especial Eleições 2010, p. 13, 23 de agosto de 2010.

CORRUPÇÃO, desvio de verbas, nepotismo, obras fantasmas ou superfaturadas: marcas da gestão Castro Castelo. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Informe Publicitário, p. 12, 29 de maio de 1996.

COSTA, Liduína Farias de Almeida. Governo e participação no Ceará: interfaces das políticas regionais e agrárias no início do ciclo das mudanças. In: *Políticas Públicas e Sociedade*. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P.71-88.

_____. *O Sertão não virou mar: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense*. São Paulo: Annablume; Universidade Estadual do Ceará, 2005.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1987.

DEPUTADOS denunciam compra de votos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Política, 05 de julho de 2008.

DIÓGENES, Glória Maria Santos. *Ciro Gomes: percursos de uma imagem*. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 107-124.

DOCUMENTO acusa Padre de atividade política. *O Povo*, Fortaleza, p. 5, 11 de março de 1981.

DOWELL, Maria Cristina Mac; GOMES, Gustavo Maia. *Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que É Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social*. Texto para discussão nº 706. Brasília, fevereiro de 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_706.pdf>. Acesso em: 17/05/2009.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

DULCI, Otávio Soares. *As elites políticas*. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução/organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 281 - 291.

EPISÓDIOS desgastam a harmonia. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 04, 15 de Março de 1989.

ESQUEMA cesista elege 9 dos 15 edis em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, p. 28, 14 de dezembro de 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre; São Paulo: Globo; USP, 1975, vol.II.

FEITOSA, Aécio. *Sesmarias dos Feitosas no Ceará*. Arquivo da Família Feitosa. Fortaleza, 2006.

FEITOSA, Leandro. *Tratado genealógico da família Feitosa*. Fortaleza, 1952.

FREITAS, Antônio Gomes de. *Inhamuns* (terras e homes). Henriqueta Galeno: Fortaleza, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: estudo sobre a formação da família patriarcal no Brasil*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GIDDENS, Anthony. Preface e Elites in the British class structure. In: P. Stanworth and A. Giddens (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.

GONDIM, Linda M. *Quando ‘outros’ novos personagens entram em cena: o modelo de gestão da social-democracia cearense*. RAP, Rio de Janeiro (28) 3: 195-210, jul./set. 1994.

_____. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998 (Coleção outros diálogos).

_____. Os “governos das mudanças”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no estado do Paraná 1880-1930*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968

INHAMUNS. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 29 de maio de 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil sócio-econômico sobre os municípios brasileiros. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Perfil sócio-econômico dos municípios do Ceará em 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2010>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

JÚLIO Rêgo ironiza a “Operação de Guerra”. *O Povo*, Fortaleza, Política. p. 2, 04 de fevereiro de 1984.

JÚLIO Rêgo teme pela união pefelista. *O Povo*, Fortaleza, Poder Local, p. 2-A, 15 de abril de 1989.

JÚLIO responde ao prefeito de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 12 de agosto de 1981.

JÚRI do ano ameaçado de adiamento. *O Povo*, Fortaleza, Cidade, p. 10, 30 de setembro de 1975.

LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. *O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um*. Dados, vol. 23, nº 1, 1980. pág. 11-14.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: EdUFC, 1995.

LÍDER do PDS critica prefeito de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 13 de setembro de 1983.

LÍDER sindical de Tauá é ameaçado de morte. *O Povo*, Fortaleza, p. 8, 06 de junho de 1986.

LIDERANÇAS. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 05 de abril de 1982.

LOPES, Valmir. *As lógicas da representação política: o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MACÊDO, Nertan. *O clã dos Inhamuns* (Uma família de guerreiros e pastores das cabeceiras do Jaguaribe). 2. Ed. Fortaleza, 1967.

MARTINS, Mônica Dias. Modernização do Estado e reforma agrária. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 145-170.

MARQUES, F. P. J. A. *et al.* Estratégias de comunicação política online: Uma análise do perfil de José Serra no *Twitter*. ANPOCS, 2011.

MEIRELES, Fátima. Câmara, uma visão política do momento. *O Povo* Fortaleza, Política, p. 2, 14 de fevereiro de 1988

MELO, José Maria. *O Povo*, Fortaleza, Coluna Aeroporto, p. 08, 06 de junho de 1986.

MONTENEGRO, Abelardo F., *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza, EdUFC, 1980.

MORAES NETO, M. Emergência: do trabalho escravo à pressão política. *O Povo*, Fortaleza, Estado, p. 10, 18 de agosto de 1987.

MORAES NETO, M.; NOCRATO, Suzete. Tasso critica a imprensa e diz que só perdeu apoio de político sem-vergonha. *O Povo*, Fortaleza, Reportagem, p. 4, 13 de fevereiro de 1988.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1945-1985*. Fortaleza: Stylus, 1985.

_____. *História política de Tauá*. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC, 2002.

_____. *História política do Ceará: 1987-1991*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

MUDANÇAS. *O Povo*, Fortaleza, Palanque. Coluna do Comitê da Coligação Democrática, p. 5, 27 de outubro de 1986.

NÃO ao Cambéba. *O Povo*, Fortaleza, 17 de janeiro de 1988.

NOBRE, Maria Cristina de Q. *O Estado na ordem do capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 1999.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

O POLÊMICO Câmara e a ação política. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 3, 10 de janeiro de 1988.

OPOSIÇÃO vence eleição no Sindicato Rural de Tauá. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, p. 03, 03 de abril de 1981.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: Moacir Palmeira & César Barreira (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006. Pág.: 137-150.

PARENTE, Josênio C. Projetando a Hegemonia Burguesa: organização e expressão política dos industriais cearenses. *Revista de Ciências Sociais /UFC* vol. 20/21. Fortaleza, Ce: UFC. Nos. 1, 2. 1989/1990.

_____. *A Fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Ed. UFC- Sobral : Ed. UVA, 2000a.

_____. *Construindo a hegemonia burguesa: as eleições municipais de 1998 no Ceará*. Fortaleza: UFC/ NEPS, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

_____. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000b. p. 381-408

_____. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 125-144.

_____. O PSDB cearense: consolidação da liderança de Tasso Jereissati. In: *Cadernos Irreverentes* 1. Maio 1998. Fortaleza/Ce, s/ed. P. 37-76.

_____. Os partidos políticos e a democracia: uma reflexão a partir do caso cearense. AGUIAR, Odílio (et.al.)(Org.) *Olhares contemporâneos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PATERNIDADE. *O Povo*, Fortaleza, Política p.02, 12 de junho de 1986.

PERISSINOTO, Renato et al. *Quem Governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: EdUFPR, 2007.

PESSOA JR., José Raulino Chaves. *Padrões de recrutamento e trajetória das elites políticas nos Inhamuns*. ANPOCS, 2009.

PESSOA JR., José Raulino Chaves. *Poder e Família: recrutamento e trajetória das Elites Políticas de Catarina-CE*. Fortaleza: UFC, 2008. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

PISTOLEIROS mataram agricultor em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, p. 08,06 de janeiro de 1981.

PMDB elege Câmara sem PFL-PDS na Assembleia. *O Povo*, Fortaleza, 02 de fevereiro de 1987.

PREFEITO demite em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política p. 02, 20 de agosto de 1981a.

PREFEITO propõe aumento para servidores de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 01 de julho de 1981b.

PRESIDENTE eleito magoado com a bancada. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 5, 19 de outubro de 1988.

PROJETO São José. *Diário do Nordeste*, Fortaleza.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RÁDIO CULTURA DOS INHAMUNS. Disponível em: <<http://culturaam960.com.br/>>. Acesso em: 05 de março de 2011.

RÁDIO DIFUSORA DOS INHAMUNS. Disponível em: <<http://www.difusorataua.com.br/>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2011.

ROCHA e Citó ampliam para 47,8% bancada do PSDB na Assembleia. *O Povo*, Fortaleza, p. 2-A, 22 de agosto de 1995.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. *Política nos currais*. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROLIM, João. Incêndio destrói tesouraria do Sindicato Rural de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Estado, p. 13, 27 de novembro de 1987.

SOBRAL recebeu mais recursos federais no Interior do Estado. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Regional, 07 de janeiro de 2010.

SOUSA, Ana Paula Pinheiro de. *Conservadorismo e modernidade na política de Piquete Carneiro*. 2007. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TAUÁ realizou grande festa cívica na semana da pátria. *O Povo*, Fortaleza, p. 9, 09 de setembro de 1981.

TAUÁ: uma administração voltada para os mais humildes. *O Povo*, Fortaleza, Municípios p. 4-5, 30 de dezembro de 1994.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. Eleições do Ceará. Disponível em: <<http://www.tre-ce.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

TWITTER. Twitter deputado federal Domingos Filho. Disponível em: <http://twitter.com/#!/Domingos_Neto>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

TWITTER. Twitter do governador Cid Gomes. Disponível em: <<http://twitter.com/#!/cidfgomes>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.

V T irá aos Inhamuns para inaugurações. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 18 de julho de 1981.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

VIEIRA, Márcia Paula Chaves. *Poder Legislativo no Ceará: Geografia do voto e ação política na Assembléia Legislativa*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIOLEIRO é alvejado por criticar Câmara. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 19 de março de 1985.

VIRGÍLIO não crê na saída dos infiéis. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 3, 30 de maio de 1987.

WAHRLICH, Beatriz Marques. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. Cap. 8 e 9, pag.: 235-327.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. Dominação patriarcal e dominação patrimonial; Feudalismo, “Estado corporativo” e Patrimonialismo. In.: _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, v II, 1999. Capítulo IX: Sociologia da dominação, Seção 3 e 4, p. 233-323.

YOUTUBE. HGPE dos candidatos ao Senado nas eleições de 2010 Eunício Oliveira e Pimentel. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=47VUeu9zR6g>>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

ANEXO

Nº _____

Pesquisa de Opinião Pública
Tema geral: Como o eleitor escolheu seus candidatos em 2010

Apresentação:

Somos pesquisadores da Universidade Federal do Ceará e gostaríamos de saber como as pessoas votaram nas últimas eleições. Consideramos importante contar com sua colaboração respondendo algumas perguntas. A entrevista demora cerca de 30 minutos e, quando estiver concluída, os resultados serão divulgados de modo que os entrevistados não serão identificados. Gostaria de ressaltar que não existe resposta errada porque o nosso objetivo é conhecer a sua opinião. Você poderia participar?

(Perguntas iniciais)

Você votou nas eleições do dia 3 de outubro? _____ Sua idade está entre ____ e ____?

Seu título de eleitor é de qual município e estado: _____

(Se não tiver votado ou se não for do Ceará, não iniciar a entrevista.)

Hora de início: _____:_____

IDEAIS DA DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO REAL

1. O que você acha do horário eleitoral de rádio e televisão? *(Estimulada)*

- É importante para conhecer os candidatos OU
 Não dá as informações que ajudam na escolha dos candidatos
 Outro: _____

2. No Brasil o voto é obrigatório por lei. Você é a favor ou contra o voto obrigatório?

(Estimulada)

- A favor Contra Indiferente NS NR

3. Se o voto não fosse obrigatório, você teria votado nas últimas eleições? *(Não estimulada)*

- Sim Não NS NR

4. Eu vou ler três frases e gostaria que você dissesse com qual das três você concorda mais: *(Estimulada)*

- O meu voto não é importante porque um voto não faz diferença
 O meu voto é importante porque um voto faz diferença
 O meu voto é importante porque votar é uma obrigação NS NR

5. Você tem preferência ou simpatia por algum partido político? *(Não estimulada)*

- Não Sim: Qual? _____ NS NR

NÍVEL DE INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA

6. As eleições deste ano foram para quê, quais cargos? (*Não estimulada e Múltipla escolha*)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Governador | <input type="checkbox"/> Senador |
| <input type="checkbox"/> Prefeito | <input type="checkbox"/> Deputado Estadual |
| <input type="checkbox"/> Deputado Federal | <input type="checkbox"/> Presidente |
| <input type="checkbox"/> Vereador | <input type="checkbox"/> Outros _____ |
| <input type="checkbox"/> NS | <input type="checkbox"/> NR |

7. Você acha que, com as eleições, a vida das pessoas: (*Estimulada*)

- Melhora Piora Não muda NS NR

8. Por que? (*Não estimulada*)

- As pessoas ganham coisas em troca do voto no período da política
 Os políticos trabalham a favor do povo em geral na época das eleições
 As pessoas sabem escolher bem seus representantes
 As pessoas não sabem escolher bem seus representantes
 Nenhum político presta
 Outra: _____

9. Quais nomes de candidatos a presidente você lembra? (*Não estimulada*)

- Dilma Serra Marina Plínio Eymael Ivan Pinheiro
 Outro: _____ NS NR

10. Quais nomes de candidato a governador você lembra? (*Não estimulada*)

- Cid Cals Lúcio Outro: _____ NS NR

11. Quais nomes de candidato ao senado você lembra? (*Não estimulada*)

- Pimentel Eunício Tasso Alexandre
 Outro: _____ NS NR

12. Você assistiu o Horário Eleitoral na televisão (*Estimulada*)

- Todos os dias Às vezes Raramente ou Nunca

13. Você ouviu o Horário Eleitoral no rádio (*Estimulada*)

- Todos os dias Às vezes Raramente ou Nunca

14. Se sim (televisão ou rádio), quando assistia o Horário, você prestava atenção para a campanha de quais cargos: (*Estimulada e múltipla escolha*)

- Presidente? Governador? Senador? Dep. Federal? Dep. Estadual?
 Nenhum, não presta atenção Citou nomes: _____

15. Em época que não é de campanha eleitoral você (vai atrás de saber) (acompanha) notícias sobre política (*Estimulada*)

- Todos os dias Às vezes Raramente ou Nunca

16. Como você (vai atrás de saber) (acompanha) as notícias? (*Estimulada e Múltipla escolha*)

- Televisão Rádio Jornais Revistas
 Internet Amigos/parentes Outro _____

17. Quais os nomes dos partidos políticos que você conhece? (Não estimulada)

- PT PSDB PMDB PSB PV PDT
 do Cid do Lula do Tasso Outros _____ NS NR

INFORMAÇÕES SOBRE A CONJUNTURA PRÉ-ELEITORAL

18. Qual a sua avaliação sobre o governo do presidente Lula? (Estimulada)

- Ótima Boa Regular Ruim Péssima NS NR

19. O que você acha que o governo Lula fez de bom? _____

20. O que você acha que o governo Lula fez de ruim? _____

21. Qual sua avaliação sobre o governo Cid Gomes? (Estimulada)

- Ótima Boa Regular Ruim Péssima NS NR

22. O que você acha que o governo do Cid Gomes fez de bom? _____

23. O que você acha que o governo do Cid Gomes fez de ruim ? _____

PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA

24. Nas eleições do dia 03 de outubro, você apoiou algum candidato ou partido político?

(Não estimulada)

- Sim Não (pule 3 questões) NS NR

25. Se sim, quem ou qual: _____

26. Como foi seu apoio? (Estimulada múltipla escolha)

- Divulgando o nome do candidato na família e entre os amigos. NS
 Frequentando reuniões em comitês eleitorais. NR
 Distribuindo propaganda eleitoral.
 Participando de eventos de campanha (comícios, carreatas).
 Votou no candidato
 Outra: _____

27. Sua apoio foi: (Estimulada)

- (Porque quis) (voluntário) Recebeu algo em troca (ajuda de custo) (agrado)
 Promessa de algo, de emprego NS NR
 Outro motivo: _____

28. Você participa de reuniões e atividades de alguma organização ou movimento coletivo? Qual? (Estimulada e múltipla escolha)

- Associação? _____ Partido político? ONG? Sindicato?
 Não participa Outro: _____

ESTRATÉGIAS DE DECISÃO DO VOTO

29. Gostaria de saber o que você lembra quando vê os seguintes candidatos: (Mostrar fotos)

- a) Dilma: _____
 b) Marina: _____
 c) José Serra: _____
 d) Cid Gomes: _____
 e) Marcos Cals: _____
 f) Lúcio Alcântara: _____

30. Na sua opinião, quais qualidades são mais importantes um político ter? Você pode escolher até duas. (Mostrar cartão: múltipla escolha - máximo duas opções)

- Competência Honestidade Experiência administrativa Ter instrução
 Conhecer os problemas do povo Cumprir as promessas
 Outra: _____ NS NR

31. Nesta eleição, você votou em um candidato que considerava que tinha muitos defeitos?

(Não estimulada)

- Sim Não NS NR

32. Por qual razão? (Não estimulada)

- Os outros eram piores Por razões pessoais NS NR
 Outra: _____

33. Você soube notícias sobre as posições dos candidatos divulgadas nas pesquisas eleitorais, (quem está ganhando e quem está perdendo) (quem está na frente e quem está atrás)? (Estimulada)

- Sim Não NS NR

34. Isso lhe ajudou a decidir o seu voto? (Estimulada)

- Sim Não NS NR

35. Como: (Estimulada)

- Votei no candidato que estava ganhando NS
 Votei no candidato que podia derrotar aquele candidato que detesto NR
 Votei no candidato que estava perdendo
 Outro: _____

36. Em relação aos seguintes pontos, qual foi melhor, o governo Fernando Henrique ou o Governo Lula:

Emprego:	<input type="checkbox"/> FHC	<input type="checkbox"/> Lula	<input type="checkbox"/> NS	<input type="checkbox"/> NR
Salário:	<input type="checkbox"/> FHC	<input type="checkbox"/> Lula	<input type="checkbox"/> NS	<input type="checkbox"/> NR
Saúde:	<input type="checkbox"/> FHC	<input type="checkbox"/> Lula	<input type="checkbox"/> NS	<input type="checkbox"/> NR
Moradia:	<input type="checkbox"/> FHC	<input type="checkbox"/> Lula	<input type="checkbox"/> NS	<input type="checkbox"/> NR
Educação:	<input type="checkbox"/> FHC	<input type="checkbox"/> Lula	<input type="checkbox"/> NS	<input type="checkbox"/> NR

37. Você acha que houve corrupção no Governo Fernando Henrique? (Estimulada)

Sim Não NS NR

38. Você acha que houve corrupção no Governo Lula? (Estimulada)

Sim Não NS NR

39. (Se sim para os dois) Qual foi mais corrupto? (Não estimulada)

Lula FHC NS NR

40. Algum candidato ou alguém ligado a ele resolveu algum problema para você? (Não estimulada)

Sim Não NS NR

41. (Se sim) Qual problema? _____

42. Algum candidato ou pessoa de qualquer partido pediu o seu voto? (Não estimulada)

Sim Não Não lembra NS NR

43. (Se sim) Ele/ela ofereceu ou prometeu algo em troca? (Não estimulada)

Sim Não Não lembra NS NR

44. (Se sim) Qual foi a sua reação? (Estimulada)

Aceitou e votou no candidato Aceitou, mas não votou no candidato
 Não aceitou, mas votou no candidato Não aceitou e não votou NS NR

45. Você ou alguém da sua família é beneficiário de algum desses programas do governo? (Estimulada e Múltipla escolha)

Bolsa Família Prouni Projovem Outro: _____
 Não é beneficiário destes programas sociais
 NS NR

46. Na hora de votar você leva em conta se o candidato é homem ou mulher? (Estimulada)

Sim, eu prefiro votar em mulheres Não levo isso em conta
 Sim, eu prefiro votar em homens NS NR

47. Na hora de votar você leva em conta se o candidato é ficha limpa ou ficha suja? (Estimulada)

Sim, não voto em candidato ficha suja NS NR
 Não levo isso em conta
 Outro: _____

(Observação: As próximas questões sobre voto são todas Não estimuladas.)

48. Em quem você votou para presidente no primeiro turno? _____

49. Você sabe qual o partido dele(a)? _____

50. Você sabe decorado o número dele(a)? _____

51. Por que você votou no(a) _____?

52. Em quem você votou para governador? _____

53. Você sabe qual o partido dele? _____

54. O sr. sabe decorado o número dele(a)? _____

55. Por que você votou no(a) _____?

56. Em quem você votou para primeira vaga de senador? _____

57. Por que você votou no(a) _____?

58. Em quem você votou para a segunda vaga de senador? _____

59. Por que você votou no(a) _____?

60. Em quem você votou para deputado federal? _____

61. Por que você votou no(a) _____?

62. Em quem você votou para deputado estadual? _____

63. Por que você votou no(a) _____?

64. E no segundo turno, em quem você votou para presidente? (Não estimulada)

Dilma Serra Branco Nulo NS ()
NR

65. (Se o candidato não tiver sido o mesmo) Por que votou nele(a) ?

66. Você assistiu algum debate entre os candidatos a presidente ou governador? (Não estimulada)

Não Sim NS NR

67. (Se sim) O debate ajudou você a decidir o seu voto? (Não estimulada)

Sim, eu mudei meu voto Sim, eu estava indeciso e me decidi
 Não, eu fiquei confuso(a) Não mudei meu voto NS ()
NR

68. (Se sim) Para qual cargo? (Estimulada)

para presidente para governador para os dois NS NR

69. Em algum (outro) momento durante esta campanha você mudou o seu voto? (Não estimulada)

Não Sim NS NR

70. Se sim, para qual cargo, o que lhe fez mudar o voto?

Para presidência: _____

Para o governo do Ceará: _____

Para o senado: _____

Para Deputado Federal: _____

Para Deputado Estadual: _____

71. A entrevista está terminando e seria importante para a pesquisa saber um pouco mais sobre você:

Idade: _____ Ocupação: _____ Quantas pessoas moram na sua casa: _____

Juntando a renda dessas x pessoas quanto é mais ou menos total da família: _____

Escolaridade: _____ Religião: _____ Sexo: () F () M

Estado civil: _____

72. O coordenador da pesquisa pode querer conferir se eu realmente apliquei o questionário e, por isso, gostaria de mais algumas informações:

Nome: _____

Endereço: _____ Telefone (____) _____ - _____

Obrigado(a) pela sua participação!

Horário do término da entrevista: ____:____

Descreva a situação/condições da entrevista e forneça outras informações que julgar importantes. (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

A entrevista foi realizada:

() Sem interrupções

() Sem interrupções longas

() Interrompida e realizada no mesmo dia

() Interrompida e realizada no dia seguinte

() Outra _____

Data: ____/____/____

Cidade: _____ Bairro ou localidade: _____

Entrevistador(a): _____